




MEDIA: PODER, REPRESENTAÇÃO E EPISTEMOLOGIAS

DÍALOGOS A PROPÓSITO DA OBRA
DE ISABEL FERIN DA CUNHA

ANA CABRERA
CLARA ALMEIDA SANTOS
RITA FIGUEIRAS

EDITORAS

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

The background of the page is a collage of several vintage television sets. The TVs are arranged in a grid-like fashion, with some showing their screens and others showing their control panels. The entire image is overlaid with a semi-transparent teal color. The text is positioned in the upper left quadrant of the page.

A propósito da obra de Isabel Ferin da Cunha e dos eixos de investigação aplicada a que se dedicou durante a sua carreira académica, uma série de professores e investigadores das ciências da comunicação dão o seu contributo em três formas de diálogo - artigos de pendor teórico e de reflexão, artigos de tipo empírico e textos testemunhais.



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

INFOGRAFIA DA CAPA

Carlos Costa

PRÉ-IMPRESSÃO

Jorge Neves

EXECUÇÃO GRÁFICA

Tipografia Damasceno

ISBN

978-989-26-1702-2

ISBN DIGITAL

978-989-26-1703-9

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1703-9>

DEPÓSITO LEGAL

451343/19

MEDIA: PODER, REPRESENTAÇÃO E EPISTEMOLOGIAS

DIÁLOGOS A PROPÓSITO DA OBRA
DE ISABEL FERIN DA CUNHA

ANA CABRERA
CLARA ALMEIDA SANTOS
RITA FIGUEIRAS

EDITORAS

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SUMÁRIO

Introdução	7
-------------------------	---

ANA CABRERA, CLARA ALMEIDA SANTOS e RITA FIGUEIRAS

DIÁLOGOS TEÓRICOS

Os Estudos Narrativos e a Análise dos Media: contributo exploratório	13
--	----

ANA TERESA PEIXINHO, *Universidade de Coimbra*

A Mediatização da Cidadania e da Política.	33
--	----

RITA FIGUEIRAS, *Universidade Católica Portuguesa*

Thomas Luckmann: o contributo da sociologia do conhecimento para uma Teoria da Notícia	47
---	----

JOÃO CARLOS CORREIA, *Universidade da Beira Interior*

DIÁLOGOS EMPÍRICOS

A percepção da corrupção e do escândalo político a partir da cobertura jornalística	69
--	----

BRUNO PAIXÃO

Representações jornalísticas do poder político no feminino em tempo de crise	95
---	----

ANA CABRERA e CARLA MARTINS

As Elites Económicas e Políticas e os Meios de Comunicação: uma resenha história sobre os grupos de media em Portugal no século XX	123
NELSON RIBEIRO, <i>Universidade Católica Portuguesa</i>	

Portugal 74 – Jornalistas em transe, jornalismo em construção	141
CARLA BAPTISTA, <i>Universidade Nova de Lisboa</i>	

DIÁLOGOS TESTEMUNHAIS

Isabel Ferin Cunha – a cidadã do mundo.	159
MARIA CRISTINA CASTILHO COSTA	

Diálogos ao Sul: encontros com textos de Isabel Ferin	167
ADILSON CITELLI, <i>Universidade de São Paulo</i>	

As epistemologias do sul e a trajetória de Isabel Ferin Cunha	187
FERNANDA CASTILHO	

Práticas de vida contemporânea na cidade	201
MARIA AUGUSTA BABO	

INTRODUÇÃO

Após mais de 30 anos de intensa e marcante vida académica, a Professora Isabel Ferin Cunha conclui a atividade docente na Universidade de Coimbra neste ano letivo de 2018/2019. O seu contributo para as Ciências da Comunicação é inestimável e a sua produção científica continuará a inspirar e a influenciar a investigação nesta área de saber em particular, mas também, e de forma mais ampla, a área das Ciências Sociais e Humanas.

Ao procurarmos uma forma de lhe prestar tributo e de honrar de alguma forma este legado, foi inevitável o encontro com uma diversidade de temas e áreas sobre as quais o trabalho de Isabel Ferin Cunha se debruçou. Tínhamos a ideia de fazer um encontro científico e um livro que fossem duas faces de uma mesma moeda. Para tal, definimos três eixos temáticos principais – de ensino e investigação – particularmente vinculados na carreira de Isabel Ferin Cunha: Media e Poder, Media e Representação e Epistemologia dos Media.

Isabel Ferin Cunha entende a Comunicação como um conceito polissémico e pluridimensional, perspetivando-o sob a forma de objetos concetuais, fenómenos sociais, processos de interação, dispositivos tecnológicos ou todos estes elementos em convergência. Este entendimento reflete a pluralidade de saberes que sempre convocou nos seus trabalhos, as variadas estratégias metodologias que mobilizou no estudo da Comunicação e, claro, a diversidade do seu conhecimento e a complexidade do seu pensamento.

Na área das relações entre media e poder, destaca-se a atenção dado aos fenómenos de comunicação política, ao comportamento dos media em períodos eleitorais e à cobertura da corrupção e do escândalo políticos.

É absolutamente notável, pioneiro e seminal o trabalho de Isabel Ferin dedicado à representação das minorias e imigrantes nos media e os corre-

lativos estudos de recepção. Estamos a fazer de uma obra cuja envergadura abarca um largo espectro de produções mediáticas, da informação à ficção num escopo temporal de décadas.

A dedicação científica e pedagógica à epistemologia dos media atravessa também a carreira de Isabel Ferin. A curiosidade intelectual aguda conduziu sistematicamente à procura e atualização de metodologias de investigação, atualização essa materializada na docência de unidades curriculares de preparação de futuros investigadores em Ciências Sociais e Humanas. A postura de docente e investigadora de Isabel Ferin nesta matéria sempre se pautou pela crença no valor da interdisciplinaridade da qual é praticante e adepta fervorosa.

Adilson Citelli, da Universidade de S. Paulo, onde Isabel Ferin lecionou e com a qual colabora de forma intensa, resume, mais à frente neste livro, de forma particularmente acertada, as virtudes e singularidade do labor científico da investigadora:

O trabalho de Isabel Ferin, acertado em movimentos dialéticos, não se esquia de tensionar o dado recolhido pela pesquisa original com os procedimentos analíticos e interpretativos, exercício necessário, ademais, para que determinado âmbito do conhecimento receba aragens renovadoras e vivificadoras. Por esta via, junto com o estado da arte e do largo domínio dos contextos históricos, socioeconômicos, culturais, assomam aos assuntos abordados aqueles elementos fáticos sustentadores dos argumentos desdobrados. Tal estratégia consigna densidade e riqueza aos materiais postos em circulação, trazendo consigo inúmeras contribuições às linhas de trabalho com as quais Isabel Ferin mantém vínculos, em chave trans e multidisciplinar, apoiadas em metodologias “do sul”, sempre atentas aos nexos entre macro-contextualizações e imanência do fenómeno.

Tendo dado toda a liberdade aos autores para que o seu contributo para este livre versasse sobre um dos três eixos temáticos circunscritos, verificámos, ao receber os textos, que eram vários os registos textuais. Naturalmente que não estranhámos. A diversidade teria de fazer parte do ADN desta obra ou não fosse ela dedicada a Isabel Ferin. Decidimos, então, que a estrutura não seguiria a organização do Congresso (Teatro Paulo Quintela , Faculdade de Letras da

Universidade de Coimbra, 24 e 25 de janeiro de 2019) – Poder, Representação e Epistemologia. Mantendo esse triângulo no título da obra, dividimos o livro em capítulos que se constituem como *diálogos* a propósito da obra de Isabel Ferin: diálogos teóricos, diálogos empíricos, diálogos testemunhais. E assim surgiu o subtítulo, *a propósito da obra de Isabel Ferin Cunha*.

*

O exposto nesta curta introdução é seguramente já o bastante para começar a explicar a importância e impacto da obra de Isabel Ferin da Cunha. Mas há uma outra dimensão, apenas parcialmente mensurável, que diz também muito da homenageada e do seu labor. Isabel Ferin da Cunha fez e faz escola. É mestre no genuíno e mais bonito sentido da palavra – o seu gosto em partilhar conhecimentos, a sua habilidade para espoletar curiosidade científica, o seu empenho em produzir investigação que possa contribuir para melhorar a compreensão das coisas e, portanto, do mundo, com o intuito de fazer melhor.

Isabel Ferin orientou cerca de três dezenas de dissertações de doutoramento (duas das quais da autoria de duas coordenadoras deste livro e várias de autores de texto aqui incluídos), escritas em várias margens do Atlântico. Podemos afirmar com certeza que corresponderão a três dezenas de histórias em que o mérito pedagógico, didática, humanista e humano da orientadora é protagonista.

Este livro é, pois, a expressão sentida de um obrigado coletivo. Assume-se como eclético nos temas e nas abordagens, inspirado na natureza da pessoa que visa homenagear. Como os diálogos que Isabel Ferin foi estabelecendo com cada uma das pessoas que contribuiu para esta obra e pelos quais estamos imensamente gratos.

Janeiro de 2019

ANA CABRERA

CLARA ALMEIDA SANTOS

RITA FIGUEIRAS

DIÁLOGOS TEÓRICOS

OS ESTUDOS NARRATIVOS E A ANÁLISE DOS MEDIA: CONTRIBUTO EXPLORATÓRIO

Preâmbulo

Um texto desta natureza, construído para ser parte integrante de uma obra que visa distinguir um momento tão importante do percurso de uma colega, é um trabalho que deve necessariamente dialogar, de algum modo, com o pensamento e a obra da pessoa a quem se presta homenagem. Embora não tenha sido discípula de Isabel Ferin Cunha, acompanhei de perto alguns dos seus projetos e li sempre, com interesse, os resultados da sua investigação. Será o eco de parte do seu legado que servirá de mote a este texto.

A Análise dos *Media* na Universidade de Coimbra

Uma das áreas em que Isabel Ferin Cunha se tem notabilizado é, sem dúvida, a da Análise dos *Media*: unidade curricular que ministrou nos diversos ciclos de estudo de Jornalismo e Comunicação da Universidade de Coimbra, onde exerceu a sua carreira docente; área sempre presente nos múltiplos projetos que coordenou e desenvolveu; e disciplina que elegeu para as suas Provas de Agregação, apresentadas à Universidade de Coimbra em 2011.

Uma revisão dos sucessivos planos de estudo dos cursos de 1.º, 2.º e 3.º ciclos de Jornalismo e Comunicação da Universidade de Coimbra¹ permite

¹ A leitura desses planos de estudo foi feita a partir dos Guias de Curso, publicados pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre 1993 e 2006. A partir de 2006,

constatar que a Análise dos *Media* passou a integrar o *curriculum* da então licenciatura em Jornalismo no ano letivo de 1997/1998, pela mão de Mário Mesquita, Diretor do Curso à época. Desde essa data até 2014/2015, ano da última reforma dos planos curriculares², a Análise dos *Media* esteve sempre presente no plano de Estudos da Licenciatura. De 2014 até ao presente, passou a integrar o plano de estudos do 1.º ano do Mestrado em Jornalismo e Comunicação, como unidade curricular opcional do ramo de investigação, e figura também no ano curricular do Doutoramento em Ciências da Comunicação, embora sob o nome de Teorias e Métodos das Ciências da Comunicação. Ambos os seminários, quer o de 2.º quer o de 3.º ciclo, têm sido sempre ministrados por Isabel Ferin Cunha.

Uma leitura mais fina dos sucessivos programas propostos permite tirar duas ilações: i) que a disciplina foi evoluindo no sentido de uma maior clareza epistemológica; ii) que a chegada de Isabel Ferin Cunha transformou definitivamente os respetivos conteúdos curriculares, dotando-os de maior especificidade e rigor metodológico. Criada em 1997 como seminário anual do 4.º ano, último ano da licenciatura, a Análise dos *Media* apresentava-se com o objetivo de “desenvolver a capacidade analítica e crítica dos alunos perante os dispositivos e as retóricas dos *media*”. Nos conteúdos programáticos então propostos predominam os conteúdos de Narratologia e de Teorias do Jornalismo. Aliás, na bibliografia sugerida, apenas um título reflete o pensador analítico e metodológico da disciplina: tratava-se da obra *Metodologías Cualitativas de Investigación en Comunicación de Massas* de Jensen & Jan-kowski. No segundo ano do seu funcionamento, o seminário é assumido por Maria João Silveirinha, que se mantém na regência da disciplina até 2006. Nos dois primeiros anos do seu magistério, esta professora opta por programas fundamentalmente teóricos, induzindo a reflexões sobre o espaço público e as relações entre poder e *media*, na linha das abordagens críticas de Chomsky,

a informação encontra-se disponibilizada na plataforma Nónio da Universidade de Coimbra. Cumpre-nos um agradecimento à Dra. Manuela Santos, técnica superior do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação, que teve a amabilidade de recolher toda esta informação.

² Referimo-nos aos 1.º e 2.º Ciclos de Jornalismo e Comunicação e ao 3.º Ciclo de Ciências da Comunicação.

Foucault e Habermas. No ano letivo de 2000/2001, o programa do seminário de Análise dos *Media* é alterado, introduzindo-se um módulo sobre metodologias de análise, sendo estas sobretudo de natureza qualitativa e ‘importadas’ da Narratologia: os efeitos de real, as teorias do acontecimento, os enquadramentos. No ano seguinte³, existe nova alteração dos conteúdos: já se faz referência a metodologias quantitativas e qualitativas, dedicando-se particular atenção à Análise Crítica do Discurso.

A grande mudança no programa de Análise dos *Media*, que se mantinha como seminário anual obrigatório do último ano da licenciatura (4.º ano), acontece em 2003/2004, com a chegada de Isabel Ferin Cunha ao então Instituto de Estudos Jornalísticos. As alterações são bem visíveis: um pendor analítico mais acentuado, procurando respeitar a natureza empírica da disciplina; um maior rigor metodológico e conceptual, visível na discriminação de metodologias e na especialização da bibliografia; objetivos mais bem definidos (por exemplo, passa a integrar o programa da unidade curricular um conjunto de temas e de problemas da atualidade a partir das quais os/as estudantes elaborariam, sob orientação tutorial, um trabalho final de análise)⁴.

Assim, embora a Análise dos *Media* tenha, cedo, integrado os programas de estudo dos cursos da área da Comunicação na Universidade de Coimbra, coube a Isabel Ferin Cunha um franco contributo para a consolidação epistemológica e metodológica da área, a que não são alheios também os sucessivos projetos de investigação que coordenou dos quais se destaca a análise da cobertura que os *media* portugueses fizeram dos imigrantes, no início do novo milénio, do qual resultou a publicação de três estudos, realizados sob a égide do Observatório da Imigração do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Cunha, 2004, 2006 e 2008); e, mais recente, o projeto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, “Corrupção política

³ Neste ano letivo de 2001/2002, o seminário de Análise dos *Media* é partilhado entre Maria João Silveirinha e Carlos Camponéz, assistente convidado então recém-chegado à Faculdade de Letras. Contudo, não tivemos acesso ao programa proposto por este colega, pois não se encontra divulgado nos Guias de Curso que eram publicados pela Faculdade.

⁴ Note-se que, desde o seu início, a avaliação do Seminário de Análise dos *Media* pressupunha a produção de um trabalho final de análise. A diferença essencial a partir do ano letivo de 2003/2004 é que os temas e as problemáticas passam a estar explicitadas com clareza nos documentos de suporte ao curso.

nos *media*: uma perspetiva comparada: Portugal, Brasil e Moçambique”⁵. Em qualquer destes projetos, a Análise dos *Media* foi uma área estruturante, presente não apenas nas metodologias utilizadas, mas também, desde logo, nos pressupostos teóricos e nos objetivos.

Em 2011, Isabel Ferin Cunha apresentou-se a provas de Agregação e escolheu precisamente a Análise dos *Media* como área disciplinar a desenvolver. Destas provas resultou a publicação, no ano seguinte e com chancela da Imprensa da Universidade de Coimbra, da obra *Análise dos Media*. Aliando o rigor científico a uma sistematização clara e coerente, esta obra constituiu-se como uma referência no campo dos Estudos em Comunicação do mundo lusófono. Trata-se de um trabalho de síntese, que se revela, a diversos títulos, inovador e que teve um impacto considerável na afirmação epistemológica da disciplina em questão: a forma como nele se evidencia a transversalidade e a interdisciplinaridade deste campo de estudos, recenseando um conjunto de teorias e de autores fundamentais para o pleno entendimento deste campo; a demonstração de como a Análise dos *Media* é uma área sensível, mas fulcral, para perspetivar o jornalismo e os *media* na complexidade das sociedades contemporâneas; o modo claro como descreve as diferentes propostas metodológicas, ilustrando-as com exemplos concretos inspirados nos diversos projetos que coordenou.

Nesta obra, destacam-se quatro núcleos fundamentais. No primeiro núcleo, desenvolve-se o enquadramento teórico, sublinhando-se precisamente a matriz interdisciplinar e humanista da disciplina, radicada na Teoria Social e em correntes históricas de pensamento. Num segundo núcleo, correspondente ao desenho das etapas de pesquisa, explica-se de forma sumária a contextualização do objeto de pesquisa, bem como as diferentes etapas da investigação. Num terceiro momento, descrevem-se as metodologias de análise dos *media*, com especial acuidade as técnicas de análise de conteúdo consideravelmente mais desenvolvidas do que as técnicas de análise textual. Finalmente, o quarto núcleo é de suma importância, dado o pendor pedagógico deste livro, apresentando uma bibliografia comentada, fundamental para estudantes e académicos que iniciam as suas investigações neste domínio.

⁵ <https://corrupcaopoliticacimj.wordpress.com/> (consultado a 26/07/18).

Embora a Análise dos *Media* seja objeto de vasta produção internacional, a obra de Isabel Ferin Cunha foi inovadora no mercado editorial lusófono, pois procedeu a um circunstanciado estado da arte, fazendo uma revisão bibliográfica crítica e cuidada, e sistematizando os principais instrumentos teóricos e metodológicos congeados por esta área disciplinar.

Este é, portanto, o ponto de partida do texto que aqui se propõe: as metodologias de Análise dos *Media*, tais como foram desenvolvidas e sistematizadas por Isabel Ferin Cunha. As ‘análises textuais’, tal como as define, são metodologias qualitativas de análise que permitem uma apreensão global dos conteúdos e dos significados dos discursos, indo além da representação quantitativa:

Para muitos pesquisadores (...) a construção de uma base de dados e a aplicação a um conjunto de textos (...) não garante a apreensão dos conteúdos e muito menos dos significados presentes nos textos e discursos. Por esta razão (...) procuram integrar nesta análise procedimentos que visam captar características da análise textual, tais como a narrativa, a argumentação e a retórica. (Cunha, 2012: 87).

Têm, por isso, uma matriz europeia e humanista estreitamente ligada aos Estudos Linguísticos, aos Estudos Literários e à Filosofia: as análises semiológicas, a análise do discurso ou a análise crítica do discurso. São estas três tipologias de análise qualitativa contempladas por Isabel Ferin Cunha na obra em apreço. Em todos os casos, trata-se de subáreas cujos alcance e relevância teórica, emergindo em contextos exteriores aos Estudos sobre os *Media*, migram para a nova área de estudos, adaptando conceitos e metodologias à análise de objetos mediáticos (Cunha, 2012: 87-95)⁶.

Parece-nos, contudo, que este elenco, discriminado na obra, pode ser enriquecido com uma outra área cujos desenvolvimentos recentes justificam que

⁶ Mais recentemente, em capítulo publicado na obra *A linguagem na Pólis*, que retoma boa parte da obra *Análise dos Media*, a autora mantém a mesma proposta de análises textuais, tal como descrita em 2012 (Cunha, 2016).

seja considerada: trata-se dos Estudos Narrativos Mediáticos⁷ resultantes de uma evolução da Narratologia⁸, área disciplinar originalmente ligada ao Estruturalismo francês e aos Estudos Literários:

Narratology came into existence under the banner of a science of literature. To justify its status as a principled set of postulates and analytic and descriptive procedures, it, along with other disciplines adhering to the structuralist model, adopted structural linguistics as a “pilot-science.” Such credentials, it was thought, provided narrative theory with a reliable paradigm for working out a theoretical model common to all narratives, both existent and possible (Pier, 2011: 336).

Embora também na academia alemã se tenham publicado trabalhos de referência sobre o estudo da narrativa, de que Stenzel é um exemplo, foi de facto o Estruturalismo francês, influenciado pela Semiologia de Saussure, pela Antropologia de Lévi-Strauss e pela Gramática Gerativa de Noam Chomsky, que afirmou a Narratologia como variante da teoria da narrativa metodologicamente coerente⁹. De todos os nomes dos estruturalistas, um se destaca pelo poder de sistematização e pelo rigor metodológico: Gérard Genette, responsável pela criação da *lingua franca* da Narratologia (Meister, 2014), que lança, em 1972, *Figures III*, contribuindo decisivamente para o estudo sistemático

⁷ Embora as bibliografias anglo-saxónica e francesa continuem a utilizar o termo Narratologia ou Narratologias, em Portugal, Carlos Reis defende a substituição do conceito pelo de Estudos Narrativos (Reis, 2015). Aliás, J. Pier, por exemplo, insiste na necessidade de distinguir a Narratologia – uma forma particular da teoria da narrativa – dos Estudos Narrativos – termo genérico que cobre diversas disciplinas e abordagens (Pier, 2011).

⁸ O termo Narratologia foi cunhado por Todorov, em 1969, embora só tenha entrado na gíria científica no fim da década de 70, depois da publicação de *Narratology. Introduction to the theory of narrative* de Mieke Bal. No entanto, e sem sair do século XX, conseguem rastrear-se um conjunto de abordagens à narrativa, muitas delas absolutamente determinantes do modo como os Estruturalistas da década de 60 se apropriaram do campo de estudo e o erigiram como disciplina: nomes como os de Forster ou Propp, Jakobson ou Todorov, Bakhtin ou Greimas foram determinantes para a construção de uma teoria da narrativa que apenas na década de 60 conhece sistematização.

⁹ O número 8 da revista *Communications*, saído em 1966, é um marco de afirmação de autores como Barthes (análise estrutural da ação narrativa), Bremond (lógica narrativa), Metz (sintagmática narrativa do filme), Todorov (categorias da narrativa).

das estruturas e técnicas narrativas e para a estabilização conceptual e metodológica da área¹⁰.

Da Narratologia às Narratologias

Apesar de terem produzido numa época em que as grandes narrativas fundacionais e canónicas ainda pertenciam ao campo literário, estes narratologistas clássicos começaram a dedicar alguma atenção a formas narrativas não literárias que, progressivamente, sobretudo depois da massificação da televisão como novo *medium*, entravam no quotidiano de consumo das sociedades ocidentais. Referimo-nos aos valiosos contributos publicados na revista *Communications* em 1966, por Roland Barthes, Umberto Eco ou Jules Gritti¹¹. As palavras de Barthes, que abrem o seu famoso ensaio “Introduction à l’analyse structurale des récits”, traduzem precisamente esta abertura¹²:

(...) le récit peut être supporté par le langage articulé, oral ou écrit, par l’image fixe ou mobile, par le geste, et par le mélange ordonné de toutes ces substances; il est présent dans le mythe, la légende, la fable, le conte, la nouvelle l’épopée, l’histoire, la tragédie, le drame, la comédie, la pantomime, le tableau peint, (...) le vitrail, le cinéma, les comics, le fait divers, la conversation (Barthes, 1966: 1).

Marie-Laure Ryan, impulsoradora da Narratologia Transmedia, reconhece precisamente que a natureza transmediática da narrativa havia sido já percebida pelos estruturalistas que legitimaram o estudo de formas de representa-

¹⁰ Dez anos depois, Genette reformula estas propostas iniciais publicando *Nouveau Discours du Récit*.

¹¹ Veja-se o artigo de Umberto Eco, intitulado “James Bond: une combinatoire narrative”, dedicado à leitura semiótica de *Casino Royal* da saga Bond (Eco, 1966); ou ainda o ensaio de Jules Gritti que analisa a cobertura jornalística da morte do Papa João XXIII em onze quotidianos franceses (Gritti, 1966).

¹² Muito recentemente, Carlos Reis, a propósito do centenário do nascimento do semiólogo francês, escreveu: “Cem anos depois do nascimento de Roland Barthes, é tempo de dizer que o seu contributo foi decisivo para estarmos onde estamos. Falarei, de forma breve, de três etapas dos estudos *sobre* a narrativa (expressão a não confundir com *estudos narrativos*), durante os últimos 50 anos” (Reis, 2015).

ção não verbal (publicidade, fotografia, cinema, televisão), embora a matriz saussureana e, posteriormente, o magistério de Genette tivessem impedido que tais estudos se desenvolvessem e afirmassem de pleno direito (Ryan, 2014).

Depois do declínio do Estruturalismo, a teoria da narrativa conheceu, na última década do século XX, um “revivalismo notável”, e, desde o início do novo milénio, a Narratologia tem sofrido transformações, alargamentos e contaminações que exigem hoje uma revisão quer da singularidade do conceito, quer da sua matriz estruturalista e literária. Em 1999, escrevia David Herman a respeito do alargamento deste campo de estudos:

This broad usage reflects the evolution of narratology itself (...) No longer designating just a subfield of structuralist literary theory, narratology can now be used to refer any principal approach to the study of narrative organized discourse, literary, historiographical, conversational, filmic, or other (Herman, 1999: 27).

Este expansionismo é também tributário do chamado “narrative turn”, tal como o descreveu Martin Kreiswirth (1995 e 2005), que influenciou as Ciências Sociais, as Humanidades e até áreas científicas como a Medicina e a Psicologia. A apropriação da narrativa por diversas áreas e subáreas das Ciências Sociais e das Humanidades tem-se revelado, ao longo das três últimas décadas, muito útil e promissora, assentando fundamentalmente em três propriedades da narrativa: a sua temporalidade, o seu sentido e a sua dimensão social (Elliott, 2005: 1-16). Sabe-se que, a partir da década de 70 do século passado, o interesse pela narrativa se desloca do seu campo original – a teoria da literatura – para diversas outras disciplinas¹³: da História à Ciência Política, da Psicologia à Antropologia, da Linguística ao Direito: “Indeed, the ‘narrative turn’ has emerged in the context of a new wave of philosophical discussion on the relationships between self, other, community, social, political and historical dynamics” (Goodson & Gill, 2011: 18).

¹³ Embora seja difícil apontar com precisão o momento em que a narrativa passa a fazer parte das metodologias da pesquisa social, sabe-se que, já desde o início do século XX, nos domínios da Antropologia e da Sociologia, eram correntes métodos pesquisa de “life history”.

A bibliografia existente sobre o movimento expansionista da Narratologia, que consente que hoje se adote o termo plural de ‘Narratologias’, cunhado em 1999 por David Herman, é muito rica e diversos são os autores que problematizam as relações entre a Narratologia e outras áreas disciplinares (Kindt, 2008; Meister, 2014; Pier, 2011; Ryan 2014; Wolf, 2011). Esta pluralização está patente quer em variantes metodológicas – narratologia natural (Fludernik, 1996), narratologia crítica (Fehn, 1992), narratologia cognitiva (Herman, 2005; 2013) –, quer em variantes temáticas – narratologia feminista ou narratologia pós-colonial.

A Narratologia Pós-Clássica¹⁴ afirma-se, essencialmente, através de duas tendências: por um lado, o alargamento da área a campos exteriores à literatura, por outro, através da importação e exportação de conceitos e teorias de e para outras disciplinas. Em 1997, na segunda edição da obra *Narratology. Introduction to the theory of narrative*, Mieke Bal dá um importante contributo para a abertura do campo de estudo da Narratologia, ao incluir na sua teoria narrativa o estudo do cinema e do bailado. Aliás, no prefácio que escreve para esta segunda edição, confessa que um dos motivos que o levou a rever e reeditar a obra, com a qual já não se identificava totalmente, foi precisamente a necessidade de descentrar a atenção da narrativa literária para outros campos como a antropologia ou as artes visuais e performativas:

Even more decisively, my recent work has been less oriented towards literary narrative than to narrative in such diverse domains as anthropology, visual art and the critique of scholarship. (...) Narratology is more important than ever, not only in literary studies but in history, (...) in cultural studies (...), in film studies (Bal, 1997: xiii-xiv).

Estas novas narratologias – que alguns autores arrumam sob a categoria de Narratologia Pós-Clássica – têm conhecido desenvolvimentos diversos,

¹⁴ Como esclarece J. Pier, a Narratologia Pós-Clássica foi proposta em 1997 por David Herman e designa o renascimento e as transformações da Narratologia iniciados na década anterior. Não deve ser confundida com a Narratologia Pós-Estruturalista, uma vez que esta é um dos ramos da pós-clássica, e não é uma atividade unificada, incorporando antes uma diversidade de paradigmas, modelos, premissas teóricas e metodologias (Pier, 2011).

existindo essencialmente, segundo Fludernik (2011) e Meister (2014), três paradigmas dominantes: as narratologias contextuais/locais, a narratologia cognitiva e as abordagens transgenéricas e transmedia. Pesem embora as diferenças que as distinguem e que não cabe aqui descrever com pormenor, as três abordagens comungam de alguns princípios que contrastam com o modelo narratológico anterior: a matriz interdisciplinar, nomeadamente os cruzamentos com áreas como o Cognitivismo ou a Inteligência Artificial; a valorização dos processos de leitura e receção na construção da narratividade; a integração do contexto na teoria e análise da narrativa; a diversificação dos objetos de estudo, que podem ser quaisquer narrativas independentemente das linguagens de que se alimentam ou dos *media* que as veiculam.

Os Estudos Narrativos e os *Media Studies*

Embora o expansionismo e a pluralização da área tenham alguns críticos¹⁵, eles constituem também importantes etapas de renovação disciplinar, possuindo inúmeras virtualidades, nomeadamente para o campo que aqui nos interessa desenvolver: o da Análise dos *Media*.

À semelhança do que tem sucedido com outras áreas, também os Estudos sobre *Media* e Jornalismo têm beneficiado de métodos, conceitos e teorias oriundos das narratologias (clássica e pós-clássicas), embora este diálogo interdisciplinar esteja longe de gerar consensos, quer entre narratologistas, quer entre investigadores das Ciências da Comunicação. A matriz estruturalista e humanista da Narratologia e, sobretudo, a sua original ligação à textualidade literária são dois fatores de resistência à aceitação pacífica destes processos de hibridização.

¹⁵ Um desses críticos é Tom Kindt que, em 2009, alerta para alguns riscos da pulverização da Narratologia e desconstrói o argumentário dos novos narratologistas, defendendo que a Narratologia deve permanecer o que é: essencialmente uma ferramenta de análise e não uma teoria da interpretação (Kindt, 2009). Embora assumindo uma posição mais matizada, também Werner Wolf pondera algumas desvantagens deste alargamento – o desprezo pelos limites da especialização e a fragmentação das áreas disciplinares – apelando a uma contenção para que a Narratologia promova uma autorreflexão (Wolf, 2011).

Contudo, teorias como o construtivismo, que explica as notícias dos *media* como produtos textuais e discursivos que resultam de uma construção profissional que os jornalistas fazem a partir da realidade (Tuchman, 1993 e 2001)¹⁶; ou a teoria do enquadramento¹⁷, que permite explicar o modo como são produzidos e interpretados os acontecimentos mediáticos com base em esquemas interpretativos (Correia, 2011; Van Dijk, 2005;) são exemplos de como, dentro dos estudos de comunicação e de *media*, se recorre a instrumentos e conceitos que radicam na narratologia. O conceito de enredo, de intriga, de personagem, de focalização são elementos importados da Narratologia clássica e adaptados à análise das narrativas mediáticas¹⁸.

No mundo francófono, coube essencialmente ao Observatoire de Recherche sur les Médias et le Journalisme (ORM), sediado na Université Catholique de Louvain-la-Neuve, carrear o conceito de narrativa para o campo de estudo dos *media* e da comunicação. Na senda da ética narrativa de Paul Ricoeur, diversos estudos têm sido produzidos por investigadores deste Observatório: as potencialidades narrativas dos diferentes *media*; a centralidade da ‘narrativa mediática’ na construção das identidades coletivas; a adaptação da tripla mimese de Ricoeur à produção, disseminação e consumo das narrativas que os *media* veiculam. A eles se deve a definição de narrativa mediática, de personagem mediática e a instituição da subárea Narratologia Mediática.

¹⁶ “(...) as notícias não espelham a sociedade. Ajudam a constituí-la como um fenómeno social partilhado, dado que no processo de descrição de um acontecimento, as notícias definem e moldam esse acontecimento (...)” (Tuchman, 2001: 92).

¹⁷ O enquadramento ou *framing* é a moldura do acontecimento: é o que organiza o evento e determina o envolvimento do leitor (Tuchman, 1976/1993: 259). É constituído, segundo João Carlos Correia, por objetos, palavras, símbolos que promovem “uma interpretação de uma situação problemática, frequentemente acompanhada por um julgamento moral que transporta uma carga emocional”. Acrescenta o autor que são “elementos básicos que governam os acontecimentos sociais e o nosso envolvimento subjetivo neles (...). São esquemas de interpretação graças aos quais determinados acontecimentos aos quais prestamos atenção são tornados visíveis e organizados (Correia, 2011: 51).

¹⁸ Não cabe, no âmbito deste capítulo, uma descrição exaustiva de trabalhos neste domínio. Contudo, selecionam-se os seguintes: Fulton *et al.*, 2005 (análises de rádio, TV, jornais, publicidade sob uma perspetiva narrativa); Lits, 2008 (sobre narrativa mediática); Marion, 1997 (sobre narrativa mediática); Mesquita, 2004 (sobre personagem jornalística); Motta, 2004 (sobre análise narratológica e jornalismo); Peixinho & Araújo, 2017 (sobre narrativa e media).

Marc Lits, um dos membros fundadores do ORM e um dos autores de diversos títulos de relevo¹⁹, defendeu, em texto recente, a vitalidade da Narratologia Mediática, entendendo que esta pode constituir-se como um contributo significativo na análise dos *media* contemporâneos, nomeadamente, dando conta de um conjunto de alterações das práticas profissionais, das condições de produção e de receção, provocadas pelo advento da *web*. Na opinião deste investigador, o conceito de narrativa mediática pode cobrir um conjunto de problemáticas do funcionamento dos *media* na atualidade, permitindo: i) compreender a relação entre os diversos dispositivos de mediação e a estrutura das narrativas; ii) problematizar o consumo e a coprodução de narrativas em novos ambientes digitais; iii) equacionar a emergência do modelo do *storytelling* e das questões éticas a ele inerentes; iv) explicar o recrudescimento do jornalismo narrativo (que se verifica quer no mundo anglo-saxónico, quer no mundo francófono). Para tal, sugere Lits, deve a Narratologia “reinventar-se”, revisitando os modelos teóricos da Narratologia clássica e da Semiologia, mas abrir-se a uma Hipernarratologia que permita “compreender que a dimensão narrativa está cada vez menos do lado do emissor-produtor, mas, graças aos elementos de circularidade e de alteridade, (...) cada vez mais na instância de receção que constrói, ela, a sua própria narrativa numa polifonia enunciativa” (Lits, 2015: 29).

Também Helen Fulton e Rosemary Huisman olham os *media* (jornais, rádio, televisão, cinema) sob a perspetiva narratológica, procurando compreender de que forma constroem e disseminam narrativas e como podem ser teorizados os processos de produção e de significação dessas narrativas mediáticas. Para o efeito, recuperam conceitos e métodos da Narratologia clássica e adaptam-nos ao estudo das narrativas mediáticas que entendem como produtos culturais e económicos, produzidos em função das audiências e, muitas vezes, responsáveis pela criação dos novos mitos que alicerçam a nossa visão ocidental do mundo (Fulton, 2005).

Marie-Laure Ryan é, indiscutivelmente, uma das autoras que mais contributos tem dado para o estudo narrativo dos diferentes *media*, desde as obras seminais *Narrative across Media* (2004) ou *Avatars of Story* (2006). Esta

¹⁹ Refira-se a título ilustrativo a obra *Du Récit au Récit Médiatique* (Lits, 2008).

autora, além de propor um conceito mais flexível e menos prescritivo de narrativa, dedica a sua atenção a diversos *media*, especialmente eletrônicos, mostrando como a narrativa, que transcende culturas e dispositivos de mediação, se diversifica sob várias metamorfoses. Apresenta um modelo de narratividade de base cognitiva e distingue dois grandes conjuntos de textos: aqueles que são compostos como uma narrativa e os que possuem propriedades que permitem ao leitor lê-los como narrativas. Esta distinção é essencial porque liberta o conceito de narratividade das amarras do *medium* e da linguagem, permitindo estudá-lo em vários contextos mediáticos. Na Introdução de *Story-worlds across Media*, que escreve em conjunto com J. N. Thon, defende que o ponto de partida para o estudo da convergência mediática deve ser a discussão acerca da apropriação do sentido narrativo pelos diferentes *media*, questão que passa necessariamente pela sobreposição de conceitos da Narratologia e de categorias mediáticas. Esta relação é representada pelos autores como uma escala cujas extremidades apresentam um polo de “independência mediática” e um polo de “especificidade mediática”, entre os quais se situam diversos graus de transmedialidade:

Solid candidates for the medium-free pole are the defining components of narrativity: character, events, setting, time, space, and causality. (...) Medium specific concepts, finally, are explicitly developed for a certain medium, but they can occasionally be extended to other media through a metaphoric transfer” (Ryan e Thon, 2014a: 4).

Werner Wolf, embora assuma uma posição um pouco mais conservadora, propõe um conjunto de caminhos a seguir por quem deseja analisar os textos que circulam nos diferentes *media*. Pugna pela construção de trabalhos verdadeiramente interdisciplinares, construídos por narratologistas – ou seja, quem possui a *expertise* da análise narratológica – e por especialistas nos diversos campos do saber. Desse esforço conjunto deve nascer, segundo o autor, uma reconceptualização de narratividade e de narrativa, que passa necessariamente pelos modelos cognitivo e *transmedia*. Além do mais, esse trabalho exige a revisão de conceitos da Narratologia clássica – nomeadamente os de enredo, narrador e ulterioridade –, bem como a readaptação de técnicas de análise.

No *The Handbook of Narrative Analysis*, publicado em 2015, é sublinhada a crescente importância da abordagem narrativa aos novos *media*, nomeadamente as redes sociais, nas quais o *storytelling* assume especial relevo (Page, 2015: 329-348).

Não se esgota aqui o elenco de trabalhos, autores e correntes que têm procurado estudar os *media*, a comunicação e o jornalismo com recurso a conceitos e instrumentos dos Estudos Narrativos. Parece, contudo, serem estes suficientemente eloquentes para fundamentar a premissa deste texto: a relevância dos Estudos Narrativos para a Análise dos *Media*.

Despite its focus on specific forms of narrative and communication, the narrative paradigm has spawned far-reaching explorations of narrative in communication studies. Narrative communication is examined in interpersonal, organizational, public, and mediated contexts. (...) communication researchers analyse the many forms narrative communication takes in interviews, interactions, institutional procedures, public address, performance and media productions (...) (Haspel, 2005: 77)

O potencial metodológico para analisar os *media*

De facto, os Estudos Narrativos constituem, hoje, um campo de investigação muito rico e variado, que foi sendo apropriado por diversas disciplinas, nomeadamente pelos Estudos sobre *Media* e Comunicação. Esta apropriação, que resulta fundamentalmente da perceção da intemporalidade da narrativa como modo de comunicação, de representação e de conhecimento privilegiado (Bruner, 1986; Czarniawska, 2004), é também responsável por uma certa anarquia e assistemática.

Secundando a opinião de J. C. Meister (2014), entende-se que a Narratologia deve ser vista como uma disciplina autónoma e não apenas como uma teoria ou como um método: ela é simultaneamente uma teoria plural, que questiona e procura explicar a representação narrativa, e uma metodologia de análise, que procura analisar a relação entre os meios narrativos e o sentido da experiência (Bamberg, 2012); ela possui um objeto de estudo definido, conceitos e terminologia próprios e estruturas institucionais já estabilizadas.

Esta matriz disciplinar é fundamental no momento em que se procura o cruzamento da área com a Análise dos *Media*. Estudar as mensagens construídas e disseminadas pelos *media* numa perspetiva narratológica implica, portanto, duas operações: i) uma reflexão crítica sobre alguns conceitos-chave, como o de narratividade, o de narrativa, o de enredo, o de narrador e narratário, que poderão ser revistos e atualizados em função do contexto mediático dos objetos de estudo; ii) a sistematização de modelos de análise adaptados.

A Análise Narrativa é um método de natureza qualitativa, que pode complementar as análises de conteúdo, mas que possibilita o acesso a abordagens holísticas, que permitem dar conta do modo como os *media* constroem e disseminam histórias, em função de contextos, mobilizando conhecimentos do mundo, alterando relações de poder, construindo identidades individuais e grupais. Porém, ao contrário de outro tipo de análises qualitativas, como a Semiótica ou a Análise do Discurso, não há um modelo único de análise narrativa, nem esta pode ser sistematizada através de uma grelha esquemática. Os métodos de análise narrativa são tão variados quanto a diversidade de campos disciplinares em que operam e de objetos em que se focam: “Investigator’s definitions of narrative lead to diferente methods of analysis, but all require them to construct texts for further analysis, that is, select and organize documents” (Riessman, 2005: 2). Também Charles Smith, comparando os métodos de análise de conteúdo com a análise narrativa, sublinha precisamente que os métodos da análise narrativa variam muito em função dos objetos de estudo e das premissas teóricas das áreas disciplinares (Smith, 2000). Este autor adianta, porém, que qualquer análise narrativa, independentemente da natureza do objeto, deve seguir um conjunto de etapas similar àquelas que estão previstas nas análises de conteúdo: i) uma prévia e clara definição dos objetivos da pesquisa, pois deles dependerá o sistema de análise a adotar; ii) a delimitação do tipo de material a analisar; iii) a compreensão do contexto em que as narrativas são geradas (Smith, 2000).

Embora haja ainda caminho a percorrer neste domínio, a Análise Narrativa dos *media* parece ser uma metodologia a considerar, sobretudo para procurar resposta para algumas problemáticas dos *media* atuais: haverá uma linguagem própria dos novos *media*? Que práticas sociais são induzidas pelas narrativas em ambiente digital? Qual o impacto da interatividade e do “empo-

deramento” dos leitores na construção das narrativas do espaço público? Qual a relação entre estas ‘novas’ narrativas e a representação?

Além de poderem contribuir para o esclarecimento destas questões, parece-nos que os Estudos Narrativos Mediáticos, ao mobilizarem um conjunto de reflexões teóricas sobre a narrativa como modo de representação e de comunicação e ao disponibilizarem um conjunto de ferramentas metodológicas de análise, poderão ser também um importante campo para a construção da literacia mediática, afinal um dos objetivos da *Análise dos Media*. Se a narrativa é, para roubar a sugestiva metáfora de Maria Augusta Babo, “uma máquina de textualização do mundo e da experiência” e, portanto, um “dispositivo de mediação conferidor de sentido” (Babo, 2017: 71, 82), então olhar as narrativas que circulam em diferentes *media*, construídas com múltiplas linguagens, é tarefa fundamental para se perceber que mundo é construído pelos *media*, que figuras o povoam, como se representam os temas e as instituições, que sentidos são disseminados e de que formam são ou devem ser apropriados. A capacidade de aceder aos *media*, de modo compreensivo e crítico, depende em parte da nossa capacidade de assimilar, decodificar e ressignificar as histórias por eles veiculadas.

Bibliografia

- BABO, M. A. (2017). “Considerações Críticas sobre a Máquina Narrativa”. In: Peixinho, A. T. & Araújo, B. (Orgs.). *Narrativa e Media: géneros, figuras e contextos* (pp. 71-102). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BAMBERG, M. (2012). “Narrative Analysis”. In: Cooper, H., Camic, P. M., Long, D. L., Panter, A. T., Rindskopf, D., & Sher, K. J. (Eds.). (2012). *APA handbook of research methods in psychology*, Vol. 2. Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological (pp. 77-94) Washington, DC, US: American Psychological Association.
- BAL, M. (1997). *Narratology. Introduction to the Theory of Narrative*. 2nd edition. Toronto, London: University of Toronto Press.
- BARTHES, R. (1966). “Introduction à l’analyse structurale des récits”. In: *Communications*, Vol. 8, 1-27.

- BRUNER, J. (1986). *Actual Minds, Possible Worlds*. Cambridge: Harvard University Press.
- CORREIA, J. C. (2011). *O Admirável Mundo das Notícias. Teorias e Métodos*. Covilhã: LabCom.
- CUNHA, I. F. (2016). “Análises dos *Media*. Do conteúdo ao discurso”. In: Corrêa-Cardoso, J. & Fialho, M. C. (Coords.) *A linguagem na Pólis* (pp. 239-267). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CUNHA, I. F. (2012). *Análise dos Media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CUNHA, I.F.; Santos C.A. (coord.) (2008). *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- CUNHA, I.F., SANTOS, C.A., VALDIGEM, C.& FILHO, W. (2006). *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- CUNHA, I. F.; SILVEIRINHA, M. J.; PEIXINHO, A. T. e SANTOS, C. A. (2004). *Media, Imigração e Minorias étnicas*. Lisboa: A.C.I.M.E.
- CZARNIASWSKA, B. (2004). “The Narrative Turn in Social Studies”. In: *Narratives in Social Science Research* (pp.1-16). London: Sage Publications.
- ECO, U. (1966). “James Bond: une combinatoire narrative”. In: *Communications*, N.º8, 77-93.
- ELLIOTT, J. (2005). *Using Narrative in Social Research*. London: Sage Publications.
- FEHN, A. et. al. (Eds.) (1992). *Neverending Stories. Toward a Critical Narratology*. Princeton: Princeton University Press.
- FLUDERNIK, M.; OLSON, G. (2011). “Introduction”. In: Olson, G. (Ed.). *Current Trends in Narratology* (pp. 1 – 24). Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- FLUDERNIK, M. (1996). *Towards a ‘Natural’ Narratology*. London: Routledge.
- FULTON, H. et al. (Eds.) (2005). *Narrative and Media*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GOODSON, I. F.; GILL, S. R. (2011). “The Narrative Turn in Social Research”. In: *Counterpoints*, Vol. 386, 17-33.
- GRITTI, J. (1966). Un récit de press: les derniers jours d’un ‘grand homme”. In: *Communications*, N.º8, 94-101.
- HASPEL, K. C. (2005). “Communication Studies and Narrative”. In: HERMAN, D. et al. *The Routledge Encyclopedia of Narrative Texts* (pp. 76-78). London and New York: Routledge.
- HEINEN, S. & SOMMER, R. (Eds.) (2009). *Narratology in the age of the Cross-Disciplinary Narrative Research*. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

- HERMAN, D. (2013). "Cognitive Narratology". In: Hühn, P. et al. (Eds.). *The Living Handbook of Narratology*. Hamburg: Hamburg University. <http://www.lhn.uni-hamburg.de/article/narration-various-media> (view 3th August, 2018).
- HERMAN, D. (2004). "Toward a Transmedial Narratology". In: Ryan, M.-L. (Ed.). *Narrative Across Media. The language of Storytelling* (pp. 47-75). Lincoln/London: University of Nebraska Press.
- HERMAN, D. et al. (2005). *The Routledge Encyclopedia of Narrative Texts*. London and New York: Routledge.
- KREISWIRTH, M. (2005). "Narrative Turn in the Humanities". In: HERMAN, D. et al. *The Routledge Encyclopedia of Narrative Texts*. London and New York: Routledge, pp. 377-382.
- KREISWIRTH, M. (1994). "Tell me a story: the narrativist turn in the Human Sciences". In: Kreistwirth, M & Carmichael, T. (Eds.). *Constructivist Criticism: The Human Sciences in the age of theory* (pp. 61-87). Toronto: University of Toronto Press.
- KINDT, T. (2009). "Narratological Exapansionism and Its Discontents". In: HEINEN, S. & SOMMER, R. (Eds.) (2009). *Narratology in the age of the Cross-Disciplinary Narrative Research*. Berlin/New York: Walter de Gruyter, pp. 35-47.
- KINDT, T. & MÜLLER, H. (2003). *What is Narratology?* Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- LITS, M. (2015). "As investigações sobre Narrativa Mediática e o futuro da Imprensa". In: *Mediapolis*, 1, 15-29.
- LITS, M. (2008). *Du récit au récit médiatique*. Bruxelles: DeBoeck.
- MARION, P. (1997). "Narratologie Médiatique et Médiagénie des récits". In: *Recherches en Communication*, N.º 7, 61-88.
- MEISTER, J. C. (2014). "Narratology". In: Hühn, P. et al. (Eds.). *The Living Handbook of Narratology*. Hamburg: Hamburg University. <http://www.lhn.uni-hamburg.de/article/narratology> (view 13th July 2018).
- MESQUITA, M. (2002). "Personagem Jornalística: da Narratologia à Deontologia". O Quarto Equívoco. O poder dos media na Sociedade Contemporânea. Coimbra: MinervaCoimbra.
- MEUTER, N. (2013). "Narration in Various Disciplines". In: Hühn, P. et a. (Eds.). *The Living Handbook of Narratology*. Hamburg: Hamburg University. <http://www.lhn.uni-hamburg.de/article/narration-various-disciplines> (view 13th July 2018).

- MOTTA, L. G. (2004). *Narratologia: análise da narrativa jornalística*. Brasília: Casa das Musas.
- NÜNNING, A. (2003). "Narratology or Narratologies?". T. Kindt & H. Muller (Eds.). *What is Narratology?* (pp. 239-275). Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- PAGE, R. (2015). "The Narrative Dimensions of Social Media Storytelling: Options for Linearity and Tellership". In: DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. (Eds.). *The Handbook of Narrative Analysis* (pp. 329-348). Malden: Wiley Blackwell.
- PIER, J. (2011). "Is there a French postclassical Narratology?". In: Olson, G. (Ed.). *Current Trends in Narratology* (pp. 336 – 362). Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- REIS, C. (2015). "Arqueologia dos Estudos Narrativos". <https://figurasdaficcao.wordpress.com/2015/06/07/arqueologia-dos-estudos-narrativos/> (acedido a 9 de junho de 2015).
- RIESSMAN, C. K. (2005). "Narrative Analysis". In: Narrative, Memory and Everyday Life (pp. 1-7). Huddersfield: University of Huddersfield.
- RYAN, M.-L. (2014). "Narration in various media". In: Hühn, P. et al. (Eds.). *The Living Handbook of Narratology*. Hamburg: Hamburg University. <http://www.lhn.uni-hamburg.de/article/narration-various-media> (view 13th July 2018).
- RYAN, M.-L. (2014). "Story/Worlds/Media: Tuning the Instruments of a media-conscious Narratology". In: Ryan, M.-L. & Thon, J.-N. (Eds.). *Storyworlds Across Media* (pp. 25-49). Lincoln/London: University of Nebraska Press.
- RYAN, M.-L.; THON, J.N. (2014a). *Storyworlds across media. Toward a media conscious Narratology*. Lincoln and London: University of Nebraska Press.
- RYAN, M.-L. (2004). *Narrative across Media*. Lincoln/London: University of Nebraska Press.
- SMITH, C. P. (2000). "Content Analysis and Narrative Analysis". In: REIS, T.; JUDD, C. (Eds.). *Handbook of Research Methods in Social and Personality Psychology* (pp.131-335). Cambridge: Cambridge University Press.
- THON, J.-N. (2014). *Transmedial Narratology and Contemporary Culture*. Lincoln/London: University of Nebraska Press.
- TUCHMAN, G. (1978/2001). "As notícias como realidade construída". In: Esteves, J. P. (Org.). *Comunicação & Sociedade*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 91-104.
- TUCHMAN, G. (1976/1993). "Contando 'estórias'". In: Traquina, N. (Org). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega, pp. 258-262.

- VAN DIJK, T. (2005). “Notícias e Conhecimento”. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. II, N.º 2, 13-29.
- WOLF, W. (2011). “Narratology and Media(lity): The transmedial expansion of a literary discipline and possible consequences”. In: Olson, G. (Ed.). *Current Trends in Narratology* (145-181). Berlin/New York: Walter de Gruyter.
- ZAGALO, N.; OLIVEIRA, S. (Eds.) (2014). *Abordagens da Narrativa nos Media*. Universidade do Minho: CECS.

A MEDIATIZAÇÃO DA CIDADANIA E DA POLÍTICA

Introdução

O duplo movimento de deslocação dos *media* para o centro do processo social e da política descredibilizada para as margens dos interesses de muitos cidadãos é essencial para compreender as transformações em curso na comunicação política contemporânea. Entendida como o produto da relação triangular entre o sistema político (instituições, partidos políticos), o sistema dos *media* (empresas de comunicação social, jornalistas) e a sociedade civil (cidadãos-eleitores) (Blumler e Gurevitch, 1995), a dinâmica entre esta tríade tem sofrido, nas últimas décadas, um conjunto vasto de alterações. Essas alterações manifestam-se na relação que a política e os *media* estabelecem entre si, e, igualmente, na interação dos cidadãos com a política e os *media* (Brants e Voltmer, 2011; Figueiras, 2017b).

Enquanto elemento central de ligação entre o sistema político e os cidadãos, os *media* condicionam a natureza dessa relação, forçando o sistema político a adaptar-se à lógica que governa a comunicação social, na medida em que muito do que chega ao público sobre a esfera política passa pelo filtro dos *media*. Os *legacy media* mantêm-se a fonte mais importante ou dominante de informação sobre a política na sociedade, apesar das alterações nas práticas de consumo através das plataformas digitais e das comunicações móveis (Digital News Report, 2017). Esta configuração comunicativa não anulou o espaço de interação direta entre os atores políticos e os cidadãos, mas amplificou enormemente o espaço da comunicação mediada e mediatizada, ao mesmo tempo que reduziu a capacidade do público distinguir a política da sua mediatização.

A literatura sobre a mediatização da política tem-se focado, primordialmente, na relação entre o poder político e os *media*, conceptualizando os cidadãos como alvos das estratégias políticas e da cobertura jornalística. A percepção dos cidadãos sobre a política é moldada pelo processo de mediatização, mas os cidadãos também se apropriam dos *media* e da tecnologia para expressarem seus pontos de vista, desenvolverem novas formas de ação e organização, e influenciarem o curso da política. Deste modo, os cidadãos também são agentes no processo de mediatização.

Neste capítulo, a par da mediatização da política, debatemos o que designamos por mediatização da cidadania no âmbito dos estudos em comunicação política. Nos últimos anos, Isabel Ferin Cunha tem demonstrado um interesse crescente no constructo da mediatização como enquadramento teórico das suas investigações – nomeadamente, sobre os fenómenos da corrupção no contexto lusófono –, justificando-se, assim, a escolha do tema deste capítulo.

A mediatização da cidadania

A mediatização é um conceito que pretende captar o processo de transformação social decorrente da crescente interdependência entre as mais diversas áreas da vida e as infraestruturas tecnológicas de comunicação, nomeadamente as plataformas digitais e as comunicações móveis (Couldry e Hepp, 2017). No âmbito dos estudos em comunicação política, a «descentralização» tem sido o conceito-chave utilizado para examinar as mudanças ocorridas na tradicional relação vertical entre os cidadãos, os políticos e os *media*, que têm impulsionado novas formas de cidadania articuladas com a internet e, em particular, com os *media* sociais.

No contexto em que a política convencional – a participação eleitoral, o sistema partidário e as instituições democráticas tradicionais – está em processo de desgaste contínuo, as normas da cidadania mudaram significativamente. O declínio da identificação partidária e o aumento do cinismo em relação às autoridades políticas tradicionais (Bennett e Segerberg, 2012; Dahlgren, 2013) estão associados a mudanças sociais, de onde se destacam a dissolução dos laços tradicionais e a individualização, a crescente com-

plexificação e fragmentação social, bem como a aceleração da mobilidade geográfica (Beck, 2001).

As novas modalidades de cidadania estão, igualmente, vinculadas ao ambiente mediático da vida contemporânea. No ambiente digital de intenso fluxo comunicativo, de múltiplas plataformas e canais, e onde noções de centro ou de *media* dominantes se diluíram, os indivíduos ganharam um papel preponderante na definição da relevância de conteúdos mediáticos produzidos por si, mas também pela própria indústria dos *media*. A internet abriu as portas do centro nevrálgico do poder dos *media* – o acesso à produção –, permitindo a qualquer cidadão comum tornar-se um emissor em nome individual, dando lugar ao que Manuel Castells definiu como «auto-comunicação de massas» (2009: 24). Os *media* sociais digitais, em particular, vieram, assim, libertar os indivíduos dos constrangimentos da assimetria estrutural do poder comunicativo na qual assentavam os meios de comunicação tradicionais, controlados pelo (e centrados no) emissor, numa comunicação vertical, de cima para baixo, e de um para muitos.

Esta possibilidade reflete muito mais do que uma capacidade tecnológica. Traduz um novo ambiente cultural estruturado numa comunicação descentralizada, dialógica e dinâmica. O *ethos* cultural da comunicação digital con-substancia, deste modo, novas definições de autoridade e de saber, expressas na cultura DIY/DIWO (*Do-It-Yourself/Do-It-With-Others*), impulsionando uma cultura da «participação e do fazer» (Gauntlett, 2011), em detrimento da cultura «sentada e espectadora» que dominou a segunda metade do século XX.

Os cidadãos começaram a tirar vantagem do ambiente digital interativo, encontrando nele novas formas de reivindicarem os seus interesses. Para alguns teóricos, este poder sem paralelo nas mãos dos cidadãos comuns está a minar, ainda mais, a posição do jornalismo na sociedade contemporânea, uma vez que desafia o seu papel de liderança simbólica, enquanto *watchdog* e fornecedor de informação. Ao fazê-lo, está igualmente a reconfigurar e a ultrapassar hierarquias tradicionais e relações de poder comunicativo (Deuze, 2008: 860; Castells, 2009: 24), tradicionalmente vinculadas às agendas das elites *mainstream*.

Blogs, *vlogs*, *streaming* e outras formas de comunicação interativa têm, de algum tempo a esta parte, permitido a participação ativa dos indivíduos

no processo de construção noticiosa (Deuze, 2008). Estes e outros sistemas de retorno estão a ser usados para alimentar as grandes empresas noticiosas, que emitem 24 horas por dia, mas também *media* produzidos pelos cidadãos. As pessoas comuns passaram a captar e a tornar públicos eventos, à medida que estes se desenvolvem em tempo real. Ao fazê-lo, os cidadãos estão a (cor)responder às agendas das empresas de informação, mas também a influenciar esses meios, que agendam os temas e os ângulos de interesse dos «producers».

Estes grupos têm desenvolvido estruturas de monitorização dos governos, dos parlamentos e dos partidos políticos, entre outras instituições. Ao fazê-lo, os cidadãos ampliam a noção do que constitui questões políticas e de participação. Esta tendência está relacionada com o conceito de «monitory democracy», proposto por John Keane (2009: 15). Trata-se de uma variante da política pós-representativa, definida pelo rápido desenvolvimento de diferentes mecanismos extraparlamentares e de escrutínio do poder, com o auxílio dos *media* digitais interativos. A mediatização da cidadania reflete, assim, a adaptação dos cidadãos às lógicas mediáticas, promotoras de novas modalidades de participação alternativa com os/através dos novos *media*.

Os novos movimentos sociais que eclodiram na segunda década do novo milénio como resposta à crise económica e social espoletada pelo colapso do sistema financeiro norte-americano – o *Occupy Wall Street* (Estados Unidos da América), o *Occupy London* (Inglaterra), os Indignados (Espanha), o movimento *Que se Lixe a Troika* (Portugal) (Figueiras e Espírito Santo, 2016; Figueiras, Espírito Santo e Cunha, 2015) – são uma das manifestações mais visíveis da mediatização da cidadania. Estes movimentos de protesto aproveitaram os *media* sociais, como o Facebook e o Twitter, para comunicarem de forma mais eficiente, barata e rápida. A *Net* ligou estes indivíduos entre si e mobilizou-os, ao mesmo tempo que facilitou a comunicação e a troca de informação dentro dos grupos (Curran et al, 2012).

Estas novas modalidades de cidadania relançaram o debate académico sobre a relação entre a internet, a participação política e a democracia. Este foi um debate iniciado com a implementação da internet nos finais da década de 1990 e que, desde então, tem dado azo a uma vasta teorização que pode ser

sintetizada em dois polos distintos: os «distópicos» e os «utópicos». Os primeiros consideram que a ideologia libertária do início dos desenvolvimentos da internet, associada aos valores da ciência e do serviço público dos meios de comunicação europeus (acesso, partilha e transparência), contribuiu para propagar uma retórica em torno do dispositivo que impede de ver que a internet replica, muito mais do que resolve, os problemas que o regime democrático tem *off-line* (Curran et al., 2012). Os segundos, os «utópicos» consideram que a internet permite obviar as falhas do regime democrático, por entenderem que as suas características (interatividade, conectividade e horizontalidade) potenciam os valores democráticos, facultando aos cidadãos maior acesso a informação e a formas de diálogo com o poder, o que os *media* tradicionais não permitem (e.g., Rheingold, 1994; Coleman e Blumler, 2009). Por sua vez, autores como Matthew Hindman (2009), W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2012) e Peter Dahlgren (2013), entre outros, têm desenvolvido abordagens que integram dimensões de ambas as perspetivas, reconhecendo as possibilidades que a internet oferece, sem deixar de as contextualizar nas estruturas e nos enquadramentos sociais que podem limitar o exercício da cidadania.

A adaptação e a incorporação das plataformas de comunicação digitais no exercício da cidadania, possibilitaram o desenvolvimento de novos repertórios de ação, organização e mobilização políticas. Todavia, ainda que a internet ofereça vastos novos horizontes à mediatização da cidadania, a tecnologia não muda necessariamente a forma como as pessoas pensam e agem em relação à política. A *Web* está a contribuir para a redefinição das premissas e do carácter do envolvimento político daqueles que optam por se envolver, mas a política continua a ser um uso menor da *Web* (Curran et al, 2012; Dahlgren, 2013). Acresce que estas novas modalidades podem, ainda, ser entendidas como estratégias para alcançar objectivos tradicionais de reconhecimento, ou seja, para que as vozes de protesto sejam ouvidas e valorizadas pelos poderes dominantes, pelo sistema político e pelos *media* tradicionais. Por isso, os *media* sociais têm – principalmente – permitido conceder visibilidade e publicidade às numerosas tensões, ansiedades e dúvidas vividas nas democracias ocidentais do século XXI (Figueiras e Espírito Santo, 2016; Figueiras, Espírito Santo e Cunha, 2015).

A mediatização da política

Por sua vez, a mediatização da política ocupa-se da análise da difusão da racionalidade específica dos *media* na esfera política. A tese da mediatização da política assenta, assim, em duas grandes premissas: por um lado, os *media* e a política são duas instituições distintas e, por outro, a mediatização diz respeito à política democrática (Mazzoleni e Schulz, 1999; Hajvard, 2008; Marcinkowski, 2014). É neste tipo de regime que os *media* podem ser autónomos e independentes do sistema político. Em qualquer outro tipo de configuração política, os *media* não têm margem de manobra suficiente para definirem e desenvolverem um conjunto de regras institucionais internas que obedeçam aos seus interesses específicos.

Todavia, ainda que a mediatização decorra da influência crescente dos *media* sobre as mais variadas instituições sociais, nomeadamente a política, este processo não é espoletado pelos *media*. Reconhecer que a política contemporânea investe grande parte dos seus recursos (humanos, financeiros, de tempo) na visibilidade mediática, não significa que tudo possa ser explicado em função das circunstâncias históricas e culturais da nossa época hiper-mediatizada.

Os meios de comunicação são uma condição necessária, mas não suficiente para explicar o processo de mediatização da política. A mediatização não está vinculada a uma tecnologia particular de divulgação, a uma forma organizacional específica dos meios de comunicação, à expansão do sector dos *media* enquanto área de negócio, nem à proliferação de canais de comunicação.

A história da mediatização não se explica pelo desenvolvimento dos *media*, mas pelo desenvolvimento histórico que produziu a possibilidade da mediatização. Explica-se a partir da teoria dos sistemas e do processo de diferenciação social. Ou seja, a mediatização diz respeito a um processo que deve ser contextualizado e perspectivado em conjunto com outros processos paralelos de transformação social e que estão interligados entre si. A mediatização da política é, assim, uma resposta a uma dupla contingência do sistema político: a necessidade de atenção pública para garantir a sua legitimidade e a incapacidade em conseguir atrair atenção pelos seus próprios meios.

Nas sociedades modernas, a atenção pública passou a estar vinculada aos meios de comunicação e a mediatização da política deve, deste modo, ser compreendida como uma consequência de uma limitação na autonomia sistêmica da política que os *media* suprimiram. O desenvolvimento histórico e tecnológico dos meios de comunicação transformou as características da interação social (Thompson, 1995) e criou novos campos de ação que envolvem formas distintas de visibilidade que produziram, por sua vez, mudanças nas relações de poder (Thompson, 2002).

Isto significa que a mediatização deve ser entendida primordialmente como um processo reativo a um dilema de base da especialização funcional da política e da perda de capacidade de controlo da sua própria visibilidade. Assim, outra premissa fundamental nas teses da mediatização é que esta retrata um processo que serve a manutenção da política.

Nas sociedades contemporâneas, a mediatização permite à política obter visibilidade pública e, deste modo, torna a política possível num contexto de elevada complexidade e escassez de atenção. Dito de outro modo, a mediatização diz mais respeito à viabilidade da política do que à sua destruição. Esta questão é, no entanto, objeto de intenso debate no âmbito dos estudos em comunicação política.

Autores como Gianpietro Mazzoleni e Wilfried Schulz (1999) e Thomas Meyer (2002) associam diretamente a mediatização a aspetos mais problemáticos da influência dos *media* na política e consideram ser negativa a dependência dos meios de comunicação. Thomas Meyer (2002) considera, inclusive, que esta dependência pode estar a dar lugar à colonização da política pelos *media*, descaracterizando o regime democrático. Por sua vez, Stig Hjarvard (2013) e Jesper Strömbäck e Frank Esser (2014), entre outros, perspetivam a mediatização como um processo recíproco entre os *media* e outros domínios ou campos sociais, fruto da evolução da sociedade. Consideram, então, que o processo de mediatização deve ser encarado como um conceito não-normativo. No entender dos autores, pressupor *a priori* que a mediatização é negativa representa um problema, porque um juízo tão normativo pode levar a uma narrativa geral de declínio, em que a influência dos *media* se torna sinónimo de degradação da esfera pública política ou da desintegração da sociedade civil. No esforço de transcender esta oposição binária, que tende

a cristalizar qualquer análise em um dos dois polos, devemos antes colocar a possibilidade de os efeitos da mediatização poderem ser tanto disfuncionais como funcionais.

Na era da política mediatizada, a lógica dos *media* impregnou-se na ação política e na percepção pública. Essa contaminação pode ser sintetizada em três dimensões: na «produção» de políticas ao nível do desenvolvimento de programas, resolução de problemas, negociação de interesses, processos de decisão e implementação de preferências; na «autoapresentação» da política ao nível dos planos de publicitação e justificação de resultados, e na «representação mediática» da política sob a forma de notícias.

Neste processo, a relação entre os políticos e os jornalistas tem por base formas de dependência recíprocas – os políticos precisam dos *media* para apresentar imagens favoráveis de si e os jornalistas confiam em políticos e outras fontes oficiais para poderem produzir um fluxo regular de notícias –, mas esta relação de interdependência não está isenta de conflitos e ambiguidades.

A tensão entre a lógica dos *media* e a lógica da política, ou as exigências do sistema mediático em relação ao sistema político, é real, porque os meios de comunicação e a lógica dos *media* continuam a ser percebidos como entidades externas e distintas da lógica da política para parte considerável do sistema político. Mesmo os políticos que têm menos resistência à adaptação mediática, muitos deles fazem-no no pressuposto de que jogar o jogo dos *media* é a melhor estratégia para os influenciar em benefício dos interesses políticos. Consideram também que quanto mais depressa aprenderem a antecipar as regras dos meios de comunicação, e quanto melhor se submeterem a elas para tentarem influenciar as suas imagens mediatizadas, mais rapidamente conseguirão reconquistar a sua autonomia.

A aproximação da política aos *media* começou por ser feita de modo mais ou menos relutante e depois passou a ser percebida como uma inevitabilidade estratégica, sem isso significar que fosse percebida como algo natural. A tensão também decorre do facto de neste processo de ajustamento à lógica dos *media*, o sistema político ter desenvolvido medidas para escudar certas áreas de atividade que, em seu entender, devem permanecer invisíveis. Isto significa que a mediatização não tem produzido efeitos apenas na forma como a política se apresenta perante os *media* para alcançar atenção pública. O impacto da

mediatização no sistema político reflete-se igualmente num investimento em manter fora da visibilidade mediática determinadas dimensões da ação política.

A presença da mediatização verifica-se de modo mais acentuado em áreas do sistema político onde a falta de visibilidade pode ameaçar a base operacional de determinados processos ou instituições políticas. Por exemplo, as instituições que são mais sensíveis à opinião pública são, indiscutivelmente, mais vulneráveis à mediatização da política do que instituições que não precisam de ser tão atentas à opinião pública. Por isso existem áreas da vida política mais mediatizadas do que outras, porque a sua implementação depende de factores de moderação decorrentes de características específicas das instituições políticas.

Ainda que se verifiquem alterações de rotinas dentro do sistema político por causa da adaptação e da adopção da lógica dos *media*, a política continua a definir a competição política. Apesar da crescente aproximação do sistema político aos meios de comunicação e da lógica dos *media* se continuar a espalhar na sociedade, a política não perdeu completamente a sua identidade. A política continua preocupada com a produção de decisões colectivas e com a gestão do poder.

Os partidos e os seus protagonistas, também, continuam a precisar de ser bem sucedidos dentro do sistema político, que tem as suas lógicas internas próprias. A máquina dos partidos não perdeu as suas características e continua a operar sob uma lógica distinta da mediática. A maneira como a política opera, como premeia os seus profissionais e a forma como os processos de tomada de decisão obedecem a procedimentos complexos, incluem regras alheias aos meios de comunicação.

Em jeito de síntese, destacamos a condição aparentemente paradoxal da mediatização da política nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ao mesmo tempo que o sistema político investe na visibilidade mediática, também procura manter distante do espaço público determinadas dimensões da ação política. O aumento do palco mediático tem implicado, também, a expansão dos bastidores e a deslocação deliberada de algumas componentes da atividade política para zonas de invisibilidade. Por outro lado, o entrelaçar crescente entre os *media* e a política decorre de o sistema dos *media* e o sistema político continuarem a ser regidos pelas suas lógicas institucionais

internas, i.e., a lógica dos *media* e a lógica da política, respetivamente. Deste modo, podemos concluir que a incorporação da lógica dos *media* na atividade política não substituiu a sua lógica original, mas integrou-se nela. O que se verifica é o que James Mahoney e Kathleen Thelen (2010) designam por «institutional layering». A mediatização da política pode ser descrita como a introdução de novas regras (mediáticas) por cima de, ou a somar a, regras (políticas) já existentes.

Conclusão

A sociedade contemporânea caracteriza-se por uma aceleração da presença e da importância dos *media* e da tecnologia em crescentes componentes da vida quotidiana, o que, consequentemente, tem produzido mudanças nas mais variadas áreas da sociedade. O processo de mediatização em curso implica aspectos quantitativos e qualitativos em termos de tempo (os *media* sociais estão, cada vez mais, permanentemente ligados e disponíveis), de espaço (crescentemente em todo o lado) e de contextos (a comunicação mediada entrou em praticamente todas as dimensões da vida).

Estes desenvolvimentos têm implicado mudanças significativas na sociedade em geral, sendo a compreensão desses processos beneficiada se analisados à luz de um quadro teórico orientado para a crescente interdependência dos *media* e da tecnologia nos processos sociais e que apreenda, também, como essas alterações estruturam as formas como comunicamos e nos organizamos enquanto indivíduos, instituições e sociedade. Neste enquadramento, o conceito de mediatização ajuda-nos a compreender e a pensar as novas dinâmicas relacionais entre a cidadania, a política e os *media*.

Na era dos *media* personalizados, ubíquos e invasivos, as redes sociais tornaram-se parte integrante da praxis política dos políticos e dos cidadãos. As redes sociais permitem criar espaços de visibilidade e sociabilidade, bem como ampliar o alcance das mensagens e influenciar conversas online. Estas dinâmicas ocorrem em articulação estreita com os *legacy media* e, em particular, com a televisão. Este meio é um elemento-chave na complexa constelação mediática e tecnológica contemporânea e mantém-se relevante nas práticas e consumos mediáticos dos cidadãos e dos políticos.

Neste ambiente comunicacional, onde a colocação em cena dos acontecimentos em curso no espaço público inclui a possibilidade de um fim em aberto, bem como rumos inesperados, a vulnerabilidade política é crescente, tal como é crescente o investimento dos atores políticos em estratégias de comunicação para fazer frente a este contexto cada vez complexo (Marcinkowski, 2014; Figueiras, 2017b).

A aproximação às lógicas mediáticas tem sido, assim, uma das formas primordiais que o sistema político tem encontrado para se ajustar às dinâmicas do processo de mediatização. A legitimidade da política democrática depende do suporte público e, por isso, os políticos têm um grande interesse nos palcos dos *media* e na mediatização da cidadania. Se, por um lado, os políticos estão muito atentos à cobertura que os jornalistas fazem da atividade política, os políticos também sabem que o acesso aos *media* é condicional e, por isso, sentem-se sob pressão para encenar eventos. Estes atores consideram que ao aplicarem as regras dos *media* vão conseguir controlar um pouco a forma como os meios de comunicação falam sobre eles. Consideram também que quanto mais depressa aprenderem a antecipar as regras dos meios de comunicação, e quanto melhor se submeterem a elas, maior será a sua capacidade de influenciar as suas imagens mediatizadas.

Por sua vez, a transformação da cidadania e o modo como os cidadãos incorporaram a tecnologia nas suas formas de expressão e organização política deram lugar a novas formas de autorepresentação. No entanto, tal como se tem verificado em relação ao sistema político, as formas emergentes de cidadania também são altamente dependentes e moldadas pelos *media*, em particular pelas propriedades estruturais da mediatização 2.0. A arquitetura das plataformas digitais e as estratégias de gestão dos usuários constroem as suas modalidades de utilização e expressão. Pode-se argumentar, portanto, que a transformação da cidadania faz parte de um processo mais amplo de mediatização que envolve tanto novas oportunidades de voz e ação, bem como novos constrangimentos e dependências das lógicas mediáticas.

A mediatização, centrada na cidadania ou na política, não deve, pois, ser entendida como um processo uniforme, mas dinâmico. A mediatização não decorre de um efeito exclusivo do comportamento dos *media*, deve, antes, ser entendida como um processo de influências sociais e multimodais. Se é ine-

gável a crescente interligação entre os *media* e a tecnologia nas mais diversas áreas da vida, também importa considerar que as características, os objetivos e as necessidades de cada instituição podem conduzir a graus de permeabilidade distintos em relação ao processo de mediatização. Por sua vez, o grau de mediatização da cidadania pode potenciar o processo de mediatização centrado nos *media* e na política ou, pelo contrário, impulsionar novas dinâmicas relacionais entre os três atores-chave da comunicação política.

Referências

- ALTHEIDE, David and Snow, Robert (1979). *Media Logic*. Beverly Hills, CA: Sage.
- BENNETT, Lance and Segerberg, Alexandra (2012). «The Logic of Connective Action». *Information, Communication & Society*, 15(5): 739-768.
- BOLIN, Göran (2014). «Institution, Technology, World: Relationships Between the Media, Culture and Society» in Lundby, Knut (Ed.). *Mediatization of Communication*. Berlin: De Gruyter Mouton, pp. 175-197.
- BRANTS, Kees and Voltmer, Katrin (2011). *Political Communication in Postmodern Democracy*. New York: Palgrave.
- BLUMLER, Jay and Gurevitch, Michael (1995). *The Crisis of Public Communication*. London: Routledge.
- BRUNS, Axel (2008). *Blogs, Wikipedia, Second Life and Beyond: From Production to Produsage*. New York: Peter Lang.
- CASTELLS, Manuel (2009). *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press.
- COLEMAN, Stephen and Blumler, Jay (2009). *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy*. New York: Cambridge University Press.
- COULDRY, Nick e Hepp, Andreas (2017). *The Mediated Construction of Reality*. Cambridge: Polity.
- CURRAN, James, Freedman, Des and Fenton, Natalie (2012). *Misunderstanding the Internet*. London: Routledge.
- DAHLGREN, Peter (2013). *The Political Web. Media Participation and Alternative Democracy*. London: Palgrave Macmillan.
- DEUZE, Mark (2008). «The Changing Context of News Work: Liquid Journalism and Monitorial Citizenship». *International Journal of Communication*, 2: 848-865.

- ESSER, Frank (2013). «Mediatization as a Challenge: Media Logic Versus Political Logic» in Kriesi, Hanspeter, Lavenex, Sandra, Esser, Frank, Matthes, Jorg, Bilhmann, Marc and Bochler, Daniel, *Democracy in the Age of Globalization and Mediatization*. Hampshire, Palgrave, pp.: 155-176.
- ESSER, Frank and Strömbäck, Jesper (Eds.) (2014). *Mediatization of Politics. Understanding the Transformation of Western Democracies*. New York: Palgrave Macmillan.
- FIGUEIRAS, Rita (2017a). 'Estudos em Mediatização: causalidades, centralidades e interdisciplinaridades'. *Matrizes*, 11(1): 101-126.
- FIGUEIRAS, Rita (2017b). *A Mediatização da Política na Era das Redes Sociais*. Lisboa: Alêtheia.
- FIGUEIRAS, Rita, Espírito Santo, Paula and Ferin Cunha, Isabel (Coord.). (2015). *Democracy at work: Pressure and Propaganda in Portugal and Brazil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FIGUEIRAS, Rita and Espírito Santo, Paula (Eds.) (2016). *Beyond the Internet: Unplugging the Protest Movement Wave*. New York: Routledge.
- GAUNTLETT, David (2011). *Making is Connecting: The social meaning of creativity, from DIY and knitting to YouTube and Web 2.0*. Cambridge: Polity.
- HJARVARD, Stig (2008). «The Mediatization of Society: A Theory of the Media as Agents of Social and Cultural Change» in *Nordicom Review*, 29(2): 105-134.
- KEANE, John (2009). *The Life and Death of Democracy*, London: Simon and Schuster.
- LUHMANN, Niklas (1993). *A Improbabilidade da Comunicação*. Lisboa: Vega Passagens.
- LUHMANN, Niklas (2005). *A Realidade dos Meios de Comunicação*. São Paulo: Paulus Editora.
- LUNDBY, Knut (Ed) (2014). *Mediatization of Communication*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- MAHONEY, James and Thelen, Kathleen (2010). «A Theory of Gradual Institutional Change» in *Explaining Institutional Change. Ambiguity, Agency, and Power*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, pp-: 1-37.
- MARCINKOWSKI, Frank (2014). «Mediatization of Politics: Reflections on the State of the Concept». *Javnost – the public*, 21(2): 5-22.
- Reuters Institute Digital News Report 2017*. Oxford: Reuters Institute.
- RHEINGOLD, Howard (1994). *The Virtual Community*. Cambridge: MIT Press.
- THOMPSON, John B. (2005). «The New Visibility». *Theory, Culture & Society*, 22(6): 31-51.

THOMAS LUCKMANN: O CONTRIBUTO DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO PARA UMA TEORIA DA NOTÍCIA

Este texto é escrito por ocasião da homenagem a Isabel Ferin e é recuperado para um capítulo de volume que inclui um olhar atento a estas problemáticas e feito com a inspiração de uma pesquisa “Comunicação e Culturas do Quotidiano”, para o qual a investigadora contribuiu com uma obra muito bem informada obra sobre esse tema, em 2002.

I – Biografia

Thomas Luckmann nasceu, em 1927, na cidade industrial fronteiriça de Jesenicein, urbe eslovena que ao tempo integrava a Jugoslávia. Era filho de um industrial austríaco e de mãe eslovena. Como muitos dos intelectuais da Europa Central, viveu num ambiente cosmopolita e bilingue, aprendendo simultaneamente a falar e a escrever em alemão e esloveno. Durante a Guerra, deslocou-se para a Áustria onde estudou Filosofia e Linguística nas Universidade de Viena e Innsbruck. Estudou mais tarde na New School of Social Research, onde assistiu às aulas de Schutz, o fenomenólogo austríaco que mais significativamente influenciou a sua obra. Morreu recentemente (maio de 2016) depois de ter dado aulas desde 1994 na Universidade de Konstanz. Previamente, ensinou na Universidade de Frankfurt, New School for Social Research em New York, enquanto investigava no Center for Advanced Studies in Behavioral Sciences em Stanford.

Possui uma bibliografia vasta, destacando-se entre os seus títulos *The Invisible Religion* (1967), *The Sociology of Language* (1975), *Life-World and Social*

Realities, (1983) e *The Structures of The Life-World* (1973, 1984/1989) um trabalho de coautoria com Alfred Schutz, baseada em manuscritos incompletos que este deixou antes da sua morte. Foi editor de *Phenomenology and Sociology* (1978) e *The Changing Face of Religion* (1989) em conjunto com James A. Beckford. É responsável, com Alfred Schutz, seu professor, e com Peter Berger, seu condiscípulo na New School, pela formação de uma corrente de pesquisa centrada em torno do conceito de construção social da realidade e, em larga medida, influenciada pela ideia central da construção quotidiana dos significados através das interações partilhadas.

Escrito em conjunto com Peter Berger, um dos seus contributos mais conhecidos é a obra *The social construction of reality*, que resultou em larga medida de um trabalho inspirado em aulas de Alfred Schutz, lecionadas na New School. Quer Luckmann quer Berger, reconhecem que devem a intuição fundamental em que a obra se fundamenta, designadamente a descrição da estrutura do mundo da vida quotidiano, a Alfred Schutz. Acentuam como elemento estruturante desse contributo fundador, a análise do uso de tipificações na vida quotidiana como elemento central da construção da sociologia do conhecimento. A obra instala a sua inquirição sobre a sociologia do conhecimento na valorização do conhecimento quotidiano, lembrando:

(...) common-sense 'knowledge' rather than 'ideas' must be the central focus for the sociology of knowledge. It is precisely this 'knowledge' that constitutes the fabric of meanings without which no society could exist. (Berger e Luckmann, 1991: 27).

O núcleo central do livro consiste, de facto, numa conceção dialética da emergência e consolidação das instituições sociais, um processo em relação ao qual os autores se referem como construção social da realidade. Neste processo dialético, o primeiro momento consiste na exteriorização: a atividade humana é padronizada por hábitos que se desenvolvem em instituições; o segundo momento consiste na objetivação, a qual ocorre com uma nova geração para quem as instituições são experienciadas como algo que transcende o indivíduo. Simultaneamente, esta nova geração interioriza a realidade social através da socialização.

Outro dos trabalhos de Luckman, talvez o mais relevante e frequentemente citado, consistiu na coautoria e edição de *The Structures of Life-world*, cujos 1.º e 2.º volumes foram concluídos em 73 e 1982, respetivamente 12 e 21 anos depois da morte precoce de Alfred Schutz que deixara o manuscrito inacabado, acompanhado de instruções Trata-se da construção póstuma de um conjunto de manuscritos de Alfred Schutz, nas quais este pretendia sumarizar o seu pensamento filosófico e sociológico. Esta reconstrução, segundo o próprio Luckmann, jamais poderia reproduzir plenamente as intenções que orientaram Schutz na conceção da obra. Após contactos com a viúva do autor, Ilsa Schutz, Luckmann aceitou a tarefa de colaborar na redação e edição do livro na condição de antigo estudante de Schutz, profundamente influenciado pelo seu pensamento.

“the completion of the *Strukturen der Lebenswelt* combined the difficulties of the posthumous editing of the manuscripts of a great teacher by his student with the problems of collaboration between two unequal authors: one dead, the other living; one looking back at the results of many years of singularly concentrated efforts that were to be dealt with in the book, the other the beneficiary of these efforts; one a master, always ready to revise his analysis but now incapable of doing so, the other a pupil, hesitant to revise what the master had written but forced by the exigencies of the analyses that he continued in the direction indicated by the master to go back, occasionally, to the beginnings” (Schutz e Luckmann, 1973: 5)

A obra assinada por Schutz e Luckmann pretendia ser a *summa* do trabalho de análise da constituição significativa da realidade social empreendida pelo fenomenólogo ao longo de 40 anos através de um único livro publicado em vida (*The Phenomenology of social world*, 1967) ao qual se somariam centenas de artigos que preenchem seis volumes de *Collected Papers* dos quais três contendo uma produção esparsa publicada em vida (1975, 1976, 1975-b) e a edição, já póstuma, de alguns livros nunca integralmente revistos (cf. Schutz, 1982, 1982-b).

Parte do legado teórico mais significativo de Thomas Luckmann não pode ser completamente dissociado da obra de Schutz e de Berger. É no conjunto das respetivas obras, ainda que com ênfases distintos, que se encontra o

núcleo conceptual que pode ser aplicado a uma teoria da comunicação e, num domínio mais estrito, a uma teoria do jornalismo. Isso, todavia, não impede o reconhecimento de um contributo específico que diz respeito ao aprofundamento da construção significativa da realidade social e das estruturas cognitivas do mundo da vida quotidiana, moldado em torno da sociologia do conhecimento e da sociologia da religião e plasmado num conjunto de atividade monográfica e ensaística igualmente significativo.

II – O lugar de Luckmann na Escola da Fenomenologia Social: a estrutura do mundo da vida

A obra de Luckmann começa por uma descrição rigorosa do mundo do senso comum como realidade social, a questão central, afinal, que justificaria o contributo para as áreas da comunicação e do jornalismo. Inclui uma análise dos processos de objetivação empreendidos pela consciência humana das quais resultam as tipificações, signos e símbolos que tornam possível a comunicação intersubjetiva entre os agentes sociais

Destacam-se o enfâse nos seguintes elementos: a atitude natural, a descrição da realidade quotidiana enquanto tida-por-adquirida, a estratificação do mundo da vida em províncias de realidade com uma estrutura finita de significado, os sistemas de signos que possibilitam a perceção intersubjetiva da realidade social, a hierarquização das áreas de interesse dos agentes sociais através do conceito de relevância, a natureza predominantemente típica e pragmática do mundo da vida quotidiano e a diferença entre a interpretação quotidiana e baseada no senso comum e a interpretação científica. (cf. Schutz e Luckmann, 1973: XXII-XXIII).

Nos seus diversos trabalhos, Luckmann enfatizou o problema do conhecimento, ao qual se associam os conceitos centrais de tipificação e de relevância, em detrimento do estudo da metodologia das ciências sociais, a qual havia sido objeto de preocupação fundamental na primeira fase do pensamento de Schutz.

Uma questão primordial para Luckmann consiste na caracterização de uma forma de conhecimento cotidiano, a atitude natural, que se traduz na suspensão da dúvida em relação ao conhecimento da realidade social, tal como é perpetrado quotidianamente pelos atores envolvidos nesse mesmo mundo. As estruturas do mundo da vida tornam possível a construção objetiva de significados tomados por adquiridos e inquestionados. O mundo da vida como província de significado da atitude natural é apresentado como o domínio onde o mundo é tido por autoevidente e inquestionado.

A atitude natural implica uma fé tácita na realidade do mundo e na intersubjetividade desse mundo. Surge como uma espécie de “naivité” constitutiva da possibilidade da existência social. Ou seja, é caracterizada pelo facto que o indivíduo se encontra diante do objeto sem se interrogar sobre o sentido da sua objetividade. mundo da vida surge, pois, enquanto “esfera das experiências quotidianas, direções e ações através dos quais os indivíduos lidam com seus interesses e negócios, manipulando objetos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos” (Wagner, 1979: 16).

Outra questão central reside no predomínio da constituição ativa, isto é, numa posição ontológica que pressupõe intervenção do agente na construção dos processos sociais e de construção do significado. O mundo da vida quotidiano não é apenas tido por adquirido enquanto realidade pelas pessoas comuns ao nível das suas condutas subjetivas. É um mundo que tem a sua origem nos pensamentos e ações dos atores sociais, sendo por estes suportado como real (cf. Berger e Luckmann, 1991: 33).

Esta construção do ser social e do significado radica na consideração do mundo da vida não como um mundo privado, mas antes como um mundo intersubjetivo, sendo a sua a sua percepção inequivocamente partilhada pelos seus protagonistas (cf. Schutz e Luckmann, 1973: 5). É um mundo pressuposto por todos, sendo percebido de modo relativamente idêntico pelos diferentes agentes sociais através de uma reciprocidade de expectativas. Todos assumem que todos entendem a realidade e agem sobre ela de um modo idêntico.

A linguagem é o *medium* que proporciona padrões memorizáveis e intersubjetivamente credíveis para a compreensão do mundo circundante como um mundo partilhado (cf. Schutz e Luckmann, 1973; 16; 1989, p.45.) Enquanto o homem partilha com a maior parte dos animais a qualidade de

ser social, destaca-se deles, no entanto, pelo facto de aduzir um significado subjetivo ao seu comportamento (Berger, 1994:101). Adotando este ponto de vista, encontra-se sempre nas “coisas” a sua dimensão significativa – cultural – ou pura e simplesmente, não são visíveis ou identificáveis (Berger e Luckmann, 1991: 75).

É possível encontrar “coisas” que têm uma existência especialmente assente na atribuição de significado ao mundo, e às quais reconhecemos a existência de uma especificidade simbólica, e outras que embora careçam de significação para serem percecionadas só “discretamente” ou “secundariamente” significam: por exemplo, uma casa em primeira instância, serve para habitar mas que naturalmente tem uma dimensão cultural que resulta da sua inserção num sistema simbólico que lhe confere significado. Não faz sentido opor os “significados” à “realidade”, seja para os ver em todo o lado como uma dimensão que hegemoniza a existência humana, seja para os ver apenas numa parte dessa existência como algo que paira, evanescente, sobre os objetos do “mundo real”.

O símbolo como objeto de investigação não constitui um campo segregado da atividade humana. Ao invés, está presente em todos os aspetos da atividade humana, ainda que não devam proceder à identificação entre o mundo da cultura e o mundo da vida (Schutz e Luckmann, 1989: 160). É essa capacidade original e inexplicável de atribuir significados que torna o homem um ser cultural mesmo antes de ser social. É a objetivação da experiência através da linguagem (isto é, a sua transformação num objeto de conhecimento generalizado e partilhado) que a permite a incorporação da mesma experiência num acervo de conhecimentos adquiridos, que pode, sob o nome de tradição ser transmitido às novas gerações e partilhado inclusive com outras comunidades grupais. (cf. Berger e Luckmann, 1991: 86).

It hardly needs to be stressed that most, although by no means all, of the processes by which social realities are constructed are communicative and that all the processes by which social realities are reconstructed are communicative. (Luckmann, 1989, 165)

Um elemento essencial nesta análise do mundo da vida consiste na influência atribuída ao conceito de tipificação, que traduz o esforço de constituição

de esquemas cognitivos orientados para a ação e fundamentados na experiência social quotidiana.

As tipificações são esquemas cognitivos nascidos e fundamentados na experiência quotidiana e que orientam o conhecimento e a atividade prática do senso comum. O agente social dirige-se à realidade através de experiências típicas. Estas experiências típicas não constituem um sistema fechado e logicamente articulado nem exigem o grau de sistematização exigido a formas mais especializadas de conhecimento, como a ciência. Antes, são resultantes de uma experiência quotidiana de natureza eminentemente pragmática. Mantém-se inquestionadas no seu valor cognitivo enquanto mantiverem capacidade operativa para orientar a prática social sobre circunstâncias idênticas. As tipificações fazem parte das antecipações e planeamentos que se desenvolvem na vida quotidiana e dependem de dois tipos de idealizações; “a de que assim foi, assim será” e a de que “posso fazer isso de novo.”

O homem na vida diária tem a todo o momento, momento um sedimento de conhecimentos à mão que lhe serve como um código de interpretações das suas experiências passadas e presentes e também determina a sua antecipação das coisas que virão. À semelhança de um conhecimento formulado por um receituário operativo, tal como um livro de instruções, as tipificações traduzem uma atitude fundada na expectativa segundo a qual o que até agora funcionou, continuará a funcionar de igual modo até que a experiência prática quotidiana venha exigir uma mudança de *habitus*. (Bourdieu, reconheceria, ao longo da sua obra, a influência da intuição fenomenológica de uma forma não menosprezável). As tipificações pertencem ao domínio do conhecimento usual, isto é aquela região da vida quotidiana de os meios se apresentam de forma autoevidente como óbvios, pelo que as atividades desenvolvidas se tornam, de certo modo,” automáticas “ou “estandardizadas”. Assim, muitas das ações quotidianas tornam-se consideravelmente rotinizadas não apenas ao nível processual, mas inclusivamente ao nível projetual, isto é, influenciam a própria natureza do conhecimento atribuído e não apenas o processo da sua aquisição.

A percepção do senso comum assenta em tipos que resultam de um sedimento de conhecimento socialmente partilhado. Os tipos são aplicados num

processo interpretativo empreendido na vida quotidiana fundada nas pressuposições pragmáticas e na estrutura de relevâncias do ator social. Nesse sentido, há uma espécie de objetividade de significados que funciona através dos esquecimentos dos processos que estão na origem desses significados. (cf. Schuz & Luckmann, 1973: 9; cf. Schuz e Luckmann, 1973: 107; cf. Schutz e Luckmann, 1989: 27).

A hierarquia de relevâncias orienta a importância conferida pelos atores sociais a determinadas parcelas do mundo social. Esta importância é pragmaticamente motivada em função de determinados interesses e responde à pergunta sobre “o que e que interessa” ao agente social. A relevância temática surge associada à ativação do interesse por determinados elementos do mundo circundante. Por sua vez, a relevância motivacional é fundada em interesses pragmáticos e orientada para a ação com vista à obtenção de um fim e a relevância interpretativa é orientada para a problematização e interpretação como atividades cognitivas. A relevância permite o desenvolvimento de um acervo de conhecimentos tornados objetivos, através de signos, marcas e modos de linguagem (cf. Schutz e Luckmann, 1973: 207-209).

Quanto ao conhecimento social, está disponível em diversos estratos de cognição social que oscilam desde o mundo do perito especializado até ao mundo do senso comum, cada um dos quais refletindo uma estrutura de relevância e mecanismos de tipificação da realidade adequados a cada uma das formas de conhecimento que lhe são próprias. Neste contexto, ganha relevo a distinção canônica adotada por James, Park e Schutz, Berger e Luckmann entre *knowledge about* e *knowledge of acquaintance*. (cf. Schutz e Luckmann, 1973: 147).

Luckmann irá analisar sociologicamente não apenas os processos de constituição de significado comum, mas também, com especial acuidade, os fatores que contribuem para a erosão desses mesmos processos de significado. Nesse sentido, interrogará a tese da existência de uma crise geral de significado que se traduz na multiplicação de sistemas de relevância e de tipificação, que simultaneamente configuram e traduzem os efeitos polarizadores e centrífugos dos *media* modernos, não se traduzindo necessariamente num aumento da liberdade do indivíduo. A dialética entre constrangimento e auto-

nomia individual é uma preocupação constante da sua obra especialmente configurada em torno da religião.

The problem claims attention with renewed urgency today. What is the impact of modern society upon the course of individual life? In what way can a person maintain his autonomy in this society? In addition to its relevance to theory in the social sciences, the problem—as such questions indicate—carries concrete and pressing implications for contemporary man. (Luckmann, 1967: 9-10).

A erupção do pluralismo e dos processos de modernização nas sociedades europeias torna-as cada vez mais reflexivas e faz com que a validade dos significados partilhados se torna cada vez mais difícil de manter em grupos vastos de indivíduos. Os padrões de significado institucionalizados começam a ser partilhados e mantidos em sociedades cada vez mais pequenas.

À medida que as sociedades complexas crescem de modo cada vez mais imprevisível, os exercícios de receção são experimentados de um modo cada vez mais acentuadamente pluralista. Regiões, classes e subclasses, culturas e subculturas, grupos de interesse e minorias associativas são objeto de uma recomposição crescente. Na mesma medida em que se assiste a uma interdependência crescente, acentua-se a divisão e a multiplicidade. As orientações grupais multiplicam-se ao mesmo tempo que floresce uma infinita variedade de formas de classificar e de ordenar a vida social que substituem as grandes visões unitárias do passado.

A interação entre estas comunidades é hoje regulada por instituições intermediárias como sejam a comunicação mediática ao nível das interações quotidianas. Aqui encontramos uma problematização específica de Luckmann, como testemunho sociológico de um processo de reconfiguração dos sistemas mais vastos de significação, designadas pelos pós-modernos como grandes narrativas, e em que a comunicação mediática desempenha um papel fundamental.

Assim, partindo da conceção de uma relação dialética entre indivíduo e história, o teórico social deve estar preparado para inquirir a hipótese de que se verificou uma importante reconfiguração da localização do indivíduo na ordem social (cf. Luckmann, 1967: 11). Partindo da hipótese socio-

fenomenológica e interacionista segundo a qual um organismo se torna um *self* construindo, com outros, “um universo moral e objetivo de significado” (1967: 51), Luckmann confere às instituições produtoras de significado (ainda que o seu paradigma de análise tenha por referência a religião) um enfase decisivo suscetível de ser aplicável ao papel desempenhado pelas instituições mediáticas. Curiosamente, confere um sentido particular à condição atual do homem moderno que se traduz numa dessacralização *soft* e abre às portas à anomia.

A especialização e o pluralismo resultante da dessacralização das sociedades têm finalmente consequências comunicativas explicitamente referidas: a distribuição desigual dos meios de comunicação pode ser descrita em termos do que Luckmann (1984) chama de orçamento comunicativo (“communicative budget”), ou seja a totalidade das formas comunicativas que afetam a continuidade ou a mudança da sociedade. O “orçamento comunicativo” refere-se à distribuição desigual das formas comunicativas no que diz respeito a meios sociais e estruturas institucionais. Assim, implica a manutenção da reflexividade mesmo ao nível macrossocial. Os ambientes sociais e as estruturas institucionais não são relacionados, mas são constituídos por ações comunicativas que são típicas de cada uma delas. A comunicação económica configure-se de um modo que a torna observável como económica, o mesmo sendo válido para a comunicação religiosa, política ou científica; e, mesmo os fenómenos de dissolução institucional (como a secularização) são expressos e podem ser constituídos por específicas formas comunicativas. Da mesma maneira, as tipificações linguísticas desenvolvidas pelos diferentes grupos sociais transmitem a existência de reportórios comunicativos específicos de diferentes grupos culturais (cf. Günthner e Luckmann, 1984).

III – Jornalismo e construção social da realidade

Uma questão que recorrentemente percorre a Teoria da Notícia é: como é que o campo jornalístico e os seus profissionais inscrevem a multiplicidade de eventos e ocorrências verificáveis neste processo de constante mutação, num universo ordenado de significação? Dito de outra forma, tendo em conta

que o jornalismo lida com o imprevisto como critério de noticiabilidade pelo que o acontecimento é, por definição, tanto mais digno de relato quanto mais elevada é a sua imprevisibilidade, como é que os jornalistas instauram ordem e significado num universo em constante mudança? A pergunta remete, em última instância, para um problema determinante: como é que o jornalismo constrói a realidade social? Não sendo possível esgotar o tema, a resposta procurada passa em grande parte por definir, à luz de contributos de inspiração sociofenomenológica, como a realidade social é construída e como a comunicação intervém na construção dessa realidade, tentando identificar quais os esquemas cognitivos, nomeadamente as categorias e tipificações que permitem organizar a experiência de uma realidade plural, diversificada e em constante mutação.

Altheide (1985: 10) identificou uma linha de investigação desenvolvida sob a influência da sociologia do conhecimento de inspiração fenomenológica e interacionista que enfatiza como o mundo social é construído (e reificado)²⁰ através da comunicação. Esta conceção evoluiu claramente no sentido de considerar a sociedade como atravessada por uma lógica mediática, num processo em que se atribui especial relevância aos vários *media* e aos seus formatos. Se em séculos anteriores, os *media* refletiam a força das instituições dominantes, na era moderna “são a força dominante à qual outras instituições se conformam” (Altheide e Snow, 1979 citado em Hakett, 1993: 189).

Da mesma forma, Tuchman (1978: 184) acredita que as notícias “ajudam a definir a realidade como um fenómeno social partilhado, dado que no processo de descrição de um acontecimento, definem e moldam esse acontecimento”. Molotch e Lester (1993: 40) repudiam explicitamente a conceção dos jornalistas como “repórteres-refletores de uma realidade objetiva, de aconteci-

²⁰ Apesar da palavra *reificatio* não aparecer em qualquer dicionário latino, deriva da contracção dos termos *res* e *facere* e pode ser definida pela transformação física ou mental de algo numa “coisa”, que originalmente não era, ou seja, a tendência a objectificar o que é dinâmico. Em suma, pode referir-se a «um tornar-se *coisa*» de algo que não é, por direito, uma coisa. Consiste, pois, em atribuir ilegítimamente uma facticidade, uma fixidez, uma externalidade, uma objectividade, uma despersonalização, uma naturalidade, em suma, uma «coisicidade» ontológica julgada inapropriada (Vanderberghe, vol. I, 1997: 25-28). Nesse sentido, a alusão à reificação do mundo social pela comunicação significará que este é apresentado de um modo inquestionado e evidente, ignorando-se as dinâmicas sociais e culturais bem como a participação dos agentes sociais que deram origem à sua constituição.

mentos reconhecidamente importantes no mundo” e consideram que “acontecimentos são aquilo a que prestamos atenção”. Assim, afirmam explicitamente que “nosso conceito não é um número finito de coisas que «realmente aconteceram lá fora» e da qual se faz a seleção” (*Idem*: 35). Na abordagem dos meios de comunicação não se procura a realidade, “mas os propósitos que estão subjacentes às estratégias de criação de uma realidade em vez de outra” (*Idem*: 50).

No jornalismo, um acontecimento não é uma realidade objetiva e exterior e alheia ao sujeito que o percebe. A realidade não pode ser completamente desligada do modo como os atores a interpretam, interiorizam, reelaboram e definem histórica e culturalmente. Os jornalistas e, conseqüentemente, os enunciados por eles produzidos, intervêm ativamente na construção das condições e do modo em que a realidade é percebida. Para o paradigma construtivista da teoria da notícia, influenciado pelo paradigma da sociologia do conhecimento descrito por Thomas Luckmann, o mundo social e político não é uma realidade pré-determinada e rígida que os jornalistas refletem. Os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes ativos na construção da realidade.

Os factos não existem em si próprios, dotados de uma evidência e de uma espessura ontológica autossuficiente de que os enunciados jornalísticos seriam puros reflexos. São, antes, produto de um encontro entre os factos e os seus relatos, sem os quais, aliás, não existiriam como factos jornalísticos. A realidade não é algo em si, autónomo e distinto do modo como os atores a interpretam, a interiorizam, a reelaboram e redefinem histórica e culturalmente. São inúmeras as mediações que condicionam o modo como o jornalismo cria e processa a informação sobre a realidade, desde o *schemata* profissional – o modo particular como os jornalistas vêem o mundo – passando pelos objetivos, a estrutura e a rotina das organizações onde trabalham, as condições técnicas e económicas para a realização das suas tarefas e, finalmente, o jogo de poder e os conflitos de interesse que estão implicados na circulação social dessa informação (cf. Meditsch, 2002: 19). O mesmo é dizer que a construção noticiosa ocorre de acordo, com um determinado acervo de conhecimentos socialmente adquiridos, isto é o corpo de conhecimento

socialmente partilhados obtidos no decurso da experiência quotidiana, ao qual correspondem tipificações e sistemas de relevâncias específicos.

O relato jornalístico dos acontecimentos afirma-se como uma forma de controlo da atualidade, um modo de assegurar as grandes regularidades, de reafirmar atitude natural com que o homem procede no mundo da vida, fundamentando suas ambições e projetos. Surge-nos como uma prática institucional relacionada com uma certa configuração de sentido. Pressupõe uma comunidade de interesses e uma reciprocidade de expectativas que tornam o discurso inteligível e que suportam o próprio conceito de novidade – até porque o tipo de mensagem que o caracteriza visa precisamente tornar o cidadão comum seu recetor privilegiado e protagonista preferencial.

Aplicando os conceitos plasmados pela sociologia do conhecimento que, tão refinadamente, Luckmann procurou clarificar, o jornalismo e a receção das suas mensagens estão profundamente associados ao mundo da vida quotidiana, tentando-se mesmo que os profissionais conformem a sua linguagem de tal forma que ela obtenha o máximo de sintonia com os pressupostos culturais dos agentes sociais que se encontram nesse mundo e com a atitude natural que estas tomam por adquirido.

Como recorda Tuchman “ao contrário dos cientistas sociais, os jornalistas têm um repertório limitado com o qual definem e defendem a sua objetividade (...) o cientista social é um “pensador”; o jornalista, “um homem de ação” (...) o cientista social tem que ocupar-se da análise epistemológica reflexiva (...); o jornalista não (...). O processamento das notícias não deixa tempo disponível para a análise reflexiva” (Tuchman, 1993: 76).

Esta proximidade em relação ao saber narrativo próprio da comunidade vive acompanhada de uma pretensão de verdade. Ao procurar identificar-se a transmissão com a totalidade da atuação do campo jornalístico, está-se a fazer desaparecer a produção da vista do destinatário (Alsina, 1996: 37).

Graças à sua identificação com o sentido popular, o jornalista esforça-se em identificar quais os temas, pessoas e interesses que se revelam mais apelativos para os consumidores de informação. Simultaneamente, tenta descobrir as formas de tornar a sua mensagem mais acessível, mais conforme às próprias competências linguísticas e culturais dos membros da audiência, que funcionaria como menor denominador comum.

A atividade jornalística tende a favorecer a experiência, o recurso às formas de tipificação previamente estabelecidas para reconhecer um acontecimento e proceder à sua classificação na grelha classificatória de cada *medium*. Esta grelha implica a intersecção entre os valores identificados como preferidos na comunidade em que o *medium* está inserido e à qual se dirige, a política editorial, as práticas sancionadas pela profissão e as respetivas rotinas organizacionais. O conjunto de recursos com os quais o jornalista reconhece o mundo – normas, valores, precedentes – leva-o a enfatizar determinados tópicos, fontes e ângulos. A relação entre as instituições noticiosas e a sociedade revela uma estrutura imanente às notícias baseada no senso comum e que ajuda a orientar os consumidores na sua relação com o mundo. Proceda-se a uma naturalização centrada naquilo que parece evidente. Jornalistas e organizações noticiosas desempenham um papel fundamental no processo dotando a organização social com uma estrutura de valores partilhados e de imagens facilmente reconhecíveis.

A organização narrativa acaba por refletir uma espécie de profissionalismo anónimo (Tuchman, 1978: 67), onde se inscrevem a marca de procedimentos rotineiros, de fórmulas consagradas, de lugares comuns facilmente reconhecíveis. A prática procede ao estabelecimento de um conjunto de procedimentos e de formatos tendentes a assegurar a cobertura de determinados assuntos e, em especial, de determinados factos, que implicam o recurso à experiência acumulada para permitir a estabilidade na sua abordagem. As formas de construção da realidade informativa definem-se como o resultado de um conjunto de rotinas profissionais e de práticas discursivas, que funcionam como tipificações da realidade.

Uma tipificação refere-se a determinadas características relevantes para a solução de problemas práticos encontrados na atividade quotidiana (Tuchman, 1978: 50). As tipificações profissionais dos jornalistas enquanto padrões comportamentais estabelecidos, são, entre os processos de fabrico da informação jornalística, os procedimentos que, sem grandes sobressaltos ou complicações, asseguram ao jornalista, sob a pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia. É a existência da tipificação que nos permite transcender momentos particulares da ação para se atingir o significado que cada tipificação das ações

possui para o conjunto dos atores sociais (Saperas, 1993: 148). Nesse sentido, ser um jornalista profissional significa ser capaz de recorrer a tipificações para reportar adequadamente.

Os próprios «furos» jornalísticos, suscetíveis de alterarem as rotinas diárias, implicam a capacidade de recorrer a precedentes que permitem reconhecer a ocorrência, enquadrá-la, no sentido em que se procede a uma comparação mental – quase inconsciente – com as situações idênticas ou similares, previamente verificadas, trabalhá-la de acordo com os procedimentos e fórmulas que as situações anteriores determinaram como mais adequadas, tornando-a assim, num acontecimento suscetível de ser facilmente compreendido pelas audiências (Tuchman, 1978: 197). É, pois, o conjunto de tipificações a que se procede no decurso da atividade profissional que permite ao jornalista agir “como sempre” em face de circunstâncias tipificando a ocorrência com o recurso a um conjunto de conhecimentos pré-adquiridos. Deste modo, as narrativas noticiosas recriam um sentimento de segurança ao promoverem uma certa ordem e ao estabelecerem fronteiras para a compreensão aceitável do mundo quotidiano.

Simultaneamente, isso não impede que os jornalistas não se confrontem com frequência com evidências permanentes da crise de significado referida por Luckmann. A desterritorialização da experiência significa na realidade que o mundo da vida quotidiano já não possui a estabilidade e a rigidez que, por vezes, lhe é atribuído. Os acontecimentos multiplicam-se, as narrativas apresentam-se fragmentadas. A forma como valores idênticos ressoam em narrativas diversas é um facto. Os mundos da vida de que temos conhecimento são longínquos, mas chegam até nós através de uma experiência mediatizada, despertando inquietações e desejos ignorados. A constituição de significados objetivos intersubjectivamente partilhados – um elemento central da análise sociofenomenológica – só pode ser explicada cabalmente nas sociedades contemporâneas se tivermos em conta os processos de mediação desempenhados pelo jornalismo enquanto instituição social. Reconhecendo a natureza essencialmente fragmentada da experiência quotidiana, o jornalismo desempenha um papel ainda mais importante: à medida que as sociedades modernas ficam mais marcadas pelo pluralismo, mais os *media* têm que atender a um domínio cada vez mais vasto de estilos de conhecimento diferenciados.

A multiplicação das comunidades interpretativas que agrupam leitores, espectadores e ouvintes e, finalmente, *prosumers*, a fragmentação e o pluralismo cultural resultantes destes fenómenos acaelerados pelo digital e pela crise de mediação tradicional convivem com a hipótese de um universo jornalístico em que a multiplicidade de ângulos exige, por um lado, uma revisão mais rápida do enquadramentos já formulados e por outro lado, a aceitação de um confronto plural entre várias tipificações possíveis que podem ocorrer em simultâneo no decurso do processo de receção e circulação do enunciado jornalístico. Neste sentido, aquilo a que, à falta de melhor, chamamos de estranheza ou de estranhamento (cf. Schutz e Luckmann, 1973), passa também pelo aprofundamento da imaginação no sentido, não de criar universos fictícios, mas de capacidade de intuir outros possíveis para além dos factos relatados.

O carácter aparentemente hermético de cada mundo da vida não é drástico nem absoluto. Ou melhor, o seu hermetismo e estabilidade resultam muitas vezes de um erro de perspectiva: vista de dentro, a vida quotidiana aparece dotada de uma exterioridade e coercibilidade que se impõe ao agente social. A atitude natural é o olhar comprometido com a vida quotidiana, mas os *media* trazem até nós as imagens que simultaneamente reafirmam e questionam a solidez e permanência das estruturas desse mundo. Finalmente, a digitalização fragmenta esse mundo em experiências mediadas não unificadoras mas frequentemente, fragmentadoras, embora não frequentemente, indutoras de uma forte integração social, rápida e fortemente expressiva, que se traduz em chats, grupos, causas, *microblogging* numa velocidade que estilhaça a experiência quotidiana ao mesmo tempo que faz com as miríades desses estilhaços reflitam ideias fortemente enquistadas: fundamentalismos, grupos de ódio e *like minded citizens*.

Enquanto dispositivos de construção de significado, a influência do relato jornalístico. exerce-se quer ao nível da relevância relativa dos temas em debate, quer ainda no que respeita ao próprio tratamento dos diversos temas considerados relevantes. Frente ao sempre estreito conjunto de experiências que qualquer pessoa poderá ter, os *media* procedem a uma distribuição social do conhecimento, proporcionando informação diferenciada que altera os respetivos sistemas de relevância. Esta foi a percepção intuída por Adoni e Mane (1984), que consideraram que as relevâncias mais mutáveis podem ir desde

a experiência direta até às zonas mais longínquas como “a legitimidade da ordem social”. Seguindo de perto as intuições da Fenomenologia Social, introduziram elementos de complexidade em relação ao papel dos *media*, designadamente quando chamaram a atenção para o facto de que estes podem influenciar o sistema de relevâncias das minorias desfavorecidas, despertando o seu interesse para informação irrelevante no que respeita à sua situação; ou, para o interesse que a cobertura de temas raciais pode despertar no interior das comunidades, contribuindo para a superação de tipificações incorretas (Adoni e Mane, 1984: 323-340).

As notícias constituem um meio importante pelo qual a nossa cultura constrói um sentido de ordem e permite a partilha de consensos sociais que reproduzem mapas de significação nos quais os acontecimentos adquirem um sentido dentro da ordem social dominante. Porém, os *media* noticiosos, apesar de refletirem uma elevada sintonia com a vida quotidiana (cf. Altheide, 1985: 45), também são veículos privilegiados de contacto com realidades que se distanciam do mundo da vida. É esse corte e esta multiplicidade de realidades que têm vindo a acentuar chamando o interesse para outro extremo do pensamento de Luckmann, influenciado por Schutz e James: as realidades múltiplas. Ou províncias finitas de significado.

O enunciado jornalístico aproxima-se, é certo, do quotidiano. Porém, ao mesmo tempo, é a linguagem própria do jornalismo que aproxima essa quotidianidade dos espaços de diferença e de estranheza que a transcendem. Encontram-se, assim, no jornalismo, os traços de um movimento de oscilação: entre um mundo da vida marcado pela tipicidade e pela familiaridade e a aproximação a outras realidades múltiplas.

Por um lado, é impossível negar a importância da linguagem jornalística na formação das concepções do mundo, na construção dos consensos sociais, na percepção dos desafios inerentes ao ambiente social envolvente, na criação de espaços de estabilidade e segurança. Porém, simultaneamente, terá de se ter em conta o modo como, seja ao nível organizacional, seja ao nível da linguagem, reflecte uma visão dos conflitos de interesses e das desigualdades nas relações de poder e de dominação nas sociedades complexas.

A forma de conhecer específica do jornalismo distingue-se exatamente por permitir a acessibilidade das novas classes urbanas a saberes especializados,

os quais são tornados acessíveis a todos. É responsável pela acessibilidade de temas políticos, económicos, sociais e culturais, tornando-os acessíveis a quem não possui conhecimentos de natureza sistemática e formal sobre esses temas. Os *media* são a origem e a possibilidade por vezes única de contactos que transcendem a realidade – padrão do mundo da vida, nomeadamente ao nível de coordenadas espaço-temporais mais diretas. São a forma mais imediata de permitir que vastas camadas das suas audiências se relacionem com províncias de significado finito que transcendem o mundo da vida quotidiano. A sua natureza e acessibilidade implica contraditoriamente, funcionar como mecanismos de objetivação e institucionalização mas implica também induzir uma abertura a fenómenos que transcendem a vida quotidiana tentando que o seu significado se incorpore na atitude natural dos cidadãos médios.

Assim, os *media* podem proceder a uma distribuição social do conhecimento, proporcionando visibilidade diferenciada que altera os respetivos sistemas de relevância, o que produz um impacto considerável nos esquemas de tipificação dominantes. Neste sentido, refletem a relação dialética intuída por Luckmann na distribuição do conhecimento.

Bibliografia

- ADONI, Hannah, MANE, Sherrill (1984). “Media and the social construction of reality. Toward an integration of theory and research”. In: *Communication Research*, Vol. 11, n.º 3, 323-340.
- ALSINA, Miguel Rodrigo (1996). *La construcción de la noticia*, Barcelona: Paidós.
- ALTHEIDE, David L. (1985). *Media Power*. New Delhi, London: Sage Publications.
- BERGER, Peter, LUCKMANN Thomas (1991). *The social construction of reality. A treatise in the sociology of knowledge*. London: Penguin Books.
- BOURDIEU, Pierre (1980). *Le sens pratique*. Paris: Les Editions du Minuit.
- FERIN, Isabel (2002). *Comunicação e Culturas do Quotidiano*. Lisboa: Quimera.
- GÜNTNER, Susanne, LUCKMANN, Thomas (1984). “Asymmetries of Knowledge in Intercultural Communication. The relevance of cultural repertoires of communicative genres”. In: Aldo Di Luzio, Suzanne Günthner e Franca Orletti, *Culture and Communication*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

- HACKETT, Robert (1993). “Declínio de um paradigma? Parcialidade e objectividade no estudo dos media noticiosos”. In: N. Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 101-132.
- LUCKMANN, Thomas (1967). *The Invisible Religion: The Problem of religion in modern society*. New York e London: MacMillan Press.
- LUCKMANN, Thomas (1975). *The Sociology of language*. New York e London: Bobbs-Merrill.
- LUCKMANN, Thomas (Editor) (1978). *Phenomenology and Sociology (Modern Sociological Readings)*. London: Penguin Books.
- LUCKMANN, Thomas (1983). *Life-world and social structures*. London: Heinemann Educational Books.
- LUCKMANN, Thomas, BECKFORD, James (Editors) (1989). *The Changing Face of Religion*. London: Sage Publications.
- LUCKMANN, Thomas (1989). “Prolegomena to a social theory of communicative genres”. In: *Slovene Studies*, 11/1-2, 159-166.
- MEDITSCH, Eduardo (2002), “O Jornalismo é uma forma de conhecimento”. In: *Media & Jornalismo*, Vol. 1, nº 1, Lisboa: CIMJ, 9-22.
- MENDES, João Maria R. (1985), “Mudança vigiada do discurso de imprensa”. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º1. Porto: Afrontamento, 79-87.
- MOLOTCH, Harvey, LESTER, Marlyn (1993). “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos, de rotinas, de acidentes e de escândalos”. In: Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões teorias e “estórias”*, Lisboa: Veja, 34-51.
- SAPERAS, Enric (1993). *Efeitos cognitivos da comunicação de massa*. Lisboa: ASA.
- SCHUTZ, Alfred (1967). *The Phenomenology of social world*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press.
- SCHUTZ, Alfred (1975). *Collected papers, the problem of social reality*, Vol. I. The Hague: Martinus Nijoff.
- SCHUTZ, Alfred (1976). *Collected papers: studies in social theory*, Vol. II. The Hague,:Martinus Nijhoff.
- SCHUTZ, Alfred (1975b). *Collected papers, studies in phenomenological philosophy*, Vol. III. The Hague: Martinus Nijoff.
- SCHUTZ, Alfred (1982). *Reflections on the Problem of Relevance*. New Haven, CT: Yale University Press,.

- SCHUTZ, Alfred (1982b). *Life forms and meaning structure*. London: Routledge & K. Paul, 1982.
- SCHUTZ, Alfred, LUCKMANN, Thomas (1973). *The structures of life-world*, Vol. 1. Evanston: Northwestern University Press.
- SCHUTZ, Alfred, LUCKMANN, Thomas (1989). *The structures of life-world*, Vol. 2, Evanston: Northwestern University Press.
- TUCHMAN, Gaye (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press.
- VANDENBERGHE, Frédéric (1997). *Une histoire critique de la sociologie allemande: aliénation et réification, Tome I- Marx, Simmel, Weber et Lukacs*. Paris: La découverte.
- VANDENBERGHE, Frédéric (1997). *Une histoire critique de la sociologie allemande: aliénation et réification, Tome II – Horkheimer, Adorno, Marcuse e Habermas*. Paris: La Découverte.

DIÁLOGOS EMPÍRICOS

A PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO E DO ESCÂNDALO POLÍTICO A PARTIR DA COBERTURA JORNALÍSTICA

Introdução

Em Portugal generalizou-se a noção de que a corrupção e os escândalos têm pulverizado a política, produzindo um dos mais nefastos prejuízos à sociedade e à vida pública. De tal forma que a ex-Procuradora Geral da República Joana Marques Vidal, na última entrevista que concedeu ao semanário *Expresso*²¹, aquando da sua saída do cargo, confessou-se surpreendida com “a dimensão da corrupção em Portugal”. Relevante foram também as declarações da Procuradora Distrital da Comarca de Lisboa, Maria José Morgado, ao jornal *Público*, em 19 de julho de 2018, em que refere que “no país perdeu o sentido ser-se de esquerda ou de direita. Se calhar tem mais sentido ser-se honesto, defender interesses de transparência e de integridade”²².

É consensual que o escândalo político, incidindo sobre a ação dos protagonistas políticos, onde se inclui a corrupção, pode constituir-se numa potencial ameaça, com implicações sérias para pessoas e instituições envolvidas, moldando a descrença numa certa moral pública e condicionando a democracia. Ao germinar na esfera política – um dos reconhecidos eixos de poder da sociedade –, é questionável o padrão de relação existente entre a política e outros importantes vértices da democracia, como a justiça e os *media*.

²¹ *Expresso*, 13 de outubro de 2018, capa.

²² <https://www.publico.pt/2018/07/19/sociedade/entrevista/ainda-bem-que-nao-fizemos-a-revolucao-porque-eramos-completamente-doidos-1838372>

No mesmo sentido, é preciso reconhecer que o escândalo político não ocorre da mesma forma em todos os contextos. Um comportamento que é considerado escandaloso num país pode ser mais tolerável noutro (King, 1986: 174). Essa perspetiva é reforçada por autores como Markovits e Silverstein (1988) Blankenburg (2002), Johnston (2005) e Castells (2013). Assim, o tipo de violação de uma norma suscetível de causar escândalo pode variar de um país para outro, dependendo do ambiente histórico e cultural.

Considerando que a alteração das sociedades trouxe inevitavelmente uma nova visibilidade que supera a pequena escala localizada, o escândalo passou a acontecer nas sociedades modernas, necessariamente por via da ação dos *media* (Thompson, 2002: 46-47), incluindo o *on-line*.

Por isso, falar no escândalo nos tempos atuais corresponde a falar em escândalo mediático, onde as diferenças entre a vida pública e a vida privada se esbatem, onde tudo é suscetível de ser conhecido e onde as pessoas, apesar de não partilharem o mesmo espaço, acabam por partilhar a mesma informação, dado que o desenvolvimento do jornalismo logrou reordenar os formatos espaciais e temporais da vida social. A nova visibilidade proporcionada pelos *media* tradicionais e pelos novos *media* veio possibilitar que muitos eventos que não estavam ao alcance das massas passassem a estar agora visíveis, ao mesmo tempo que deixou mais incontrolláveis os fluxos de informação que se movimentam na cena pública. Se globalizámos e perpetuámos pessoas e rostos, um dos grandes desafios está agora no estabelecimento de quem passou a integrar o rol de políticos a que todos aludimos indiscriminadamente. Vejamos a seguir a pertinência deste repto.

Numa das suas análises ao fenómeno da corrupção política, a professora da Universidade de Coimbra Isabel Ferin Cunha nota que os ilícitos podem ser cometidos não apenas por sujeitos que estão em funções políticas, como também «após o abandono de cargos de governação, quando os agentes políticos mantêm o seu capital relacional acumulado naquelas funções públicas, que posteriormente colocam ao serviço de funções privadas, no campo da economia, finanças ou banca, para benefício próprio ou do seu grupo» (Cunha, 2015a). Esta parece ter sido também uma das preocupações da OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) quando selou o termo PEP (*Politically Exposed Person*), na Convenção AntiSuborno de 1997, para

se referir de forma mais abrangente às pessoas que são ou foram investidas em funções públicas relevantes, como presidentes da República, primeiros-ministros, ministros e outros membros de governo, políticos, executivos em empresas do Estado, entre outros²³.

O poder atrai os holofotes mediáticos e aqueles que pisaram o campo que potencialmente o exerce estarão sempre sob o escrutínio dos *media*. Nesta ótica, cremos que a investigação jornalística pode fornecer-nos novos conhecimentos sobre o que vem acontecendo nas galerias mais ocultas do poder. O escândalo político, enquanto fenómeno mediático, tem servido de porta giratória a agentes da política, dos *media* e da justiça, sob a observação do público, muitas vezes sem meios para desvendar os meandros que se abrigam na antecâmara dessa circulação. Revelações sobre alegadas ações criminosas de pessoas que detêm ou detiveram cargos públicos, ou graves prevaricações dos setores tentaculares do Estado, abalam a sociedade e a própria lei fundamental que deve reger a vida coletiva. Não só por isso, mas também por isso, vale a pena aprofundar o fenómeno no sentido de aferirmos o que podemos extrair sobre a democracia e a sociedade contemporânea.

O escândalo político como ponto de observação social

Embora comumente entendível, diante de correntes internacionais diversas na interpretação do fenómeno, cumpre-nos realçar o que entendemos por escândalo político. Todavia, antes de o fazermos, ilustraremos quais as características mais frequentes na sua identificação. Assim, podemos assumir que um escândalo suscita nos cidadãos a presunção da infração de valores, normas ou códigos morais por parte de um sujeito ligado ao campo político. Há igualmente a possibilidade de a transgressão poder desencadear a desaprovação pública pela afronta aos valores e normas estabelecidos, mesmo dizendo respeito apenas a formalidades rotineiras da vida social. Por outro lado, poderá surgir de alguma forma a manifestação da desaprovação por

²³<https://www.oecd.org/site/adboecdanti-corruptioninitiative/meetingsandconferences/44442206.pdf>, acedido em 16 de março de 2018.

parte de sujeitos não participantes, pois é necessário que alguns indivíduos se sintam incomodados e escandalizados com a transgressão. É também comum que a revelação de uma transgressão possa provocar prejuízo à reputação de um indivíduo. Na maior parte dos casos há igualmente uma tentativa de segredo ou ocultação dos factos por parte dos sujeitos implicados. Por fim, para o escândalo ocorrer é indispensável que o assunto transite para o conhecimento público, o que acontece nas sociedades modernas através dos *media*.

A premissa da imprescindibilidade dos *media* para a constituição do escândalo tem sido abordada pelo sociólogo e professor da Universidade de Cambridge John B. Thompson (2002) que, ao traçar uma teoria do escândalo político mediático, destaca como os *media* vieram modificar a conduta dos líderes políticos e a vida política em geral. Segundo o autor, parte dessa mudança deve-se à transformação da visibilidade, que junta a esfera pública e a privada, praticamente sem as diferenciar nem atender ao nível de reserva que as deve distinguir. A atuação dos *media* nunca poderá deixar de ser, por isso, a questão fulcral. Basta ver, a título de exemplo, que até a notícia mais infundada deixa um rasto difícil de apagar, dado o potencial dano nos capitais simbólicos (Bourdieu, 1989: 188-189) de que os políticos tanto precisam.

No que concerne aos vários esforços de definição, comecemos por Anthony King (1986: 175), que alega que o comportamento escandaloso é aquele que ofende as normas éticas da sociedade. Ainda que baseado numa prevaricação rotineira, ela precisa de ser desaprovada. Sabendo-se que nem todos os comportamentos ferem as normas da sociedade, o escândalo é identificado por ocupar uma espécie de meio-termo na indecência. Mais conciso, Lowi (1988) refere que o escândalo é a corrupção revelada, a exposição da violação de virtudes. Esta definição, contudo, leva pouco em consideração a proeminência da comunicação no ciclo do escândalo. Já para Markovits e Silverstein (1988), o escândalo político é um fenómeno que implica a violação de regras e procedimentos públicos e universais que governam o exercício do poder político. De acordo com Lull e Hinerman (1997), o escândalo ocorre quando são tornados públicos atos pessoais que ofendem a moral dominante, produzindo uma série de efeitos habitualmente negativos. Segundo a "Teoria Social do Escândalo", formulada por John B. Thompson (2002), o escândalo político

envolve um líder ou uma figura política e pode ser enunciado como uma luta pelo poder simbólico, em que a reputação e a confiança estão em jogo. Esta definição é corroborada por Michael Schudson (2004), influente professor de Jornalismo da Universidade de Columbia. Na mesma linha, o investigador espanhol Fernando Jiménez Sánchez (2004) expõe o escândalo político como uma reação da opinião pública contra um agente político considerado responsável por um determinado comportamento que é percebido como um abuso de poder ou uma traição à confiança social.

Os escândalos podem acontecer em diversas áreas da sociedade, uma vez que todas as instituições vivem com normas e orientações, gerando expectativas quanto à conduta exercida pelos seus membros. Na esteira do que temos vindo a expor, é agora possível estabelecer uma definição própria para o escândalo político ocorrido na contemporaneidade. Assim, de acordo com a nossa própria noção, o escândalo político é um fenómeno mediático que incide sobre alegadas transgressões de normas ou valores morais, cometidas por sujeitos políticos, podendo estas causar danos à sua reputação e inviabilizar as suas pretensões de poder.

No aprofundamento do tema, vários autores têm procurado dispor o escândalo em tipologias e formatos reconhecíveis, o que lhes permite uma abordagem mais expositiva dos conceitos que defendem. A categorização que tem colhido maior adesão reporta-se à sua natureza, havendo duas correntes distintas a esse respeito. A primeira corrente é da autoria de Andrei S. Markovits e Mark Silverstein, dois investigadores sociais que conjuntamente procuraram aclarar o fenómeno do escândalo político, sustentando, em primeiro lugar, que este depende do estatuto do seu protagonista político e, em segundo lugar, depende também da natureza da transgressão. Segundo eles, são estas duas características que essencialmente o distinguem de qualquer outro escândalo da vida social (Markovits e Silverstein, 1988). Se a primeira característica, referente ao *status* das figuras envolvidas, tem sido genericamente confirmada pelos restantes pares, não oferecendo contestação, dado que subordina o escândalo político à presença de um ator político, já quanto à outra característica, que defende que o escândalo de poder é o único que deve enquadrar-se no âmbito do escândalo político, uma vez que decorre do exercício de poder político do seu protagonista, ela tem dividido os cientistas

sociais, dando inclusivamente lugar a uma nova corrente que diverge da de Markovits e Silverstein. Mas tem colhido também adeptos, como é o caso do nórdico T. Midtbo, que reforça até esta posição, sustentando que o escândalo político “é uma violação das regras e procedimentos no exercício do poder político» (Midtbo *apud* Allern e Pollack, 2012: 14).

A segunda corrente, em divergência com a posição de Markovits e Silverstein, encontra em John B. Thompson a principal referência, advertindo que restringir os escândalos apenas ao exercício do poder político deixaria de fora muitos outros casos, como os de natureza financeira ou sexual, que envolvem figuras da política e que, pelo desgaste de capitais como a reputação e a confiança, poderão igualmente levar uma carreira a um final abrupto e à consequente queda do seu protagonista. Pelo que, segundo Thompson (2002: 124-127), é indispensável incluir outras tipologias no conceito de escândalo político. Nesse sentido, este sociólogo defende uma segmentação constituída pelos três tipos de escândalos mais frequentes: o escândalo político de poder (a forma mais genuína, por assentar em alegadas prevaricações que sucedem a partir do exercício do poder político), o escândalo político financeiro (quando as incidências dizem respeito ao abuso ou mau uso de recursos financeiros) e o escândalo político sexual (quando estão em causa contravenções que ferem normas sociais vigentes do foro sexual ou conjugal).

Constatamos que há, efetivamente, casos sem amparo nas subdivisões criadas por Thompson e que, por esse motivo, ficariam sem enquadramento. Todavia, estes casos representam um número ainda substancial para que os deixemos arredados do âmbito do escândalo político, propondo por isso aqui lançar as luzes para uma nova tipologia, dizendo esta respeito a contravenções de comportamentos que são moral e culturalmente reprováveis, que tanto pode englobar furtos, homicídios, agressões e violência (na forma tentada ou consumada), comportamento indecoroso em público, consumo de substâncias proibidas ou fraude académica (incluindo plágio e obtenção irregular de graus académicos), entre muitas outras prevaricações que podem derrubar os capitais de reputação dos políticos e enfraquecer a sua legitimidade perante os cidadãos. Designamo-la por escândalo político de Conduta e acrescentamo-la às três tipologias estabelecidas por Thompson anteriormente referidas.

O peso da cobertura jornalística da corrupção no escândalo político

Media e justiça não têm necessariamente os mesmos propósitos nem se regem pelas mesmas pautas. Para além de que a velocidade dos primeiros é vertiginosamente superior: a notícia não precisa de semanas, meses ou anos, ela prescreve ao fim de apenas alguns minutos.

A desocultação dos casos pelos *media* releva de um jogo de tensões em que nenhum dos intervenientes se abstém de lucrar com isso. A relação de poder que se verifica entre eles é reciprocamente instrumental. Quem fornece informação espera obter a vantagem de ver adversários expostos, ou apenas aprofundar uma relação de confiança com determinado jornalista. Já os jornalistas necessitam permanentemente das informações como matéria-prima para que o seu trabalho suscite interesse e seja “impactante”.

No campo político, polarizado por disputas acutilantes e estratégias de bastidores buriladas por adversários, a sobrevivência interna depende muito da cotação no “mercado” de capitais simbólicos. Daí que os protagonistas políticos tenham noção de que as suas ações, quer sejam decorrentes da exposição pública e do desempenho das funções que exercem, quer sejam referentes à sua vida privada, estão sujeitas à observação e ao escrutínio dos *media*. O escândalo pode constituir-se, por isso, numa potencial ameaça, com implicações sérias para as pessoas e instituições envolvidas.

Habitualmente, a corrupção, sendo uma forma de escândalo, é caricaturada como um *iceberg*, que mostra à tona da água uma pequena porção de gelo, escondendo submersa nas águas profundas uma área bastante maior, cuja dimensão é difícil de conhecer. É compreensível a ideia de que a corrupção permanece oculta, uma vez que as transgressões cometidas ocorrem numa esfera privada, não esperando os seus protagonistas que estas venham um dia a tornar-se do conhecimento público.

A corrupção está ligada a termos como deterioração, decomposição, putrefação, adulteração das características originais de algo, depravação de hábitos e costumes e ao suborno (Houaiss, 2005: 2438). Mas também à “sedução” (Lello, 1978: 640) e à «podridão» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 1998: 794). O enfoque sociológico caracteriza-se por uma certa dilatação do conceito de corrupção, ao fazer incidir nele as diversas vertentes em que

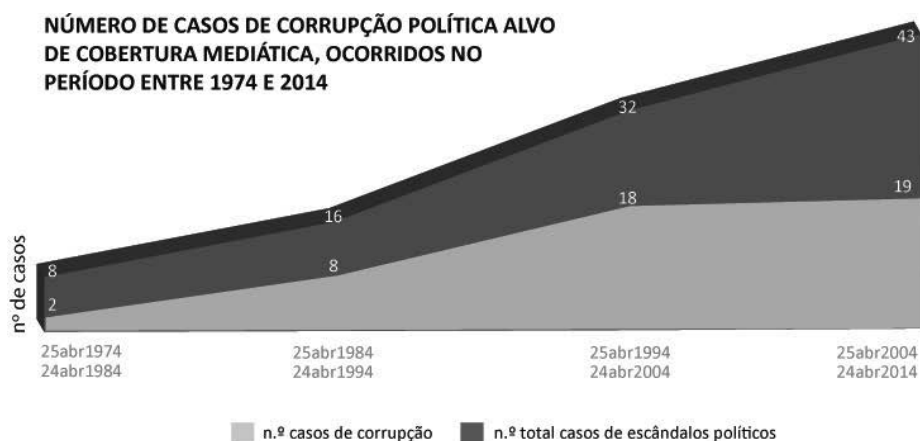
o tema pode ser perspectivado, sobretudo na que concerne à percepção evidenciada pelos cidadãos (Maia e Borges, 2014: 115). Como referem Filgueiras e Araújo (2014), "ações como nepotismo, clientelismo, prevaricação, desvios de recursos, 'superfaturação' de obras públicas, influência indevida nas decisões públicas, ou outras, podem ser consideradas como corrupção". O que equivale a dizer que o fenómeno não se encontra confinado a um único tipo de comportamento, dado reunir várias formas de ação em prejuízo do interesse público (Filgueiras e Araújo, 2014: 64).

É crível que a corrupção varia de acordo com a percepção (Sartori, 1989; Heidenheimer, 2005; Sousa e Triães, 2008; Sousa, 2011; Maia, 2006, 2008 e 2011; Cunha, 2014) e, muito particularmente, admite-se que a percepção da corrupção política possa ser influenciada pela informação fornecida pelos *media* a partir da cobertura jornalística que é feita dos casos e seus protagonistas, verificando-se que o discurso mediático pode atuar sobre a percepção social da corrupção (Heidenheimer, Johnston e Levine, 1998; Thompson, 2002; Maia, 2010; Sousa e Triães, 2008, 2011; Cunha, 2014). É por isso prudente sublinhar, como acautelam Cajas e Rojas (2011), que corrupção e percepção da corrupção são realidades diferentes.

O facto de os *media* exercerem a função de informar, somado à dramatização que empregam, bem como à interpretação dos acontecimentos, influencia a percepção da opinião pública. A sua ação permite simplificar a linguagem jurídica para que o público a compreenda, desembaraçar o novelo do caso até que seja encontrada uma linha entendível que conduza ao centro das questões fulcrais e recorrer a um repositório de arquivos, recuperando situações análogas ou relacionadas com o caso. Mas há a reter que, no *modus operandi* dos *media*, estes informam-se mutuamente e agem sob efeito de mimetismo, mantendo na sua agenda de publicação um caso alvo da cobertura pela concorrência. Cada órgão de informação procura oferecer ao público uma nova perspectiva ou um novo dado, o que leva ao aprofundamento da investigação e à sua exposição mediática. Nesse aprofundamento, os jornalistas focam amiúde todos os intervenientes, sejam protagonistas do caso, agentes judiciais, ou outros, recorrendo a fontes diversas, atinentes ou não ao processo, o que concorre, pese embora o *infotainment* cada vez mais sistemático, para uma informação mais vasta da opinião pública.

Morgado e Vegar (2003: 133) sustentam que, "no combate à criminalidade complexa, os meios de comunicação social têm desempenhado um papel determinante, especialmente nos relacionados com corrupção e grande criminalidade". A este propósito importa lembrar as iniciativas que agregam órgãos de informação em várias partes do mundo para investigar assuntos transversais a diversos países e que, de outra forma, seria difícil de fazer chegar ao conhecimento da sociedade, constituindo-se os *media*, nestes casos, fontes de informação da própria justiça.

Através do quadro seguinte, é visível o crescimento contínuo do número de casos de corrupção, observados a partir da cobertura dos jornais que integram o nosso *corpus* de análise, durante o período democrático. Contudo, é patente um abrandamento do aumento da cobertura a partir da última década da democracia (2004-2014), sobretudo quando comparado com a mancha que representa o escândalo político, onde os casos de corrupção política se inserem.



Quadro 1. Número de casos de Corrupção Política alvo de cobertura mediática ocorridos na democracia portuguesa

De acordo com Isabel Ferin Cunha, há fatores comuns aos países do Sul da Europa que podem ajudar a explicar o contexto de corrupção nos moldes em que ela é gerada nestes Estados. Entre eles a entrada recente na democra-

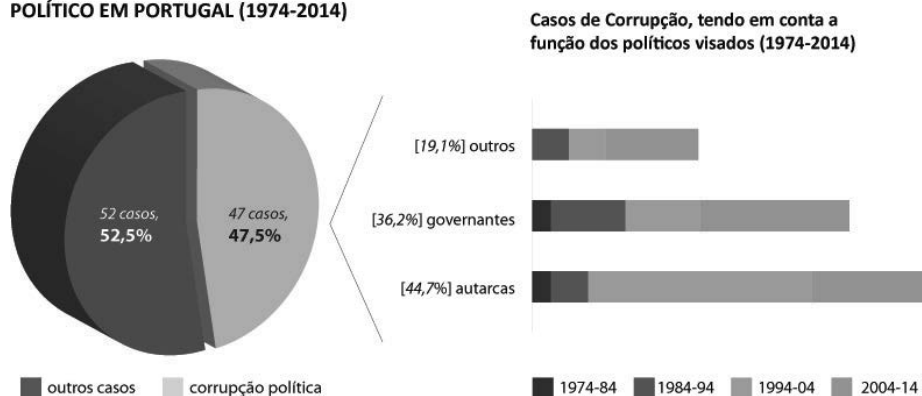
cia após décadas de ditadura²⁴, a afirmação de novos protagonistas políticos e económicos com novo entendimento de ética pública, a profissionalização dos aparelhos partidários e o recrutamento de candidatos dentro desses mesmos partidos (onde a vinculação à estrutura tem prevalência), a construção da União Europeia e a consequente entrada de fundos comunitários a partir dos anos 80 do século anterior, uma justiça inadaptada para o combate ao crime globalizado e a emergência da classe média – que trouxe uma expansão do consumo e a liberalização do setor dos *media* (Cunha, 2015a e 2015b).

Perante os dados que revelam um número relativamente crescente da cobertura mediática do fenómeno, há a expectar a perceção que justamente se pode inferir como sendo transmitida pelos *media* à opinião pública, o que pode conduzir, segundo Rose-Ackerman, à erosão da legitimidade política, ao sentimento de ineficácia quer dos governos quer da justiça e, por consequência, a um aumento de ocorrências por via do enfraquecimento dos valores éticos e morais da sociedade (Rose-Ackerman, 2002). Da mesma forma, os poderes legislativo e judicial não são por vezes percecionados como mecanismos legítimos de controlo do executivo, mas como obstáculos à efetividade do governo e à vontade dos eleitores, levando a que os *media* sejam percebidos como mecanismos alternativos de fiscalização, permitindo monitorar o poder em momentos não eleitorais (Mesquita, Moisés e Rico, 2014: 287-288). É nesse sentido que também aqui se aplica aos *media* o epíteto *watchdog*. Mas, como enfatiza alguma literatura, a forma como os órgãos de informação desempenham esse papel é controversa, posta a dramatização e o enfoque tantas vezes excessivo no sensacionalismo, o que acaba por gerar insatisfação passiva, distanciamento e apatia, em vez de motivar uma ação tendente à reforma das instituições (Mesquita, Moisés e Rico, 2014: 288). Contudo, há a relevar que a denúncia e a cobertura jornalística de temas escandalosos, como os da corrupção, comportam a virtude de instaurar uma preocupação pública com o tema, aumentando a consciência do problema e criando, em simultâneo, pressão sobre os agentes públicos.

²⁴ A Itália entrou em processo de instauração democrática imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, aprovando a sua Constituição em 1948, a Grécia e Portugal em 1974 e a Espanha em 1976.

Tal como sustenta Isabel Ferin Cunha, os crimes de corrupção ocorrem essencialmente em quatro situações-tipo: "quando os agentes ou ex-agentes políticos competem por cargos políticos, exercem cargos públicos, legislam e governam", podendo ser cometidos após o abandono de cargos de governação (Cunha, 2015a). Se atendermos à proveniência institucional dos políticos visados nas peças jornalísticas, podemos, a partir do quadro seguinte, constatar que os autarcas protagonizam o maior número de casos de corrupção política publicada pelos *media*, com 44,7% dos casos, um número percentual semelhante ao divulgado nos relatórios do Conselho de Prevenção da Corrupção do Tribunal de Contas português, espelhando dados relativos ao período entre 2009 e 2012, que mostram que 43% dos processos que dizem respeito a esses anos têm origem no poder local, "que foi o 'viveiro' de 177 processos-crime num total de 415 reportados"²⁵.

PESO DA COBERTURA DA CORRUPÇÃO NO ESCÂNDALO POLÍTICO EM PORTUGAL (1974-2014)



Quadro 2. Peso da cobertura mediática da corrupção política no escândalo político em Portugal – Casos de Corrupção, tendo em conta a função dos políticos visados.

Depois dos autarcas, os governantes são os mais representados, seguindo-se em menor escala um grupo que denominámos por "outros", onde incluímos parlamentares, membros de governos regionais e políticos em funções

²⁵ *Diário de Notícias*, 16 de setembro de 2013, 1-13.

nas empresas públicas. Estes últimos, tal como os governantes, têm maior expressão no período entre 2004 e 2014, a época de maior proeminência na cobertura mediática da prática de corrupção. Já os autarcas são mais visados no período entre 1994 e 2004. Este ponto traz ainda à evidência que a cobertura da corrupção tem um peso importante no escândalo político, registando 47,5% dos casos enquadrados neste âmbito.

Metodologia

No presente artigo procuramos aferir qual a cobertura jornalística do fenómeno do escândalo político em Portugal no período democrático, perscrutando na totalidade das edições do caderno principal de quatro semanários portugueses de referência – *Expresso*, *O Jornal*, *O Independente* e *Sol* –, ao longo dos primeiros 40 anos do período democrático, iniciado em 25 de abril de 1974, as unidades de análise (peças jornalísticas) relativas a escândalos portugueses, em que são visados protagonistas políticos. Analisámos 4141 edições, tendo sido apuradas 2101 edições com escândalos políticos, das quais extraímos 4739 peças noticiosas.

GRADAÇÃO DA ESCALA DE INTENSIDADE MEDIÁTICA

	CLASSIFICAÇÃO	INTERVALO
	Extremo	≥ 8
	Muito Grande	7 - 7,99
	Grande	5 - 6,99
	Relevante	3 - 4,99
	Moderado	2 - 2,99
	Brando	1 - 1,99
	Ligeiro	0,6 - 0,99
	Pequeno	0,3 - 0,59
	Muito Pequeno	0,1 - 0,29
	Micro	0 - 0,09

Quadro 3. Gradação da Escala de Intensidade Mediática atendendo à sua classificação e respetivos intervalos

Construímos uma escala de intensidade da cobertura mediática, em função da visibilidade atribuída pela imprensa à cobertura dos casos-tipo incluídos na análise. Para tal, considerámos integrar, analisar, categorizar e medir um conjunto de variáveis frequentes na análise dos *media*, como o tipo de página, a localização da peça, o espaço ocupado ou a valorização gráfica. Neste processo é tida também em conta a data de publicação das peças noticiosas, no sentido de apurar o início e o desfecho dos temas e assim a totalidade do período em cena. Para uma mensuração da proeminência dos órgãos de informação a integrar na análise, foram considerados os valores de circulação e audiência.

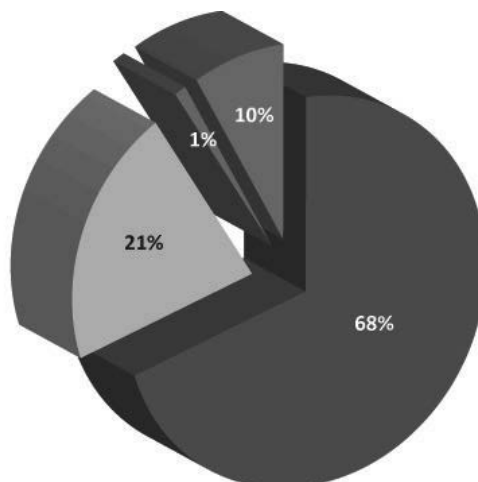
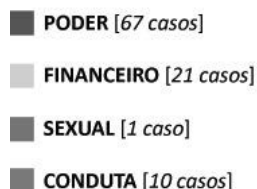
Todas as variáveis foram relacionadas através de um algoritmo visando obter em cada caso analisado um valor numérico situado no intervalo entre 0 e 10 e, nesse sentido, classifica a intensidade propagada por cada caso em estudo, o que aqui se traduz no escândalo político.

Análise dos dados

TIPOLOGIAS DO ESCÂNDALO POLÍTICO

O escândalo político, conforme advoga John B. Thompson (2002), pode ser acomodado em três tipologias frequentes, visando a sua segmentação. Estas reportam-se ao escândalo político de Poder, Financeiro e Sexual. Adicionalmente, os nossos estudos recomendaram a inclusão do escândalo político de Conduta, representando esta nova tipologia 10% dos casos registados, como podemos aferir no gráfico 4. O desdobramento das tipologias já enunciadas permite-nos um vislumbre mais seletivo das prevaricações em causa. Embora não seja nossa intenção neste artigo aprofundar este detalhe, ilustraremos apenas que, no que diz respeito ao escândalo político de Conduta, a sua ramificação mais expressiva concerne a comportamentos indecorosos, como o gesto de “cornichos” que um ministro dirigiu a um deputado da oposição, ou a mentira de um outro ministro ao parlamento, representando 40% dos casos desta tipologia. Os alegados furtos por políticos representam 20% dos casos. A subcategoria denominada homicídios, agressões e violência na forma consumada ou tentada regista 20% dos casos, o mesmo número de casos que o desdobramento relativo a fraudes académicas por políticos.

TIPO DE ESCÂNDALOS POLÍTICOS VERIFICADOS EM PORTUGAL NO PERÍODO DEMOCRÁTICO



Quadro 4. Percentagem e número de casos nos primeiros 40 anos da democracia portuguesa segundo as tipologias do Escândalo Político

O mesmo quadro permite-nos aferir que o escândalo político mais comum em Portugal é o de poder, com 67 casos, havendo apenas um único caso (Casa Pia) de natureza sexual, 21 do foro financeiro e, como já mencionámos, dez de conduta. Na esteira de Thompson (2002: 155), o escândalo de poder admite envolver cumulativamente prevaricações ligadas a outras tipologias mas, se tal suceder às custas do exercício do poder político do seu protagonista, deve prevalecer a de poder, dada a sua precedência no campo político, o que realça a proeminência desta tipologia.

No âmbito do escândalo político de Poder, observamos que as alegadas contravenções que incidem sobre atos praticados por políticos e que visam o seu próprio proveito, incluindo o enriquecimento ilícito e outras ações que possibilitem prevaricações fiscais e contributivas, constituem a mais numerosa ramificação desta tipologia (com 55,2%). A segunda ramificação mais volumosa, com 19,4%, diz respeito a favorecimentos a terceiros proporcionados por políticos, o que inclui benefícios a pessoas ligadas a partidos, empresas e gente das suas relações. A terceira maior ramificação do escândalo político de Poder, com 16,4%, concerne a abusos e lutas pelo poder, onde se encontram os meios ilegítimos de disputa nos partidos ou a angariação paralela e ilegal de recursos financeiros. A quarta ramificação é a que sintetizamos com o epíteto

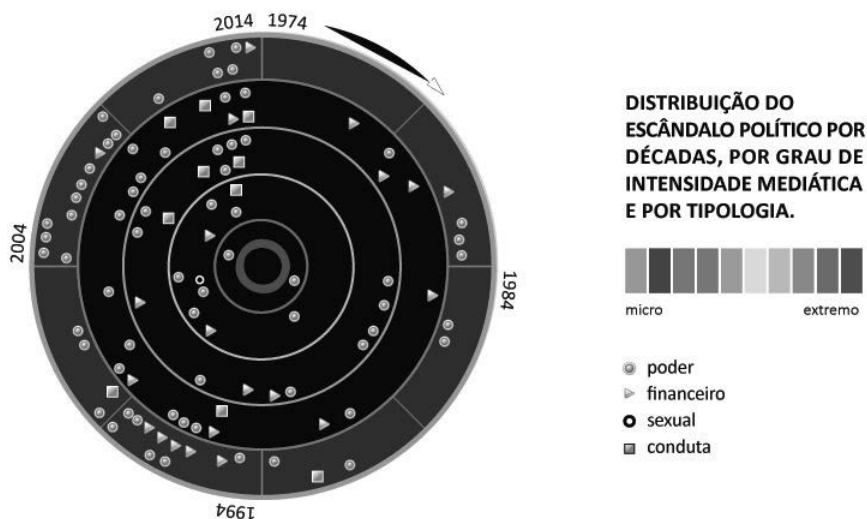
de má gestão, tendo ocorrido em 6% do total de casos de poder. Por último, a quinta ramificação do escândalo político de poder, correspondente a 3% dos casos, assenta na indevida utilização de fundos comunitários.

A intensidade da cobertura

A intensidade mediática refere-se, de acordo com o que definimos, à persistência ou relevo atribuído pelos *media* a um assunto, aferido através da conjugação de variáveis de forma, tendo em vista a observação de opções editoriais, num determinado intervalo de tempo. O que equivale a dizer que podemos considerar que um assunto pode ter maior ou menor intensidade conforme os *media* lhe atribuam editorialmente maior ou menor destaque. A construção da “*Media Intensity Scale*” surge da necessidade de distinguir a cobertura mediática dos escândalos políticos, podendo servir para qualquer outro tema, reconhecendo que estes não são todos iguais nem são tratados da mesma forma pelos *media*, o que pode permitir ao observador entendimentos diferenciados sobre o mesmo objeto de estudo.

A utilização desta escala implica que o algoritmo que a sustenta seja aplicado na base de dados que constitui o *corpus* de análise, de forma a mensurar e classificar cada peça noticiosa, agrupando-as depois em cada um dos 99 casos de escândalo, que identificámos, graduando a intensidade de cada um através de um valor numérico concreto e enquadrando-o quantitativamente numa classificação.

Como podemos aferir a partir do quadro seguinte, através da distribuição esquemática dos escândalos políticos ocorridos em Portugal nas quatro décadas que o País leva de democracia, há casos que não passam de ténues sinais no radar do escândalo, ao passo que outros atingem maior visibilidade fruto de uma cobertura mediática mais intensa, como exporemos a seguir com maior detalhe.



Quadro 5. Radar de distribuição do escândalo político por década, por tipologia e de acordo com o seu valor na *Media Intensity Scale*

Na primeira década da democracia portuguesa (1974-1984) houve um número reduzido de casos, notando-se um maior relevo quanto a escândalos políticos financeiros de baixa magnitude, ficando entre as classificações “muito pequeno” e “ligeiro” na *Media Intensity Scale*. A segunda década, embora com um baixo número de ocorrências face às duas décadas mais recentes, é marcada pela aproximação de escândalos a valores de maior intensidade, salientando-se o caso com mais alto valor de intensidade mediática em toda a democracia, o “Processo da Saúde”, com intensidade de 7,85, situando-se por isso na classe de escândalo “muito grande”. Este caso surge em 1988, ano em que *O Independente* começa a ser publicado, iniciando um enfoque permanente à governação do primeiro-ministro Cavaco Silva e da sua ministra da Saúde, Leonor Beleza. Na terceira década, tal como na quarta, é desvelada uma enorme profusão de casos, colocando em evidência o aumento de escândalos em tempos contemporâneos, embora predominem os casos de baixa intensidade, aglomerando-se em círculos mais afastados do centro, que aqui representa intensidade extrema na *Media Intensity Scale*. Todavia, a quarta década comporta 43,4% das incidências desencadeadas no período democrático, trazendo ao fenómeno do escândalo político um relevo sem

precedentes, quer em termos de ocorrências quer também de intensidade. Na última década volta a existir um pico semelhante ao de 1988, desta feita relativo ao Freeport, que eclodiu em 2005, pouco antes das eleições legislativas, atingindo o candidato socialista que veio a vencer essas eleições, José Sócrates, adquirindo o caso uma intensidade de 7,58, situando-se por isso na classe de escândalo “muito grande”. Este mesmo político, que foi líder do Partido Socialista e primeiro-ministro durante seis anos, José Sócrates, protagonizou no período imediatamente posterior ao da nossa análise um dos maiores escândalos a que Portugal assistiu, conhecido por “Operação Marquês”, tendo inclusivamente sido detido preventivamente durante dez meses, estando neste momento à espera de julgamento.

A *Media Intensity Scale* possibilita-nos caracterizar o escândalo político em Portugal como sendo maioritariamente de baixa magnitude, havendo 59,6% de casos com as classificações mais baixas (micro, muito pequeno e pequeno), 28,3% nas classificações intermédias (ligeiro, brando e moderado) e só 12,1% nos valores mais elevados (relevante, grande e muito grande), sendo que não foi detetado no período de análise, até 25 de abril de 2014, qualquer caso na classificação «extrema».

Co-offending

Observando o número médio de protagonistas envolvidos em escândalos políticos, no quadro seguinte, verificamos uma tendência de crescimento ao longo das quatro décadas democráticas em estudo, registando-se a média de um protagonista por caso na primeira década, valor que ascende a 1,8 protagonistas por caso na segunda década, oscilando para 1,4 na terceira década e cifrando-se nos 2,3 na quarta década, sendo este último valor o maior da era democrática, o que nos permite aferir que, cada vez mais, os casos de escândalo político contam com um elenco composto por um maior número de participantes.

Esta observação conduz-nos ao termo *co-offending*, criado por Reiss (1988), que aqui assumimos como ilustrativo, pretendendo classificar as ligações de cumplicidade quando está em foco um pequeno grupo, que pode ir

até cerca de quatro pessoas, unidas pela participação num alegada transgressão. Se o grupo for maior, extravasa o âmbito de “co-offending”, entrando na classificação de “rede” (Cusson, 2011: 157-159). O que pode esta conclusão antever sobre as prevaricações que originam os escândalos? De acordo com Cusson (2011: 156), os supostos prevaricadores que agem em grupo cometem mais transgressões do que aqueles que operam individualmente, o que faz com que, observando o número crescente de políticos que operam em grupo, as ações que motivam o escândalo se vão propagando de forma crescente na cena política.

NÚMERO MÉDIO DE PROTAGONISTAS ENVOLVIDOS EM CADA ESCÂNDALO POLÍTICO



Quadro 6. Número médio de protagonistas envolvidos em cada escândalo político; Média de protagonistas por classificação da *Media Intensity Scale*; Média de Protagonistas por tipologia de escândalo

O mesmo quadro remete-nos ainda para um gráfico central que relaciona a média de protagonistas por caso com as classificações da *Media Intensity Scale* referentes a cada escândalo. Nesse sentido, verifica-se uma inclinação crescente, espelhada pela linha de tendência logarítmica²⁶, a partir da qual se infere que quanto maior é a intensidade do caso, maior é o número de participantes visados. Ou seja, os casos de maior relevo, que suscitam nos *media* uma cobertura mais intensa, dão-nos a conhecer igualmente a existência de mais intervenientes nesses escândalos políticos.

²⁶ Para valores calculados no Excel, em que $y=0,6843\ln(x)+1,0517$ e $R^2= 0,2518$.

No que concerne à relação entre a média de protagonistas envolvidos e a tipologia do escândalo político, constata-se que os casos de poder apresentam uma média de 2,1 protagonistas. O único caso sexual, o escândalo da Casa Pia, conta com dois políticos visados pelos *media*, embora a sua referência tenha natureza distinta, como de resto acontece em outros casos nas diversas tipologias. O escândalo financeiro regista 1,5 participantes, e o de conduta, 1,2. De acordo com estes dados, podemos concluir que os casos de Conduta são aqueles em que o político mais age sozinho.

O escândalo político nos períodos de crise

A extensão do período de análise do escândalo político – que convencionámos ser de 40 anos, de forma a abarcar todo o ciclo democrático –, permite-nos extrair particularidades sobre a incidência temporal, com o objetivo de deduzir padrões na sua ocorrência. A observação detalhada da cobertura jornalística do fenómeno apresenta-nos elementos úteis e pertinentes a uma perspetiva mais robusta não apenas do espectro político mas também mediático, como veremos de seguida.

Desde que foi iniciada a era democrática, Portugal atravessou três períodos de forte debilidade económica e financeira, necessitando de auxílio externo para ultrapassar as dificuldades, mantendo o Estado em funcionamento. Esses períodos, vulgarmente apelidados de “crise”, possibilitaram uma injeção de dinheiro por parte das entidades financiadoras, mediante contrapartidas de ressarcimento, pagamento de juros e implementação de medidas de austeridade expectáveis de inverter o rumo económico débil e promovendo um ajustamento orçamental compatível com as imposições dos credores.

A primeira vez que o FMI aterrou no aeroporto de Lisboa foi para socorrer o País da crise de 1977/1978, concedendo um empréstimo de 115 milhões de dólares, verificando-se à época um PIB de 23 mil milhões de dólares, correspondendo o crédito a 0,5% do PIB. O FMI regressaria a Portugal em 1983, permanecendo até 1985, para acudir à grave recessão que degenerou na segunda crise financeira, com elevadas taxas de juro no estrangeiro e um défice da balança comercial de 13%, concedendo um empréstimo de 555 milhões de

dólares, representando esse valor cerca de 2% do PIB da altura, que era de 27 mil milhões de dólares.

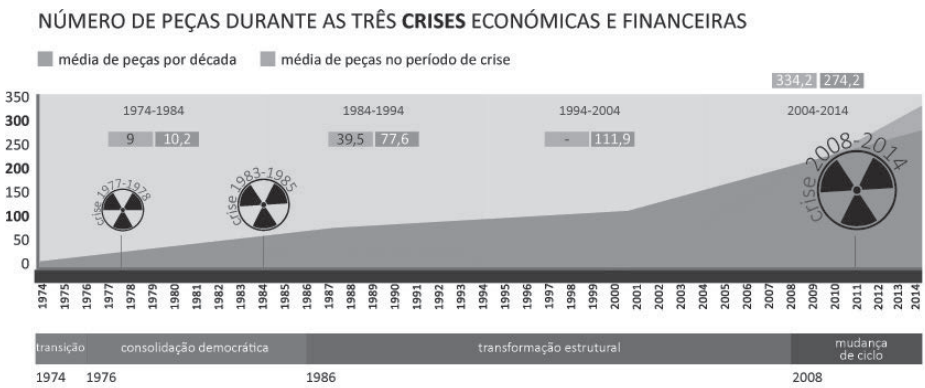
Em 2008 Portugal dava novos sinais de definhamento e, perante a crise financeira mundial, sucumbiu de novo às mãos de um resgate internacional, patrocinado pela *Troika* (constituída pelo FMI, pelo Banco Central Europeu e pela Comissão Europeia), que aprovou em 2011 um empréstimo de 78 milhões de euros a Portugal. Este empréstimo da *Troika* impôs, como compensação, juros elevados e medidas de austeridade que causaram, no decurso do plano de ajustamento, um forte tumulto popular, pela promoção de clivagens sociais, desemprego e pobreza. O Estado foi sendo despidido do seu manto protetor e equilibrador social, estrangulado na capacidade de poder garantir a dignidade e o acesso dos cidadãos a direitos fundamentais consagrados, como a saúde, a educação, a habitação e o apoio social. Houve lugar à privatização de setores estratégicos, como a energia, a água, os correios, os seguros, a aviação, entre outros (vendendo sobretudo a grandes grupos estrangeiros), o que concede inferir que sob a égide da crise foi perpetrada em Portugal uma cáustica imposição de ideologia neoliberal, como observa Cunha (2015b), concluindo que estas medidas “reforçaram as tendências da desdemocratização do capitalismo a partir da deseconomização da democracia, proporcionando a concentração de renda na Europa e o aumento do fosso entre os mais pobres e os mais ricos”. A venda das empresas rentáveis levou inclusivamente, em junho de 2015, o grupo chinês Fosun a eleger Portugal “como o melhor país da Europa para investir”²⁷ – o mesmo País desdenhado pela Europa e considerado um dos “PIGS”²⁸. Como adverte Ana Cabrera, “os efeitos da crise demonstraram a fragilidade do sistema financeiro e económico e revelaram a incapacidade do poder político em controlar e limitar as oligarquias financeiras transnacionais” (Cabrera, 2012: 234).

De acordo com alguns autores, as crises financeiras e políticas abrem a propensão a transgressões como a corrupção, verificando-se a fragilidade das instituições (Blankenburg, 2002; Johnston, 2005; Cunha, 2015b). Segundo

²⁷ http://www.dinheirovivo.pt/Mercados/Banca/interior.aspx?content_id=4634727, acedido em 23 de fevereiro de 2018.

²⁸ *PIGS* é a palavra que em inglês significa suínos, acrónimo de Portugal, Italy, Greece e Spain, uma terminologia utilizada pelos *media* ingleses.

constata Isabel Ferin Cunha, “a cobertura jornalística da corrupção política surge nos noticiários com grande visibilidade nos anos de crise acompanhando a percepção que muitos cidadãos têm deste fenómeno no Sul da Europa” (Cunha, 2015a).



Quadro 7. Número de peças durante as três crises económicas e financeiras

Como podemos verificar a partir do quadro 7, os reflexos das crises propendem a durar cada vez mais tempo nos *media*, tendência que coincide com o número de peças e de casos sobre escândalos políticos. Todavia, seria incauto a partir daqui expressarmos que as crises proporcionam maiores oportunidades concretizadas de transgressões. Mas devemos, contudo, sublinhar que o último período de crise económica e financeira coincide com uma maior frequência de peças noticiosas sobre o escândalo político, revendo-nos, nesse sentido, no pensamento de Isabel Ferin Cunha (2015b), ao sustentar que há uma significativa visibilidade mediática da corrupção política nos períodos de crise, o que conduz à extrapolação de que a “fabricação” de enfoques e agendamentos por parte dos *media* surge em linha com uma predisposição pejorativa da qualidade dos representantes políticos e com a necessidade de dar consistência a uma narrativa que vá ao encontro da percepção da opinião pública.

Conclusões

Ao definirmos o escândalo político como um fenómeno mediático que incide sobre alegadas transgressões de normas ou valores morais, cometidas por sujeitos políticos, podendo estas causar danos à sua reputação e inviabilizar as suas pretensões de poder, estamos a refleti-lo a partir do campo dos *media*. Este aspeto faz prevalecer o papel central da comunicação social nas sociedades contemporâneas e da visibilidade concedida ao escândalo, ao transferir o conhecimento de uma alegada ocorrência da esfera privada para a esfera pública.

O escândalo político ocorrido no período democrático português tem vindo a crescer de década para década, o que se torna perceptível através da cobertura jornalística do fenómeno, verificandose existir uma tendência constante de aumento quer do número de casos revelados, quer do respetivo volume de peças publicadas. Este acréscimo tem sido permanente, embora tenha começado a ter uma expressão mais significativa sobretudo a partir de meados dos anos 80 do século anterior, correspondente à fase de transformação estrutural, em que alterações profundas na sociedade portuguesa acomodaram uma aparente prosperidade, com crescimento económico, aumento de emprego, forte dilatação do consumo, investimento nas vias de comunicação, expansão da construção civil, acesso mais generalizado à educação, ascensão da classe média e proliferação de um novo tecido empresarial. Tudo isto suportado, em grande parte, pela entrada de fundos europeus e acompanhado por uma flexibilização das garantias sociais dos cidadãos.

Quando atrás aludimos a que, mesmo dentro da mesma atmosfera cultural, a conversão de um caso em escândalo pode variar mediante a interpretação individual que lhe seja dada, corroborando a característica polissémica da “ecologia do escândalo” traçada por Lull e Hinerman (1999: 77), essa afirmação auxiliou-nos na justificação da necessidade de mensuração dos casos, com o objetivo de aferirmos um grau concreto de intensidade, avaliando o seu impacto mediático. Foi nesse sentido que utilizámos a *Media Intensity Scale*, para a comparação da magnitude que os casos propagam.

Os dados coligidos sobre os protagonistas políticos suscitaram uma nova abordagem centrada na quantidade de protagonistas políticos por caso, tendo-

-se verificado que a maioria dos escândalos (61%) conta com apenas um participante. Estes valores espelham uma realidade em que, predominantemente, numa análise à totalidade do período democrático, os atos de alegada contravenção são cometidos pelos respetivos protagonistas sem o envolvimento de mais políticos, caracterizando a prevaricação como um ato individual e solitário. Ainda assim, ao longo das quatro décadas democráticas, há a realçar a tendência de crescimento do número médio de participantes envolvidos no escândalo político, passando de um protagonista na primeira década para 2,3 na quarta, o que nos permite concluir que, na contemporaneidade, os casos contam com um elenco composto por um número crescente de participantes, configurando já uma imagem de *co-offending* e, em circunstâncias mais extremas, podem representar inclusivamente uma “rede”, dando mostras da cumplicidade organizada com propensão para a transgressão.

Dos protagonistas envolvidos em casos de escândalo político, os mais visados pelos *media* são os que têm ou tiveram ligações ao poder governativo, podendo-se daqui extrair o maior enfoque que lhes é dado pela comunicação social, dada a sua visibilidade e escrutínio mediático, como também a proximidade ao cume do poder e à decisão executiva. Na mesma linha, autarcas e agentes partidários seguem-se na lista, o que leva a enfatizar a conclusão de que os escândalos recaem mais frequentemente sobre os políticos que se encontram no poder, seja ele governativo, autárquico ou partidário, o que pode ser justificado pela visibilidade mediática que o poder atrai. Esta é, por isso, para os políticos, uma faca de dois gumes: apreciável quando abonatória; evitável quando nociva ou adversa.

Observando igualmente se existe um aumento de escândalos políticos nos períodos de auxílio económico e financeiro, verifica-se que a crise que Portugal atravessou nos últimos anos coincide com uma maior frequência de peças noticiosas sobre o fenómeno. Embora não seja dedutível, por si só, que as crises potenciam mais escândalos, devemos sublinhar, em linha com Isabel Ferin Cunha (2015b), a mais expressiva visibilidade mediática da corrupção política nestes períodos, permitindo-nos vislumbrar uma ambiência em que os *media* fornecem enfoques e agendamentos pejorativos para os representantes políticos, indo assim ao encontro da perceção da opinião pública.

Porventura, dando sequência a este estudo, seria desejável um aprofundamento tendente a verificar se a criminalidade organizada que é operada num contexto cultural como o de Itália poderá encontrar semelhanças com alguns padrões da cobertura do escândalo político em Portugal, relatados neste artigo. Os temas suscitados neste trabalho, no seu conjunto, são parte fundamental para se refletir a importância do escândalo político nas democracias contemporâneas.

Referências bibliográficas

- ALLERN, Sigurd, POLLACK, Ester (eds.) (2012). *Scandalous! The mediated construction of Political Scandals in four nordic countries*. Gothenburg: Nordicom.
- BLANKENBURG, E. (2002). "From political clientelism to outright corruption – The rise of scandal industry". In KOTKIN, S., SAJÓ, A. "Political corruption in transition: a sceptic's handbook". Budapeste: Central European University Press.
- BOURDIEU, Pierre (1989). *Sobre o poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- CABRERA, Ana (2012). *Política, Humor e Democracia: Legislativas e Autárquicas*. In FIGUEIRAS, Rita (coord.), "Os media e as eleições Europeias, legislativas e autárquicas de 2009". Lisboa: Universidade Católica Editora.
- CAJAS, Diana, ROJAS, Hernando (2011). *Percepciones de corrupción y confianza institucional*. In: ROJAS, Hernando *et al.*, «Comunicacion y cidadania». Bogotá: Universidade de Externado.
- CASTELLS, Manuel (2013). *O Poder da comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CUNHA, Isabel Ferin (2014). *Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coord). "Cobertura jornalística da corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Aletheia Editores. Pp. 371-420.
- CUNHA, Isabel Ferin (2015a). *Media e padrões da corrupção política: os casos Freeport e Face Oculta*. Media & Jornalismo, n.º 26, vol. 14, n.º 1 de 2015, pp. 45-64. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CUNHA, Isabel Ferin (2015b). *Da "desdemocratização" da Europa: democracia, media e corrupção política*. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol.38, n.1 (2015).
- CUSSON, Maurice (2011). *Criminologia*. Lisboa: Casa das Letras.

- FILGUEIRAS, Fernando, ARAÚJO, Mateus Morais (2014). *A política anticorrupção e o marco legal no Brasil*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coords.). "Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Alêtheia Editores.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1998). Página Editora.
- HEIDENHEIMER, Arnold (org.) (2005). *Political Corruption: Readings in comparative analysis*. New Brunswick, NJ: Transaction Books.
- HEIDENHEIMER, Arnold (1989). *Problems of comparing american political corruption*. In HEIDENHEIMER, A., JOHNSTON, M. e LE VINE, V. (orgs.) "Political Corruption: a Handbook". New Brunswick: Transaction Publishers.
- HOUAISS, António, VILLAR, Mauro de Salles (2005). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates).
- JOHNSTON, M. (2005). *Syndromes of Corruption: Wealth, Power and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KING, Anthony (1986). *Sex, money and power*. In HODDER-WILLIAMS, R., CAESER, J. (eds) (1986). "Politics in Britain and the United States: comparative perspectives". Durham: Duke University Press.
- LELLO, José, LELLO, Edgar (1978). *Lello Universal: dicionário enciclopédico luso-brasileiro*. Volume I. Porto: Lello e Irmão editores.
- LOWI, Theodore (1988). *Forward*. In Markovits e Silverstein (eds). *The Politics of Scandal*, New York: Holmes & Meier Publishers.
- LULL, James, HINERMAN, Stephen (1999). *En búsqueda del escándalo*. Estudios sobre las Culturas Contemporaneas. Diciembre, año/Vol. V, 010. Univ. de Colima, México, pp. 61-93.
- LULL, James, HINERMAN, Stephen (eds.) (1997). *Media scandals. Morality and desire in the popular culture marketplace*. Cambridge: Polity Press.
- MAIA, António João (2006) *Representações sociais da corrupção em Portugal – contributo para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas.
- MAIA, A.J. (2008). *Contributo para a caracterização da corrupção em Portugal*. In http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/contributo_para_a_caracterizacao_da_corupcao_em_portugal.pdf, accessed March 17, 2018.

- MAIA, A.J. (2010). *Corrupção, realidade e percepções – o papel da imprensa*. In http://www.cpc.tcontas.pt/documentos/corruptao-realidade_e_percepcoes.pdf, accessed March 12, 2018.
- MAIA, António João (2011). *O discurso social sobre o problema da corrupção em Portugal*. Lisboa: Edições Húmus.
- MAIA, António João, BORGES, Hermenegildo (2014). *Prevenir e Reprimir a corrupção política em Portugal – evolução do quadro legal*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coords.). "Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Alêtheia Editores.
- MARKOVITS, Andrei S., SILVERSTEIN, Mark (eds.) (1988). *The Politics of scandal: power and process in liberal democracies*. New York: Holmes & Meier.
- MESQUITA, Nuno Coimbra, MOISÉS, José Álvaro, RICO Bruno (2014). *As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepção e instituições no contexto brasileiro*. In CUNHA, Isabel Ferin, SERRANO, Estrela (coords.). "Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos legais". Lisboa: Alêtheia Editores.
- MORGADO, M. J., VEGAR, J. (2003). *Fraude e corrupção em Portugal: o inimigo sem rosto*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- REISS, A.J. (1988). *Co-offending and criminal careers*. In TONRY, M., MORRIS, N. (eds.), "Crime and Justice". Review of Research, vol. 10, 117-170. Chicago: University of Chicago Press.
- ROSE-ACKERMAN, Susan (2002). *Corrupção e governo*. Editorial Prefácio.
- SÁNCHEZ, Fernando Jiménez (2004). *The politics of scandals in Spain: morality plays, social trust and the battle for public opinion*. American Behavioral Scientist 47(8), pp. 1099-1121.
- SARTORI, G. (1989). *Videopolítica*. Revista Italiana di Scienza Politica, 19 (2): 185-198.
- SCHUDSON, Michael (2004). *Notes on Scandal and the Watergate Legacy*. American Behavioral Scientist 47(9), pp. 1231-1238.
- SOUSA, Luís de, TRIÃES, João (2008). *Corrupção e os portugueses – Atitudes, Práticas e Valores*. Lisboa: RCP Edições.
- SOUSA, Luís de (2011). *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- THOMPSON, John B. (2002). *O escândalo Político. Poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Editora Vozes.

ANA CABRERA

Universidade Nova de Lisboa

CARLA MARTINS

CIC-Digital – Icnova

REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS DO PODER POLÍTICO NO FEMININO EM TEMPO DE CRISE

Introdução

Neste capítulo apresentamos uma análise exploratória em torno das representações do poder político no feminino nos textos noticiosos do semanário *Expresso*, num período temporal recente marcado pela crise económica em Portugal, basicamente correspondente ao XIX Governo (2011-2015).

Quatro rostos femininos foram protagonistas deste Executivo: numa primeira fase, Paula Teixeira da Cruz, ministra da Justiça, e Assunção Cristas, ministra da Agricultura, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Mar; a partir de 2013, juntaram-se-lhes Maria Luís Albuquerque, ministra de Estado e das Finanças, que sucedeu a Vítor Gaspar, e, em 2014, Anabela Rodrigues, ministra da Administração Interna, que substituiu Miguel Macedo.

Pressupõe-se que os textos jornalísticos não são “lisos” ou neutros de uma perspetiva de género, mas sim construções simbólicas contaminadas por dimensões ideológicas e pressuposições sociais naturalizadas ao nível do senso comum (cfr. Silveirinha e Peixinho, 2008; Silveirinha, 2004). Procura compreender-se se, ao nível da construção simbólica operada pelos media, homens e mulheres são representados como revelando características específicas no desempenho de cargos de poder político. Questiona-se, mais concretamente, se a liderança está mais associada a “qualidades masculinas” ou se as líderes políticas surgem mais retratadas segundo “qualidades femininas”.

Num estudo publicado em 1990, Eagly e Johnson encontraram indícios de que o comportamento das mulheres as aproximava de estilos mais vocacionados para a interação e a relação (mais “democráticos”), enquanto os homens

se revelavam mais autocráticos e focados no desempenho de tarefas. Concluíram, então, que se crê “que os homens são mais assertivos e motivados para dominar o ambiente em seu redor (por exemplo, mais agressivos, independentes, autossuficientes, fortes e dominantes). Em contraste, as mulheres são vistas como mais abnegadas e preocupadas com os outros (por exemplo, mais gentis, prestáveis, compreensivas, afáveis, piedosas, despertadas para os sentimentos dos outros)” (Eagly e Johnson, 1990: 236).

Neste enquadramento, a liderança política feminina é associada a um estilo caracterizado por maior sensibilidade social? Particularmente num período de austeridade, é expectável que as mulheres políticas se coadunem a uma forma de exercício do poder mais *humana* e *sensível*? O que trouxeram de novo estas mulheres para a representação política? Como protagonizaram uma crise que afetou mais as mulheres do que os homens? O que mais valorizaram os media na cobertura das suas iniciativas políticas?

É nossa intenção verificar e analisar os atributos simbólicos destacados quando as notícias são protagonizadas por estas líderes políticas e se esses atributos configuram padrões de cobertura jornalística da política baseados em suposições de género.

Numa primeira parte do capítulo descrevemos o contexto político, social e económico da crise e as medidas de austeridade tomadas pelo Governo liderado pelo social-democrata Pedro Passos Coelho. Procedemos, de seguida, a uma revisão da literatura sobre o modo como as mulheres foram afetadas pela crise. Por fim, apresentamos e discutimos os dados do estudo empírico centrado no semanário *Expresso*, tendo as peças noticiosas que integram o *corpus* sido recolhidas e organizadas numa base de dados para o período entre 2011 e 2015.

1. O contexto político e social da crise

Austeridade é a palavra-chave que acompanha o período entre 2011 e 2015, sobretudo os primeiros dois anos. Em Portugal, sente-se fortemente as consequências da crise financeira e económica global que teve início com a falência do banco de investimento Lehman Brothers, em setembro de 2008. A

partir dos EUA a crise expandiu-se e afetou gravemente a economia mundial. Na Zona Euro instalou-se, a partir de 2010, uma crise da dívida pública que gerou graves desequilíbrios nas economias mais fragilizadas.

Portugal foi um dos países afetados pelo problema da dívida soberana. Foi intervencionado em 2011, através de um empréstimo de 78 mil milhões de euros, concedido conjuntamente pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade, Fundo Europeu de Estabilização Financeira e Fundo Monetário Internacional (*troika*). Aplicou-se um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) que assentou em três pilares: consolidação orçamental, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa²⁹.

O Governo português, ainda liderado pelo socialista José Sócrates, anunciou ao país, a 6 de abril de 2011, o pedido de ajuda externa. Seguiram-se as negociações com a *troika* e a apresentação de um programa de assistência financeira. Mas o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) proposto pelo Governo foi rejeitado na Assembleia da República. Em consequência, o Executivo demitiu-se e foram convocadas eleições antecipadas, que se realizaram em 5 de junho de 2011.

Os resultados eleitorais deram uma maioria relativa ao PSD, liderado por Pedro Passos Coelho, que fez um acordo de Governo com o CDS-PP, presidido por Paulo Portas. O XIX Governo Constitucional (21 de junho de 2011 – 30 de outubro de 2015), encabeçado pelo social-democrata Pedro Passos Coelho, encontra a sua legitimidade nesta aliança entre o PSD e o CDS-PP, desenvolvendo, assim, uma maioria de direita estável. É este o Executivo que ficará responsável pelas negociações com a *troika* e pelas medidas de austeridade destinadas à consolidação das contas públicas.

As medidas foram duríssimas e somaram-se às já adotadas pelo Governo anterior: entre elas conta-se o corte de 50% no subsídio de Natal, alterações ao Código do Trabalho visando a facilitação dos despedimento e a flexibilização do mercado laboral e o fim dos direitos especiais do Estado sobre diversas empresas (EDP – Energias de Portugal, Galp Energia e Portugal Telecom). Operou-se ainda a concessão da exploração a privados de serviços ou empre-

²⁹ Banco de Portugal (2016), *O programa de assistência económica e financeira 2011/2014*. Consultado a 24.05.2016, em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstabilidadeFinanceira>

sas públicas, com o objetivo de promover o rápido saneamento das contas públicas e reforçar a competitividade externa da economia.

Em 2012, são aprovadas novas medidas de austeridade³⁰ na sequência do Orçamento do Estado e eliminados os subsídios de Natal e de férias na Função Pública, bem como nas pensões acima de mil euros. Seguem-se o aumento do horário de trabalho e a venda de 50% do capital da REN. A taxa de desemprego dispara para 14,5% em 2012 e 17,8% em 2013, valores acima da média da Zona Euro, que se situava nos 12,2%. As medidas incluem cortes entre 3,5% e 10% nos salários dos funcionários públicos, limitação do número destes trabalhadores, redução do salário mínimo com a inserção da TSU dos trabalhadores e dos abonos de família, diminuição do Rendimento Social de Inserção, corte das deduções fiscais em sede de IRS, agravamento do IVA, aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, corte nas indemnizações por despedimento, redução na duração e montante do subsídio de desemprego, eliminação de quatro feriados nacionais³¹.

Em síntese, a aplicação de resgates em diversos países europeus redundou na aplicação de medidas de austeridade centradas na redução da despesa e no aumento da receita. O tecido social foi fortemente afetado pelo desemprego, com um aumento generalizado da contestação, do desânimo e do ceticismo na superação da crise. Mas esta situação também provocou alterações políticas de monta, a descrença nos partidos *mainstream*, a emergência de novas organizações políticas, o aumento dos votos nos partidos de extrema-direita,

³⁰ No decorrer da V Avaliação do programa de assistência, em 2012, verifica-se o falhanço na frente orçamental. Portugal tem mais um ano para chegar a um défice de 3% e é aqui que entra a Taxa Social Única (TSU), medida que, mal foi anunciada, levou o país à rua, numa enorme manifestação. O governo recuou na TSU, mas o ministro das Finanças, Vítor Gaspar, anunciou um “enorme aumento de impostos”.

³¹ Durante a VII Avaliação, a crise toma conta da coligação. O PS apresenta moção de censura, o ministro Miguel Relvas abandona o Governo e o “chumbo” do Tribunal Constitucional às medidas de austeridade abre um “buraco” de 1,3 mil milhões de euros. O primeiro-ministro anuncia mais austeridade, o ministro Paulo Portas diz “não” à TSU dos pensionistas. O ministro das Finanças demite-se em junho. Aquando das VIII e IX Avaliações, realizadas no final do verão de 2013, surge sanada a crise governamental e Maria Luís Albuquerque sucede a Vítor Gaspar na pasta das Finanças. Definiu-se o Orçamento do Estado para 2014, assegurou-se que a meta do défice, de 4,5%, seria cumprida, anunciam-se medidas de austeridade que incluem a convergência de pensões (entretanto chumbadas pelo TC) e cortes nos salários.

a generalização de atitudes e ações populistas que congregaram o descontentamento das populações.

No estudo “Impacto da crise no bem-estar dos portugueses”, de 2012, a SEDES³² salientava que esta crise, para além de financeira, era também social, e assinalava os efeitos negativos do desemprego sobre o bem-estar da população. O estudo referia também que mesmo os não afetados pela crise começavam a tomar medidas de precaução em relação ao futuro. O assunto era tanto mais premente dado que um quinto dos agregados familiares foram afetados pelo desemprego e viveram uma “situação profissional instável”, com consequências no rendimento. Os autores do estudo notaram ainda que o desemprego afetou mais as mulheres e os mais velhos (com idades compreendidas entre os 45 e os 60 anos) e teve impacto no bem-estar psicológico dos portugueses. No pico da crise, em 2013, a taxa de desemprego foi de 16% para os homens e de 16,4% para as mulheres.³³

2. A vulnerabilidade das mulheres perante a crise

A literatura sobre o impacto da crise económica e financeira sobre a população feminina sustenta que as medidas de austeridade tiveram efeitos nos progressos alcançados no plano da igualdade de género, assunto que tem sido central na política europeia desde os anos de 1990.

Rubery (2015) assinala que a reforma no modelo social europeu, ao torná-lo mais compatível com os mercados de trabalho neoliberais, gerou abusos na agenda da igualdade de género, durante e depois da crise. As mulheres, mais ou menos qualificadas, foram confrontadas com a degradação das condições de trabalho. As maiores obstáculos residiram no aumento da carga horária nos serviços públicos, e maiores dificuldades na obtenção de trabalho em part-time e mesmo em conseguir trabalho. Mas as políticas de austeri-

³² SEDES (2012), O Impacto da Crise no Bem-Estar dos Portugueses. <http://sedes.pt/multimedia/File/SEDES-lcc-Estudo.pdf>. Acedido em 23.11.2017

³³ [https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-550](https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-550)

dade fornecem, simultaneamente, uma justificação para reduzir a protecção no emprego e na cobertura das negociações coletivas de trabalho, sobretudo se a orientação da economia for em direção ao modelo neoliberal.

No mesmo sentido aponta o estudo de Karamessini (2014), o qual salienta que a política de austeridade assentou essencialmente em medidas fiscais e em reformas estruturais do mercado de trabalho e no sistema do Estado social. Por isso, esta crise teve efeitos nas carreiras das mulheres, na empregabilidade, na flexibilidade de horários de trabalho, nos apoios sociais. Na interpretação da autora, esta situação desestabilizou e enfraqueceu os progressos que as mulheres alcançaram em relação à igualdade e à independência económica e poderia provocar uma brecha ideológica em favor do retorno aos modelos tradicionais.

No mesmo sentido, Ferreira (2014) e Ferreira e Monteiro (2015) assinalaram as especificidades dos efeitos da crise em Portugal, que conduziram ao aumento do desemprego e da precarização, reforço do horário de trabalho, deterioração das condições laborais, redução do rendimento familiar e agravamento dos impostos. Alertaram para o impacto das alterações no emprego e no bem-estar social que poderiam conduzir a perdas na autonomia e independência das mulheres, voltando a confiná-las aos velhos modelos de desigualdade da Europa do Sul.

O impacto da crise na vida de casais com filhos é reconhecido por Coelho (2016: 69) que refere um corte de 67,3% no orçamento familiar e redução de 62,4% nas poupanças que foram utilizadas para pagar contas correntes. A autora nota ainda que os cortes salariais foram na ordem dos 37,4% e o aumento do horário de trabalho foi de 27,7%.

Num estudo sobre as consequências da recessão económica e a aplicação das medidas de austeridade em Espanha, Gálvez e Rodríguez-Modroño (2016) assinalaram que, ao mesmo tempo que as mulheres eram discriminadas no mercado de trabalho e no acesso aos recursos e centros de decisão, estavam a assumir mais responsabilidades em trabalho assistencial não remunerado devido às privatizações e aos cortes na Segurança Social. As autoras alertaram para o facto de esta conjuntura colocar em risco as frágeis vantagens auferidas ao nível da condição feminina. Por seu turno, Alonso (2015) argumenta que as medidas de austeridade, aliadas à política dos governos conservadores,

foram responsáveis por um retrocesso nas políticas de género alcançadas nas últimas três décadas em Espanha.

Num relatório sobre o impacto da crise económica na situação de homens e de mulheres e nas políticas de igualdade de género, Bettio, Francesca *et al* (2012) concluem que se agudizaram as desigualdades de género no emprego, salários, condições de trabalho e pobreza, bem como nas provisões da segurança social. As autoras destacam que, em Portugal, a psiquiatria foi uma das áreas da saúde em que o número de doentes cresceu consideravelmente. Uma fatia de 22,9% da população portuguesa manifesta sintomas que a coloca na categoria de transtorno mental, sendo as mulheres as mais afetadas.

3. As ministras do XIX Governo no *Expresso*

É no contexto descrito de crise, que afetou de forma mais grave a população feminina, que se analisou a representação jornalística das ministras do XIX Governo no semanário *Expresso*.

O peso das mulheres neste Executivo, considerando ministras e secretárias de Estado, foi de 16,7%. Quatro mulheres desempenharam funções ministeriais e, pela primeira vez, ocuparam os quatro ministérios do Terreiro do Paço, cujo valor simbólico é incontestado. Assunção Cristas tutela inicialmente um “superministério” – Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território. Na remodelação ministerial de 24 de julho de 2013, a sua responsabilidade fica circunscrita às pastas da Agricultura e do Mar. Em 2 de julho de 2013, Maria Luís Albuquerque substitui Vítor Gaspar nas Finanças. Anabela Rodrigues é convidada para suceder a Miguel Macedo a 19 de novembro de 2014. Durante os quatro anos, Paula Teixeira da Cruz assegura a pasta da Justiça.

O objetivo da análise empírica, cujos primeiros resultados, ainda exploratórios, aqui se apresentam, é compreender a representação destas ministras e que atributos foram mais valorizados na cobertura jornalística das suas iniciativas políticas.

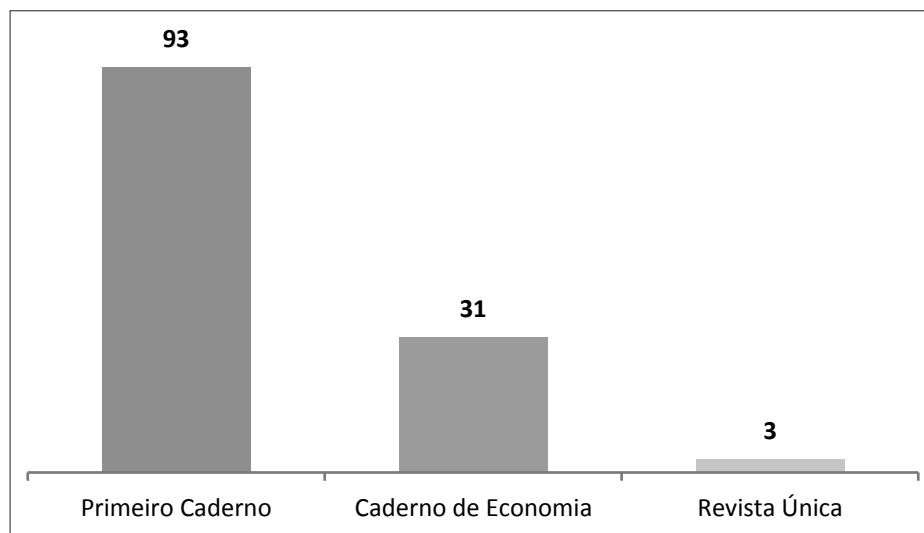
Pressupõe-se que os media ocupam um papel fundamental no processo de socialização, fornecem leituras do mundo e disponibilizam enquadramentos,

relatos e imagens que suportam a construção social da realidade e fomentam o pensamento dominante (Silveira e Marôpo, 2014).

As pesquisas centradas nos nexos entre política, gênero e media, ancoradas normativamente em concepções inclusivas da esfera pública, partilham ansiedades em torno da quantidade e da qualidade da representação. Ross e Sreberny (2000: 80) observam que “uma representação mediática injusta pode ser um fator impeditivo de uma representação política justa”. Na perspectiva de Ross e Comrie (2012: 970), a democracia deliberativa pode ficar comprometida por práticas discursivas jornalísticas que marginalizam as candidaturas e as vozes das mulheres.

Para este estudo considerámos a análise das peças jornalísticas do semanário *Expresso* selecionadas a partir das pastas a que estavam ligadas cada uma das ministras. Temporalmente, as peças foram selecionadas em função da duração do XIX Governo Constitucional (21 de junho de 2011 – 22 de outubro de 2015). Foram contabilizadas em base de dados 197 peças e, em 127 edições, foram encontradas peças sobre o foco desta investigação. A maioria, 93, situava-se no Primeiro Caderno, 31 no de Economia e 3 na Revista Única (Gráfico I).

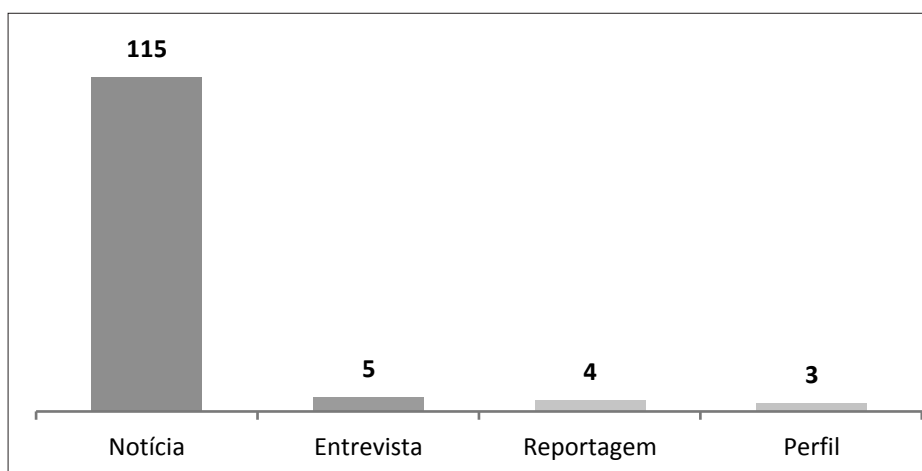
Gráfico I – Distribuição das peças noticiosas analisadas no *Expresso*



N= 127 peças noticiosas analisadas em 197 edições

A notícia é o género jornalístico dominante (115 peças), seguindo-se, a grande distância, a entrevista (5), a reportagem (4) e o perfil (3 peças) (Gráfico II).

Gráfico II – Género jornalístico das peças noticiosas analisadas no *Expresso*



N= 127 peças noticiosas analisadas em 197 edições

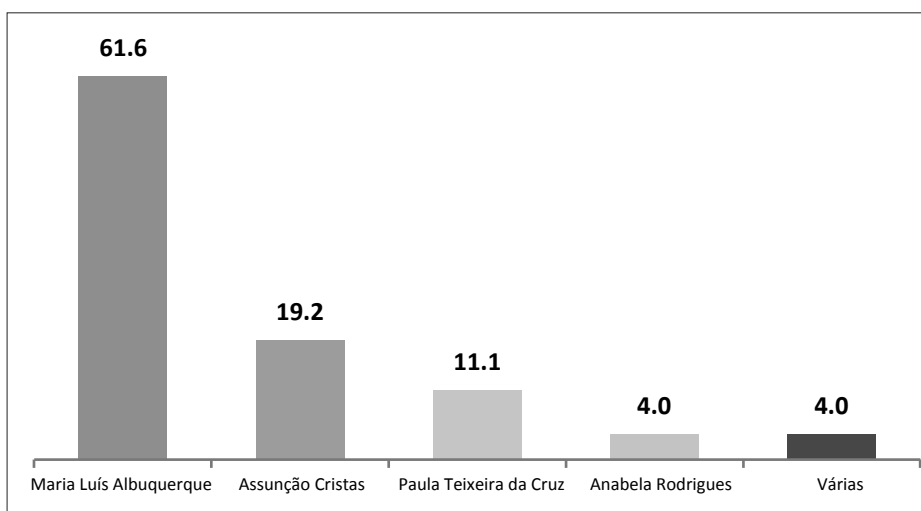
Apesar de apenas iniciar funções em meados de 2013, a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, foi protagonista em quase dois terços das peças, o que se explica pela centralidade do ministério que dirige no seu relacionamento com a crise económica e a intervenção da *troika*. Nesta centralidade estão também envolvidos o primeiro-ministro e o vice-primeiro-ministro, que em várias peças do *corpus* analisado surgem associados à ministra das Finanças. Não se pode ignorar que o convite a Maria Luís Albuquerque para assumir a pasta das Finanças gerou tensão entre Pedro Passos Coelho e Paulo Portas e motivou a crise governamental do início do Verão de 2013, em que o líder do CDS, então ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, anunciou a sua demissão, decisão essa que veio a revogar dias depois.

A associação ao primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro é também visível, embora com menor expressão, na representação de Assunção Cristas. O protagonismo da ministra da Agricultura assume uma proporção de 19%.

Em algumas peças, aliás, Maria Luís Albuquerque e Assunção Cristas são antecipadas como futuras líderes dos seus partidos, as mulheres que poderão suceder a Pedro Passos Coelho e Paulo Portas.

Paula Teixeira da Cruz e Anabela da Cruz, comparativamente, no período analisado, têm menor visibilidade mediática enquanto protagonistas das peças. Num número limitado de peças o protagonismo é repartido, de igual forma, por duas ou mais ministras (Gráfico III).

Gráfico III – Protagonistas das peças noticiosas analisadas no *Expresso* (em %)



N = 127 peças noticiosas analisadas em 197 edições

É nas entrevistas, reportagens e perfis que encontramos as peças mais substantivas na construção dos perfis políticos das ministras, bem como na descrição e interpretação mais detalhadas do seu trabalho. No presente artigo, debruçamo-nos sobre este *subcorpus* de peças para suportar a análise empírica.

3.1. Maria Luís Albuquerque

Num perfil da autoria de Christiana Martins, publicado a 15 de agosto de 2014 e destacado na capa da Revista Única, Maria Luís Albuquerque é qualificada como “A nossa Merkel”. Numa fotografia que ocupa toda a superfície da capa, a ministra é mostrada com ar atento, mão sobre a boca. Tem um “ar austero”, descreve a legenda (Figura 1).



Figura 1 – Capa da Revista Única de 15 de agosto de 2014

No artigo, Maria Luís é apresentada como “Dura e implacável, A Merkel portuguesa” e que “não gosta de pessoas que se aproximam de mais” (p. 28). “Discreta, mas foi afirmando o seu protagonismo, e, ainda assim, no PSD há quem comece a chamá-la *fraülein rottweiler*. Na UE consideram-na «mais precisa e mais técnica» e «ela é de falas mansas mas não é pêra doce» e revela «grande capacidade de acomodar os reveses que lhe acontecem». Mesmo Paulo Portas, que inicialmente era adversário, «converteu-se em defensor sublinhando a necessidade de a manter no cargo quando se discutia a escolha de novos comissários europeus» (p. 34/35).

Muitas outras peças reiteram este perfil. A ministra é presença regular na rubrica “Altos e Baixos”. E, aqui, a 7 de dezembro de 2013 (p. 6), escreve-se que é a “dama de ferro das finanças”: “A operação de troca da dívida realizada na última semana, e que permite suavizar o impacto do regresso aos mercados no pós-troika em 2014-2015, foi claramente um sucesso e uma vitória para a equipa de Maria Luís Albuquerque. A dama de ferro das finanças é mais discreta do que Vítor Gaspar na atuação, mas parece conseguir ganhos efetivos bem superiores.”

Os traços de dureza são também evidenciados quando afirma que o programa de ajustamento português foi “uma oportunidade” e nenhuma medida de austeridade prevista “infringiu a lei”, ou quando elogia a *troika*, referindo como foram excelentes as relações e, se algo falhou, foi devido ao anterior governo, como afirma em 11 de janeiro de 2014. Quando, em junho de 2014, o Tribunal Constitucional chumba o Orçamento do Estado, sublinha que há folga para acomodar “sobressaltos” como, por exemplo, um chumbo do Tribunal Constitucional ao corte de salários dos funcionários públicos que ficou inscrito no OE.

3.2. Assunção Cristas

Em Assunção Cristas, todos os atributos femininos são assumidos e valorizados. Este padrão está patente em diversas peças. Logo no início do seu mandato, é objeto de uma extensa entrevista na Revista *Única*, publicado em 2 de julho de 2011, conduzida por Filipe Santos Costa. Com um título referencial, “Ser católico é aprender a dizer sim muitas vezes”, é apresentada como “Professora universitária, católica e mãe de três filhos, diz que chegou à política por acaso, mas não tem medo de decidir. Primeira entrevista com a menina dos olhos de Paulo Portas, que chegou a ministra”. A ilustrar a entrevista, Assunção Cristas surge fotografada com um vestido vermelho, saltos altos, no seu gabinete no Terreiro do Paço, mas também segurando utensílios agrícolas (Figura 2).



Assunção Cristas

“Ser católico é aprender
a dizer sim muitas vezes”

Professora universitária, católica e mãe de três filhos,
diz que chegou à política por acaso, mas não tem medo
de decidir. Primeira entrevista com a ministra dos olhos
de Paulo Portas que chegou à ministria

ENTREVISTA DE FILIPE SANTOS COSTA / FOTOGRAFIA DE TIAGO MIRANDA

Se dependesse da família, e não de Assunção Cristas, seria um estudante. Depois, a professora universitária, a mãe de três filhos, a mulher que se tornou ministra dos olhos de Paulo Portas. Cristas não quer ser vista como uma mulher que se tornou ministra por acaso, mas sim como uma mulher que se tornou ministra por escolha. Cristas não quer ser vista como uma mulher que se tornou ministra por acaso, mas sim como uma mulher que se tornou ministra por escolha. Cristas não quer ser vista como uma mulher que se tornou ministra por acaso, mas sim como uma mulher que se tornou ministra por escolha.

Quando se tornou ministra, a primeira pessoa que me falou foi o filho, e perguntou-me: “Mãe, o que é que vai fazer?” Eu estava no meio da carreira de professora universitária, e ele estava no meio da carreira de estudante. Eu não sei se ele estava no meio da carreira de estudante, mas sei que ele estava no meio da carreira de estudante. Eu não sei se ele estava no meio da carreira de estudante, mas sei que ele estava no meio da carreira de estudante.

Figura 2 – Revista *Única* de 2 de julho de 2011 (foto de Tiago Miranda)

Três anos depois, protagoniza uma reportagem do mesmo jornalista, que acompanha uma viagem ao Japão da governante, em agosto de 2014, intitulada “A ministra que leva o mar na mala” (Figura 3).



Figura 3 – Revista do *Expresso* de 9 de agosto de 2014 (foto de Franck Robichon)

“Mas o que ninguém saberá é que aquela mulher jovial, de vestido laranja acima do joelho e blazer branco, é uma *rising start* no seu país, com uma ascensão meteórica, nome incontornável na lista de eventuais líderes do seu partido. Como ela própria afirmará: «Estou na política para ficar». Mostra iniciativa, capacidade de decisão e liderança, não recusa desafios: «O mercado de Tsukiki é o maior mercado de peixe do mundo a venda do atum começa às cinco e meia da manhã – o leilão é apenas para revendedores e para Cristas e companhia poderem assistir o anfitrião da ministra Ryoza Arai teve que mover algumas influências”. Quando nas reuniões diz que tem 4 filhos o lado japonês da mesa ficou de queixo caído. «E quem está a tomar conta delas?» quiseram saber. «O meu marido, e a minha mãe ajuda»”.

A ministra refere, sobre esta curiosidade acerca da forma como concilia a vida da família com a carreira: “Irrita-me um bocadinho, pois pressupõe que essa é uma questão só das mulheres”... “Acho que aos homens nunca fazem essa pergunta”... “Acho que as mulheres se realizam de formas muito mais diversificadas do que os homens, não têm tanto o foco no sucesso profissional. Até porque a sociedade é injusta em relação aos homens: faz uma grande pressão para que o foco seja o trabalho e não outras dimensões, como a familiar. O meu foco é conjugar tudo” (p.38/39).

3.3. Paula Teixeira da Cruz

Paula Teixeira da Cruz é apresentada como uma mulher de convicções, corajosa, e só. A frase destacada numa entrevista define-a como uma política com uma substancial carapaça de dureza “exercer o poder é verter vinagre é um exercício de não vida” (24.1.2015. p. 19).

Na rubrica *Altos e Baixos* publicada no Primeiro Caderno, em 19.10.2013, escreve-se: “É uma mulher de coragem e sem papas na língua. Esta semana afirmou que por sua vontade a subvenção vitalícia dos antigos políticos não era suspensa. Simplesmente, era definitivamente cortada” (p. 8).

Na mesma rubrica em 14 de dezembro de 2013, no Primeiro Caderno, é avaliada em “Baixa” e criticada: “Os julgamentos sumários foram uma iniciativa que acarinhou e impulsionou e portanto a decisão do TC, que os chum-

bou, não deixa de poder ser vista como uma derrota para a responsável pela pasta da justiça” (p. 6).



Figura 4 – *Expresso* de 24 de janeiro de 2015 (foto de José Ventura)

Numa entrevista dirigida por Rui Gustavo e com fotografias de Alberto Frias, publicada em 6 de julho de 2013, intitulada com o título referencial “A Justiça não aguenta mais remendos”, afirma: “Não costumo abandonar barcos. Mesmo que acabasse agora, ficaria muito tranquila. Eu e eu damo-nos muito bem. Mesmo que tudo ruísse, sei que deixo a justiça diferente” (p. 18).

Só, corajosa, destemida, nada a espanta nem surpreende, a demissão “irrevogável” de Paulo Portas, a saída de Vítor Gaspar, a escolha de Maria Luís Albuquerque para a pasta das Finanças. “Eu escolho os meus colaboradores, o primeiro-ministro escolhe os dele” (p. 28).

Já na edição de 24 de janeiro de 2015, numa entrevista conduzida por João Garcia e Rui Gustavo, Paula Teixeira da Cruz afirma que “acredita mesmo que mudou a justiça para melhor (Figura 4). Os processos pendentes baixaram 19%. Reduziram de 235 mil. Estão pendentes cerca de um milhão de processos na primeira instância” (p.18/19).

3.4. Anabela Rodrigues

Anabela Rodrigues chega ao Governo a um ano do final do XIX Governo. Numa notícia assinada por Anabela Natário, intitulada “Bloco Central na Administração Interna” e publicada, no Primeiro Caderno, a 22 de novembro de 2014 (Figura 5), destaca-se o caráter inédito de pela primeira vez uma mulher assumir a pasta da Administração Interna: “Professora, doutorada em Direito Penal, defensora dos direitos humanos, bem vista pelo PSD e pelo PS, vai mandar nas polícias” (p. 5). A referência no título ao “Bloco Central” invoca precisamente o Governo de aliança PS/PSD, liderado por Mário Soares, que esteve em funções entre 1983 e 1985.

Enaltece-se o caráter inédito, não só pela responsabilidade política pela Administração Interna, como o seu percurso académico e profissional: Anabela Rodrigues foi a primeira mulher a doutorar-se na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra e a dirigir o Centro de Estudos Judiciários. É, assim, “uma mulher de estreias”. No entanto, antecipa-se a contestação à sua escolha pelos sindicatos das forças de segurança, por pressuposta falta de “peso político” e “falta de conhecimento da realidade e instituições das forças de segurança”.



Figura 5 – *Expresso* de 22 de novembro de 2014 (foto de José Ventura)

Com efeito, a ministra foi alvo de grande contestação logo desde o início do seu mandato. Numa peça publicada a 25 de abril de 2015 lê-se: “Ninguém percebe que direção leva o seu Ministério. E a sua inexperiência política tornou-a ainda mais frágil frente aos sindicatos e às chefias das polícias. A ministra que veio da universidade perdeu esta semana o seu secretário de Estado adjunto, que saiu em divergência. Anabela Rodrigues está claramente com dificuldades em lidar com a sombra de Miguel Macedo”.

O seu nome surge várias vezes com avaliação “Baixa”. Na edição de 16 de maio de 2015, argumenta-se: “Esta semana surpreendeu tudo e todos pela negativa. Não só arrasou o trabalho de 4 anos de Miguel Macedo como, sem avisar a coligação, mandou para o lixo a reorganização da GNR e PSP. Os deputados ficaram de boca aberta e os sindicatos nem queriam acreditar. Ao tentar impor-se à força, desprezando o trabalho do seu antecessor, a ministra mostra fragilidade. E a reforma lá foi para a gaveta” (p. 4). Na edição seguinte, de 23 de maio de 2015, com o título “Ministra cede a ‘ultimato’ dos sindicatos, mas pode ser tarde de mais”, escreve-se: “Frente das associações da polícia ameaçou com uma onda de protestos, obrigando Anabela Rodrigues a ceder” (23.5.2015, p. 16)

As críticas da rubrica *Altos e Baixos* apresentam-na como uma governante indecisa, confusa, fraca, cedendo a pressões e sem projeto para o seu ministério.

3.5. Gravidez e tomada de poder

Uma das questões destacadas pelo *Expresso* relaciona-se com a categoria de maternidade. Assunção Cristas engravida durante o seu mandato, sendo a primeira mulher ministra que engravida no desempenho das suas funções. Uma problemática emerge, o nexos entre gravidez e poder político. A *Revista* dedica uma reportagem ao tema, na edição de 6 de abril de 2013, intitulada “Grávidas no Governo”, da autoria de Christiana Martins (Figura 6).

Numa fotografia que acompanha a peça é retratada uma mulher a discursar num púlpito, sem rosto, salientando-se a barriga já proeminente. Trata-se de uma imagem de cariz simbólico, pela qual não se pretende representar

uma mulher concreta, mas a situação da sua gravidez no desempenho de um cargo institucional com elevada exposição pública.



Figura 6 – Revista de 6 de abril de 2013 (foto de Tiago Miranda)

Esta peça é protagonizada por Assunção Cristas e Vânia Dias da Silva, sub-secretária de Estado adjunta do ministro dos Negócios Estrangeiros, pelo CDS, também grávida durante o exercício do cargo.

Grávidas e acumulando lugares no governo é ainda um quadro que causa perplexidade. A jornalista escreve: “A barriga delas está lá, chama a atenção e cria polémicas. São grávidas em pleno exercício do poder político. Na história de Portugal poucas foram as mulheres que ousaram acumular o exercício de cargos governativos com a gravidez. Exemplos de rutura social, feita com especial delicadeza” (p. 49).

Dá-se a coincidência de estas políticas integrarem o lado mais conservador do governo. Na reportagem, Christiana Martins apresenta aquelas governantes como mulheres discretas que recusam falar sobre o assunto, qualificando-o

como pertencendo ao foro privado. A jornalista assinala que “a ousadia de uma mulher que engravida no Governo é incontestável” e acrescenta que Assunção Cristas “será a primeira ministra portuguesa a dar à luz no cumprimento do mandato e a terceira entre os países da União Europeia depois dos casos de Espanha e de França” (p.50).

Estas não foram as primeiras governantes a engravidar durante o seu mandato. A jornalista evidencia o caso triste de Teresa Ricou, secretária de Estado do Comércio Interno, do XII Governo, liderado por Cavaco Silva, que, em 1992, morreu durante o parto. Relata também a história de Catarina Vaz Pinto, secretária de Estado do Governo de António Guterres, que foi muito discreta na sua gravidez e que, passado um mês do parto, levava todos os dias o filho para a sala do Palácio Nacional da Ajuda, onde desenvolvia a sua atividade política e onde permaneceu por seis meses. Catarina Vaz Pinto conta que foi uma época muito feliz da sua vida e lamenta que uma governante grávida continue a causar polémica, argumentando que “é importante as pessoas ousarem estas atitudes, porque há muitas formas de se conciliar as várias esferas da vida e todos têm a ganhar com isso” (p. 53).

Na reportagem são evocados também os casos de grávidas no Parlamento Europeu que causaram estranheza: a francesa Rachida Dati e a italiana Licia Ronzulli (que levou sempre a filha para as sessões e foi fotografada a votar com a filha ao colo). Recorda-se ainda o impacto causado pela ministra da Defesa do Governo espanhol de Zapatero, Carme Chacón, que passou revista às tropas grávida de sete meses, uma imagem que correu mundo.

A jornalista sublinha que cada vez que se fala de uma governante grávida se cria uma imagem contraditória entre o exercício do poder e o ato de embalar e amamentar uma criança e, sobretudo, se questiona a conciliação da gestão de um ministério com o recurso à licença de parto a que tem direito. Por outro lado, o escrutínio público sobre a situação deriva também do contexto da crise, do crescimento do desemprego e do decréscimo da taxa de natalidade.

A controvérsia é analisada pelos especialistas ouvidos. Por um lado, como sublinha Maria Helena dos Santos, as mulheres na política são muito poucas e menos ainda no governo, sendo sujeitas a um escrutínio onde a concorrência com os homens é dura e obriga a grande combatividade por parte das gover-

nantes. Por outro lado, salienta Ana Espírito Santo, a ministra será criticada se não usar a licença parental porque se trata de uma grande conquista das mulheres que a atitude parece desprezar. Porém, se usar um tempo de licença parental superior, será igualmente criticada por se considerar uma afronta às outras mulheres, em função da situação de crise que se vivia.

A jornalista interroga “se o facto de engravidar fragiliza ou protege uma mulher num cargo político. Poderá ser poupada numa remodelação para evitar críticas da opinião pública? Ou se, pelo facto de se ter de ausentar no pós-parto, ela estará mais exposta a ser afastada do cargo?”

Helena Santos sustenta a ideia de que a remodelação ministerial que pusesse de parte uma mulher grávida não seria sustentável porque configuraria uma ilegalidade. Por seu turno, António Costa Pinto argumenta que o principal obstáculo à presença das mulheres na política é a “profissionalização da política”, onde as pessoas constroem as suas carreiras nos partidos, o que não é muito comum entre as mulheres portuguesas. Defendeu, por isso, que a atividade governativa deveria incluir um modelo de decisão sobre a vida familiar, o que nos países do Sul tem sido mais difícil de concretizar, de forma a conciliar trabalho e atividade parental.



Figura 7 – Revista do *Expresso* de 7 de fevereiro de 2015 (foto de João Lima e Paulo Petronilho)

Outro aspeto inédito da liderança política feminina no XIX Governo salientado pelo *Expresso* é a concentração das quatro ministras no Terreiro do Paço. “O Terreiro é delas”, titula-se na capa da *Única* de 7 de fevereiro de 2015 (Figura 7). Se a novidade constitui um enquadramento clássico na representação das mulheres no poder, o carácter inédito surge aqui suportado no facto de, pela primeira vez, os quatro ministérios do Terreiro do Paço serem liderados por mulheres.

Nesta reportagem, assinada por Rosa Pedroso Lima, destacada na primeira página do Primeiro Caderno com o título “As mulheres que mandam no Terreiro do Paço”, as quatro ministras são apresentadas como mulheres pragmáticas e cientes da sua autoridade e com capacidade de decisão. No desenvolvimento desta reportagem na Revista a jornalista escreve: “O símbolo máximo do poder político português é, hoje, ocupado só por mulheres” que “chegam todas de saltos altos, algumas mesmo altíssimos, finos como uma agulha. Todas de saias, umas mais curtas que outras. Nenhuma se atrasa, nenhuma complica, nenhuma tenta sobrepor-se às outras”. “Não complicam, porque são mesmo assim. Ou porque o pragmatismo faz parte do ADN das mulheres” (p. 34).

Toda a peça se estrutura em torno do exercício da liderança política de uma perspetiva de género e as putativas diferenças entre homens e mulheres nestas funções, a partir da análise e reflexão das próprias titulares dos cargos. Vão confirmando ou discutindo traços e qualidades associados pelo senso comum ao desempenho de posições de poder por homens e por mulheres.

Paula Teixeira da Cruz pensa que é um acaso o facto de quatro ministras ocuparem o Terreiro do Paço, mas Maria Luís Albuquerque e Assunção Cristas retorque: “Neste momento será um acaso, mas há mais portas abertas para o futuro”, “não deixa de ser um sinal inequívoco do progresso que o país vem fazendo em matéria de igualdade de oportunidades para homens e mulheres” (p. 35). “Ser mulher e ministra, garantem as próprias, não agrava, mas também não alivia o cargo”. Assunção Cristas salienta ainda que “as mulheres têm menos necessidade de marcar o espaço, são menos bélicas, têm uma forma mais discreta e mais subtil de se afirmarem” (p. 37).

Por seu turno, Anabela Rodrigues sublinha que “o homem e a mulher têm perspetivas diferentes. É natural que isso se reflita na forma como lideram e

como exercem a autoridade”. “Há um modo feminino de estar na vida, logo também na forma de governar”.

Já Maria Luís Albuquerque acrescenta que “as diferenças estão mais nos olhos de quem observa do que na atitude de quem exerce as funções, mas a minha experiência diz-me que as equipas com mulheres funcionam melhor do que as equipas exclusivamente masculinas”. Assunção Cristas faz notar que “as mulheres têm mais facilidade em estabelecer consensos” (p. 37).

A jornalista conclui interrogando-se: “Será mera coincidência, então, que o poder feminino se tenha instalado no Terreiro do Paço? Ou, antes, é uma consequência natural, da evolução do papel das mulheres na sociedade, que faz, também, que hoje seja uma mulher a presidir ao Parlamento – Assunção Esteves – ou uma mulher a tomar assento na Procuradoria-Geral da República – Joana Marques Vidal?” (p. 35).

4. Considerações finais: o que muda e o que fica na representação jornalística do poder no feminino

No presente artigo analisaram-se, ainda de modo exploratório, as representações jornalísticas das ministras do XIX Governo no semanário *Expresso*, num contexto de crise que afetou mais a população feminina. Procurou compreender-se que atributos foram mais salientados na cobertura jornalística das iniciativas políticas das quatro ministras deste Executivo.

Começa por se concluir que o ângulo de género continua a ser ativado e valorizado com a presença das mulheres na política. No entanto, a análise do *subcorpus* de peças noticiosas selecionado revela, em termos de cobertura jornalística, continuidades e descontinuidades na representação do poder no feminino.

Há padrões que se mantêm. Como no passado Manuela Ferreira Leite, primeira ministra das Finanças em Portugal (Martins, 2015), Maria Luís Albuquerque é retratada segundo o perfil dos ministros com esta pasta, mas com metáforas próprias: a ministra é “a nossa Merkel”, “dama de ferro”, “austera”. Num contexto de crise, é apresentada como mostrando pouca sensibilidade para os problemas sociais provocados pelas medidas de austeridade, con-

centrando-se nos indicadores económicos e financeiros e no desempenho de Portugal na Europa e perante as instituições que integram a *troika*.

Ainda que em moldes distintos, também a representação dominante de Paula Teixeira da Cruz a despe de sentimentos e emoções, mostrando uma mulher decidida, que procura afirmar o seu legado, mas solitária no topo da Justiça.

De Assunção Cristas são destacados a juventude, a feminilidade, a vida familiar, a indumentária, o carácter decidido. No entanto, também lhe é colocada a questão de saber como concilia a educação dos filhos com as responsabilidades políticas, o que, como a própria admite, a “irrita”. Nas suas respostas, procura desconstruir estereótipos associados ao feminino, mas também ao masculino. Ela resiste simbolicamente às ideias generalizadas sobre os papéis sociais de homens e de mulheres. Porém, a maior atenção à conciliação de esferas continua subjacente à narrativa jornalística.

Anabela Rodrigues corporiza o atributo da marca histórica, a “primeira vez” que uma mulher ocupa um conjunto de papéis e, à frente de um ministério turbulento, a sua intervenção política é avaliada como fraca, vulnerável e sem orientação.

Há também questões novas ou renovadas no tratamento da liderança política feminina. Denotam-se singularidades que se relacionam com as personalidades e idiossincrasias das protagonistas, mas também com o facto de serem mulheres no poder. Estas representações remetem para a questão de determinar como o poder se transforma quando é exercido no feminino ou se essa potencial transformação é reconduzida a categorias tradicionais de retratar as mulheres, sendo, assim, neutralizada.

Uma das problemáticas mais inovadoras prende-se com a categoria de maternidade, que se torna politicamente muito relevante por uma miríade de fatores – a conciliação do exercício do poder com a gravidez, o uso e o tempo de licença de parentalidade, a decisão de ter filhos num contexto de aumento de desemprego, maior precariedade laboral e de diminuição da natalidade. A conjugação entre poder e maternidade provoca uma perplexidade que se torna, por seu turno, discurso e argumento, apontando para uma mudança na perceção social do tema.

O *Expresso* explora também o “empoderamento” feminino na esfera política, ainda que propondo, simultaneamente, uma abordagem dicotômica das diferenças do exercício do poder no masculino e no feminino. Continua a verificar-se o exotismo na abordagem das mulheres no poder político e o tratamento é previsível. As ministras são, de novo, empurradas para o delicado e pouco consensual paradigma da igualdade *versus* a diferença, afastando a naturalidade do exercício da política no feminino.

Referências bibliográficas

FONTES PRIMÁRIAS

Expresso, jornal semanário 2011-2015

ALONSO, Alba (2015). “Las políticas de género en España: retrocesos y resistencias en tiempos de austeridad”. In: *Ex aequo*, n. 32, 33-48.

Banco de Portugal (2016). *O programa de assistência económica e financeira 2011-2014*. <https://www.bportugal.pt/page/programa-de-assistencia-economica-e-financeira>. Acedido a 24-05-2016.

BETTIO, Francesca, CORSI, Marcella, D’IPPOLITI, Carlo, LYBERAKI, Antigone, LODOVICI, Manuela Samek, VERASHCHAGINA, Alina (2013). “The impact of the economic crisis on the situation of women and men and on gender equality policies”. *Synthesis Report*, European Commission.

BRUFF, Ian (2014). “The Rise of Authoritarian Neoliberalism”. In: *Rethinking Marxism*, 26:1, 113-129.

CABRERA, Ana (Ed.) (2016). *Política no Feminino*, Lisboa: Aletheia Editores.

CABRERA, Ana, CALERO, Luisa Sánchez, TEJERO, M.^a Lourdes Vinuesa, MENDONZA, Paloma Abejón (2013). “De la representación residual de las mujeres en el parlamento portugués al debate parlamentario de la Ley de Paridad (2001): representación mediática de las diputadas en el debate parlamentario”. In: *CIC Cuadernos de Información y Comunicación*. Universidad Complutense de Madrid, Vol. 18, 205-221.

CABRERA, Ana, MARTINS, Carla, FLORES, Teresa, (2011). “Media representations of the female of the Portuguese Parliament: the case of the Parity Parliament”. In: *Brazilian Journalism Research* 7:11, 75-93.

- CARVALHEIRO, José, SILVEIRINHA, Maria João, (2015), “Acting on the body of the audience”. In: *Feminist Media Studies*, 1-16.
- CASACA, Sara Falcão (2013). “As novas dinâmicas laborais e os desafios da articulação com a vida familiar”. In: *Sociologia, Problemas e Práticas* n.º 73, 35-52.
- COELHO, Lina (2016). “Finanças conjugais, desigualdades de género e bem-estar. Facetas de um Portugal em crise”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 111. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rccs/n111/n111a03.pdf>. Acedido a 22-11-2017.
- EAGLY, Alice. H., JOHNSON, Blair T. (1990). “Gender and leadership style: A meta-analysis”. In: *Psychological Bulletin*, 108, 233–256.
- EUROPEAN COMMISSION (2014). *Tackling the Gender Pay Gap in the European Union*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY (2016), *L'Égalité de genre dans l'exercice du pouvoir et le processus décisionnel. Bilan de la mise en oeuvre du programme d'action de Pékin dans les États membres de l'UE Principales conclusions*. Luxembourg: Union européenne. <https://publications.europa.eu/fr/publication-detail/-/publication/d5a41c98-4a50-11e6-9c64-01aa75ed71a1/language-fr>. Acedido a 4-10-2015.
- EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY. *Gender Equality Index 2017: Measuring gender equality in the European Union 2005-2015 – Report*. <http://eige.europa.eu/rdc/eige-publications/gender-equality-index-2017-measuring-gender-equality-european-union-2005-2015-report>. Acedido em novembro de 2017.
- FERREIRA, Virgínia (2014). “Employment and Austerity: Changing Welfare and Gender Regimes in Portugal”. In: Maria Karamessini e Jill Rubery (Ed.). *Women and Austerity – The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*. New York: Routledge, 207-227.
- FERREIRA, Virgínia, MONTEIRO, Rosa (2015). “Austeridade, emprego e regime de bem-estar social em Portugal. Em processo de refamiliarização?”. In: *Ex aequo*, n. 32, 49-67.
- GÁLVEZ, Lina; RODRÍGUEZ-MODROÑO, Paula (2016). “A Gender Analysis of the Great Recession and ‘Austericide’ in Spain”, In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 111, 133-152.
- HAFNER-BURTON, Pollack (2009). “Mainstreaming gender in the European Union: Getting the incentives right”. In: *Comparative European Politics* 7, 114-138.

- HUGHES, Melanie, PAXTON, Pamela (2007). "Familiar Theories from a New Perspective: The Implications of a Longitudinal Approach to Women in Politics Research". In: *Politics & Gender*. Volume 3,, 370-378.
- BRODIE, Janine (2008). "We are all equal now Contemporary gender politics in Canada". In: *Feminist Theory*, vol. 9(2): 145-164.
- KARAMESSINI, Maria (2014). "Introducion – women's vulnerability to recession and austerity: a diferente crisis, a diferente context". In Karamessini, Rubery, Jill (Ed.) *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*. London: Routledge, 43-71.
- LAPUENTE, Chusa Lamarca (2001). "Ella para él, él para el estado y los tres para el mercado: globalización y género". In: *Jornadas Feminismo Es--y será*, 161-170.
- LOBO, Paula, SILVEIRINHA, Maria João, SILVA, Marisa Torres, SUBTIL, Filipa (2017). "In Journalism, We Are All Men". In: *Journalism Studies*, 18:9, 1148-1166.
- MARTINS, Carla (2015). *Mulheres, liderança política e media*. Lisboa: Aletheia Editores.
- MOURLON-DRUOL, Emmanuel (2014). "Don't Blame the Euro: Historical Reflections on the Roots of the Eurozone Crisis". In: *West European Politics*, 37:6, 1282-1296.
- NORRIS, P., Lovenduski, J. (1989). "Women candidates for Parliament: Transforming the Agenda?". In: *British Journal of Political Science* 19:1, 106-115.
- NORRIS, Pippa, INGLEHART, Ronald (2001). "Women and Democracy. Cultural Obstacles to Equal Representation". In: *Journal of Democracy* 12.3, 126-140.
- RINGROSE, Jessica (2007). "Successful girls? Complicating post-feminist, neoliberal discourses of educational achievement and gender equality", *Gender and Education*, 19:4, 471-489, DOI: 10.1080/09540250701442666
- ROSS, K., COMRIE, M. (2012). "The rules of the (leadership) game: Gender, politics and news. In: *Journalism*, 13 (8), 969-984.
- ROSS, K., SREBERNY, A. (2000). "Women in the House: Media Representations of British Politicians". In: A. Sreberny, van Zoonen, L. (Eds). *Gender, Politics and Communication*. Cresskill, New Jersey: Hampton Press, Inc., 79-100.
- ROSS, K. 2010. *Gendered Media: Women, Men, and Identity Politics*: Rowman & Littlefield
- RUBERY, Jill (2014) "From 'women and recession' to 'women and austerity': a framework for analysis". In: Karamessini, Maria, Jill Rubery (Ed.). *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*. London: Routledge, 73-116.

- RUBERY, Jill (2015). "Austerity and the future for gender equality in Europe". In: *ILR Review*, 68 (4), 715-741.
- SEDES (2012). *O impacto da crise no bem-estar dos Portugueses*. <http://sedes.pt/multi-media/File/SEDES-lcc-Estudo.pdf>. Acedido em 23-11-2017.
- SILVEIRA, Patrícia, MARÔPO, Lúcia (2014). "Jornalismo e construção social da realidade: um contributo para o debate teórico". In: *Comunicando - Os novos caminhos da comunicação*, 3, 7-19.
- SILVEIRINHA, Maria João (2010). "Esferas públicas, media e acção feminista". In: *Media & Jornalismo* n.º 15, volume 8, n.º2, Lisboa: Mariposa Azul, 55-73.
- SILVEIRINHA, Maria João, PEIXINHO, Ana Teresa (2008). "The Law of Life and The Law of Quotas". In *Communication Policies and Culture in Europe*. Barcelona: European Communication Research and Education Association.
- TUCHMAN, G. (1979). "Women's Depiction by the Mass Media". In: *Signs* 4:3, 528-542.
- World Economic Forum (2013). *The Global Gender Gap Report*.
- World Economic Forum (2015). *The Global Gender Gap Report*.
- World Economic Forum (2017). *The Global Gender Gap Report*.
- YOUNG, Brigitte (2000). "Disciplinary Neoliberalism in the European Union and Gender Politics". In: *New Political Economy*, 5:1, 77-98.

**AS ELITES ECONÓMICAS E POLÍTICAS E OS MEIOS
DE COMUNICAÇÃO: UMA RESENHA HISTÓRIA SOBRE OS
GRUPOS DE MEDIA EM PORTUGAL NO SÉCULO XX**

A última década tem sido marcada por grandes mutações nas estruturas de capital das empresas de *media* em Portugal, com operações de aquisição e alienação levadas a cabo por parte de investidores envolvidos nos mais diversos setores de negócio, alguns dos quais nem sempre transparentes. Tais operações têm também vindo a expor a fragilidade financeira das empresas mediáticas portuguesas cuja sobrevivência depende menos da sua atividade operacional e mais da capacidade de atrair investidores cujas decisões de investimento não sejam motivadas pela rentabilidade financeira.

Esta situação de debilidade do setor dos *media* em Portugal acompanha uma tendência global que emergiu na última década e meia e que tem por base a transferência das receitas publicitárias dos meios de comunicação para plataformas online que permitem chegar a públicos-alvo com um menor volume de investimento (Picard, 2013). No caso português, o cenário instalado após a crise financeira de 2010 tornou clara a dependência das principais empresas de media em relação a grupos com interesse nas esferas económica e/ou política. Longe de ser uma realidade nova, trata-se antes de uma dependência crónica que resulta de condições estruturais do mercado mediático português que, ao longo da sua história, se relevou quase sempre incapaz de se libertar da dependência dos interesses político-económicos. Tal pode ser, em parte, explicado pela exígua dimensão do mercado na medida em que, como demonstrou Manuel Puppis (2009), a norma vigente nos estados de pequena dimensão é a existência de um elevado nível de dependência dos media em relação à esfera política.

A par desta explicação, interessa também considerar que, sendo os media importantes fontes de poder simbólico (Thompson, 1995), existe uma longa tradição do controlo destes por parte das elites políticas e económicas que, com honrosas exceções, tendem a considerá-los como uma extensão do seu próprio poder. Se tal era uma evidência no período do Estado Novo, durante o qual o regime e as elites económicas confluíam no controlo dos principais meios de comunicação, a situação acabaria por não se alterar de modo significativo após o 25 de abril com os principais meios a serem controlados pelo próprio Estado. Acresce que, após a vaga de privatizações ocorridas nos anos 90, a maioria das empresas mediáticas continuaram sob o controlo de grupos económicos pertença das elites tradicionais com interesses em diferentes setores económicos e na política.

Tendo por base este cenário, o presente artigo visa apresentar uma reseña do aparecimento e desenvolvimento dos grupos de comunicação em Portugal durante o século XX, demonstrando de que modo a sua constituição e desenvolvimento ficou marcada por uma dependência estrutural dos poderes instalados. Pretendemos, deste modo, dar um contributo para a discussão informada sobre o sistema mediático contemporâneo controlado por empresas que encontram as suas raízes em projetos mediáticos nascidos durante o Estado Novo ou nas primeiras décadas do novo regime democrático.

O Nascimento dos primeiros grupos de comunicação em Portugal

Ao contrário dos países do Norte da Europa, onde a imprensa profissional passou a ser um negócio lucrativo a partir de meados do século XIX, em Portugal o jornalismo teve um desenvolvimento mais tardio quando comparado com a maioria dos países europeus. Tal retardou também o aparecimento de grupos de *media*, levando a que a incorporação de diversos meios de comunicação numa única empresa se tivesse tornado evidente apenas durante o período marcelista (Cabrera, 2006). Tal não invalidou, contudo, que durante o consulado de Salazar à frente do governo tivessem existido empresas, dominadas por importantes grupos económicos, que controlavam mais do que um órgão de comunicação.

O caso da rádio é particularmente ilustrativo. Tendo as primeiras estações profissionais surgido durante o período de construção do próprio Estado Novo, numa altura em que Salazar não revelava particular interesse em investir neste novo meio (Ribeiro, 2017), o regime rapidamente tratou de garantir que apenas teriam viabilidade financeira as estações cujos proprietários eram da sua inteira confiança. Senão vejamos: até 1974 foram três as estações que assumiram um maior protagonismo no cenário radiofónico português, sendo, aliás, as únicas que viriam a adquirir uma cobertura nacional. Referimo-nos à Emissora Nacional (empresa pública), ao Rádio Clube Português (controlado pela família Botelho Moniz, conhecida pela sua ligação ao regime), e à Rádio Renascença (propriedade do Monsenhor Lopes da Cruz, o que garantia um alinhamento com a estratégia adotada pela hierarquia eclesiástica na sua relação com Salazar) (Ribeiro, 2001).

Todas as restantes estações radiofónicas, nomeadamente as emissoras mais populares que floresceram em Lisboa e Porto, tiveram sempre um raio de ação bastante limitado, desde logo porque o Estado Novo, aproveitando o pretexto da IIª Guerra Mundial, obrigou estas estações a partilharem uma única frequência, dividindo entre si as horas de transmissão. Foi assim que nasceram os Emissores Associados de Lisboa e os Emissores do Norte Reunidos, estações conhecidas sobretudo pelo seu cariz popular (Santos, 2005). Além de apenas lhes ser permitido emitir durante um número bastante limitado de horas, pois a mesma frequência era utilizada por várias estações, estas emissoras estavam inibidas de difundir publicidade, o que as levava a uma luta diária pela sobrevivência. Tal aumentava de modo exponencial a sua dependência das simpatias do governo pois qualquer multa, ou outro tipo de sanção aplicada pelas entidades oficiais, poderia levar ao encerramento dos projetos radiofónicos por manifesta incapacidade financeira de honrarem os seus compromissos. Acresce ainda que, a partir do início da IIª Guerra Mundial, a nova legislação publicada pelo governo (decreto-lei 22.469) exigia que cada estação suportasse os custos de ter um censor permanente nas suas instalações, responsável pelo controlo dos programas. Mesmo após 1949, quando o regime estendeu aos Emissores Associados de Lisboa e aos Emissores do Norte Reunidos a possibilidade de transmitirem anúncios (Ribeiro, 2005), o facto de terem um alcance meramente local fez com que se mantivessem sempre

numa situação de grande desigualdade quando comparado com as três estações anteriormente referidas.

Ao contrário do padrão seguido na maioria dos países europeus, onde a televisão nasceu como um empreendimento lançado por empresas públicas, em Portugal a Rádio Televisão Portuguesa (RTP) foi fundada como uma sociedade anónima com capitais públicos e privados. Enquanto o Estado detinha um terço do capital da empresa, o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença eram os outros dois maiores acionistas, destacando-se, ainda, entre o leque de investidores, o setor da banca e outras empresas do setor dos media (Carvalho, 2009).

Assegurar o controlo dos então novos meios de comunicação – rádio e televisão –, tanto pelas formas de propriedade, como pela ação dos serviços de censura, revelava-se decisivo para o Estado Novo tendo em conta que se tratavam de meios que gradualmente foram chegando à maioria da população, por contraste com os jornais que eram sobretudo lidos pelas classes sociais mais letradas. Em 1940, 52% da população portuguesa com mais de 7 anos não sabia ler nem escrever (Candeias e Simões, 1999), o que tornava difícil a penetração da imprensa que, além do mais, chegava bastante tarde às vilas fora dos distritos de Lisboa e Porto. A inexistência de uma imprensa verdadeiramente de massas é, aliás, uma das características apontadas por Daniel Hallin e Paolo Mancini (2005) na sua descrição do desenvolvimento dos sistemas mediáticos no Sul da Europa, mais especificamente nos países que os autores agrupam no modelo pluralista polarizado.

Ainda que os jornais não tivessem a capacidade de chegar à maioria da população, a obsessão da ditadura pelo controlo da imprensa justificava-se pelo facto de esta ser lida pelas elites, cujo alinhamento com a ideologia oficial era considerado crucial por Salazar. Na sua visão, “o futuro da nação e do regime dependia, sobretudo, das elites educadas no espírito do verdadeiro interesse nacional” (Rosas, 2001: 1038). Além do conteúdo das publicações periódicas ser objeto de censura, nos anos 30 o Estado Novo tomou igualmente um conjunto de medidas que levariam à falência as publicações que manifestamente não estavam alinhadas com o pensamento único exigido pelo regime (Gomes, 2006).

Durante todo o período da ditadura, o *Diário de Notícias* e *O Século* seriam os dois matutinos de referência com maior impacto junto da opinião pública. O primeiro seria, aliás, o título de maior tiragem, o que é comprovado pelas estimativas apresentadas por Júlia Leitão de Barros, relativas aos anos 40 (1993: 73-75), e por Ana Cabrera, referentes ao período marcelista (2006: 84). O *Diário de Notícias*, que se manteve como o mais antigo matutino em circulação até ao encerramento da sua edição diária em papel em 2018, era detido pela Empresa Industrial Portugal e Colónias, no capital da qual a Caixa Geral de Depósitos teve sempre uma importante participação, passando mesmo a acionista maioritário nos anos 70 (Cabrera, 2006: 85). A mesma empresa era igualmente proprietária de outros títulos, destacando-se o *Jornal de Notícias*, o matutino de maior expressão entre os que se publicavam no Norte do país, sobretudo vocacionado para uma informação popular (Vieira, 1998: 271). As outras publicações detidas pela Empresa Industrial eram o *Mundo Rural* e *Mundo Desportivo*.

Entre 1939 e 1971 o *Diário de Notícias* foi dirigido por Augusto de Castro, exceto durante um curto período de tempo (1945-1947) durante o qual este ocupou o cargo de Embaixador de Portugal em França. A sua ligação ao regime era, aliás, conhecida, tendo sido Comissário da Exposição do Mundo Português, realizada a pretexto da comemoração dos centenários da fundação da nacionalidade e da reconquista da independência. A Exposição, o maior ato de propaganda do regime, foi um evento de exaltação da grandiosidade do génio e do Império portugueses sob o comando de Salazar, na qual o diretor do diário de maior circulação no país teve uma forte participação. Não estávamos, portanto, perante um título que pudesse sequer tentar dar dores de cabeça ao regime, na medida em que os interesses económicos da empresa proprietária garantiram sempre o alinhamento da direção do jornal com a ideologia do regime.

O segundo matutino de referência, *O Século*, adquiriu também uma importante preponderância no panorama jornalístico português. Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, a partir de 1938 o sócio maioritário passou a ser João Pereira Rosa, diretor do jornal desde 1926. Seria um cargo no qual se haveria de manter até à sua morte em 1962, sendo sucedido pelo seu filho Guilherme (Tengarrinha, 2006: 225). O jornal ficou conhecido pela sua vasta

rede de correspondentes, a maior da imprensa portuguesa, e pela organização de iniciativas de caráter lúdico, cultural, desportivo e de solidariedade social, de entre as quais se destaca a Colónia Balnear Infantil, fundada em 1927. Outra das marcas do jornal durante o período do controlo pela família Pereira Rosa foi o lançamento de diferentes títulos dedicados a temáticas diversas, nomeadamente *O Cinéfilo* (1928-1936), *O Século Ilustrado*, *A Vida Mundial*, *Modas e Bordados* e *Jacto*. A ideia de aproveitar sinergias entre os títulos era então já evidente na forma de organização do negócio da Sociedade Nacional de Tipografia, podendo neste caso falar-se de um grupo de media ainda que monomediático, atuando exclusivamente no setor da imprensa.

Fiel à sua matriz republicana fundacional, “embora justificadamente a sua atitude perante o regime fosse tida como “louvaminheira” pela Imprensa” (Tengarrinha, 2006: 225), a verdade é que a relação de *O Século* com o Estado Novo nem sempre foi a mais pacífica. No pós-IIª Guerra Mundial, a sua postura de menor colaboração com o governo valeu-lhe o afastamento da organização da Feira Popular de Lisboa, entre 1948 e 1950, cujas receitas o jornal utilizava para financiar diversas atividades, nomeadamente os campos de férias organizados para crianças carenciadas. Nos anos 50, Pereira da Rosa seria chamado a presidir ao Grémio da Imprensa e foi igualmente procurador à Câmara Corporativa. Foi nesta qualidade que expressou a sua posição a favor de uma lei de imprensa e contra o regime de censura prévia (Serra, 1996), contribuindo para que o convívio com o regime fosse mais atribulado do que o do *Diário de Notícias*. Tratando-se de um projeto editorial controlado por uma empresa familiar cujas relações com Salazar nem sempre foram as melhores, *O Século* viveu grandes dificuldades económicas ao longo dos anos 60, o que levou à sua aquisição pelo BIP – Banco Internacional Português – em 1972, passado desta forma a integrar um dos grandes grupos económicos portugueses (Cavaco, 2012), a par dos restantes títulos que a Sociedade Nacional de Tipografia havia criado nas décadas anteriores.

No que se refere à imprensa vespertina, o *Diário Popular*, cuja publicação se iniciou em 1942, foi o título que conquistou um maior número de leitores “sobretudo pela maior agilidade e dinamismo que imprimiu à informação e pelo desenvolvimento de temas sensacionalistas ao gosto do grande público” (Tengarrinha, 2006: 215). A par do sensacionalismo, o jor-

nal apostou fortemente em reportagens inovadoras que o levaram a atingir uma notoriedade próxima do *Diário de Notícias* entre os leitores da capital. Propriedade da Sociedade Industrial de Imprensa, que também detinha o *Jornal do Comércio*, o desportivo *Record* e a revista *Rádio e Televisão*, e cujos sócios eram Henrique Balsemão, Brás Medeiros e Francisco Pinto Balsemão (tio), o grupo acabaria por ser vendido ao Banco Borges & Irmão em 1972 (Cabrera, 2006). Empresas pertencentes a esta mesma instituição financeira haviam participado, dois anos antes, na constituição da Sociedade de Estudos e Gestão de Empresas, que passou a deter o jornal *A Capital* (Cavaco, 2012). Fundado em 1968 por um grupo de jornalistas que abandonaram o *Diário Popular*, o título entrou rapidamente em colapso financeiro, tendo sido adquirido pelos principais grupos económicos, nomeadamente CUF, Tabaqueira, Espírito Santo e Borges & Irmão, após diligências levadas a cabo pelo Secretário de Estado da Informação, Moreira Baptista, com o aval de Marcello Caetano (Palla, 1990).

De entre os projetos mais independentes, ou seja, que exibiam uma postura não laudatória do regime, o *Diário de Lisboa* destacou-se como o de maior sucesso pela qualidade literária dos seus colaboradores, ainda que tivesse sido um jornal “caracterizado por crises sucessivas na redação” (Cabrera, 2006: 86), o que dificultou a sua afirmação enquanto jornal de referência. Propriedade da família Ruella Ramos, o Banco Nacional Ultramarino detinha 33% do capital do jornal.

No final dos anos 60, os jornais de maior tiragem em Portugal estavam efetivamente integrados em empresas que publicavam vários títulos e pertenciam aos principais grupos económicos portugueses. Paralelamente, tanto a Caixa Geral de Depósitos como o Banco Borges & Irmão e o Banco Intercontinental Português detinham posições minoritárias no capital da RTP (Carvalho: 2009), tratando-se, portanto, de grupos económicos com interesses em mais do que um setor dos media, o que, aliás, também sucedia com a família Botelho Moniz, proprietária do Rádio Clube Português, que, por sua vez, era o maior acionista privado da RTP. Assiste-se, neste período, ao aparecimento de empresas com interesses em diferentes meios, o que coincide com o surgimento dos primeiros grupos multimédia na maioria dos países ocidentais (Picard, 2011).

No panorama mediático do Estado Novo, há ainda a destacar dois proprietários com posições significativas em alguns meios: o Episcopado e o próprio regime. Este último, além de ser acionista maioritário da RTP, era igualmente dono dos títulos *Diário da Manhã* e *A Voz*, cujas redações se fundiram em 1971, dando origem a um novo jornal: *A Época*. Esta reconfiguração teve lugar depois de a União Nacional, proprietária do *Diário da Manhã*, se ter convertido na Ação Nacional Popular com o intuito de demonstrar a suposta abertura do regime durante o consulado de Marcello Caetano na chefia do governo.

Tal como Ana Cabrera demonstrou, apesar de a imprensa portuguesa viver situações económicas diversificadas, com alguns títulos a apresentarem estruturas financeiras bastante débeis, no início da década de 70 os principais grupos económicos portugueses manifestaram um interesse muito visível em investir na imprensa, dando assim continuidade a uma “longa tradição de contactos paralelos entre os grupos económicos (...) e os jornais” que serviam para garantir a publicação de notícias favoráveis às empresas ou para “apagar ou atenuar o relato de assuntos desvantajosos” (2006: 89). É igualmente nesta fase final do Estado Novo que ganha folgo o jornal *República*, cuja tiragem havia sido meramente residual nas décadas anteriores. A partir de 1970, um grupo de dirigentes da Ação Socialista Portuguesa entra de forma concertada no capital do título, o que teria efeitos visíveis a partir de 1972 quando o *República*, então dirigido por Raúl Rego, começou a adquirir um papel mais preponderante no panorama jornalístico (Mesquita, 1994).

Entretanto, já praticamente no final do estado Novo, em 1973, nasce o semanário *Expresso*, um novo projeto editorial que se tornaria emblemático por um conjunto diverso de razões. Em primeiro lugar, tratou-se do primeiro título a surgir durante a vigência da nova lei de imprensa de 1972, que permitia a fundação de novas publicações sem uma interferência direta dos órgãos do Estado. Associado à Ala Liberal, a sua criação marcou efetivamente o início de uma nova era no panorama da imprensa portuguesa, não apenas pela novidade da linha editorial, mas pelo facto de o fundador, Francisco Pinto Balsemão, ter revelado, na constituição da estrutura acionista da empresa, uma preocupação em controlar as várias etapas do negócio. Ao criar a Sojornal, da qual era sócio maioritário, Balsemão escolheu como parceiros a família Ruella

Ramos (proprietária da Renascença Gráfica na qual o *Expresso* era impresso), Manuel Bulhosa (com negócios na área da distribuição), a Sociedade Nacional de Sabões (detentora da agência de publicidade CIESA), e a família Botelho Moniz (proprietária do Rádio Clube Português), entre outros. A entrada dos donos da maior estação radiofónica privada portuguesa no capital da Sojornal é também particularmente relevante por denunciar o facto de Francisco Pinto Balsemão já pensar “no futuro desenvolvimento de uma empresa multimédia” (Cabrera, 2006: 89), estando desta forma reunidos os parceiros que poderiam potenciar a criação de um grupo de comunicação.

Do ponto de vista da propriedade dos media, a fundação da Sojornal seria um dos mais importantes acontecimentos do final da ditadura, a par da entrada da banca no vespertino *A Capital*, em 1970, bem como na Sociedade Nacional de Tipografia (*O Século*, *O Século Ilustrado*, *A Vida Mundial*, *Modas e Bordados* e *Jacto*) e na Sociedade Industrial de Imprensa (*Diário Popular*, *Jornal do Comércio*, *Record* e *Rádio e Televisão*), em 1972. O setor financeiro, ou seja, os principais grupos económicos portugueses, passaram assim a estar quase onnipresentes nos principais títulos dado que a Caixa Geral de Depósitos era também uma das acionistas da Empresa Nacional de Publicidade, detentora do *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias*, e o Banco Borges & Irmão era sócio da Renascença Gráfica e detentor do *Diário Popular* (Cabrera, 2006; Cavaco, 2012).

Após o fim da ditadura, e em sequência dos acontecimentos do 11 de março de 1975, que levariam à estatização de diversos setores da economia portuguesa, incluindo a banca, a maioria da imprensa seria também ela nacionalizada. Foi o caso dos títulos anteriormente pertencentes à Empresa Nacional de Publicidade, à Sociedade Nacional de Tipografia, à Sociedade Industrial de Imprensa, bem como o jornal *A Capital*. Do mesmo modo, ficaram na alçada do Estado, na situação de intervencionados, o *Diário de Lisboa*, o *Comércio do Porto* e o *Primeiro de Janeiro* (Vieira, 1998). Por outro lado, enquanto no caso da imprensa esta passou a ser controlada pelo Estado, como consequência da estatização da banca, no caso da rádio houve uma intenção clara do poder político em assumir o controlo de todo o espectro radiofónico. Para tal, em Novembro de 1975 foram nacionalizadas todas as estações de rádio, com a exceção da Rádio Renascença, dado o VI Governo Provisório, liderado por

Pinheiro de Azevedo, temer uma reação violenta por parte do Episcopado, principalmente depois de a estação ter estado sob ocupação de movimentos da extrema esquerda entre Março e Novembro de 1975 (Ribeiro, 2002).

Com as nacionalizações da imprensa e da rádio, e dado que o Estado havia também assumido o controlo absoluto da RTP, no final de 1975 o panorama mediático em Portugal era caracterizado por um quase monopólio estatal. Tratava-se de um cenário peculiar, na medida em que as transições de regimes ditatoriais para democracias são habitualmente acompanhadas por uma maior liberdade de imprensa e não pela estatização dos órgãos de comunicação. Tal explica, aliás, a divergência dos sistemas mediáticos ibéricos. Enquanto a estatização foi a tendência mais forte das alterações introduzidas na propriedade dos media em Portugal no pós-25 de Abril, “em Espanha foi sendo construído um sistema de comunicação caracterizado pela redução do Estado (...), a ampliação do setor privado na rádio e na imprensa e o aparecimento dos primeiros grupos multimédia” (Arboledas, 2010: 154). Por outras palavras, enquanto em Espanha a reconstrução do sistema mediático seguiu as tendências verificadas na maioria dos países europeus, com a desregulação e a comercialização a assumirem-se como dominantes, tal só viria a ser uma realidade em Portugal nos anos 90, quando diversos jornais e estações de rádio seriam privatizados, o que teve lugar a par do lançamento dos primeiros canais de televisão de iniciativa privada.

Do controlo estatal à iniciativa privada

Nos anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974, além de uma forte presença do Estado no setor dos media, assistiu-se à proliferação de novos títulos de imprensa, a maioria dos quais fortemente politizados e que teriam uma existência efémera, nomeadamente o *Tempo*, *O Jornal*, *Jornal Novo*, *A Luta*, *A Tarde* e *Portugal Hoje*. Outros teriam uma vida mais duradora, embora sempre com uma influência diminuta, como foram os casos do diário *O Dia* e do semanário *O Diabo*. Entretanto, logo após o 25 de Abril de 1974, o Partido Comunista havia assumido um protagonismo bastante visível em várias redações, nomeadamente no *Diário de Notícias*, n’*O Século* e no *Diário de Lisboa*

(Vieira, 1998). Enquanto isso, até 1980 o *Expresso* continuou a ser dirigido por Francisco Pinto Balsemão e, posteriormente, entre 1980 e 1983, por Marcelo Rebelo de Sousa, ambos fundadores do Partido Social-Democrata.

Estávamos, portanto, perante a existência de um claro paralelismo entre os principais títulos que se publicavam no país e as várias correntes políticas. A existência deste paralelismo político da imprensa é, aliás, uma das características que Hallin e Mancini (2005) identificam nos sistemas mediáticos dos países que integram no modelo pluralista polarizado, embora este paralelismo, que existiu na segunda metade dos anos 70 e nos anos 80, tivesse assumido características menos evidentes nos anos 90, após o reaparecimento de novos grupos de comunicação multimédia.

O caminho em direção a uma imprensa comercial, que se havia iniciado com a entrada de capital dos grandes grupos financeiros na imprensa portuguesa, e que foi interrompido com a estatização de 1975, acabaria por ser retomado sobretudo a partir dos anos 90 com a reprivatização de alguns dos jornais. Contudo, além dos títulos nascidos no Estado Novo, quando falamos de imprensa comercial, preocupada com a angariação de leitores e a sua sustentabilidade financeira, ganha relevo o caso do diário *Correio da Manhã*, fundado em 1979. Tendo surgido num período de forte politização dos meios de comunicação, o novo título procurou posicionar-se como independente, praticando um jornalismo de cariz popular, procurando agradar a um maior número de leitores, e evitando, por isso, uma conotação com uma facção política específica. Detido pela Presslivre, cuja maioria do capital pertencia a Carlos Barbosa (Correia, 1997: 86), o *Correio da Manhã* foi fundado pelo jornalista Vítor Norberto Lopes Direito, tendo-se transformado no diário de maior sucesso a nascer no período pós-revolucionário.

Entretanto, em fevereiro de 1977, o governo de Mário Soares decidiu encerrar *O Século*, bem como todos os títulos anteriormente pertencentes à Sociedade Nacional de Tipografia (Vieira, 1998: 278), permanecendo como propriedade do Estado, até à década de 90, todas as restantes publicações e estações de rádio que haviam sido nacionalizadas. O panorama alterar-se-ia quando Portugal se viu forçado a liberalizar o setor dos media, em sequência da sua adesão à Comunidade Económica Europeia. Foi efetivamente no quadro europeu de desmantelamento da intervenção do Estado no setor da

comunicação que o governo português, então liderado por Aníbal Cavaco Silva, viria a reprivatizar alguns dos meios de comunicação de que era detentor. Além dos jornais, foi também reprivatizada a Rádio Comercial (ex-Rádio Clube Português), numa altura em que, dado o duopólio existente no setor, proliferavam já no país inúmeras rádios piratas que procuravam romper com o cenário radiofónico que se encontrava cristalizado. Portugal começa gradualmente a embarcar no modelo europeu caracterizado pela liberalização, desregulação e marketização do sector dos media (Murdock e Golding, 1999).

No caso dos jornais, o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias* foram reprivatizados em 1991, tendo sido adquiridos pelo grupo Lusomundo, controlado pelo Tenente-coronel Luís Silva, e que até então atuava na área da distribuição de cinema e de vídeo. Posteriormente, o grupo veio também a integrar a TSF, a primeira rádio de informação portuguesa, que após um período de existência como pirata, seria legalizada em 1989. A Lusomundo seria um dos principais grupos de media em Portugal até 2000, ano em que a empresa foi adquirida pela Portugal Telecom (PT) que, desta forma, passou a deter o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias*, e a TSF. Cinco anos depois, a PT deixaria de considerar estratégica a sua presença na área dos media, tendo alienado a Lusomundo, que seria então adquirida pela Controlinveste, uma empresa que havia tido a sua origem na Olivedesportos, fundada em 1994 por Joaquim Oliveira. O grupo detinha os direitos de transmissão televisiva das principais competições de futebol, tendo também interesses na área da imprensa desde 1994, ano em que adquiriu o desportivo *O Jogo* (título lançado em 1985).

Já no ano de 1998 a Controlinveste continuaria a sua expansão na área dos media com a criação, em parceria com a RTP e a Portugal Telecom Multimédia, do canal SportTV, que detinha, entre outros, os direitos de transmissão dos jogos da Iª Liga profissional de futebol. Tratou-se do primeiro canal por subscrição existente no país, que era então distribuído pela TV Cabo (do grupo PT).

Durante o processo de privatizações da imprensa, ocorrido no início dos anos 90, também o grupo liderado por Francisco Pinto Balsemão expandiu a sua intervenção no setor da imprensa, através da aquisição do vespertino *A Capital*, que assim se juntou aos outros títulos do grupo: o *Expresso* (que se tornara no jornal de informação generalista mais vendido em Portugal),

o *Blitz*, jornal especializado em música lançado em 1984, e a revista *Exame*, que surgiu em 1989 como a primeira revista de negócios, resultado de uma parceria com o grupo brasileiro Abril. Em 1991, foi criada a holding Impresa, que agregava os vários investimentos do grupo na área dos media que continuariam a crescer de forma decisiva ao longo da década de 90. Em 1995 foi adquirido 50% do capital da Abril/Controljornal, passando o grupo de Pinto Balsemão a deter mais de vinte revistas especializadas dedicadas aos mais diversos públicos e abarcando áreas tão diversas como sociedade, decoração, mundo automóvel e banda desenhada, entre muitos outros (Correia, 1997: 83). A partir de 1999 passou igualmente a deter a revista semanal de informação geral *Visão*, que havia sido fundada seis anos antes.

Não obstante esta expansão na área da imprensa escrita, do ponto de vista do volume de negócios, a expansão mais significativa da Impresa ocorreu em 1992 com o lançamento da SIC. Efetivamente, tal como sucedeu na maioria dos países da Europa Ocidental, também em Portugal a abertura do mercado audiovisual à iniciativa privada foi caracterizada pela entrada de grupos de imprensa na área da televisão. Tal era então percecionado como fundamental para a própria sobrevivência das empresas jornalísticas, o que levou muitos dos proprietários de jornais europeus a investir fortemente no sector televisivo nos anos 80 e 90 (Hardy, 2008). No caso da Impresa, após a atribuição de uma das licenças de televisão, a empresa lançou a SIC em outubro de 1992, aumentando substancialmente o seu volume de negócios. Já no século XXI, a expansão do grupo de Francisco Pinto Balsemão passou sobretudo pela televisão por cabo, inicialmente com a assinatura de um acordo com a PT Multimédia, detentora da TV Cabo, que lhe conferia direito de preferência no fornecimento de canais temáticos. Tal levou ao aparecimento de diversos canais com a marca SIC, nomeadamente a SIC Gold (2000), a SIC Notícias (lançado em 2001 em parceria com a TV Cabo), a SIC Radical (2001) e a SIC Mulher (2003). No ano de 2006 o acordo de preferência com a TV Cabo foi decretado como ilegal pela Autoridade da Concorrência, o que abriu caminho a uma maior diversidade de canais portugueses distribuídos via cabo (Carvalho, 2009).

Tal como a Impresa, também o grupo Presslivre, detentor do diário *Correio da Manhã*, e liderado por Carlos Barbosa, concorreu à concessão de uma das

licenças de televisão colocadas a concurso em 1991. O projeto, designado TV1, acabaria, contudo, por ser preterido pelos outros dois concorrentes, SIC e TVI, o que inibiu a expansão da empresa para o mercado televisivo. Ainda assim, a Presslivre alargaria a sua influência no setor dos media pois, aquando do início das privatizações, em 1989, adquiriu o desportivo *Record* e, aquando da legalização de dezenas de rádios piratas que existiam no país, foi-lhe igualmente atribuída a frequência regional sul, composta por uma rede de emissores que permitiam uma cobertura do país a sul de Coimbra. Nascia desta forma a Correio da Manhã Rádio. Quatro anos depois, o Estado vendeu ao mesmo grupo a Rádio Comercial (designação adotada em 1979 para o Rádio Clube Português). Na posse de duas estações radiofónicas, a Presslivre decidiu alterar a designação Correio da Manhã Rádio para Rádio Comercial Onda Média. Tratou-se, contudo, de um projeto com uma vida bastante efémera, tendo dado lugar, em 1996, à Rádio Nostalgia. No ano seguinte o grupo de Carlos Barbosa acabaria por vender tanto a Rádio Comercial como a Rádio Nostalgia àquele que um dos grupos de comunicação de grande dimensão a nascer nos anos 90: o Grupo SOCI, posteriormente Media Capital.

Propriedade, entre outros, de Miguel Pais do Amaral, dos irmãos Nobre Guedes e do próprio Carlos Barbosa (Presslivre), a SOCI havia começado por editar o semanário *O Independente*, nascido em 1988, que seria responsável pela introdução de um novo tipo de jornalismo, até então pouco usual em Portugal, baseado em fontes anónimas e procurando sobretudo o escândalo político. “Em 1993 o grupo adquire um novo perfil acionista, dominado por Miguel Pais do Amaral que (...) passa a deter 87,8% (...). Outros acionistas são Pedro Correia Marques, Paulo Portas e Nuno Leitão” (Correia, 1997: 85). Na década de 90, além das aquisições no setor da rádio, o grupo expande o seu negócio na área da imprensa, com a aquisição, entre outros títulos, do *Diário Económico* e do *Semanário Económico*, jornais que acabaria por alienar em 2002 (*Público*, 14.10.2002). A entrada no mercado da televisão acontecerá, em 1998 e 1999, com a compra da maioria do capital da TVI (estação privada fundada em 1993 por várias instituições da Igreja Católica).

Em meados dos anos 90 nasceria aquele que é atualmente o terceiro maior grupo privado de media existente em Portugal: a Cofina, uma *holding* que, aquando do seu aparecimento, detinha participações em áreas tão diversifi-

cadastros como produção de aço, pasta de papel e mídia. Na imprensa, a Cofina adquiriu o desportivo *Record* em 1999 bem como o diário *Correio da Manhã* em 2000. Já em 2004 lançou a revista *Sábado* e, em 2006, adquiriu o primeiro diário gratuito existente em Portugal, o *Destak*, a que se seguiu, em 2009, a aquisição do seu maior concorrente, a edição portuguesa do jornal *Metro*, entretanto descontinuada. Atualmente, e depois do *spin off* das participações fora do setor dos media, a Cofina atua exclusivamente na área da imprensa e da televisão, tendo-se lançado neste último mercado em 2013 com a criação do canal CMTV.

Nas primeiras décadas do século XXI, o cenário mediático em Portugal foi sobretudo controlado pelas cinco empresas acima referenciadas: Impresa, Media Capital Controlinveste e Cofina. A estas juntava-se o próprio Estado que, após a alienação de diversos títulos de imprensa e estações de rádio no início dos anos 90, manteve a sua presença no setor através da Rádio e Televisão de Portugal e da Rádio Difusão Portuguesa, empresas que passariam por um processo de fusão em 2007. Outros projetos mediáticos de relevo, ainda que representando uma pequena fatia em termos das receitas que conseguiam gerar, eram o *Público*, propriedade da Sonae, e das estações de rádio RFM, Renascença e Mega FM, detidas pelo Patriarcado de Lisboa e pela Conferência Episcopal Portuguesa.

Conclusão

A independência dos media é uma prerrogativa do sistema democrático, que se considera ser o garante da existência de pluralismo na discussão dos assuntos públicos. Garantir essa independência é, contudo, algo que se revela bastante complexo e difícil de atingir. Em Portugal, após mais de quarenta anos sob o regime da ditadura, a que se seguiu um período de estatização dos principais meios de comunicação, durante os anos 80 e parte dos anos 90 acreditava-se que a independência surgiria naturalmente após a saída do Estado do setor da comunicação social. Paralelamente, assumia-se que um mercado mais aberto ao investimento privado traria uma maior diversidade de operadores ao setor, o que permitiria alargar o número de vozes com acesso

ao espaço público. No entanto, até ao início do século XXI a maioria dos meios de comunicação permaneceram sob o controlo de um número reduzido de empresas. Da resenha histórica apresentada resulta igualmente que, desde o aparecimento dos primeiros projetos empresariais no campo dos media, existiu sempre uma relação embrincada entre os meios de comunicação e as esferas política e económica, com as elites que dominam o espaço político e que controlam os principais setores da economia a assumirem um protagonismo elevado na propriedade e/ou controlo das empresas mediáticas.

A constituição dos grupos multimédia, que se iniciou no período marcelista, e que sofreu uma interrupção após o 25 de abril, continuaria a partir dos anos 90 após a privatização de alguns meios e a abertura da televisão à iniciativa privada. Tais empresas continuaram a ser controladas por elites próximas dos poderes político e económico apresentando, contudo, uma estrutura financeira frágil que as levaria a procurar capital estrangeiro de modo a poderem garantir a sua expansão ou a sua própria sobrevivência. Em 2005 a Media Capital passaria a ser controlada pela Prisa, enquanto nos anos seguintes os grupos Impresa, Cofina e Controlinveste passaram a ter como acionistas investidores angolanos (Figueiras e Ribeiro, 2013), demonstrando a sua permeabilidade às elites económicas não apenas nacionais, mas também estrangeiras. O sistema mediático português, ao manter-se dependente dos interesses políticos e financeiros das elites aproxima-se, na visão de Isabel Ferin Cunha (2018), da realidade de outros países lusófonos, o que certamente deverá continuar a merecer a atenção de investigadores que na senda da autora procurem compreender as inter-relações existentes no espaço mediático lusófono, uma das áreas na qual o pioneirismo de Isabel Ferin é inspirador para a comunidade científica.

Referências Bibliográficas

- ARBOLEDAS, Luis (2010). “Transición Democrática y Modelo Comunicativo: La Divergencia Ibérica”. In: *Observatorio*, 4 (3): 143-167.
- BARROS, Júlia Leitão (1993). *O Fenómeno de Opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: s.n.

- CABRERA, Ana (2006). *Marcello Caetano: Poder e Imprensa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CARVALHO, Arons (2009). *A RTP e o Serviço Público*. Coimbra: Almedina.
- CAVACO, Suzana (2012). *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista*. Lisboa: Colibri.
- CANDEIAS, António e Simões, Eduarda (1999). “Alfabetização e Escola em Portugal no Século XX: Censos e Estudos de Caso”, *Análise Psicológica* 1 (XVII): 163-194.
- CORREIA, Fernando (1997). *Os Jornalistas e as Notícias*. Lisboa: Caminho.
- CUNHA, Isabel Ferin (2018). “O sistema mediático lusófono existe: colonialismo, pós-colonialismo e globalização”. In: Rita Figueiras e Nelson Ribeiro (orgs.), *O Setor dos Media no Espaço Lusófono*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- FIGUEIRAS, Rita e Ribeiro, Nelson (2013). “New Global Flows of Capital in Media Industries after the 2008 Financial Crisis”, *The International Journal of Press/Politics*, 18 (4): 508-524.
- GOMES, Joaquim Cardoso (2006). *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa: Livros Horizonte.
- HALLIN, Daniel e Mancini, Paolo (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARDY, Jonathan (2008). *Western Media Systems*. Londres: Routledge.
- MESQUITA, Mário (1994). “O Universo dos Media entre 1974 e 1986”. In: António Reis (coord.), *Os Meios de Comunicação Social. Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 360-405.
- MURDOCK, Graham e Golding, Peter (1999). “Common Markets: Corporate Ambitions and Trends in Communication in the UK and Europe”, *The Journal of Media Economics*, 12 (2): 117-32.
- PALLA, Maria Antónia (1990). “A Renovação da Imprensa, apesar da Censura”. In: António Reis (coord.), *Portugal Contemporâneo (1958-1970)*, vol. 5. Lisboa: Alfa, 207-220.
- PICARD, Robert (2011). *The Economics and Financing of Media Companies*. Nova Iorque: Fordham University Press.
- PICARD, Robert (2013). *Criação de Valor e o Futuro das Organizações Jornalísticas*. Porto: Media XXI.
- PUPPIS, Manuel (2009). “Media Regulation in Small States”, *The International Communication Gazette*, 71(1-2): 7-17.

- RIBEIRO, Nelson (2002). *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- RIBEIRO, Nelson (2005). *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo (1933-1945)*. Lisboa: Quimera.
- RIBEIRO, Nelson (2017). “A Política Radiofónica do Estado Novo”. In José Luís Garcia, Tânia Alves e Yves Léonard (coord.), *Salazar, o Estado Novo e os Media*. Lisboa: Edições 70.
- ROSAS, Fernando (2001). “O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a Questão do Totalitarismo”, *Análise Social*, 157: 1031-1054.
- SANTOS, Rogério (2005). *As Vozes da Rádio 1924-1939*. Porto: Caminho.
- SERRA, João Bonifácio (1996). “Rosa, João Pereira da”. In: Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, *Dicionário do Estado Novo*, vol. II: 855-856.
- VIEIRA, Joaquim (1998), “A emancipação do jornalismo português (1945-1995)”. In: *Portugal 45-95 nas Artes, nas Letras e nas Ideias*. Lisboa: Centro Nacional de Cultura, pp. 269, 273.
- TENGARRINHA, José (2006). *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva.
- THOMPSON, John (1995). *Media and Modernity: A Social Theory of the Media*. Cambridge: Polity.

PORTUGAL 74 – JORNALISTAS EM TRANSE, JORNALISMO EM CONSTRUÇÃO

25 de Abril, uma revolução mediática

As imagens da revolução portuguesa ocorrida no dia 25 de abril de 1974 são conhecidas e circularam pelo mundo inteiro. Entre os lugares estratégicos tomados pelos revolucionários constavam a antena emissora da RTP, os estúdios da televisão portuguesa e as instalações da Emissora Nacional e do Rádio Clube Português. Foi a partir destes dois grandes meios de comunicação de massas – a televisão e a rádio – que os portugueses foram informados sobre o desenrolar dos acontecimentos, através da leitura de comunicados escritos pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e lidos por alguns dos jornalistas mais conhecidos da época (Luís Filipe Costa e Joaquim Furtado no Rádio Clube Português, Fernando Balsinha e Fialho Gouveia na RTP), explicando genericamente a natureza do golpe militar e apelando aos cidadãos para se manterem em casa.

A multidão anónima de telespectadores e de ouvintes instalou uma contiguidade real entre o espaço mediático e a rua. A televisão do regime autoritário anterior convocava por vezes as massas, servindo-se dos seus corpos e rostos como figurantes de cerimónias públicas, sempre privados de voz. Era uma multidão passiva, confinada a gestos de aplauso aos atos do governo. Esses rígidos protocolos de representação discursiva e visual foram quebrados no dia 25 de abril de 1974. Nas horas seguintes à madrugada do golpe, milhares de pessoas ocuparam a cidade, encorajando os militares revoltosos. O apoio massivo foi decisivo para o desfecho dos acontecimentos, dissua-

dindo as forças leais ao regime de tentarem uma resposta violenta que teria provocado centenas de baixas civis e alterado a feição pacífica dos eventos.

A adesão popular foi feita a uma promessa incerta construída sobre uma ideia mobilizadora: o fim da ditadura, o início da liberdade. A expressão povo português concretizou-se numa figuração com rosto e voz, equilibrando as linhas de uma representação mediática até aí muito distorcida. Quando falamos de revolução nos media portugueses é importante sublinhar este momento inaugural e conquistador de visibilidade da acção política popular no espaço público. Este movimento, inicialmente aberto pelos militares, acabou sendo conquistado aos militares, em parte replicando a forma como estes tomaram o poder. Será incorporado no trabalho jornalístico como um apelo ao qual os meios de comunicação social responderam em função de circunstâncias diversas e sofrendo inúmeras manipulações. Pouco a pouco, a expressão “povo” regressou às leituras metafóricas, passando a servir recortes instrumentalizados por visões particulares emanadas das várias forças que disputavam o acesso e o controle do poder mediático.

A revolução de abril não deixou nenhum campo social indiferente. Sophia de Mello Breyner Andresen (1977:77), no ensaio “Poesia e Revolução”, apresenta a sua ideia de compromisso da poesia com a realidade: *“É a poesia que torna inteiro o meu estar na terra. E porque é a mais funda implicação do homem no real, é necessariamente política e fundamento da política.”*

Recuperamos este exemplo para o aplicar ao campo jornalístico, profundamente marcado neste período pelas ideias que os militares de abril desenvolveram sobre os limites e os contornos de uma política de informação ao serviço da revolução. Esta é mediatizada desde o início e estabelece com o campo jornalístico uma relação próxima, bem visível nas imagens de alegre confraternização entre jornalistas e militares nas primeiras horas do golpe e na forma entusiástica como os jornalistas se submetem à leitura dos comunicados do MFA na rádio e na televisão.

A prática jornalística, até aí subjugada pela censura, revolucionou-se quase de imediato, ao ritmo acelerado da politização do país confrontado com as exigências de um debate pluralista que irrompe sem que existissem mecanismos institucionalizados para a sua expressão. Este desenvolvimento súbito do jornalismo necessitou de construir um enquadramento teórico e ético auto

legitimador. O longo conflito que se trava nos meios de comunicação social nos meses seguintes traduz, por um lado, o vazio teórico sobre o exercício e os valores do jornalismo no novo contexto de construção democrática e, por outro, as dificuldades de reunião de consensos alargados sobre os modos dessa intervenção no real.

O programa do MFA transmitido ao país no dia 26 de abril de 1974 definia como objectivo prioritário do movimento a instauração a curto prazo de uma democracia política, mas era omissa sobre a forma dessa democracia e o papel dos meios de comunicação social na sua construção.

O Conselho da Revolução (CR), instituído em março de 1975 como órgão de cúpula que consagra o poder do MFA após o afastamento compulsivo do Presidente da República, general António de Spínola, em setembro de 1974, substitui a extinta Junta de Salvação Nacional e constitui-se como um instrumento de intensificação da participação das Forças Armadas no destino do país. As suas atribuições são o exercício de poderes constituintes e a vigilância pelo cumprimento do programa do MFA. Nesta fase, em assumida disputa pelo controle do poder político e numa posição de vantagem sobre os partidos emergentes, o MFA elabora um plano para uma política de informação, reconhecendo a importância decisiva dos media para consciencializar o povo e construir a almejada sociedade socialista. É neste contexto que é criada a 5.ª Divisão, com o objetivo de difusão e propaganda, visando *“a mobilização (...) através de uma política de informação adequada, que urge iniciar pela transformação profunda das estruturas dos órgãos e serviços de comunicação social”*³⁴.

Segundo o CR, a transformação não significa que a informação adopte um “tom monolítico de propaganda”. Mas exige que seja “verdadeira e pedagógica, elucidando e ensinando o povo e não excitando-o e confundindo-o”. O recurso ao verbo “excitar” coincide em larga medida com o argumento invocado pelo regime anterior para manter a censura prévia aos meios de comunicação social, vista como instrumento essencial para impedir uma hipotética má instrução da massas. Neste novo contexto, exprime um projeto de afirmação de poder que

³⁴ Plano de Acção Política do CR, 10/09/75. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol12>

prevê a necessidade de um quadro regulador para o exercício do jornalismo. Neste sentido, são propostas as seguintes medidas: *“Uma das práticas necessárias à realização dos objectivos apontados, consiste na transformação de um ou mais jornais diários, já actualmente pertencentes virtualmente ao Estado, em órgãos oficiosos, cujo noticiário e doutrina reflectam as posições do MFA. Espera-se que o povo português passe a dispor de órgãos de Imprensa diária incontestados, sem quaisquer obediências ou conotações e políticas partidárias, e seguindo uma política geral de verdade e esclarecimento públicos cuja prática diária os deverá tornar eminentemente respeitáveis. Torna-se igualmente necessário o controlo da rádio e da televisão estatais a fim de se fazer chegar ao conhecimento público, e de uma forma sistemática, a posição e doutrina do MFA sobre a prática política e os acontecimentos da vida nacional”*³⁵.

As dificuldades de concretização deste projecto maximalista de controlo dos meios de comunicação social, designadamente as resistências e visões concorrentes que encontrou nas várias redacções envolvidas, mergulham os meios de comunicação social portugueses em transe entre abril de 1974 e julho de 1976, data de tomada de posse do I Governo Constitucional, momento que marca formalmente o início do processo de desmantelamento da estrutura constitucional revolucionária, da qual o CR era o órgão cimeiro. Esta é uma periodização discutível, já que alguns historiadores (Reis, 1994) tendem a fazer coincidir o final do PREC com o fim das operações militares que ditaram a rendição das forças sublevadas no 25 de novembro de 1975, oriundas da ala militar conotadas com extrema-esquerda. Apesar de alguns contributos significativos (Gomes, 2014; Rezola, 2014, Cardoso, 2017), os impactos do 25 de novembro no sector dos *media* ainda estão largamente por estudar. Nas empresas de comunicação social estatizadas após o 11 de março de 1975, a violência da retaliação foi avassaladora, envolvendo mais de 150 saneamentos de jornalistas e quadros e a suspensão durante semanas, com cambiantes várias, de diversos órgãos de comunicação social, designadamente RTP, Diário de Notícias, ANOP (apenas a administração foi saneada), Rádio Clube Português (onde os noticiários passaram a ser feitos por jornalistas da Emissora

³⁵ Plano de Acção Política do CR, 10/9/75.

Nacional), Jornal do Comércio, Emissora Nacional). A estatização dos jornais e das rádios deixou fora da esfera de influência do Estado apenas o Primeiro de Janeiro, no Porto, o República e o Expresso, em Lisboa, além da Rádio Renascença, que acabou devolvida à Igreja Católica.

Mário Mesquita³⁶ (2002) divide a prática jornalística nos anos fundadores da democracia portuguesa em três fases: “a primeira teria como palavras-chave ”militantes e ideologias” (1974-76); a segunda, ”porta-vozes e instituições” (1976-1987); a terceira, ”profissionais e mercado”. No período de 1974-75, “jornalismo e militância andam sempre de mãos dadas, à direita e à esquerda”. A ideologia do profissionalismo jornalístico, adaptada do modelo americano do jornalista politicamente distanciado, só enraizou em Portugal após a adesão do país à UE, em 1986. Até aí, os jornalistas eram militantes (mesmo que por causas ideológicas vagamente formuladas, como a democracia, o socialismo ou a social-democracia) ou eram jornalistas-partidários, orientando a sua prática jornalística em função de cumplidades políticas.

Análises recentes sobre o impacto que a natureza revolucionária da democracia portuguesa causou nos media sublinham que a intensa politização subsequente ao golpe militar generalizou uma prática jornalística orientada pelo paralelismo político mas sem excluir o pluralismo externo, isto é, assegurando a representação equilibrada de pontos de vista discordantes. Pereira e Sousa (2017:220) confirmam a análise de Fishman, sublinhando: “A comunicação social, além de ter desempenhado um papel crucial na generalização de novas práticas culturais e simbólicas e de ter sido impulsionadora de uma cultura democrática ao viabilizar um processo de «conversação nacional» em que todos os atores participaram efetivamente – desde os poderes políticos aos estratos mais desfavorecidos da população –, foi uma das instituições em que mais notoriamente se desenvolveram as práticas democráticas duradouras.”

Entre os contributos significativos da revolução portuguesa para a consolidação da democracia, Fishman (2011: 3) destaca a “inversão parcial das hierarquias dentro de numerosas instituições e a reformatação de repertórios culturais”. Este processo é particularmente exuberante nas redações. As

³⁶ Mesquita, Mário. Os Jornalistas e a Política. Crónica publicada no jornal Público, 10 de Fevereiro de 2002.

chefias anteriores foram saneadas, outros jornalistas foram recrutados, novos projetos emergiram, acontece uma efervescente renovação de formatos e conteúdos jornalísticos. Embora se mantenham algumas figuras e programas, as linhas de rutura são mais expressivas do que as linhas de continuidade com as rotinas profissionais anteriores. O 25 de abril propiciou a invenção de uma nova visão sobre o papel social, os valores, os objectos e as linguagens do jornalismo, constituindo-se como um tempo fascinante de análise para compreender essa experiência que, apesar da instabilidade política³⁷, foi orientada por uma reflexão encetada pelos protagonistas da época. Nas páginas seguintes, recolhendo a testemunhos de protagonistas e à leitura de documentos e conteúdos jornalísticos produzidos na época, procuraremos reconstituir as principais linhas de força desse amplo movimento de transformação de práticas e mentalidades.

Jornalistas mobilizados: entre o desejo de reportar e a paixão doutrinária

O 25 de abril de 1974 foi uma revolução mediática. Desde as primeiras horas da madrugada, era impossível manter secretas as movimentações de tropas que iam tomando os pontos estratégicos definidos pelo MFA: Mónaco (RTP), Emissora da Liberdade (Rádio Clube Português), Toledo (Terreiro do Paço), Bruxelas (Banco de Portugal) e Viena (Rádio Marconi). A chegada das primeiras colunas militares a Lisboa coincidiu com a hora de fecho das edições dos matutinos, onde existia um piquete de prevenção preparado para cobrir qualquer acontecimento tardio: um fogo, um acidente, uma briga.

José David Lopes tinha chegado há pouco a casa – um 9.º andar no Lumiar – quando ouviu o megafone que os homens da Escola Prática de Administração Militar usaram para dissuadir os polícias que vigiavam os estúdios da RTP.

³⁷ Maria Manuela Cruzeiro, do Centro de Documentação 25 de Abril, periodiza de forma original os acontecimentos que tiveram lugar entre Agosto de 1974 e Novembro de 1975: Spínola contra MFA; MFA contra Spínola; MFA contra MFA. Texto acessível em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th2>

Regressou de imediato à redação do *Diário de Notícias*, onde já encontrou outros jornalistas.

Cesário Borga recebeu um telefonema de Alexandre Oliveira, um companheiro do *Diário de Lisboa*, que lhe disse “a revolução está na rua!”, antes de desligar abruptamente o telefone. Foi quanto bastou para rumar ao jornal.

José Silva Pinto ainda estava na redação de *O Século* quando um contínuo entrou a correr, contando que vira os homens do Batalhão de Caçadores 5 a trepar pelos muros da Emissora Nacional, na Rua do Quelhas. Cancelou todos os planos – incluindo o jantar de aniversário, a 26 de abril – e não saiu do jornal durante 3 dias, fazendo sucessivas edições com uma vertigem de informações e imagens, nomeadamente as de Alfredo Cunha, um dos principais cronistas visuais do 25 de abril. Ainda hoje lhe custa não ter visto a chaimite Bula que levou Marcelo Caetano do Carmo para a Pontinha, os cravos, os dedos de vitória e as palmas descritas por Adelino Gomes para os ouvintes da Rádio Renascença, gravadas com um microfone emprestado por dois jornalistas da estação, Paulo Coelho e Pedro Laranjeira, a quem se juntou para fazer a reportagem do dia.

Adelino Gomes, despedido desde há um mês depois de ter ganho o prémio de reportagem radiofónica Casa da Imprensa com um trabalho para o programa Página Um, chegou ao Terreiro do Paço a meio da manhã. Não tinha identificação de jornalista nem gravador. Mas conhecia Salgueiro Maia, com quem tinha andado no liceu em Leiria e acabou por lhe fazer uma entrevista histórica, no Largo do Carmo, nas horas que precederam a rendição do presidente do Conselho.

O seu relato daquelas horas é bem o espelho dos desafios colocados aos jornalistas nos dias seguintes: “quase todos parecem entusiasmados com aquilo que não sabem ainda bem o que é mas julgam ser o fim do regime”. Há alegria mas também prudência nestas palavras, os mesmos sentimentos que encontramos na voz grave com que Joaquim Furtado, de serviço no turno da 1 às 7 da manhã para fazer os noticiários do Rádio Clube Português, leu o primeiro comunicado do MFA. O país acordava para a realidade da operação Fim Regime e aprendia um gesto novo: desobedecer, incluindo ao apelo para ficar em casa.

Há vários anos que a censura despertava uma intensa repulsa em jornalistas de vários quadrantes políticos, incluindo marcelistas convictos, como João Coito, chefe de redação do *Diário de Notícias*. A última tentativa de terminar com o “exame prévio” gorou-se em 1971, com o chumbo do projeto de lei apresentado pelos deputados liberais Sá Carneiro e Pinto Balsemão, que nos pontos essenciais convergia com a proposta avançada pela direção do Sindicato dos Jornalistas. Naquele dia, o sonho cumpriu-se. A prioridade dos jornalistas já era há vários anos acabar com a censura e cumpriu-se naquele dia. As segundas edições do *Diário de Notícias* e de *O Século* (que fez cinco!) já não passaram pelo crivo dos censores. Os vespertinos – *Diário de Lisboa*, *Diário Popular*, *A Capital*, *República* – escreveram-se em liberdade. Cesário Borga recorda a preocupação dos jornalistas, sobretudo os mais novos, que iam chegando à redação do *Diário de Lisboa*, separada da administração e da tipografia, que se mantinham no Bairro Alto: decidiram cortar “o circuito da censura”, o penoso leva e traz de provas de página que todos os dias lhes manchava a prosa com o carimbo de “visado”. A palavra “circuito” não podia ser mais apropriada. A máquina da censura desligou-se como se alguém tivesse carregado num interruptor. A maioria dos directores e chefes de redacção conotados com o regime anterior não apareceu naqueles dias e os censores tomaram idêntica decisão. Nas redacções, poucos hesitaram em cumprir a tarefa urgente de contar os factos e protagonistas da revolução, sem restrições.

A conquista da liberdade foi um grande passo para os jornalistas mas o gigantesco passo do jornalismo estava por fazer e incluía outros valores profissionais, sobre os quais não havia consenso. A hiperactividade noticiosa gerada por uma agenda sobreposta de iniciativas partidárias, sindicais e populares não respondia à questão principal: como explicar às pessoas o que elas não sabiam, no presente, sobre o funcionamento da sociedade em pleno processo de aprendizagem da democracia, mas também não sabiam do passado, opacizado por décadas de ditadura e manipulação da informação?

Jean Paul Sartre e Simone de Beauvoir estiveram em Portugal entre 23 de março e 16 de abril de 1975. Numa conferência na Casa de Imprensa, descrita no seu diário por um agastado Virgílio Ferreira que não conseguiu ouvir quase nada porque não havia altifalante, o escritor falou para “não muita

gente, jornalistas, jovens” e disse o que pensava sobre a imprensa portuguesa: “não a considerava muito boa”. Na sua opinião, faltavam análises sobre as realidades sociais e interpretação de factos e existiam demasiados comunicados que não explicavam nada. Sartre gostaria de ler, por exemplo, o que “era uma casa ocupada, uma empresa em auto-gestão ou o 11 de março”.

As impressões do filósofo existencialista francês foram recebidas friamente pelos intelectuais portugueses. Virgílio Ferreira não achou sequer ter valido a pena esperar meia hora para ouvir o “homenzinho baixote, casaco castanho de malha, camisa amarela sem gravata e pantalonas, arrastar os pés e rezar”. Miguel Torga leu pelos jornais que um “intelectual francês veio espiares o seu tédio vanguardista e bem pensante nestas buliçosas paragens”. Eduardo Lourenço escreveu no *Jornal Novo* de 17 de abril que Sartre desejaria “descobrir uma revolução feita pelo povo mas em que cada cidadão fosse ao mesmo tempo um Che Guevara e um Karl Marx. Quer dizer, uma revolução que não existe. É um pessimista nato”.

Escrevendo sobre o papel dos *media* na consolidação da democracia portuguesa, Mário Mesquita refere como se colavam comunicados emanados dos centros de decisão militares ou partidários e cita o Conselho de Imprensa, órgão independente do governo, criado por iniciativa do novo regime, que usou as expressões “monolitismo” e “tom propagandístico” para caracterizar o discurso jornalístico. O poder político caiu sem resistência e sem derramamento de sangue. Mas a luta pelo controlo dos meios de comunicação social esteve no centro de vários conflitos em empresas jornalísticas. Não matou ninguém, a não ser talvez de desgosto uns, e de raiva outros, mas saneou muitos, à direita e à esquerda, ao som do compasso ditado pelo desfecho dos principais acontecimentos que marcaram a cronologia do período pós 25 de abril.

Os casos ocorridos no jornal *República* e na Rádio Renascença são exemplares mas em todas as redacções existiram tentativas para instalar “novas censuras”, uma expressão cunhada pelo escritor Álvaro Guerra num texto publicado n’ *A Capital*, quando renunciou, em Dezembro de 1974, ao cargo de diretor de informação da RTP: “Demito-me em protesto contra a complacência (também provavelmente táctica) com que se assiste ao nascimento das novas censuras e das novas polícias que diariamente nos lapisazulam e nos espiam”.

Abrir “caminho para uma sociedade socialista”, expressão consignada no preâmbulo da Constituição aprovada em 2 de abril de 1976, foi um objetivo partilhado pelas elites políticas (com exceção do CDS e capitulação do PPD) e um vocabulário acarinhado pela população. Mas havia entendimentos diversos sobre o *timing* e os métodos de aplicação do socialismo. No meio jornalístico, abriram-se brechas entre os que continuavam esgrimindo as armas do espírito em circunspectos editoriais e os que recorriam ao argumento das barras de chumbo empunhadas na mão nos momentos de maior tensão.

Nos jornais, os tipógrafos eram a classe operária mais numerosa e mais bem organizada. Mesmo durante o regime anterior, os jornalistas que lidavam com os tipógrafos (os chefes de redação que sabiam paginar e os redatores paginadores), conheciam a sua força. A maioria das disputas, quase sempre em torno do pagamento de horas extraordinárias, acabavam com as direções e as administrações a “meterem a viola no saco”, resumiu Ruben de Carvalho, que durante anos frequentou a gigantesca tipografia de *O Século* na qualidade de redator coordenador.

Uma das numerosas ocasiões em que os tipógrafos do *Diário de Notícias* recorreram ao argumento das barras de chumbo foi quando alguém teve a veleidade de pretender publicar no jornal o cartaz da “maioria silenciosa” de apoio ao general Spínola, marcada para 28 de setembro. A expressão, “inventada” por Nixon, era inaceitável para quem se doutrinara, em parte, lendo os textos do Partido Comunista Chinês. Vinha da pátria do imperialismo “tigre de papel”, que Mao Tse Tung considerava globalmente desprezível mas taticamente devia ser levado a sério e destruído a pouco e pouco. Tal como, na cabeça de alguns, a denominada imprensa burguesa.

Enquanto os novíssimos 250 deputados constituintes tiveram a sageza de dispensar algum tempo a discutir as questões regimentais – desde o lugar onde se sentavam até ao número de microfones na sala, passando pela existência de um período de antes da ordem do dia para debater a atualidade política nacional que contribuiu decisivamente para aumentar o protagonismo da Assembleia da República – os jornalistas mergulharam sem qualquer enquadramento institucional nas águas turbulentas da cobertura revolucionária. O ambiente era de grande instabilidade provocada por sucessivas direcções e conselhos de administração após a nacionalização da banca em março de

1975 (só a RTP conheceu 8 conselhos de administração em 2 anos, um dos quais durou apenas 7 minutos em exercício de funções).

A história dos plenários, dos conselhos de redação e das comissões de trabalhadores deste período está por fazer, em parte porque nunca será fácil reconstituir com rigor um processo de tomada de decisões anárquico, episódico e confuso, onde não era evidente, nem sequer para quem viveu a experiência, saber com exactidão quem representava quem e que interesses partidários ou corporativos se escondiam por detrás de cada proposta ou iniciativa.

Manuel Maria Múrias ficou ironicamente conhecido como o primeiro jornalista condenado a pena de prisão efetiva pelo crime de abuso de liberdade de imprensa após o 25 de abril. O “intelectual orgânico” e homem forte da informação na RTP até 1968, como o designou Francisco Rui Cádima (1996), foi preso em novembro de 1975, por causa do semanário *Bandarra* (o COP-CON apreendeu o segundo e último número). Libertado em dezembro, fundou *A Rua*, voltando a ser detido. É-lhe atribuído um comentário fleumático, ao ver-se encerrado numa cela em Caxias com mais 12 pessoas: “É a reação em cadeia”.

A revolução reforçou a tendência de modernização do jornalismo português que vinha acontecendo desde a década de 60 do século XX. Apesar do encerramento de alguns projetos (o resistente *República* e os centenários *O Século* e *Jornal do Comércio* não sobreviveram) e da pouca longevidade de alguns dos novos títulos (à direita, os semanários *Tempo*, dirigido por Nuno Rocha e *Tempo Novo*, de José Hipólito Raposo; à esquerda, próximo do PCP, *O Diário*, dirigido por Miguel Urbano Rodrigues, *A Luta*, de inspiração socialista, tentou recuperar o espírito *República* sob a direção de Raul Rego, o *Jornal Novo*, de Artur Portela, ligado à ala moderada do MFA), a politização da sociedade fez aumentar espectacularmente as tiragens e o consumo de notícias.

A primeira edição legal do *Avante!* saiu da tipografia de *O Século* no dia 17 de maio de 1974, com 4 páginas e uma tiragem irrepetível de 500 mil exemplares. *O Avante!* foi composto, paginado e impresso por cerca de 30 dezenas de tipógrafos que, empenhados numa greve parcial, abriram uma exceção para fazer o jornal que os comunistas editavam na clandestinidade desde fevereiro de 1931.

Em 1974, o meio jornalístico já não era a “confraria” dos anos 60, reduzida a 200 confrades que circulavam em 300 metros de ruas estreitas no Bairro Alto (excepção para o *Diário de Notícias*, situado na Avenida da Liberdade, A Capital e o *Diário de Lisboa*, localizados junto ao parque Eduardo VII) mas ainda era uma pequena aldeia de 600 almas onde quase todos se conheciam. Mesmo num período fortemente investido pela política, velhas amizades e noções de respeito profissional sobrepuseram-se muitas vezes aos critérios políticos na escolha das pessoas para ocuparem cargos estratégicos durante a transição. Esses factores contribuíram para que não se fechasse completamente o cerco das “novas censuras”.

Em junho de 1974, José Manuel Marques, chefe de redacção da RTP, simpatizante comunista, convidou Ribeiro Soares para regressar à estação pública de televisão, de onde saíra em 1971 para integrar uma revista conservadora (só para ilustrar a radicalidade ideológica, os redactores não diziam “de direita” porque isso implicava reconhecer a legitimidade de um regime parlamentar). O *Observador*, pertencente ao grupo editorial Verbo, dirigida por Artur Anselmo e com uma redacção bastante qualificada, terminara em fevereiro de 1974 por influência direta de Marcelo Caetano, alvo principal das críticas desta segunda geração de nacionalistas integralistas que achavam que o regime era fraco e ameaçava a indivisibilidade indiscutível do Portugal de Minho a Timor.

Ribeiro Soares estava por isso desempregado mas recebeu o convite com estranheza: “Agora?!”. Segundo o próprio, José Manuel Marques respondeu que “estava farto de plenários às 5 da tarde e precisava de gente que garantisse que o telejornal estava feito às 8 da noite”. Passou por isso esses primeiros meses da revolução a selecionar, às vezes para o caixote do lixo, outras vezes para fogueiras privadas acendidas com o isqueiro na casa de banho, todos os comunicados “com foices e martelos” que chegavam à redacção da RTP.

O Conselho de Imprensa, nascido com a Lei de Imprensa de 1975, pretendeu ser um “tribunal moral” encarregado de apreciar a conduta deontológica dos jornalistas e ajudando a balizar os seus limites. O facto de ter nascido por iniciativa política, a sua extensa composição (incluía representantes dos jornalistas, das associações de imprensa, directores de jornais, trabalhado-

res do setor não jornalistas, elementos designados pelo MFA, cidadãos de mérito eleitos pela AR e elementos cooptados em representação da opinião pública), inúmeras atribuições e escassos recursos, tornaram-no pouco eficaz na gestão dos conflitos quotidianos. A luta fez-se por isso corpo a corpo, texto a texto, às vezes linha a linha e título a título. A desagregação da antiga união de classe, que permitia proezas como as assembleias gerais do Sindicato dos Jornalistas durante o marcelismo terminarem com a aprovação, por unanimidade, de uma moção contra a censura, foi criando facções e deixando em muitos jornalistas um sentimento de descontentamento e incomodidade.

Foi nesse sorumbático estado de espírito que José Silva Pinto, num dia de novembro de 1974, começou a rabiscar uns nomes num “linguado”, sentado no gabinete no *Diário de Notícias*. Tinha saído de *O Século* para fugir ao mau ambiente entre pessoas mas, 8 meses volvidos, a história repetia-se no *Diário de Notícias*. Estendeu o papel ao companheiro de secretária e sub-chefia de redacção, Manuel Beça Múrias: “E se fizéssemos um jornal com estes gajos?”.

O grupo inicial incluía 15 jornalistas, todos homens, recrutados a partir de três berços: a revista *Flama*, o *Diário de Lisboa* e *A Capital*. Joaquim Letria, que chegara a Portugal vindo da secção portuguesa da BBC, em Londres, foi escolhido para diretor. José Carlos Vasconcelos chegou a tempo de escrever a manchete do primeiro número, saído a 2 de Maio de 1975: “Conselho da Redacção decidiu: Intersindical já é confederação”. É impossível compreender a excitação provocada por tal notícia sem recorrer ao contexto: a proibição das confederações sindicais fora uma das primeiras medidas repressivas da ditadura militar, logo em 1927. A medida era, de facto, histórica.

José Carlos Vasconcelos juntou-se ao “dream team” depois de se ter demitido do cargo de diretor-adjunto do *Diário de Notícias*, em solidariedade com o diretor, José Ribeiro dos Santos, saneado em março de 1975, por causa de um editorial pacifista. O texto, escrito no estilo “cinzento”, impopular na época, que caracterizava a escrita do antigo chefe de redacção do *Diário de Lisboa* e depois divulgador de ciência na Fundação Gulbenkian, condenava a posição de um até hoje conhecido-mas-não-identificado membro do MFA que terá defendido “o fuzilamento” dos militares implicados no 11 de Março, durante a chamada “assembleia selvagem”, realizada na sequência da tentativa de golpe spínolista de 11 de março de 1975.

Mesmo a curta direção de José Ribeiro dos Santos/José Carlos Vasconcelos provocou alguns desgostos na velha redação do *Diário de Notícias*. A poetisa Natércia Freire, que fazia a página literária há décadas, “saiu em lágrimas”, afastada quando a direção impôs mudanças na cobertura cultural. Alguns jornalistas mais destacados durante o regime anterior resistiram, como Haendel de Oliveira, mas “sofreram imenso”. A transição acordou ódios, alterou as rotinas. Pessoas estimáveis e estimadas (um deles o antigo chefe de redação, João Coito) tiveram de se ir embora, porque as ligações ao passado eram insustentáveis no novo quadro de poder. Depois, o “impensável”, para uma certa geração de portugueses, aconteceu: as notícias sobre o início de um fulgurante processo de descolonização.

Ribeiro dos Santos “perdeu a confiança dos trabalhadores” num plenário (na verdade, dos tipógrafos), por causa do editorial já referido. Foi exatamente o mesmo motivo que provocou o afastamento do seu antecessor. Fernando Fragoso escolheu o dia e o tema errados para publicar um dos seus, aliás, raríssimos editoriais: no dia 24 de abril de 1974, assinava um texto onde criticava o livro “Portugal e o Futuro”, chamando-lhe mordazmente “Balas de Papel”. Foi uma alusão infeliz ao filme “Paper Bullets”, de 1941, típica de um cinéfilo (Fernando Fragoso era secretário geral do cinema São Luiz), imprevisto para desempenhar o cargo de diretor do *Diário de Notícias*, sobre o qual se dizia, meio a brincar, meio a sério, corresponder “à terceira figura do Estado”.

O *Jornal* foi o projeto mais jornalístico mais interessante surgido no rescaldo da revolução. “Primeiro era independente, depois era de esquerda”, afirma José Silva Pinto. O anúncio realizado para promover o lançamento do novo semanário, difundido pela RTP, é uma metáfora pueril da ideia de liberdade de informação: um grupo de jornalistas transporta secretárias para o relvado de um parque e abre as gavetas de onde voam passarinhos, enquanto ouvimos o slogan: “Não guardamos notícias na gaveta”.

O leque de colaboradores reflete o pluralismo fundador (há uma fotografia de Adelino Amaro da Costa a escrever na redação, Marcelo Rebelo de Sousa colaborou no terceiro número com um artigo intitulado “O que se espera da Assembleia Constituinte, Octávio Pato no quarto). João Abel Manta assina uma magnífica colaboração gráfica, as manchetes vão-se tornando cada vez

mais críticas e interventivas, alimentando o “dever de desrespeito” com o poder que tornava *O Jornal* tão refrescante.

Tal como sucedeu com a política e a sociedade, também o jornalismo se foi pacificando após o 25 de novembro de 1975. A “marca genética” inoculada pelo 25 de abril (a expressão é do historiador Fernando Rosas em relação à democracia) perdura até aos nossos dias. Segundo Mário Mesquita, ao fim das “ideologias” (1974-75), sucedeu a influência decisiva das “instituições” (1976-87) e dos “mercados”, desbravado pela desregulamentação (1987-95). Olha-se hoje para a paisagem jornalística portuguesa e vemos igualmente muitas marcas de guerra. Depois dos mercados, vieram as “crises” (95-#).

Conclusão

Neste artigo procuramos traçar um retrato vivo do ambiente político e social instalado nas redacções dos principais meios de comunicação social da região de Lisboa após o 25 de abril durante o chamado período revolucionário em curso (PREC). Apesar de existirem ainda muitos processos específicos que importava conhecer em maior detalhe, as dinâmicas principais estão identificadas e sublinham a intensa politização e disputa pelo controle dos meios de comunicação social. No entanto, essa luta foi sempre acompanhada por uma reflexão meta jornalística que procurou salvaguardar os princípios do pluralismo e da independência, que os vários abusos e injustiças cometidas nunca comprometeram inteiramente, já que se mantiveram sempre várias forças instalados no terreno dos media. Menos refletidos são os aspetos que procurámos destacar neste texto, nomeadamente os efeitos positivos gerados a longo prazo na democracia portuguesa por esse processo intensamente conflitual, que permitiu a instalação de novas lideranças e repertórios culturais e profissionais. Por analisar ficam os aspectos mais concretos dessas transformações, traduzidas na rádio e na televisão, pelo tratamento de temáticas e actores sociais de formas inovadoras, e nos jornais pela descoberta de um jornalismo mais crítico e explicativo.

Referências bibliográficas

- ANDRESEN, Sophia de Melo Breyner (1977). *O Nome das Coisas*. Lisboa: Moraes Editores.
- BAPTISTA, Carla, CORREIA, Fernando (2007). *Jornalistas, do Ofício à Profissão*. Lisboa: Caminho.
- CÁDIMA, Francisco Rui (1996). *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- CARDOSO, Ribeiro (2017). *O 25 de Novembro e os Media Estatizados. Uma história por contar*. Editorial Lisboa: Caminho.
- CORREIA, Fernando (1999). “Olha o Avante! Compre o jornal dos comunistas portugueses!”. In: *O Militante*, nº 240, Maio/Junho.
- FERNANDES, Tiago (Coord.) (2017). *Variedades da Democracia na Europa do Sul. Uma Comparação entre Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal*. ICS: Lisboa.
- FISHMAN, M., Robert (2011). “Democratic Practice after the Revolution: the Case of Portugal and Beyond”. In: *Politics and Society*, X (XX) 1-35. London: Sage Publications.
- GOMES, Pedro Matos (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias. Verão quente de 1975*. Lisboa: Aletheia.
- GUERRA, Álvaro (1998). *Café 25 Abril*. Lisboa: Dom Quixote.
- LOFF, Manuel, MEIRELES Pereira, M. (Coord) (2006). *Portugal, 30 anos de democracia (1974-2006)*. Porto: Universidade do Porto.
- MESQUITA, Mário (1988). “Militantes, porta-vozes e jornalistas”. In: *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 8. Lisboa: CECL, FCSH, 85-113,
- PINTO, José Silva (2015). *Memória de uma aventura irrepitível vivida há 40 anos: O Jornal* <http://www.clubedejornalistas.pt/?p=11244>
- REIS, António (Coord.) (1994). *Portugal – 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- REZOLA, Maria Inácia; MARQUES GOMES, Pedro (2014). *A Revolução nos Media*. Lisboa: Tinta da China.
- SOUSA, Pedro Diniz, PEREIRA, Santana José (2017). *Media e Política na Europa do Sul: um mesmo pluralismo polarizado?* In: Fernandes, Tiago (coord.). *Variedades da Democracia na Europa do Sul*. Lisboa: ICS, 195-221.

DIÁLOGOS TESTEMUNHAIS

ISABEL FERIN CUNHA – A CIDADÃ DO MUNDO

Desdemocratização da Europa e o papel dos *media*

Na Revista Intercom, foi publicado artigo de Isabel Ferin Cunha intitulado “Democracia, Media e Corrupção Política”, no qual analisa a transformação da Democracia Européia, a partir de 2008, quando o princípio de uma Democracia Civil e Social começa a ser substituído pelo de Democracia de Mercado. Segundo a autora, o Capitalismo Ultraliberal que passou a dominar no continente passou a exigir dos governos uma atitude empresarial que privilegie o *superavit* nas contas públicas ao invés da justiça social e do amparo às populações sob sua jurisdição. Em razão disso, medidas impopulares de contenção de gastos e de diminuição das despesas públicas passaram a ser exigidas de governos cujas contas parecem não fechar, especialmente nos países considerados periféricos como Turquia, Portugal, Espanha e Itália. Países estes recém saídos de regimes ditatoriais e pouco preparados para assumir o Capitalismo concorrencial que passou a imperar no mundo globalizado.

Nesse cenário, completa a autora, os *media*, fazendo eco às tendências globais, têm atuado no sentido de valorizar as estratégias de combate ao chamado “desperdício”, “ineficiência” e “despreparo” dos que ocupam cargos públicos, aplaudindo, em contraposição, medidas que reduzem garantias, direitos e ganhos dos trabalhadores. O combate à corrupção aparece nessa pauta como uma ação visando combater o mal uso do dinheiro público e a incompetência dos administradores públicos. Notícias cobrindo processos de corrupção parecem ser o serviço que os *media* prestam ao capitalismo liberal por defender a transparência de contratos e a fuga de dinheiro público para negócios ilícitos. Diante do sensacionalismo dessas notícias, divulgadas

por uma imprensa cada vez mais precarizada pela concorrência dos grandes grupos internacionais, as medidas impopulares parecem corresponder a uma certa e adequada transparência na gestão pública.

Diz Ferin, a certa altura do texto: *Na decorrência deste percurso, a lealdade inerente ao exercício da representação em democracia é substituída pela confiança nas leis de mercado e pela lealdade aos contratos firmados entre os estados e os grupos económicos e financeiros.*

Também sobre a Globalização e as transformações que ocorrem na comunicação por conta da concentração de poder e capital na mão de poucas empresas, do capitalismo concorrencial e da hegemonia dos interesses de mercado, Ferin explica no artigo *Media e padrões da corrupção política: os casos Freeport e Face Oculta*, publicado na revista *Media e Jornalismo*, do Centro de Investigação Media e Jornalismo – CIMJ (Portugal, Lisboa), do qual é pesquisadora e onde coordena Projeto de pesquisa sobre o tema:

Paulatinamente, a atividade jornalística foi-se subordinando às audiências, aos anunciantes e aos grandes interesses do capital, promovendo discursos “conformistas” e adquirindo características de infoentretenimento.

Mais adiante afirma que, se a ênfase dada às denúncias de corrupção podem ser vistas como um *serviço prestado à democracia*, a saliência dada aos escândalos produz *uma crescente desconfiança face à democracia e à capacidade dos políticos representarem o interesse coletivo dos cidadãos.*

Os media, a Globalização e o regionalismo

Os media e o regionalismo é o título do capítulo 9 do livro “Contextos e Dinâmicas”, publicado pelo Observatório da Imigração, em Portugal, de autoria de Isabel Ferin. Nesse trabalho, a autora disserta mais uma vez sobre a globalização. Baseando-se em autores importantes e conhecidos dos pesquisadores em Ciências da Comunicação, como Bauman, Giddens e Castells, entre outros, analisa o papel dos media no fenómeno da globalização. Con-

forme os autores referenciados, eles seriam os responsáveis por um processo hegemônico e homogeneizador da cultura criada e difundida pela globalização. Por outro lado, a desregulamentação dos meios de comunicação e sua sujeição às leis de mercado, teriam levado a uma mercantilização das programações, dos objetivos e das características dos processos comunicacionais. Em função disso, ocorre no mundo a concentração dos meios de comunicação em um pequeno número de empresas informativas, o que provocaria o enfraquecimento das empresas de menor porte, especialmente as regionais. Assim, a globalização, da mesma forma como enfraquece o Estado-Nação, enfraqueceria a comunicação local e regional.

Ferin debate essas ideias e orienta seus estudos para outra direção. Considera que a Globalização não afeta a produção simbólica da mesma forma como influencia a produção, circulação e consumo de bens materiais. Diz ela:

... as séries americanas e os filmes de Hollywood, tendo uma circulação global, não penetram, nem através de satélite, por razões políticas, econômicas e culturais, em determinados países ou regiões, enquanto os carros e os produtos farmacêuticos ou similares têm entrada franca ou mais facilitada.

Por outro lado, justifica a autora, um série de nações de posição mais periférica em relação ao capitalismo globalizado, como o Brasil e a Índia, têm disponibilizado produtos que são consumidos por amplas regiões e diferentes países. Essas considerações, aliadas à resistência dos Estados Nacionais em abrir mão de seu poder político, econômico e cultural no interior de seus territórios, mostram que a comunicação local e regional é estimulada a crescer face ao processo homogeneizador da globalização.

Essa resistência da comunicação local e regional é amparada, segundo Ferin, pelo idioma, história e cultura comuns, reforçando o sentimento de *pertença que articula a ideia de identidade*. Essa identidade afirma as características de um grupo, ou de um público, ao mesmo tempo que o defende do que é diferente e que, de alguma forma, ameaça a sua memória e coesão. Nesse sentido, os media se mostrariam como um espaço simbólico cultural imagético de resgate da memória cultural do grupo. E, na medida em que cumprem esse papel, eles se tornam econômica e financeiramente viáveis.

Por outro lado, Ferin ressalta que essa função dos medias locais e regionais vem crescendo à medida que aumenta a globalização estimulando as migrações e os deslocamentos de grande populações e a formação de comunidades culturais e linguísticas que já não correspondem aos limites de um território, mas ao alcance da sua identidade cultural. São as *comunidades dispersas* como o é a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, a CPLP, que congrega uma população que vive em três continentes. Portanto, conforme a autora, haveria entre a globalização dos meios de comunicação e a resistência dos regionalismos mediáticos, uma inter-relação importante em que os processos globalizantes alavancariam as resistências regionais, a criação e fortalecimento de novos grupos de produção mediática. A Lusofonia, pensada como uma comunidade linguística, cultural e política reunindo uma população esparsa, que já não se limita à territorialidade e à vizinhança, é um dos resultados da globalização e se fortalece com ela, ao invés de se enfraquecer.

Ferin defende o papel dos meios de comunicação no fortalecimento dos pequenos, no apoio à singularidade cultural dos grupos, esse repertório de ações e tradições compartilhado por grupos próximos vizinhos e não vizinhos de uma mesma região.

Televisão e imagens da Diferença

Memórias da Telenovela – programas e recepção é o título de um livro publicado por Isabel Ferin em 2011. Sobre o mesmo tema publicou ainda *A televisão das mulheres: ensaios sobre a recepção*, em 2006. Essas obras e inúmeros outros ensaios, capítulos e artigos, publicados no Brasil e em Portugal, abordam também esse tema de grande interesse da investigadora – a produção ficcional televisiva seriada e, desta, especialmente, a telenovela. Estudiosa de como os meios de comunicação possibilitam entender as inter-relações entre cultura, comunicação e cotidiano, a telenovela se tornou para Isabel Ferin um objeto estratégico para aplicação de conceitos elaborados pelos cientistas da comunicação, em especial os desenvolvidos pelos Estudos Culturais.

Tendo acompanhado o sucesso da telenovela brasileira nos anos em que viveu no Brasil e, no retorno a Portugal, em 1992, deparando-se com os altos

índices de audiência alcançados em seu país natal, Ferin passou a ser uma atenta e constante pesquisadora. Pertence, desde 2005, ao OBITEL – Observatório Ibero-americano de Ficção Televisiva, que reúne pesquisadores universitários de ficção televisiva de países da Europa e América Latina, coordenado, no Brasil, pelo Centro de Estudos de Telenovela (CETVN), da Escola de Comunicações e Artes da USP. Com essa participação, dedica-se a entender as apropriações dos conteúdos das telenovelas pelo público dos países para onde é exportada, bem como a influência no cotidiano e no estilo de vida que resulta desse processo.

Analizou como a telenovela brasileira foi aceita em Portugal, como o público se identificou com fenômenos como Gabriela, o papel da memória e da história nessa assimilação. Identificou no público feminino, a plateia por excelência da telenovela, bem como a absorção de hábitos, costumes e expressões linguísticas por meio da televisão por parte delas. Mas, percebeu também a formação de estereótipos culturais relativos a minorias étnicas, como as mulheres ciganas ou mesmo as brasileiras. Em razão destas constatações, dedicou-se a estudar a recepção das telenovelas por essas espectadoras, procurando investigar como elas se percebiam retratadas na teleficção. Ferin conclui:

Convém acrescentar que as mulheres ciganas fazem as leituras das peças em função do reconhecimento que têm do seu grupo e do olhar que pensam que a sociedade maioritária tem sobre ele. Por outro lado, o conjunto de observações indica a aceitação de uma ordem social baseada em diferenças entre a maioria e uma minoria, assumindo implicitamente o estatuto inferior que lhe é atribuído pela sociedade dominante, embora mantendo estratégias de resistência e sobrevivência.

O que há de comum nesses estudos?

Para responder a pergunta acima recorro ao que me disse Isabel Ferin quando lhe solicitei que aceitasse a supervisão de meu projeto de Pós-Doutoramento, na Universidade de Coimbra, tendo por objetivo comparar a censura existente no Brasil, no século XX, com aquela havida em Portugal, na mesma época. Disse-me ela que pesquisas que favorecessem a democracia e o

desenvolvimento humano, seriam bem recebidas por ela. Pois bem, o trabalho científico de Ferin expressa exatamente essa necessidade de lutar por uma sociedade mais igualitária e democrática, em que os meios de comunicação possam servir para o fortalecimento da tolerância, do pluralismo e da justiça social.

Com uma abordagem multidisciplinar que envolve os conhecimentos de história (sua primeira graduação), as ciências da comunicação (a partir das quais fez seu mestrado e doutorado), política e antropologia; desenvolvendo uma metodologia que alia a profundidade teórica à paciência e meticulosidade da pesquisa empírica, ela reafirma em seus textos o anseio por uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido busca no papel relevante que desempenham os meios de comunicação, os media, uma forma de atuação que favoreça o caminho que nos leva a isso.

Intelectual, cidadã e companheira

Parte das ideias desenvolvidas neste artigo fizeram parte de um trabalho que me foi solicitado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM – quando o Prof. Dr. Marques de Melo resolveu fazer um levantamento dos intelectuais estrangeiros que haviam desenvolvido importantes pesquisas sobre as comunicações no Brasil. Esses “brasilianistas” como ele os chamou deviam ser destacados pela forma como elucidaram a realidade brasileira e contribuíram para o desenvolvimento das ciências da comunicação no Brasil. A mim foi confiado escrever sobre Isabel Ferin da Cunha, da mesma forma como agora, Ana Cabrera me solicita a presente contribuição para esta obra. Assim, reescrevo o que apresentei no Congresso da Intercom e acrescento uma última parte mais pessoal e afetiva.

Em diversas oportunidades pude trabalhar com Isabel Ferin – no desenvolvimento de meus dois pós-doutorados em Portugal, um supervisionado por ela, na Universidade de Coimbra, e outro, junto ao Centro de Investigação, Media e Jornalismo, o CIMJ, sediado na Universidade Nova de Lisboa, supervisionado por Ana Cabrera. Pude, conviver com essa professora determinada e comprometida, sempre aberta ao debate e às discussões científicas.

Dividi com ela a Coordenação do Convênio estabelecido entre a Universidade de Coimbra e a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo que tem promovido o intercâmbio de alunos e professores de forma produtiva e significativa. Pude conviver com essa coordenadora responsável e atenta às relações acadêmicas internacionais.

Junto ao Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Universidade de São Paulo – o OBCOM-USP, do qual sou coordenadora, tivemos Isabel Ferin como conferencista em diversos eventos e todos nós pudemos constatar a integridade de suas opiniões, a seriedade de suas análises e a importante contribuição para o estudo dos media e da liberdade de expressão.

Finalmente, tive sempre em Isabel Ferin uma amiga, acolhedora e sincera que, em muitos momentos do meu trabalho, foi minha fonte de inspiração e modelo. Por tudo isso, estou muito lisonjeada de fazer parte desta publicação e deixar aqui meu testemunho.

Referências bibliográficas

- CUNHA, Isabel Ferin (2015). “Democracia, media e corrupção política”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, V. 38, n.º 1. São Paulo: INTERCOM, São Paulo, 37-63.
- CUNHA, Isabel Ferin. “Media e padrões da corrupção política: os casos Freeport e Face Oculta”. In *Revista Media e Jornalismo*, Vol. 14, N.º 26. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 45-64.
- CUNHA, Isabel Ferin (2011). *Memórias da Telenovela. Programas e recepção*. Lisboa: Horizonte.
- CUNHA, Isabel, Ferin (2008). “Os media e o regionalismo”. In: LAGES, Mário Ferreira e MATOS, Artur Teodoro (Coords). *Portugal intercultural: Razão e projecto*. Volume 2. Lisboa: Observatório da Imigração, 370-412.
- FERIN, Isabel (2006). *A televisão das mulheres: ensaios sobre a recepção*. Lisboa: Bond.
- FERIN, Isabel. (2009). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera.

**DIÁLOGOS AO SUL: ENCONTROS
COM TEXTOS DE ISABEL FERIN**

1

Em boa hora é organizado este livro cujo objetivo consiste em refletir acerca das contribuições ensejadas pela profa. Dra. Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha ao longo da sua frutuosa trajetória acadêmica e de envolvimento pessoal com causas no terreno dos direitos humanos, na busca por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Faço na abertura deste texto saudação que possui, também, viés afetivo, haja vista o convívio de alguns anos com a nossa homenageada, quando fomos colegas de docência junto à Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo, instituição na qual permaneceu entre 1986 e 1991. A despeito do seu retorno a Portugal, continuamos em contato seja através das atividades envolvendo congressos, seminários, cursos, trocas de textos, seja nos encontros pessoais no eixo Lisboa-São Paulo, sempre marcados pela gentileza e pelo estímulo intelectual.

Na profusa obra por ela produzida, incluindo os temas das migrações, ficção seriada televisiva, comunicação, comunicação e política, análise dos media, e os consequentes desdobramentos e inter-relações, certamente a serem objetos dos vários escritos formadores do presente livro, fixar-me-ei em tópico a ser enunciado e esclarecido à frente.

Cabe, entretanto, aduzir, sobre os livros e artigos elaborados por Isabel Ferin aos quais tive acesso, observações de caráter geral concernente a elementos metodológicos e expositivos. A saber, de um lado o rigor no tratamento dos assuntos, em boa medida com pesquisas originais orientadas por entrevistas, questionários, observação direta do problema. E isto não é pouca coisa, em área como a nossa entregue, muitas vezes, ao exercício metalin-

guístico e metacrítico, nem sempre diligente na busca do elemento empírico. O trabalho de Isabel Ferin, acertado em movimentos dialéticos, não se esquia de tensionar o dado recolhido pela pesquisa original com os procedimentos analíticos e interpretativos, exercício necessário, ademais, para que determinado âmbito do conhecimento receba aragens renovadoras e vivificadoras. Por esta via, junto com o estado da arte e do largo domínio dos contextos históricos, socioeconômicos, culturais, assomam aos assuntos abordados aqueles elementos fáticos sustentadores dos argumentos desdobrados. Tal estratégia consigna densidade e riqueza aos materiais postos em circulação, trazendo consigo inúmeras contribuições às linhas de trabalho com as quais Isabel Ferin mantém vínculos, em chave trans e multidisciplinar, apoiadas em metodologias “do sul”, sempre atentas aos nexos entre macro-contextualizações e imanência do fenômeno. Desta sorte, seguimos associações pertinentes, que submetem problemas como os da globalização, dos hibridismos, da multipolaridade, ao detalhamento fino do bom espírito exegético de textos jornalísticos e televisivos; tais investimentos interpretativos são adensados graças às contribuições advindas das teorias críticas e discursivas. É neste ambiente reflexivo e de convicções que encontro sintonias no terreno da pesquisa universitária e das inserções cidadãs nas quais transita a nossa homenageada.

De outro lado, o processo expositivo dos materiais calcados em estratégia discursiva comprometida com a clareza e a elegância do estilo. O leitor não fica à deriva como nos cipoais que enredam, em boa monta, os textos científicos, premidos pelo linguajar técnico e a tortuosa retórica pouco dada em seguir os pressupostos, as assertivas de valor geral que requisitam exercícios dedutivos ou inferenciais, e sem os quais os riscos da incoerência, da dispersão, ficam à espreita.

Em síntese, dos textos que li de Isabel Ferin, depreendi estes dois elementos, digamos, estruturais: pertinência e relevância com relação aos assuntos a serem tratados e acerto retórico. No primeiro caso, a eleição de um roteiro de pesquisa e escolha de temas significativos para os estudos da comunicação, em suas variegadas implicações e desdobramentos, a exemplo da teleficção, das estratégias de representação mediática, do acompanhamento de questões emergentes nas quais se inserem a comunicação política, as estratégias utilizadas pela televisão, pelo jornal, com vistas a tratar de assuntos marcados por

forte impacto público à maneira das eleições, corrupção, migrações, etc. No segundo caso, o acionamento de uma fisionomia expositiva que calcada na boa tradição argumentativa intenta demonstrar como certos ideários são constituídos e desdobrados facultando ao interessado chegar a bom termo na leitura, entendendo (ainda que se possa acionar o nível tensivo e polêmico com relação ao problema em tela) os propósitos, perspectivas e direções das teses colocadas em movimento. Verifica-se, assim, que a *lexis*, a *elocutio* (*ornare verbis* = ornar com palavras), não se elabora desconhecendo a *béuresis*, a *inventio* (*invenire quid dicas* = encontrar o que dizer), tampouco a *táxis*, a *dispositio* (*inventa disponere* = dispor o que for encontrado).

2

Doravante procurarei ater-me a dois textos escritos por Isabel Ferin, a despeito de outros serem convocados ao longo da exposição: *Da “desdemocratização” da Europa: democracia, media e corrupção política* (2015) e *Investigação cooperativa e comparativa: o projeto Corrupção Política nos Media* (2014). Explicando os motivos do recorte e o modo de se estabelecer o diálogo.

Os textos acima se movimentam em duas direções³⁸, também elas do meu interesse: os desafios postos à democracia, em seus inúmeros deslocamentos, assim como os expedientes operacionais e as estratégias compositivas dos meios de comunicação. Ambos amplamente tratados nos textos de Isabel Ferin, e acentuados na referida publicação de 2015, saída na revista da INTERCOM, e no livro vindo a lume em 2014, produto da pesquisa que ela coordenou na qualidade de investigadora principal, abrangendo Portugal, Brasil e Moçambique. Aqui, o problema da corrupção política e do tratamento a ele dispensado pela cobertura jornalística conhece expressiva coleta de dados e cerrada análise³⁹. As leituras destes materiais permitiram que melhorasse a

³⁸ Adianto que procurarei lê-los tendo por contraponto o Brasil.

³⁹ A investigação sob o título geral de *Cobertura jornalística da corrupção política: uma perspectiva comparada Portugal, Brasil, Moçambique*, foi transformada em coletânea organizada por Isabel Cunha e Estrela Serrano (2014).

minha própria compreensão sobre várias das faces implicadas nos referidos assuntos. Daí foi possível promover interlocuções, sempre acompanhadas da eventual cifra polêmica necessária ao andamento do bom debate intelectual.

O tema da democracia, ou do seu complexo par opositivo, a “desdemocratização” (neologismo utilizado por Isabel Ferin quase sempre entre aspas, a serem dispensadas, quando o termo estiver sob a minha responsabilidade), vem sendo acompanhado de alguns elementos passíveis de recuperação no contexto brasileiro (mas não muito longe do português), no tangente a uma pauta ampla: enfraquecimento da política, dos partidos e dos políticos profissionais, xenofobia, imigração, refugiados, intolerância, direitos (ou abdução deles) das minorias, desqualificação dos serviços públicos, privatizações, fragilização das perspectivas inclusivas e de melhor redistribuição da renda nacional, novas modalidades organizativas do capital, etc. Em uma palavra: se vem reiterando a necessidade do chamado Estado mínimo – seja lá o que isto possa significar, a despeito de sabermos dos seus resultados dramáticos –, expressão formular a constituir um mote publicístico ou mantra salvacionista cujo futuro glorioso aponta para o ressurgimento do paraíso na terra. E neste novo Éden imperará um senhor lépido e de contagiante (pós)modernidade a atender pelo nome de mercado (sem sobrenome, origem, credo, ideologia, e dotado de longas mãos invisíveis⁴⁰).

No momento em que escrevo este texto, há um novo plano de privatizações no Brasil, alcançando usinas hidrelétricas (os chineses já levaram uma delas), blocos de petróleo localizados, por exemplo, em áreas do pré-sal (comprados por americanos, ingleses, franceses, portugueses, noruegueses, malaaios, e até por acionistas filhos desta nossa pátria mãe gentil, via Petrobrás), autódromos e, inclusive, uma passarela do samba (como posto em marcha pela Prefeitura de São Paulo), apenas para indicar alguns casos em diferentes setores da economia. O que levou o presidente da Federação Única dos Petroleiros, José Maria Ferreira Rangel a declarar: “É uma verdadeira tropa de ocupação estran-

⁴⁰ Em sua formulação original a passagem de Adam Smith tem força alegórica para indicar o sistema de formação de preços na economia de mercado.

geira que tomou o Palácio do Planalto para entregar o que é nosso. Hoje, 27 de setembro de 2017, o povo brasileiro está sendo vilipendiado”⁴¹.

Leis vêm sendo aprovadas no Congresso Nacional, a partir de projetos encaminhados pela Presidência da República, que “flexibilizam” as relações de trabalho, expressão de péssimo gosto para dizer da retirada de direitos e precarização dos vínculos laborais. E isto significa um rompimento com o corpo normativo estabilizado no Brasil pela Consolidação das Leis do Trabalho, editada em 1943, cuja manutenção atravessou, inclusive, o período da ditadura militar (1964-1985), conhecendo avanços com Constituição Federal de 1988⁴². A palavra de ordem dos setores patronais, do grande capital, dos arautos da “desregulamentação” trabalhista, é promover um pretenso realinhamento com as novas realidades internacionais desejosas de ver os empregados assalariados transformarem-se em “empresários de si mesmos”, para lembrar a conhecida reflexão de Dardot e Laval (2016). Algo como, cada um deve cuidar de si, ativando uma real ou pretensa capacidade “empreendedora”, superando, portanto, o “velho mundo” do emprego formal, de regular assalariamento, com os seus respectivos deveres e direitos. Os “profetas da boa aventura”, avocando a velha metáfora de Max Weber, asseguram que sem as travas legais preservadoras de alguma estabilidade ao trabalhador dependente dos proventos regulares, e forjando a mentalidade do empresário de si mesmo, os efeitos da bonança serão logo sentidos⁴³. Para usar uma *boutade* em circulação tanto no Brasil como em Portugal, é preciso verificar se o cardápio de facilidades,

⁴¹ <http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2017/09/temer-entrega-blocos-de-petroleo-e-usinas-da-cemig-e-prepara-leilao-do-pre-sal>. A data refere-se a um dos leilões de blocos do pré-sal. Acesso. 30/09/2017

⁴² A chamada Constituição Cidadã foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988. Com ela ficou sepultada, do ponto de vista legal, o entulho autoritário que marcou o período da ditadura, dando início a um ordenamento jurídico de base democrática. Este diploma vem sendo modificado em algumas de suas formulações, entre outras aquelas que garantiam vários direitos sociais.

⁴³ “Nos últimos anos, temos vivido, assim, numa situação pré-acontecimental constante em que uma barreira invisível parece impedir continuamente a gênese de um acontecimento propriamente dito, o surgimento de algo novo. Uma das razões para essa barreira invisível é o último triunfo ideológico do capitalismo: cada trabalhador se torna o seu próprio capitalista, o “empresário de si mesmo” que decide quanto investir em sua educação futura, em sua saúde e assim por diante, contraindo dívidas para pagar esse investimento”. (ZIZEK, 2014, p. 167).

bondades e bem aventurança escrito nos manuais de auto-ajuda oferecidos pelos neoliberais foi combinado previamente com Russos.

A tendência que em outras partes do mundo, especialmente nos países europeus, vinha ganhando expansão desde as reformas feitas na Inglaterra por Margareth Thatcher, até a onda dos anos seguintes a 2007, atinge de maneira muito decisiva o Brasil; para tanto, o golpe parlamentar de 2016 jogou papel decisivo. O processo que culminou no impeachment da Presidenta Dilma Vana Roussef alcançou três dos seus principais objetivos: a fragilização das esquerdas e as suas políticas – de um ou outro modo, com maior ou menor efetividade, mais inclusivas e de diálogo com os movimentos populares –; a recondução ao poder de grupos de centro direita, com algumas de suas tendências derrotadas eleitoralmente há mais de uma década; a implantação de reformas de cunho neoliberal, voltada a “deixar que o mercado a tudo regule”, introduzindo tópicos conservadores em diversos âmbitos da vida nacional, investindo contra uma tênue rede de proteção social que vinha sendo construída junto aos setores economicamente menos favorecidos. E isto em meio a um paradoxal aumento no número de pobres⁴⁴ e desempregados⁴⁵, enquanto cresce a base na qual se alocam os milionários⁴⁶.

⁴⁴ Vem do insuspeito Banco Mundial o dado que prevê, em cenário mais otimista, terminar o Brasil o ano de 2017 com o aumento de 8,7% para 9,8% a proporção de pessoas pobres, aquelas com ganhos de até 140 reais por mês, algo próximo de 40 euros, representando aumento na ordem de 2,5 milhões de pessoas. No cenário mais pessimista, há um crescimento de 10,3% na proporção de pessoas pobres, o que resulta no acréscimo de 3,6 milhões de seres humanos vivendo nesta precaríssima condição econômica. <https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-terate-36-milhoes-de-novos-pobres-em-2017-diz-bird.ghtml>. Acesso. 28/09/2017

⁴⁵ O mês de maio de 2017 fechou com um total de 13,1 milhões de pessoas desempregadas. Na comparação com o trimestre encerrado em agosto de 2016, houve alta de 9,1%, já que na época havia 12 milhões de desempregados. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Acesso. 28/09/2017

⁴⁶ “Apesar de o Brasil atravessar uma das suas piores crises econômicas em décadas, o número de milionários no País continua a se expandir. Dados publicados pelo *Global Wealth Report 2016*, relatório anual sobre as grandes fortunas e seus possuidores, elaborado pelo banco Credit Suisse, apontam que 10 mil novos brasileiros passaram a ser considerados como participantes do seleto clube dos milionários, haja vista manterem mais de US\$ 1 milhão depositado em conta corrente, somando um total de 172 mil pessoas em 2016”. <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,em-crise-brasil-ve-numero-de-milionarios-aumentar,10000089814>. Acesso. 29/09/2017. Sendo que destes muito ricos, seis deles detém o equivalente a metade da população mais pobre do país, cerca de 100 milhões de pessoas. Os dados são do relatório da ONG britânica *Oxfam*. Esses seis empresários amealham, juntos, cerca de US\$ 79,4 bilhões (aproximadamente R\$ 258 bilhões). São eles: Jorge Paulo Lemann (Ambev), Joseph Safra (Banco Safra), Marcel Hemann Telles e Carlos

As elites patrocinadoras do golpe, localizadas em diferentes instituições, acomodadas nas organizações políticas conservadoras, reforçando as suas próprias estruturas de poder, agiram de maneira concertada com o propósito de firmar um novo consenso que lhes fosse favorável (a ver o exemplo escancarado de atendimento pelo novo governo das demandas dos grupos de pressão e interesses setoriais, à maneira dos ruralistas, associações de classes vinculadas a empresários e banqueiros, instituições religiosas, etc.). Por tal viés, assiste-se no Brasil a um sincrônico movimento que, de uma face, entrega a própria dinâmica social àquilo chamado por Georg Simmel de “economia do dinheiro” (as lógicas dominantes nas finanças atingindo praticamente todos os andamentos da vida associada, inclusive no terreno subjetivo e dos afetos entre as pessoas), e, de outra, resulta na fragilização qualitativa da democracia. Ou, como posto por Isabel Ferin:

“A desregulamentação, as privatizações das funções básicas do Estado, o enaltecimento do setor privado e a exorcização do setor público, principalmente após 2007, reforçaram as tendências da desdemocratização do capitalismo a partir da deseconomização da democracia, proporcionando a concentração de renda na Europa e o aumento do fosso entre os mais pobres e os mais ricos (dentro e entre países, regiões e cidadãos. O processo de transformação da democracia social em democracia de mercado, na Europa, transformou a democracia num conjunto de regras, ou procedimentos necessários, para a legitimação de governos que gerem os interesses públicos nacionais e locais em proveito dos grandes interesses econômicos e financeiros cada vez mais globais e, progressivamente, internacionalizados. Neste contexto, a democracia funciona como um método para a constituição de governos e gestão de interesses, não oferecendo conotações ideológicas nas suas práticas, mas sim disponibilizando-se como ferramenta utilitária do sistema político, econômico” (2015, p.42).

Alberto Sicupira (ambos também da Ambev), Eduardo Saverin (cofundador do Facebook) e João Roberto Marinho, do Grupo Globo”. <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/no-brasil-os-seis-mais-ricos-detem-o-equivalente-a-riqueza-de-100-milhoes-de-brasileiros/>. Acesso. 29/09/2017. Tal reconcentração da renda, certamente não é apenas fenômeno brasileiro, sendo observada em várias partes do mundo, conforme o inquietante estudo de Thomas Piketty (2013).

Este, digamos, novo modo de organizar o Estado (em algum sentido seria melhor utilizar o termo desorganizar) e os fluxos econômicos e financeiros a ele articulados trazem consigo resultantes que não chegam, propriamente, a dignificar a condição humana. Daí produzir-se acentuado esgarçamento nos vínculos societários, enquanto os “profetas da boa aventura” continuam prescrevendo aumento na concorrência entre os sujeitos, estímulo ao “auto-empresariamento”, a despeito da exacerbação individualista, da despolitização, do consumismo. Certamente os efeitos colaterais desta paradoxal livre escolha cujo sorriso irônico esconde as marcas da sujeição que acompanham o consumidor endividado, pelo óbvio das consequências dispensa comentário mais alongado. Basta lembrar que na trajetória da obscenidade são afastados valores importantes como os da cooperação, solidariedade, bem comum, sensibilização para o sofrimento alheio (é revelador que as redes digitais, também chamadas de “sociais”, venham se esmerando em promover linchamentos morais de pessoas – cujo crime se expressa na eventual má conduta de dissentar –, estimular o ódio, a intolerância, transformando a alteridade em figura de linguagem), abrindo espaços para o surgimento de uma “nova razão do mundo”, conforme conceito longamente esclarecido pelos já citados Dardot & Laval (2016).

É fácil compreender, neste contexto, uma variável importante das reflexões de Isabel Ferin, ao insistir no termo desdemocratização, certamente algo que possui concretude histórica, malgrado as suas manifestações possam acontecer sob a capa afetiva, emocional, de julgamento calcado em tradições culturais, na repulsa, por exemplo, aos imigrantes, fenômeno que tendo maior evidência na Europa e nos Estados Unidos, vem se manifestando, também, no Brasil, ajudando a compor o rol dos temas socialmente regressivos.

3

No trabalho amplo realizado pela nossa interlocutora, e tomando o *leitmotiv* da democracia, um segundo movimento analítico pode ser encontrado em torno dos vínculos entre corrupção e eleições. Acerca deste ponto é ilustrativo o citado e contextualizado livro *Cobertura Jornalística da Cor-*

rupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos (2014).

Em certa medida, o problema da desdemocratização, sobre o qual busco estabelecer um eixo organizador do presente texto, consigna vínculos, também, com o tema da corrupção política. Deixaremos para momento à frente conectar este quadro à circulação mediática.

Nos limites do que foi recortado para os exercícios dialógicos com os textos de Isabel Ferin, é de bom alvitre lembrar o fato de a corrupção não haver nascido hoje, tampouco possuir face única e de limitada abrangência. A particularidade em nossa corrente cena é que se operou um processo de amplificação do problema, não raras vezes ganhando tintura espetacular, graças à interveniência dos diferentes dispositivos de comunicação. Aqui não é o momento para avançar nos motivos que funcionam ou funcionaram para desencadear os mecanismos da corrupção: certamente a ligar elites econômicas, interesses setoriais alocados na indústria, no comércio, na banca, nos media, e dirigentes e partidos políticos. No Brasil, particularmente, o noticiário, as conversas de bar, os encontros fortuitos após a sessão de cinema, o rádio que se é obrigado a ouvir dentro do taxi, as prédicas religiosas, tudo parece registrar no tema da corrupção na política um vetor inescapável e aparentemente único: empresários, dirigentes de grandes corporações e altos funcionários, envolvidos com ilícitos e propinas, pouco permanecem na alça da mira dos jornais e televisões. É sintomático que substantivos como vagabundo e bandido tenham sido alçados à condição de adjetivos preferenciais para designarem vereadores, deputados, senadores, Presidente (e ex) da República: enfim, a fúria retórica é implacável com os membros da chamada classe política. A se observar que as estações de rádio, por exemplo, na cidade de São Paulo, levam ao ar programas matutinos feitos à semelhança dos *faits divers*, com a sua tradicional mistura de sensacionalismo e comentários jocosos, cujos apresentadores não economizam em qualificativos postos na área semântica dos impropérios acima referidos quando estão em pauta os chamados “representantes do povo”.

Após o período da ditadura (haja vista que durante a vigência dela a censura ficava encarregada de agir garantido a integridade ética e moral do arbítrio e seus áulicos, pretorianos e usufrutuários), conhecemos uma sucessão

de escândalos e denúncias cujo resultado mais dramático⁴⁷ foi o processo de impeachment do Presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992). O referido rito sequer necessitou ser concluído haja vista a infausta figura ter, em momento final, renunciado ao mandato. Por problemas internos do judiciário brasileiro, o caso só foi julgado no Supremo Tribunal Federal, vinte e dois anos depois (2014), resultando, por inúmeras razões processuais (prescrição dos crimes, falhas na denúncia apresentada pelo Ministério Público, etc.) em absolvição do ex-mandatário.

No presente momento, e após ação judiciária, política e mediática que atingiu o Partido dos Trabalhadores e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trazendo enorme abatimento às forças populares e de esquerda, os alvos se tornaram alguns partidos de centro-direita, vindos à ribalta inúmeros dos seus principais dirigentes, caso do PMDB (Michel Temer, Romero Jucá, Eliseu Padilha, Gedel Vieira Lima; Eduardo Cunha); do PSDB (Aécio Neves, José Serra, Geraldo Alckmin), além de outras siglas e nomes de senadores e deputados. De toda sorte, e mesmo com a ampliação do raio de atingidos pelas denúncias de corrupção, existem setores da opinião pública que entendem rondar o Judiciário, órgãos policiais e, sobretudo, os media, práticas de seletividade e ação desproporcional quando são comparadas as acusações, aberturas de processos e mesmo condenações de nomes do PT frente aos de outras legendas. Entretanto, como afirmado noutro passo, não cabe, aqui, haja vista a extensão e complexidade do problema, perscrutar acerca das suas particularidades e desdobramentos.

Interessa, contudo, chamar atenção para um aspecto configurador do sistema eleitoral no Brasil, a despeito dos remendos em marcha na Câmara dos Deputados e no Senado, mas vigentes até as últimas eleições. O arranjo estava feito, desde muito, sendo voltado a facilitar e até estimular o conúbio entre demandas partidárias por financiamento das campanhas e interesses dos setores empresariais (sobretudo as empreiteiras contratadas para realizarem obras públicas), dos altos dirigentes de estatais (geralmente acomodados por partidos e lideranças políticas), de áreas da indústria, do comércio, dos bancos, etc.

⁴⁷ . O agravante vinha do fato de tratar-se do primeiro presidente eleito pelo voto direto no período da redemocratização brasileira.

E o resultado deste processo converge para a rede de influências, vantagens, facilitações, propinas, garantidas por tais conexões.

O processo eleitoral se tornou extremamente caro, pedindo aportes financeiros milionários a fim de se levarem adiante os objetivos das forças em jogo. As campanhas para angariar o voto do eleitor passaram a ser controladas pelas equipes de marketing e compostas por um exército de produtores, diretores, consultores, especialistas em voz e imagem, *personal stylist*, gerentes de crise, maquiadores, cabeleireiros, material de campanha (com filmes, panfletos, anúncios, etc.). Enfim, a lista é inesgotável, do mesmo modo a demanda por recursos visando a manter funcionando a máquina publicitária/propagandista. Como os partidos e os políticos não fabricam dinheiro, os cofres das empreiteiras, bancos, agentes comerciais e rurais, tendem a suprir a falta de recursos fazendo uso dos dinheiros provenientes, no geral, do chamado caixa 2⁴⁸. Tal designativo, um tanto anódino, serve para esclarecer a existência de uma contabilidade paralela facultada, por exemplo, por superfaturamentos decorrentes da contratação de obras públicas. Está aí uma das fontes que alimenta as trocas de favores, o pacto na ilegalidade, em cujas pontas estão unidas as elites financeiras e mercantis e os partidos e políticos que buscam os recursos irrigadores dos pleitos eleitorais e mesmo da pura e simples vantagem pessoal⁴⁹.

O esquema, aqui enunciado, em linhas muito tímidas, foi sendo consolidado e abrangeu ou continua abrangendo, salvas as poucas exceções, que apenas costumam confirmar a regra, quase todos os partidos e candidatos a cargos eletivos. A se perguntar onde aportam no miolo disto tudo as ideologias, os ideários, os projetos voltados, ainda que no sentido aristotelicamente idealizador do bem comum, aos propósitos maiores da nação, em sua sobe-

⁴⁸. A maior empreiteira do Brasil e uma das maiores do mundo, a Oldebrecht, sofisticou o sistema e criou uma área chamada de Setor de Operações Estruturadas.

⁴⁹. Claro está que o problema da corrupção não diz respeito, apenas, ao âmbito de partidos e políticos. A promiscuidade, o roteiro das propinas, o subterfúgio financeiro, a sonegação fiscal, os depósitos de valores em paraísos fiscais, para ficarmos em alguns casos, parecem inexistir no sacrossanto mundo da iniciativa privada e dos meios empresariais. Um rápido olhar para o que acontece no reino dos anjos mostrará como entre ele e o quarto círculo infernal dantesco existe ponte de tráfego extremamente rápido. O que estamos acentuando é uma dimensão do problema da corrupção, em consonância com a questão eleitoral, e próximo da pesquisa coordenada por Isabel Ferin.

rania e melhorias reais nas condições de vida da sua gente. Existem agremiações partidárias e atores políticos que dignificam os compromissos pactuados com os seus eleitores, tendo em vista o respeito no trato com a coisa pública. Entretanto, graças ao crescente lugar ocupado pelo pragmatismo oportunista, pela pasteurização discursiva, pelo império do marketing – no qual desfilam *outsiders* e personagens marcados por um populismo modernoso (é curioso o fato de que tais figuras costumam a eleger o populismo como inimigo fidalgo) que não se peja em deificar o mercado, a concorrência, envergando uma retórica tosca na qual se imantam a afirmação da tecnocracia e da substituição do político pelo gestor, cujos aliados de primeira hora assopram as trombetas do ódio, sempre prontos para perseguir imigrantes, refugiados, minorias, etc. –. Nestes termos, a política parece haver se aproximado de um espaço para negócios, cuja administração solicita um misto de contador, relações públicas e caixeiro viajante a percorrer os mercados mundiais para “vender” o país.

Ao tratar deste problema, que apresentamos de modo conciso e sem determinados cuidados cuja exploração demandaria outro texto, Isabel Ferin oferece interessante síntese, a partir de Michael Johnston⁵⁰, sobre a “síndrome” ou “patologia” da corrupção:

“Contudo, parece-nos que o trabalho de Johnston (2005), ao propor quatro grandes categorias para a observação da corrupção, reúne e oferece elementos capazes de explicar de forma comparativa aqueles fenómenos. A tipologia proposta para a análise das síndromes, ou patologias da corrupção – *Influência dos Mercados* (Influence Market), *Cartéis de Elites* (Elite Cartel), *Oligarcas e Clãs* (Oligarch and Clan) e *Funcionários e Magnatas* (Official Moguls) – insere-se num contexto de políticas neoliberais mundializadas e assenta na mensuração da credibilidade das instituições públicas e privadas em democracia, assim como nas oportunidades de bem-estar oferecidas aos cidadãos”. (FERIN, 2106, p.91).

Ou seja, os fatores que orientam a corrupção, certamente, em nada referentes a alegados desvios do “caráter nacional” (viceja entre nós certa socio-

⁵⁰. O texto citado é *Syndromes of corruption: wealth, power and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

logia culturalista posta nesta direção), ou mesmo personalista (a malversação do bem público é obra e graça solitária de certos indivíduos ou grupos partidários), podem ser identificados em suas bases concretas, materiais. De toda sorte, as resultantes do entendimento segundo o qual a corrupção entranhou-se no tecido da política profissional (mais nesta do que na “influência dos mercados”, “dos cartéis de elites e magnatas”, dos “oligarcas e clãs”), tem levado ao desalento dos eleitores e de boa parte da opinião pública, como se estivéssemos condenados a viver sob a férula da corrupção em permanente aliança com a política.

Frente a tal esquema redutor, até certo ponto compreensível, a própria democracia passa a ser objeto de questionamento: a se lembrar que logo após o impeachment da Presidenta Dilma Vana Rousseff, (agosto de 2016), a empresa *Corporación Latinobarómetro*, realizou, nos primeiros dias de setembro, pesquisa que perguntava, entre outros itens, acerca dos níveis de aceitação da democracia em vários países latino-americanos. No Brasil, o número dos que continuavam confiando no regime democrático recuou de 54% para 32%. A despeito das condições particulares nas quais aconteceu a pesquisa, não deixa de ser preocupante o fato de em período inferior a trinta anos, tenhamos saído de uma ditadura violenta para envergar números tão declinantes de apoiadores do regime democrático. No momento em que se escreve este texto, uma série de retrocessos acontece no país, com o crescimento de grupos de direita e de religiosos conservadores a pressionarem autoridades no sentido de suspenderem (ou censurarem, como se queira) a apresentação de peças teatrais, performances em museus, exposições de arte, sob alegação de que conspiram contra o moral e os bons costumes da família brasileira.

Retoma-se, portanto, em abono à assertiva trabalhada por Isabel Ferin acerca da desdemocratização, o fato de irromper junto com a corrupção – dispensável, por ora, observar o tratamento mais ou menos moralista que costuma circundar o assunto, com os seus subprodutos representados, em boa monta, por oportunistas de vários matizes, incluindo os salvacionistas da pátria, os nostálgicos do regime ditatorial, o enfraquecimento da vida partidária – a frustração de significativos segmentos da população na capacidade de a ação política trazer ganhos positivos à sociedade.

No Brasil, pós-golpe constitucional, vive-se interregno desta natureza⁵¹, com enorme avanço de pautas conservadoras, presentes em manifestações de censura a obras de arte, controle do debate das questões envolvendo a diversidade sexual, tentativas de limitar a ação dos professores nas escolas de ensino fundamental e médio, etc. Inquieta, ademais, o fato de aparecer, em segundo lugar nas pesquisas de opinião, o nome de um candidato a Presidente da República, atual Deputado Federal e ex-capitão do Exército, que não enrubesce em defender torturadores com larga atuação durante a ditadura militar, tratando com ironia a luta das mulheres, dos quilombolas, dos indígenas, para ficarmos nalguns pontos de um programa que pouco ou nada contribui para o avanço civilizatório. E tudo isto quando já se imaginava, nesta terra abençoada por Deus, que tais tendências e forças haviam sido lançadas à lata de lixo da história. Do interior deste quadro, a democracia não sai, propriamente, dignificada.

4

“I can’t believe the news today”
(Sunday bloody Sunday). U2

Em seus trabalhos que acionam os temas da corrupção e eleições, Isabel Ferin procura conectá-los aos sistemas e processos mediáticos. E, neste sentido, segue-se o último movimento no sumário diálogo que procuro realizar a partir da leitura dos textos da professora.

Os meios de comunicação jogam papel estratégico na contemporaneidade. Pouca coisa escapa desta maquinaria de construção e distribuição de sentidos. O capítulo para se pensar a complexidade dos produtos gerados no âmbito mediático levaria a caminhos cujo emaranhado de trilhas não pode ser abrangido neste texto. Entretanto, cabe fixar dois tópicos redutores: um que diz

⁵¹. Torna-se irretocável a afirmativa de Antonio Gramsci: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece.”

respeito ao domínio dos meios de produção e outro ao alcance pragmático deles. No primeiro caso, e tendo em mira as particularidades brasileiras, cuja indústria televisiva (e também a radiofônica) é, fundamentalmente, privada, a funcionar segundo o procedimento jurídico das concessões – instituto em si mesmo atulhado de problemas – e dominado por poucos grupos econômicos sob a quase hegemonia da rede Globo. O segundo caso diz respeito ao fato de o público estar, em grande monta, no circuito das mensagens geradas a partir do complexo audiovisual aberto (dispensável lembrar o fato de os canais fechados e, sobretudo, a internet, os meios digitais, ocuparem importante lugar neste processo), restando aos veículos impressos, nomeadamente, jornais e revistas, segmento residual cuja importância consiste em agregar boa parte dos chamados formadores de opinião (setores da classe média; lideranças setoriais da indústria, comércio; intelectuais, ativistas, etc.).⁵²

Importa acentuar que tal complexo mediático registra no capítulo afeito à corrupção, marcadamente a de recorte político-partidário-eleitoral, um dos seus principais alimentadores de manchetes, capas, matérias internas, comentários, colunas de opinião, em chave nem sempre voltada à equidade, à percurciência no apuro das denúncias, à reportagem investigativa. É comum existir uma espécie de corrente de transmissão, para não dizer de pura sinergia, da imprensa com o Ministério Público quando se trata de vazar informações, dar continuidade a notícias envolvendo denúncias ainda em fase de instrução processual, ou mesmo consideradas, posteriormente, improcedentes, contudo com força para expor acusados à execração, sejam eles funcionários, políticos profissionais ou partidos, empresários, etc.

Por esta via, tornou-se paradigmático o vazamento da conversa telefônica entre a então Presidenta Dilma Vana Roussef e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A ligação dizia respeito à eventual indicação de Lula para a

⁵². Em fevereiro de 2017, os 11 jornais de maior circulação no Brasil, em versão impressa, somavam tiragens diárias de 891 mil exemplares. Os três com maior influência tinham a seguinte situação, em números redondos: *Folha de S.Paulo* (impresso: 143; digital: 171 mil); *O Globo* (impresso: 92 mil; digital: 141 mil); *O Estado de São Paulo* (impresso: 83 mil; digital: 123 mil). Revistas semanais, consideradas as duas com maior tiragem: *Veja* (impresso: 860 mil; digital: 344 mil); *Época* (impresso: 188 mil; digital: 94 mil). Fonte: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-e-revistas-continuam-avancando-em-2017-com-suas-edicoes-digitais/>. Acesso. 09/10/2017. Observe-se que o Brasil possui 207 milhões de habitantes.

chefia da Casa Civil do Governo, o que daria a ele imunidade para enfrentar processos em trânsito na justiça⁵³. Chamadas de televisão, capas de revistas, manchetes de diários, matérias internas, manifestações de “especialistas”, não foram raras as vezes em que tais peças, digamos, jornalísticas, apresentavam clara escolha de lado, fiando-se em declarações oficiais vindas do judiciário, de autoridades, ou mesmo de delatores em busca de acordos com os juízes para terem eventuais penas diminuídas, ou condições especiais para cumpri-las, deixando de proceder à necessária investigação de fundo, à busca de mais bem esclarecer o que estava em jogo.

É preciso ter em mira que o jornalismo está no permanente radar tanto dos seus destinatários como dos anunciantes e de interesses exercidos por grupos de pressão, e dele não se afasta a característica do entretenimento, do espetáculo, das circunstâncias de um mercado atravessado pela concorrência, por índices de audiência e nem sempre cioso dos limites que devem reger a

⁵³. O material foi divulgado nos telejornais da noite do dia 16/03/2016, e teve forte impacto nos episódios para a consecução positiva do impeachment, cinco meses depois. O referido grameamento foi estendido por quase duas horas além do autorizado pelo juiz federal Sérgio Moro, que, “*lui mème*”, e contra o seu ato administrativo, divulgou as fitas. “Segundo um documento da própria Polícia Federal, o diálogo entre Dilma e Lula foi interceptado às 13h32, desta quarta-feira (16). No entanto, o juiz Sérgio Moro havia determinado às 11h20 o fim das interceptações dos terminais telefônicos ligados ao ex-presidente. Na manhã desta quinta-feira (17), o juiz Sérgio Moro disse que não havia reparado antes no ponto, mas que não viu maior relevância. “Como havia justa causa e autorização legal para a interceptação, não vislumbro maiores problemas no ocorrido”, argumentou o juiz. <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/03/conversa-entre-dilma-e-lula-foi-grampeada-apos-despacho-de-moro.html>. Acesso. 09/10/2017. Haja vista que o Supremo Tribunal Federal anulou a validade da interceptação, com o despacho do Ministro Teori Zavascki apontando o fato de o juiz Sérgio Moro não ter competência para analisar o material, por envolver a Presidenta da República – matéria de exclusiva competência do STF –, tampouco ser regular a divulgação do diálogo: “Foi também precoce e, pelo menos parcialmente, equivocada a decisão que adiantou juízo de validade das interceptações, colhidas, em parte importante, sem abrigo judicial, quando já havia determinação de interrupção das escutas”. Acesso. 09/10/2017. <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/06/teori-manda-para-moro-investigacoes-sobre-sitio-e-triplex-atribuidos-lula.html>. Frente a tal óbice, o juiz Sérgio Moro divulgou nota pedindo escusas ao STF, considerando a possibilidade de ter se equivocado em seu entendimento jurídico: “O levantamento do sigilo não teve por objetivo gerar fato político partidário, polêmicas ou conflitos, algo estranho à função jurisdicional, mas, atendendo ao requerimento do MPF (Ministério Público Federal), dar publicidade ao processo e especialmente a condutas relevantes do ponto de vista jurídico e criminal do investigado do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que podem eventualmente caracterizar obstrução à Justiça ou tentativas de obstrução à Justiça”. Acesso. 09/10/2017. <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-pede-desculpas-ao-supremo-por-divulgacao-de-audios-de-lula-e-nega-motivacao-politica>. Acesso. 09/10/2017. Em síntese, apesar das idas e vindas, das assertivas condicionais, o imbróglie estava criado e os resultados políticos daí advindos, com a larga divulgação pelos media, ajudaram a cimentar as articulações para o golpe.

relação entre certa informação, as vozes em *off* e o necessário rigor na apuração do que se noticia. Assim:

“Os discursos mediáticos tendem a louvar medidas econômicas que punem os cidadãos comuns, tais como a redução de pensões e salários, e a omitir ou a colocar sob reserva as poucas medidas que os governos pretendem implementar sobre a revisão de contratos, nomeadamente os relativos às rendas excessivas na energia, telecomunicações e parcerias públicas e privadas (PPP). Confrontamo-nos, deste modo, com uma informação que pretende inculcar a predominância do interesse de mercado em prejuízo do interesse público”. FERIN, 2015, p.46).

E mais bem focando o problema da corrupção política:

A mediatização das instituições sociais contribui para a construção de uma “realidade mediatizada” que pressupõe uma visão do mundo que salienta ou apaga determinados fenómenos e perspectivas, condicionando, definitivamente, a observação do “mundo real”. A mediatização da corrupção política conduz, por um lado à desocultação deste fenómeno e “dá a vêr” como funcionam determinados atores e instituições públicas e privados mas, por outro lado, promove sistemática e quotidianamente a descridibilização dos atores e das instituições democráticas perante a opinião pública. (FERIN, 2016, p. 98).

Por certo, não estamos enxergando ampla conspiração alimentada pelo circuito entre os media e interesses pouco declináveis nos quais se encontram o grande capital, forças políticas e de pressão, setores do judiciário, mas indicando linhas de força cuja explicitação não é difícil ser acompanhada. Há, de um lado, tensões entre os próprios veículos, à busca de assentamento no jogo concorrencial e mercadológico, e, de outro, o amplo espaço da internet e das redes digitais, muitas vezes entregues ao caótico cenário da pós-verdade, do factóide, da *fake news*, dos atropelos em que a informação qualificada se torna quimera. Seja como for, o terreno dos meios de comunicação, digamos, partícipes do *mainstream*, passaram a viver sob fogo cruzado dos dispositivos digitais; esses, para o bem ou para o mal, ganharam enorme peso nos critérios de seleção e escolha do que será dito e mesmo nas estratégias para

colocar em circulação as notícias. Reiteramos, contudo: no caso brasileiro não se pode, ainda, dispensar o peso específico da televisão aberta e do seu carro chefe, a rede Globo, no tangente à formação da chamada opinião pública.

Isabel Ferin avança nestas reflexões entendendo que o metaprocesso mediatizador se despreza de certas instituições e das políticas regulatórias. Por tal via, parece convivermos com um poder que ganha, progressivamente, autonomia frente a outras instâncias sociais, com elas compondo ou não, a depender das circunstâncias, das implicações e das particularidades históricas concernentes aos diferentes casos. E mesmo do posicionamento editorial dos veículos. A citação, a seguir, conquanto longa, necessária:

“Este fenómeno efetiva-se a partir da conjugação de duas dinâmicas paralelas: o afastamento dos *media* das suas primordiais funções em democracia, assumindo lógicas próprias enquanto instituição autónoma, e o reconhecimento, pelos atores políticos, que as suas estratégias de comunicação terão que estar subordinadas às lógicas dos *media*. Neste sentido, o poder dos *media* passa a residir não só na sua independência perante as demais instituições sociais, mas no facto das suas lógicas – formatos, conteúdos, prioridades, ritmos, gramáticas, etc. – se sobreporem a todas as outras lógicas institucionais, moldando o pensamento e condicionando o conhecimento dos cidadãos sobre o mundo. A mediatização das instituições sociais contribui para a construção de uma “realidade mediatizada” que pressupõe uma visão do mundo que salienta ou apaga determinados fenómenos e perspectivas, condicionando, definitivamente, a observação do “mundo real”. (FERIN, 2014, pp.96-97).

E aqui chegamos ao centro da reflexão que nos acompanha neste segmento do texto, em vínculo com o problema central da desdemocratização. O tema da corrupção envolvendo as relações políticas, conforme o processo de ampla mediatização, se por um lado pode ganhar “desocultação”, resultando em luzes sobre os arranjos malversadores do bem público, do enriquecimento ilícito de políticos e empresários, e mesmo do conúbio entre eles, por outro, graças aos mecanismos alimentados, muitas vezes, pela espetacularização, pelo desejo de chegar antes do concorrente às telas ou às páginas dos jornais e revistas, abre espaço para fragilizar determinadas instituições, entre

elas a política e os políticos. Reiteramos que inexistente ânimo para vincular a presente regressão dos valores democráticos brasileiros a eventual ação militante dos media, afinal o grosso dos fatos, neste caso particular envolvendo a corrupção, não foi inventado por eles. As redes de dilapidadores do erário público, em diferentes graus e níveis, nos circuitos que não envolvem, apenas, o desvio direto de dinheiro, mas uma série de outras ações, muitas vezes, revestidas do sagrado manto da legalidade – haja vista leis e normas editadas por congressistas, a conter ajustes textuais negociados entre os legisladores e *lobbys* da indústria, do comércio, de bancos, cujo resultado implica, por exemplo, em pagar menos impostos, postergar dívidas, amenizar barreiras reguladoras de setores do mercado, garantir privilégios em operações comerciais, subvencionar transações mercantis, etc. A tais expedientes sorrateiros somam-se os “jabutis”⁵⁴: trata-se de manobra ilegal feita por algum parlamentar para introduzir, por exemplo, em determinada Medida Provisória, emenda que não constava no documento original, mas cujo enunciado, posto de contrabando, garantirá algum privilégio a grupos, setores, interesses.

Entretanto, as estratégias de produção do noticiário a seguirem rota nem sempre ponderada e mesmo marcada por vetor de seletividade comprometedora, acabam expondo as lutas partidárias, os agentes políticos, o tema da corrupção, a um nível pedestre, moralizador, fragilizando junto a significativos segmentos da opinião pública a própria política. Em última análise, quem perde vitalidade é a democracia. Essa tem como um dos seus elementos virtuosos a possibilidade de promover transparência, logo, de facultar a “desocultação” daquilo que “não deseja ter o seu nome revelado”; comprometê-la pelos excessos do espetáculo judicial, do desfile de delatores, das ações policiais cinematográficas, dos processos com vícios de fatura – sob olhar, muitas vezes, complacente dos media – representa um comportamento que ao matar a galinha corre o sério risco de ficar sem os ovos de ouro.

⁵⁴. O termo não mantém, aqui, relação direta com o compassado quelônio, derivando de expressão popular que ensina: “Jabuti não sobe em árvore. Se está lá é por enchente ou mão de gente”.

Nesta nota final reitero a importância do percurso intelectual, acadêmico, de Isabel Ferin, do qual emerge não apenas a pesquisadora arguta e a cidadã atenta, mas também a docente e formadora de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação. O trabalho que ela desenvolve faculta o diálogo com inúmeras questões correntes em nossa complexa quadra histórica, e dentre as quais dediquei maior atenção aos vínculos entre democracia e media. Uma visagem mais ampla que busque entender o lugar da comunicação na trama dos temas contemporâneos deve ter entre as suas referências bibliográficas a obra elaborada por Isabel Ferin.

Referências bibliográficas

- CUNHA, I.M.R.F. Das imagens dos media aos media: fragmentos do espaço lusófono. São Paulo, Revista *INTERCOM*, 2005.
- CUNHA, I.M.R.F. Journalistic coverage of political and financial crises and the issue of political corruption. *Brazilian Journalism Reserch* (Online). V. 09, 2013.
- CUNHA, Isabel Ferin. Da “desdemocratização” da Europa: democracia, media e corrupção política. São Paulo, Revista *INTERCOM*, 2015 (Online).
- CUNHA, I.M.R.F. Investigação cooperativa e comparativa: o projeto Corrupção Política nos Media. In: CUNHA, I.M.R.F; SERRANO, Estrela. *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*. Lisboa, Aletheia, 2014.
- CUNHA, I.M.R.F.; SERRANO, E.; FIGUEIRA, J. *A corrupção vista pelos jornalistas*. Covilhã, LabCom, 2016.
- DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris, La Découverte, 2010.
- PIKETTY, Thomas. *Le Capital au XXI^e siècle*. Paris, Le Seuil, 2013.
- ZIZEK, Slavoj. *Acontecimento. Uma viagem filosófica através de um conceito*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL E A TRAJETÓRIA DE ISABEL FERIN CUNHA

Introdução

O tom provocativo e paradigmático da afirmação de que o pensamento europeu continua a ser regido pelas mesmas lógicas do período colonial, invalidando, portanto, as chamadas epistemologias do sul (Santos, 2007; 2016) é o ponto de partida deste texto. É certo que para alguns setores acadêmicos mais conservadores, pensar a ciência a partir de uma perspectiva do sul global significa validar saberes não qualificados pelos espaços intelectuais europeus e anglo-saxônicos e, portanto, correr o risco de invalidação das próprias reflexões. São poucos os teóricos europeus – entre eles encontra-se Isabel Ferin Cunha – que ultrapassaram a linha divisória do norte global para ousar realizar suas pesquisas em territórios do sul a partir de uma perspectiva pós-colonialista, ou seja, não apenas sobre o sul, mas com o sul. O que implica a adoção de metodologias e saberes empíricos e teóricos provenientes de territórios como o africano e o latino-americano.

As investigações realizadas por pesquisadores provenientes da península ibérica, por exemplo, embora componham um espaço intelectual comum, ibero-americano, possuem uma ausência efetiva de trocas bibliográficas, nas quais é notável o número inferior de autores latino-americanos nestas pesquisas e nas ementas dos cursos superiores (Cunha e Castilho, 2018; Serra, 2016). Portugal, apesar de manter um conjunto de relações acadêmicas muito próximas com o Brasil (concretizadas nos fluxos de estudantes e docentes e projetos em comum), continua a ter dificuldade de validar efetivamente o pen-

samento brasileiro nas universidades. Também é verdade que parte da intelectualidade brasileira prefere empregar teorias anglo-saxônicas ou mesmo advindas de outras partes da Europa, refutando o sul europeu e reproduzindo o preconceito do norte europeu, pois conforme refere Hobsbawm (apud Santos, 2016), sempre houve duas Europas, norte e sul. Tais ocorrências acabam por validar as afirmações de Santos (2007; 2016). No entanto, existem alguns exemplos de subversão deste modelo, entre os quais destacaremos, como proposta deste capítulo, certos pontos importantes do trabalho de Isabel Ferin Cunha, nos quais a autora propõe e implementa alternativas ao paradigma científico normal (Kuhn, 2005).

Descolonização do pensamento acadêmico: aprender com o Sul

As divisões de mundo sustentadas pelo pensamento de Santos (2007; 2016) assentam inicialmente numa demarcação geral entre norte e sul globais, onde o norte abrange os países colonizadores e o sul, os colonizados. No entanto, tal dicotomia é problematizada em suas reflexões na medida em que poderão existir igualmente diversos suís e nortes, com complexidades próprias e, também, norte e sul dentro do próprio norte (e sul) global. “As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’” (Santos, 2007: 1). Tais linhas de divisão evidenciam a existência de uma ampla oferta de experiências desperdiçadas, conhecimentos empíricos e teóricos tornados invisíveis pela sua localização territorial, pois o pensamento moderno ocidental é abissal:

O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. As colônias representam um modelo de exclusão radical que permanece actualmente no pensamento e práticas modernas ocidentais tal como aconteceu no ciclo colonial. Hoje, como então, a criação e ao mesmo tempo a negação do outro lado da linha fazem parte integrante de princípios e práticas hegemônicos. (Santos, 2007: 10)

Uma das alternativas propostas por Santos (2016: 53) para aproximar estas linhas é a descolonização dos saberes, eixo de suas reflexões nos últimos anos, pois considera que poderá permitir à Europa participar de um mundo (trans)formado por aprendizagens globais. A importância dos projetos deste sociólogo, sobretudo os assentes na perspetiva da crítica pós-colonial, é indiscutível, no entanto, pela complexidade dos horizontes epistemológicos propostos, conforme o próprio teórico, atingir seus objetivos tornou-se tarefa complexa. As soluções apontadas indicam que é preciso inicialmente aceitar a existência das lógicas do pensamento colonial para conseguir abandoná-las, concordar com as evidências que indicam um futuro da pesquisa pós-europeu, e assentir lições de *desaprendizagem* e aprendizagem em áreas como direitos humanos, economia, democracia e constitucionalismo, pois “As aprendizagens mútuas são essenciais para uma reinvenção da Europa capaz de aprender com o Sul” (Santos, 2016: 53).

Partimos da tese que este mergulho ao encontro das epistemologias do sul é seguramente realizado por Isabel Ferin Cunha e pode ser igualmente observado ao longo de sua trajetória como investigadora do campo da comunicação. Antes de mais, é importante referir que a autora possui um percurso interdisciplinar, com passagens pela história e pela ciência da informação e ancoragem nas ciências da comunicação. Parte de sua formação pós-graduada foi realizada no Brasil e teve passagem por países africanos como Angola, Moçambique e Cabo Verde. Realiza investigações que empregam uma visão pós-colonialista acerca dos fenómenos, posicionando-se como pesquisadora-mundo, não apenas como europeia a observar o *outro*, o não-europeu, o não-civilizado. Construiu, portanto, em conjunto com latino-americanos e africanos, diferentes percursos de investigação, criou mecanismos de pesquisa comparada, globalizando a pesquisa académica em Comunicação. Foram, portanto, ousadas, pois

(...) a globalização da pesquisa, nomeadamente em Comunicação, trouxe oportunidades de afirmação teórica e metodológica a espaços regionais alargados, como o ibero-americano e lusófono. O caminho a percorrer é complexo e envolve *rebel-dias competentes* face aos interesses instalados da ciência dominante (...). (Cunha, 2013: 164)

Esta ciência dominante é citada com frequência na obra de Cunha (2011; 2012; 2013), com apoio no trabalho seminal de Kuhn (2005), como parte de um processo de obediência aos procedimentos científicos regidos por padrões e regras restritas que acabam por gerar “(...) situações de inconformismo e de incapacidade de resposta perante novos fenómenos (...)” (Cunha, 2013: 154). Em certa medida, tal situação possui um grande potencial de iniciar uma crise e eventual ruptura do paradigma científico, com novos padrões de questionamento, interpretação e resolução de problemas de pesquisa.

É possível perceber que os desenhos de pesquisa sobre os media empreendidos por Cunha (e.g.: 2012) consideram tais perspectivas e evidenciam que a ciência também é seleção, uma competição de interpretações possíveis que envolvem aspectos exteriores à ciência, como económicos. Por exemplo, se observarmos os aportes teóricos que fundamentam os quadros analíticos das pesquisas sobre os media desenvolvidos nos projetos da autora, é possível notar, de maneira geral, a adoção de perspectivas anglo-saxónicas e europeias em conjunto com outras propostas menos aceitas pelo paradigma dominante, de forma a cumprir também os requisitos de aprovação dos fundos de financiamento. Posicionamento que em nenhum momento retira o mérito de sua potência como descolonizadora do pensamento académico sobre os media em Portugal.

Isabel Ferin Cunha e o campo da comunicação em Portugal

Também convém notar que o campo científico de ação da autora – campo da comunicação, no qual se encontram os estudos dos media – encontra-se constantemente sujeito a críticas advindas de outras áreas mais antigas do saber. Nesse sentido, a noção de campo científico de Bourdieu (1983), como um espaço de disputas pela autoridade do conhecimento nos auxilia a entender porque temos a impressão que a pesquisa em comunicação possui menor relevância científica, especialmente pela crítica ao seu estatuto interdisciplinar (Lopes, 2000/01).

(...) esta é uma área interdisciplinar e transdisciplinar reivindicada quer pelos profissionais quer pelas disciplinas constituídas, tendo tido dificuldades — sobretudo

nas Universidades Portuguesas — em manter autonomia científica e metodológica. Esta autonomia não significa nem o repúdio das experiências profissionais, nem das contribuições de outras disciplinas, mas sim o abandono da emancipação tutelar de aparatos teóricos, metodológicos e pragmáticos, que inibem o desenvolvimento e a consolidação de teorias e metodologias próprias (...) (Cunha, 2004:2)

Assim, percebe-se que tal como nas ciências sociais, as diversas tradições teórico-metodológicas da comunicação estão em constante revisão e embora haja um evidente crescimento do campo pela centralidade dos media no mundo contemporâneo, a área necessita de afirmação como campo transdisciplinar (Lopes, 2000). Mesmo em momentos de crise económica mundial, a alta procura pela formação em comunicação em diversos níveis (licenciatura, mestrado e doutoramento), a ampliação das organizações científico-profissionais, a participação dos professores em eventos (Cunha, 2004) e o crescimento de revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal (Martins, 2012) indicam um paradoxal, mas valoroso, processo de autoafirmação do campo.

A preocupação com a legitimidade do campo e seu capital científico, em língua portuguesa, é essencial para o processo de autonomização da área. Embora tenham sido registadas diversas tentativas de criar cursos na área (Teixeira, 2012; Serra, 2016), em Portugal, a fundação das ciências da comunicação no meio académico é mais tardia (Pinto, 2004; Martins, 2012) do que no Brasil, onde a pré-existência de cursos universitários ligados às profissões da área da comunicação (jornalismo, cinema etc.), surge a partir do final dos anos de 1940 (Romancini, 2006). Apenas em 1979 é criado o primeiro curso de graduação em comunicação social, após o fim da ditadura, quando havia um “clima propício a criação de um curso superior de Comunicação Social em Portugal” (Canavilhas, 2009: 58).

É nesse sentido que a formação pós-graduada tanto dos portugueses fundadores do campo (Serra, 2017), como dos que compõem o que chamamos de *segunda onda* – investigadores que integraram os quadros docentes na década de 1990, como no caso de Isabel Ferin, é necessariamente internacional. No entanto, ao contrário da maioria, em vez de escolher uma instituição do norte europeu, a investigadora optou por realizar os estudos pós-graduados no Brasil, precisamente o percurso inverso ao padrão estabelecido. Aprender com

o sul é uma decisão tomada por raros pesquisadores e temos como exemplo o caso de Martín-Barbero (Cunha e Castilho, 2018), espanhol estabelecido na Colômbia, grande defensor do pensamento latino-americano.

Assim, entendemos que a trajetória intelectual de Cunha, e seu contributo para a epistemologia dos media em Portugal, não pode ser desassociada de suas escolhas formativas. A contar com a rápida autonomia do campo comunicacional brasileiro, essas escolhas impactaram seus projetos e na forma como trouxe um olhar “do sul” para os estudos dos media em Portugal. De acordo com a investigadora, no contexto português, a globalização da pesquisa veio contribuir para a aprendizagem de “(...) uma metodologia compreensiva, com base indutiva, geradora de um percurso de descoberta (...)” (Cunha, 2013: 163). Considera-se que um dos contributos importantes de Cunha foi justamente imprimir à pesquisa em comunicação um olhar científico empírico. Em seu artigo “Repensar a investigação empírica sobre os Media e o Jornalismo” (2004), a autora justifica a importância desta abordagem e apresenta os principais entraves que a pesquisa empírica sobre os media enfrenta, pois

(...) há graves problemas que se colocam ao desenvolvimento destes Estudos, nomeadamente quanto ao acesso aos objectos de análise (produzidos pela imprensa, rádio, televisão e on-line), à universalização dos procedimentos de recolha e tratamento de dados e à posterior divulgação nacional e internacional dos resultados. Estes problemas limitam a expansão do campo e põem em causa a credibilidade da investigação, inibindo o aprofundamento e a subsequente qualidade e validação das pesquisas. (Cunha, 2004: 2)

Neste sentido, também convém referir que os estudos empíricos de análise dos media tiveram que encontrar um espaço no campo científico português cuja tradição de investigação em ciências sociais e humanas possui um carácter teórico-ensaísta. O campo da comunicação em Portugal, além de sua ousadia juvenil em comparação com outras áreas do conhecimento, trouxe consigo, por meio dessa segunda onda de investigadores como Cunha, novos objetos e metodologias de análise que incluem no desenho de pesquisa pontos como definição de objecto, limitação do universo de pesquisa, identificação, recolha e análise de dados.

Nas propostas de Cunha não identificamos apenas um olhar mais empírico para os fenómenos mediáticos, mas também a seleção de objetos científicos ainda considerados inovadores à época, como foi o caso dos produtos da cultura popular (telenovelas e séries), iluminando, assim, objetos ainda distantes do contexto académico português, mas bastante comuns em contextos europeus como o inglês.

Após o período de estudos, docência e pesquisa no Brasil, ao retornar a Portugal, Cunha possui como marcos de sua trajetória o trabalho na Universidade Católica Portuguesa, a participação como investigadora principal e coordenadora de diversos projetos, além de quatro anos de vice-presidência, no Centro de Investigação Media e Jornalismo (antigo CIMJ, atual CIC-Digital), fundado por Nelson Traquina, e longa carreira na Universidade de Coimbra, local de fundação da primeira licenciatura específica em jornalismo, em 1993, na Faculdade de Letras da UC (Teixeira, 2012). Considerando que

Em meados da década de 80, inicia-se o primeiro curso de mestrado em Ciências da Comunicação, na Universidade Nova de Lisboa, com uma área de especialização em Estudo dos Media e Jornalismo, sob a orientação do Prof. Nelson Traquina, o académico de referência no campo, no nosso país, que vai aparecer também associado ao curso de mestrado, na mesma área, do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras de Coimbra, curso que tem início em 1998-99. (Pinto, 2004: 53)

Podemos assim dizer que Isabel Ferin Cunha esteve presente em importantes lugares e períodos da constituição dos estudos dos media em Portugal, fazendo parte, portanto, de um conjunto de pessoas que participaram ativamente da consolidação do campo da comunicação neste país.

Análise dos media: perspectivas metodológicas

A história metodológica dos projetos coordenados por Isabel Ferin Cunha no âmbito do Observatório da Imigração (“Media, Migração e Minorias Étnicas”, “Televisão e Imagens da Diferença” e “Representação na imprensa e na televisão da Imigração e da diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural”,

entre 2002 e 2009) fundamentaram-se na Análise de Conteúdo e na Análise do Discurso. A principal finalidade da aplicação de tais técnicas de investigação foi a descrição sistemática e quantitativa (com instrumentos analíticos qualitativos) dos sentidos manifestos nas peças jornalísticas difundidas pelos principais veículos da imprensa e da televisão em Portugal a respeito da temática da imigração e suas possíveis inferências analíticas (Cunha et. al, 2009: 51).

O rigor metodológico dos projetos levados a cabo pela investigadora são uma característica marcante em sua carreira, assim como um identificável padrão de pesquisa empírica com recorte criterioso e justificado da escolha dos *corpus* de análise e dos veículos de acordo com a pertinência, relevância e índices de audiência do meios observados, hipóteses de trabalho pré-definidas e pormenorizadas, bem como as formas de acesso aos conteúdos dos *corpus* (e suas eventuais limitações). Em termos de procedimentos e instrumentos de análise destacamos o desenvolvimento e utilização dos manuais de codificação (*codebook*) próprios de análise com tipologia e indicadores/variáveis anualmente atualizados e as bases de dados construídas no programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*). A investigadora acredita que a formalização dos procedimentos metodológicos são peça fundamental para a consolidação e credibilidade dos estudos dos media, de forma a serem validados universalmente por seus pares do campo da comunicação ou áreas afins (Cunha, 2010: 168). O SPSS merece destaque nesse processo, conforme argumento principal do artigo “O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo” (2010), publicado em livro no Brasil, pois “...não obstante a natureza quantitativa dos dados obtidos, a sua base é qualitativa na medida em que resulta de uma construção teórica do pesquisador, materializada na construção das variáveis” (Cunha, 2010: 170).

O ano que precede o início de um de seus maiores projetos de investigação “Cobertura Jornalística da Corrupção Política: uma perspectiva comparada – Portugal, Brasil e Moçambique” (2013-2018)⁵⁵, foi marcado pelo lançamento do livro “Análise dos Media” (2012), no qual a autora sistematiza

⁵⁵ Projeto que possui componentes metodológicas semelhantes ao projeto anterior, mas que amplia o escopo da pesquisa empírica ao incluir análise de blogs e redes sociais online, além da análise comparada em conjunto com outros países e uma equipa muito maior de investigadores.

suas principais abordagens no âmbito da pesquisa no campo da comunicação, conforme pesquisas já realizadas, mas também indicando bases para o então futuro projeto. De forma resumida, a autora acredita que a “*Análise dos Media* constitui um processo que envolve um conjunto de procedimentos metodológicos, assim como técnicas de pesquisa apoiadas por instrumentos específicos” (Cunha, 2012: 9). Para interpretação dos fenómenos mediáticos a partir desses procedimentos, enquanto pesquisa social, deve-se ter em conta, primeiramente:

(...) a identificação dos padrões gerais de relacionamento entre os fenómenos; os procedimentos de aferição e aprofundamento de teorias sobre os media e o jornalismo; os mecanismos que levam à elaboração de previsões e antecipações, através da construção de cenários, de tendências nos media e no jornalismo; e os que permitem interpretar histórica e culturalmente os fenómenos significantes. (Cunha, 2012: 14)

Num segundo momento encontra-se o desenvolvimento de novas teorias para análise dos media e do jornalismo. Neste sentido, a reflexão acerca do fazer científico constitui uma de suas preocupações, pois a ciência é entendida pela autora como um empreendimento em construção, cada vez mais global e, portanto, que necessita, como mencionamos anteriormente, de teorias interdisciplinares e metodologias múltiplas (Cunha, 2012).

Outra fase importante da trajetória de Cunha é análise da ficção televisiva e sua participação como coordenadora do grupo português no Observatório Ibero-Americano de Ficção Televisiva (Obitel), sob coordenação geral de Maria Immacolata Vassallo de Lopes e Guillermo Orozco-Gomez, o que confirma seu interesse pela pesquisa do sul global, em especial a ibero-americana. À parte deste projeto, temos o livro “Memórias da Telenovela: Programas e recepção” (2011), uma coletânea de artigos sobre aspectos da ficção televisiva, especialmente a brasileira, no qual encontramos um dos seus trabalhos mais citados nessa área “A Revolução de *Gabriela*: o ano de 1977 em Portugal”, originalmente publicado no Brasil na revista *Cadernos Pagu*, em 2003.

Gostaríamos de ressaltar novamente a importância da perspectiva comparada desenvolvida no âmbito do projeto “Cobertura Jornalística da Corrupção

Política: uma perspectiva comparada – Portugal, Brasil e Moçambique”, pois como menciona em entrevista (Castilho, 2016), encontrar uma bibliografia partilhada, definir categorias comparativas e reconhecer os chamados equivalentes funcionais, ou seja, o que é comparável, têm sido os principais entraves de investigação. Como as categorias comparativas derivam de enquadramentos teóricos muito diversos (autores portugueses, anglo-saxónicos e latino-americanos), que por vezes não dialogam, há um longo caminho a percorrer que, segundo a autora, cabe aos investigadores mais jovens, pois

(...) talvez tenham mais condições de flexibilizar os aportes teóricos e conceituais, porque já nascem no mundo globalizado e conseguem ler inglês à vontade e simultaneamente transitar entre a América Latina e a Europa, com mais facilidade e talvez sem tantos preconceitos (Castilho, 2016:126).

Por último, em termos de formação de novas gerações de investigadores, destacamos que os estudantes estrangeiros de pós-graduação, em nível de mestrado e doutoramento, que a autora orientou ao longo dos anos também foram uma componente fundamental em seu percurso, visto que o diálogo norte-sul-norte fez-se de forma natural pela proveniência destes estudantes, oriundos de países como o Brasil, Cabo-Verde e Macau.

Conclusões

O mérito atribuído a Isabel Ferin Cunha ao longo deste capítulo é fundamentado no conjunto de pontos indicativos que comprovam que a investigadora percorreu antecipadamente os três caminhos propostos por Santos (2016): aceitação da existência do pensamento colonial; concordância com um futuro de pesquisa pós-europeu; emprego de lições de *desaprendizagem* e aprendizagem com o Sul. Contribuiu inestimavelmente para a legitimação da área científica dos estudos sobre os media e o jornalismo em Portugal, constituindo o que chamamos de *segunda onda* de investigadores portugueses fundadores do campo da comunicação neste país. Pode ser identificada não apenas como uma cidadã do mundo (Costa, n.d.), mas

como uma *pesquisadora-mundo* que por seu percurso inovador continua a inspirar investigações realizadas nos países lusófonos na área dos estudos dos media e, de forma mais ampla, das ciências sociais e humanas. De forma resumida, ao longo deste capítulo, apontamos a contribuição da autora no âmbito do desbravamento de certos aspectos das ciências da comunicação. Embora já se encontrasse num campo científico fortemente criticado por outras áreas do conhecimento, a investigadora propôs a análise de objetos pouco estudados e, ainda, imprimiu às análises um olhar empírico com metodologias múltiplas com as quais a área não estava habituada. O objetivo deste artigo não foi demonizar o pensamento europeu ou romantizar as inovações do sul e os saberes ausentes e emergentes (Santos, 2016), mas entende-se que o percurso de Isabel Ferin Cunha pelo espaço lusófono influenciou invariavelmente suas “escolhas” e auxiliou no processo de constituição de seu posicionamento pós-colonial e consequente aderência a estes saberes não-dominantes. Muito embora este pensamento do sul esteja mesclado aos autores mais referenciados pelos espaços dominantes, isso denota sua notável capacidade de articulação de ideias e metodologias distintas.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, P. (1983). “O Campo Científico”. In R. Ortiz, Renato (Org.), *Pierre Bourdieu: Sociologia* (pp. 156-183). São Paulo: Ática.
- CANAVILHAS, J. (2009). “O ensino do jornalismo em Portugal”. *Estudos em Comunicação*, 6, 55-67.
- CASTILHO, F. (2016). “Metodologia comparada e análise da cobertura midiática da corrupção política” (Entrevista com Isabel Ferin Cunha). *Compolítica*, 6(2), 122-132.
- CUNHA, I. F. (2013). “A globalização da investigação em ciências sociais: o caso dos estudos de comunicação no espaço ibero-americano e lusófono”. *MATRIZES*, 7(1), 145-165.
- CUNHA, I. F. (2012). *Análise dos media*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CUNHA, I. F. (2011). *Memórias da telenovela: programas e recepção*. Lisboa: Livros Horizonte.

- CUNHA, I. F. (2010). "O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo". In: C. Lago, & M. Benetti (Org.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo* (pp. 168-196). Petrópolis: Vozes.
- CUNHA, I. F. (2004). "Repensar a investigação empírica sobre os Media e o Jornalismo". *BOCC-Biblioteca online de Ciências da Comunicação*. Recuperado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-ferin-metodologias.pdf>.
- CUNHA, I. F. (2003). "A revolução da Gabriela: o ano de 1977 em Portugal". *Cadernos Pagu*, 21, 39-73.
- CUNHA, I., & Castilho, F. (2018). "A ausência de Jesús Martín-Barbero nos estudos de comunicação em Portugal". *MATRIZES*, 12(1), 79-98.
- CUNHA, I. F., Santos, C. A., Fortes, I., & Castilho, F. (2009). *Imigração, diversidade étnica, linguística, religiosa e cultural na Imprensa e Televisão: 2008*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social.
- COSTA, M. C. C. (n.d.). "Isabel Ferin – a cidadã do mundo". In: *Portal do Mutirão do Brasileirismo Comunicacional*. Recuperado de <http://portal.metodista.br/mutirao-do-brasileirismo/cartografia/verbetes/europa/isabel-ferin>.
- KUHN, T. (2005). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LOPES, M. I. V. (2001). "O campo da comunicação: reflexões sobre o seu estatuto disciplinar". *Revista USP*, 48, 46-57.
- MARTINS, M. L. (2012). "Revistas científicas de ciências da comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do português como língua de pensamento". *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(1), 233-251.
- PINTO, M. (2004). "O ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal: "crise de crescimento" e notas programáticas". *Comunicação e Sociedade*, 5, 49-62.
- ROMANCINI, R. (2006). *O campo científico da comunicação no Brasil: institucionalização e capital científico* (Tese de doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo). Recuperado de www.teses.usp.br.
- SANTOS, B. S. (2016). "Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. *Sociologias*", 18(43), 24-56.
- ____ (2007). "Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". *Revista crítica de ciências sociais*, 78, 3-46.
- SERRA, P. (2017). "Disciplinas, paradigmas e olhares: o lugar de Paqueta de Oliveira na construção do campo das ciências da comunicação em Portugal". *Comunicando*, 6(1), 132-143.

- ___ (2016). “O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de ciências da comunicação”. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68.
- TEIXEIRA, P. O. (2012). “O ensino do jornalismo em Portugal: breve história e panorama curricular, ao virar da primeira década do século XXI”. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9(2), 407-424.

PRÁTICAS DE VIDA CONTEMPORÂNEA NA CIDADE⁵⁶

À Isabel Ferin, que partilha estas temáticas

Este título é de tal forma abrangente que é impossível desenvolver todas as suas implicações. Mas, desde logo, salientaria como nó desta proposta de reflexão, a intersecção entre uma dimensão espacial – territorial, para a qual o termo cidade aponta e em que se efectiva, e uma dimensão temporal que ela acolhe necessariamente e que tem a ver com os modos de vida, as acções, as rotinas, a vivência comum a uma determinada sociedade que a cidade faz aparecer como conjunto; uma partilha comum. Um “viver em comum” que, sob figuras várias, sempre ocupou os pensadores ao longo dos tempos – seja a cidade de Amauroto, de Tomás Moro, seja o Falinstério de Fourier, seja o Convento das ordens religiosas, seja o conjunto das cidades que Marco Polo descreveu a Kublai Khan ou este sonhou e desvendou ao primeiro. A inquietação sobre a arte do viver em comum levou o pensamento ocidental a concebê-la idealmente, ou filosoficamente, como uma entidade político-administrativa urbanizada. Mas as cidades interpelam-nos não unicamente do ponto de vista arquitectónico ou urbanístico, correspondendo a edifícios urbanos mas porque são necessariamente habitadas e habitáveis (ou, pelo menos, deveriam sê-lo).

Incluso no título, entendo, portanto, os modos de estar na *polis*; o tratamento e a reflexão sobre o que da vida, das nossas vidas, constitui o âmbito do político. E, neste sentido, viver na cidade e, ainda, viver a cidade é imi-

⁵⁶ Comunicação apresentada, a convite do CICSNova, no Seminário: “Qualidade de Vida e de Governação Urbana em Lisboa”, 2 de Fevereiro de 2018 – FCSH.

nentemente um modo de estar político. Diria, então, que cruzar a questão da cidade com a questão das formas de vida é definir o lugar mesmo do político, no sentido que lhe dá Bernard Stiegler⁵⁷: “a questão política é essencialmente a questão da relação ao outro num sentir conjunto, uma sim-patia neste sentido. O problema do político é o de saber como estar em conjunto, viver em conjunto, suportar-se como conjunto através e a partir das nossas singularidades e para além dos nossos conflitos de interesses” (2004: 18).

A cidade, espaço do político definido como aquilo que compete à *polis*, sempre foi o lugar, por excelência, do viver e do agir em comum. E esse estar em conjunto, sendo o *telos* da acção política, permite, por outro lado, pensar, na expressão do filósofo contemporâneo Jacques Rancière, um “fundo estético comum”, entendido como uma “partilha do sensível” que há que construir e assumir em comunidade.

Da economia ao político

Ainda numa abordagem englobante, cabe aqui, parece-me, estabelecer uma ligação entre o político e o económico. Praticar novas formas de vida acarreta a saída para fora do espaço doméstico – no sentido etimológico: a economia doméstica – para formas transindividuais de gestão do tempo e do espaço. O termo economia, literalmente, do grego *oikonomia* – formado por *oikos*, “casa”, “residência”, “família” e *vómos*, “regulação”, “lei”, “princípio”, “prescrição” – expressa a ideia de “administração da casa”; embora encontremos duas acepções para o termo (Rousseau): a de economia doméstica e a de economia geral ou política⁵⁸.

⁵⁷ *De la misère symbolique – 1. L'époque hyperindustrielle*, Paris, Galilée, 2004.

⁵⁸ Agamben leva a cabo toda uma reflexão sobre a questão. Para este autor, *oikonomia* é um “organismo complexo no qual se entrelaçam relações heterogêneas, que Aristóteles distingue em três grupos: relações “despóticas” senhores-escravos, relações “paternas” pais e filhos e relações “gâmicas” marido e mulher. O que une essas relações “económicas” (...) é um paradigma que poderíamos definir como “gerencial”, e não epistémico; ou seja, trata-se de uma actividade que não está vinculada a um sistema de normas nem constitui uma ciência em sentido próprio, mas implica decisões e disposições que enfrentam problemas sempre específicos” in: Giorgio Agamben, 2011, *O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. São Paulo: Boitempo, p. 31.

Já o termo *oikologia* designa, etimologicamente, o discurso sobre o habitar e assinala a sua expansão e extensão para além da casa, às relações entre seres vivos e meio ambiente. Sem querer esticar demasiado esta incursão etimológica, diria que a ecologia, como apreensão do vivo, integrá-lo-á no seu *habitat*, no meio envolvente, estabelecendo, desta forma, uma ponte com o mundo. É nesta passagem de uma gestão doméstica a uma gestão exterior, entre o vivo e o ambiente, ecológica portanto, que a questão se torna transindividual e adquire um estatuto político porque desloca a atenção para uma tomada de posição pública, mostrando que a gestão do *habitat* é de todos, isto é, compete à comunidade. Eis o desafio que aqui nos toca pensar. O desafio que desafia a *polis*. Porque exige uma leitura que saia da perspectiva doméstica, da liberdade individual, para se impor como questão sobre os modos de vida em comum, interpelando directamente o *socius*.

Ora a cidade releva ao mesmo tempo do ambiente, do *habitat* comum aos seres vivos mas também e sobretudo dos usos sociais dessa configuração territorial. Ela é exactamente a condição de existência comum àqueles que nela habitam. Porque a cidade é esse espaço habitado e/ou habitável em comum. Ora, de que forma é que a *polis* é ou devém questão política, interroga-se Rancière, recordando Aristóteles? Na medida em que ela gere desigualdades, discriminações, assimetrias. É nesta fenda instaurada no viver comum que a ordem do político se torna uma exigência. E Rancière continua: “Daí advém uma segunda determinação da arte política, que é, em termos modernos, a arte de lidar com o que existe: de lidar com os inconciliáveis, com essa co-pertença dos ricos e dos pobres, que já não podem ser postos borda fora, que permanecem ligados ao centro da cidade.” (2014: 26)⁵⁹

É este, creio eu, o desafio da governabilidade da cidade enquanto imperativo político. Eis porque a cidade é um nó extremamente rico e complexo de interacções, de aporias, de desafios às políticas públicas, na contemporaneidade, onde o crescimento desmesurado parece ser a sua condição inexorável.

⁵⁹In: *Margens do Político*, Lisboa, KKYM, 2014.

Inserida que está a cidade numa dimensão económico-ecológica e política, será fecundo convocar agora uma visão fenomenológica da experiência através do conceito heideggeriano de Habitar⁶¹. Heidegger estabelece um raciocínio aparentemente muito simples, baseado na nossa intuição e no sentido comum que atribuímos aos termos Casa e Habitação. A casa designa o alojamento, a construção a ser habitável ou habitada. Habitar é algo de uma natureza muito própria, que se encontra num outro patamar que nos interessa particularmente. É uma forma de estar. Segundo este filósofo, construímos para habitar, mas também construímos porque habitamos, isto é, porque somos habitantes. Quer isto dizer, habitante é o ser da própria condição humana. É aquilo que exprime a própria condição do humano: estar por entre as coisas, viver essa relação com o espaço; apropriar-se experiencialmente do espaço. Se o habitar é, normalmente, restringido à casa, à habitação, na formulação heideggeriana do *chez-soi*, ele ultrapassa e como que alastra ao espaço envolvente, concretizando-se em lugares; em sítios que são já configurações próprias do espaço, possuídos de vivência. Nesta medida, habitar um sítio, por exemplo, será exactamente conferir a determinado espaço uma apropriação e uma vivência própria, tornando-o um lugar. Daí que seja até problemático adoptar aquele conceito de Marc Augé, que se tornou tão popular, o conceito de não-lugar, dado que, uma vez identificado, capturado, vivido, ele passa a constituir um configurador de vivências comuns: centro-comercial, gare de aeroporto ou terrenos baldios os quais acolhem vivências de grupos alternativos que aí se juntam e neles praticam acções comuns. Os espaços ficam, pois, marcados pelas próprias vivências, pelos usos comuns que neles habitam (segundo a leitura de Luís Umbelino).

O *chez-soi*, esse lugar de que nos apropriamos, é, na sua versão minimal, um habitáculo que se forma como extensão protésica do corpo e que exerce

⁶⁰ Cf. Babo: 2012, “Deambulações em torno da viagem”, in: Arte & Viagem, coord. Margarida Acciaioli e Ana Duarte Rodrigues, Lisboa, IHA; ISBN: 978-989-95291-7-5, pp.13-22; – 2011, “O espaço como habitáculo”, in: I European Regional Congress of AISV-IAVS | Lisbon, Portugal, 26-28 September 2011 | Book of Abstracts.

⁶¹ In: *Essais et Conférences*, Paris, TEL – Gallimard, 1958.

uma função de paragem, de estabilidade e de re-encontro de um corpo singular com o espaço que incorporou; é o lugar, por excelência, que o corpo incorpora, no qual se resguarda e no qual se expande. O *chez-soi* determina assim uma envolvimento, um dentro; e um exterior, um fora: seja um espaço qualquer, é sempre possível habitá-lo, apropriar-se dele, sentir-se em casa. Esta apropriação tem ainda um outro nome, que lhe confere a fenomenologia de Merleau-Ponty. E esse nome é o de hábito, o que aqui neste contexto designa precisamente a familiarização do sujeito com o mundo, incorporando-o. O hábito será o poder de incorporação do mundo, tornando-o familiar pela e na vivência do tempo. E nesse hábito reside uma dimensão pré-reflexiva e anónima das coisas, dos objectos, como dos lugares (L. Umbelino⁶²). Habitar é então um acto de experienciação que envolve, simultaneamente, uma apropriação do espaço e uma vivência particular do tempo. Tal temporalidade dá-se no próprio tempo do quotidiano. O quotidiano é feito de repetição, de criação de rotinas, de um habitar que, ao longo do tempo, preenche o tempo. Ele apreende-se, como o mostrou Michel de Certeau⁶³, nas práticas, nas tácticas e estratégias que um fazer anónimo e colectivo adopta face aos seus condicionamentos e que acaba por marcar os lugares, numa construção transindividual.

Se a Casa aparece como o referente óbvio do Habitar, este, como estamos a ver, pode ser extensível a um qualquer outro lugar: habitar junto ao rio, perto do parque, uma praça, uma esquina.

Mas é o Bairro a figura reconhecida da cidade.

Nesta formação encontramos a mesma dimensão de apropriação, de simbiose entre o lugar e a sua subjectivação, a acumulação de hábitos para além de habitáculos. A figura do Bairro, porque imbuída de uma conotação social, mais do que a Casa, tem vindo a ser trabalhada pela sociologia, como lugar de práticas identitárias. É de salientar a Tese de Doutoramento de António Firmino da Costa: *Sociedade de Bairro: dinâmicas sociais da identidade cul-*

⁶² Exposição em Seminário do Doutoramento em Arte Contemporânea, Colégio das Artes, Coimbra, Dezembro de 2017.

⁶³ Cf. *L'Invention du Quotidien – Arts de Faire, I Habiter, Cuisiner, II*, Paris, Union Général d'Éditions, 1980.

tural⁶⁴, onde o investigador trabalha este conceito de “sociedade de bairro” que ele define como sendo “um tipo específico de configuração social, no qual o bairro aparece não só como unidade territorial urbana mas também como quadro social denso e multifacetado e, ainda, como categoria simbólica de referência social identitária, muito em especial para a população local, mas também para o exterior /.../”⁶⁵. O conceito de Bairro, com toda a carga polémica que ele suscita no âmbito da sociologia⁶⁶, permite analisar, do ponto de vista socio-cultural, as eventuais relações de vizinhança e identitárias que trazem à cidade uma expressão intersubjectiva. No entanto, é também nesta configuração de bairro, dos bairros periféricos, por exemplo, que a desestruturação urbanística contemporânea mais evidencia, senão mesmo provoca, a desestruturação social e a violência latente ou manifesta.

A conflitualidade das práticas do viver, dadas as assimetrias urbanas e sociais, mede-se por vários indicadores, como por exemplo, as práticas de higiene urbana. Cada indivíduo habita tanto mais o espaço envolvente à sua própria habitação quanto cuida da limpeza e da manutenção desse espaço como espaço habitado. O dejecto é, neste sentido, um marcador de território, a fronteira entre o dentro reconhecido do sujeito e um fora desconhecido do objecto. O lixo que se acumula em certas zonas, normalmente nas periferias urbanas, é o sintoma de um mal-estar social, indicador de uma falência das políticas urbanas e da política *tout court*. Mas esse mesmo mal-estar social pode tomar outras formas de manifestação como a violência, enquanto expressão da rejeição de um espaço marginalizado, deteriorado ou guetizado. As assimetrias sociais criam conflitos urbanos que alastram sempre à totalidade do espaço da cidade, mesmo que intermitentemente, porque existe uma falência dessa arte de gerir o bem comum, porque a cidade, fruto de um conjunto complexo de factores, se tornou insustentável – *an-ecológica*. A industrialização, como modificação tecnológica que provocou uma mutação nos modos de produção e consumo, teve repercussões determinantes no modelo

⁶⁴ Firmino da Costa: *Sociedade de Bairro: dinâmicas sociais da identidade cultural*, Lisboa, CELTA, 1999.

⁶⁵ In: *Sociedade de Bairro*, op. cit. Lisboa, Celta, 1999, p. 492.

⁶⁶ Cf. AAVV, *A Cidade entre Bairros*, Lisboa, CiAUD/Caleidoscópio, 2012.

de cidade moderna. Esta mutação para a cidade moderna está bem patente na literatura de época.

O Habitante da grande cidade

Citarei duas perspectivas paradigmáticas dessa apreensão da cidade na modernidade: a de Baudelaire e a de Simmel. Ambas as perspectivas dão-nos a noção do crescimento das cidades europeias na Modernidade, fruto do desenvolvimento industrial e técnico. Se a estética da cidade grande era elogiada e mesmo promovida ao modo de estar modernista em Baudelaire (1868), Simmel deixa-nos um texto, hoje clássico, cuja abordagem socio-psicológica tem dimensões algo curiosas para a sua época (1903).

O *flâneur* baudelairiano, “Apaixonado pela multidão e pelo incógnito” (1968: 550)⁶⁷, é o exemplo, por excelência, do cidadão moderno. É intrinsecamente urbano e faz da deambulação a sua ocupação. Vive a cidade no e pelo movimento, perdendo-se na multidão: “Para o perfeito *flâneur*, para o observador apaixonado, é uma imensa fruição estabelecer domicílio na quantidade, na ondulação, no movimento, no fugitivo e no infinito” (1968: 553). A sua casa é fora, nas ruas, as suas paisagens preferidas são as “paisagens de pedra”, de gente, de moda. E ao fim do dia, quando o cidadão assisado se recolhe, o *flâneur* inebria-se com as luzes (Benjamin dirá, a propósito de Baudelaire, que a cidade iluminada a gás vem trazer, pela primeira vez, a experiência da claridade desligada do dia e da noite). A modernidade, como Baudelaire a descreve, é movimento, é cosmopolitismo, é urbanidade, é técnica, é uma mudança de escala: o anonimato. Revela, no dizer de Durkheim, uma “sede do infinito”. Os obstáculos, os constrangimentos à satisfação dessa ânsia constituem, talvez, para Maffesoli⁶⁸, o drama dos dias de hoje.

Mas o que é esse viver anónimo e colectivo da grande cidade em Simmel?

⁶⁷ Baudelaire, Ch., 1968, “Le peintre de la vie moderne”, in: *Oeuvres Complètes*, Paris, Seuil.

⁶⁸ Cf. Michel Maffesoli: *Du nomadisme: vagabondages initiatiques*, Paris, Le Livre de Poche, 1997, p. 20.

Uma atitude que este pensador, crítico da modernidade, atribui aos habitantes das grandes cidades como decorrendo naturalmente dessa dimensão citadina é a reserva. A figura da reserva alerta-nos contra todas as utopias, demagogias ou imaginários idealistas do viver em comum. Se este nos parece o destino da *pólis*, a sua condição mesma de existência, a figura da reserva ressalta como uma consequência directa da cidade cosmopolita, e como um medidor de confiança/ desconfiança individual face à multidão desconhecida. Essa reserva toma a figura de antipatia que Simmel descreve como forma de protecção:

“...a antipatia nos protege; antagonismo latente e estágio prévio do antagonismo prático, ela realiza as distâncias e os afastamentos, sem o que esse tipo de vida não se poderia realizar /.../ Essa reserva, com o seu harmónico da aversão oculta, aparece contudo novamente como forma ou roupagem de um ser espiritual muito mais geral da cidade grande. Ela garante precisamente ao indivíduo, uma espécie e uma medida de liberdade pessoal, com relação à qual não há nenhuma analogia em outras situações: com isso ela remonta a uma das grandes tendências de desenvolvimento da vida social, a uma das poucas para a qual se pode encontrar uma fórmula aproximadamente geral.”⁶⁹

Sintoma de um mal-estar do indivíduo face ao colectivo, a antipatia seria a sua couraça, a sua protecção, permitindo-lhe uma relativa autonomia no seio da cidade, um distanciamento protector, que a figura do *blasé* vem completar, como aquele que mantém uma indiferença em relação às coisas, algo daquilo que também Walter Benjamin vai salientar, na melancolia ou nostalgia das grandes metrópoles como Paris.

É esta a condição da cidade a partir da modernidade: anónima, desmesurada, estranha. Quer estas propriedades possam tomar uma dimensão mais eufórica, em Baudelaire, mais disfórica em Simmel, elas dão-nos a dimensão da ruptura que a Modernidade trouxe ao viver em comum no espaço urbano.

⁶⁹ Simmel, *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito*, 1903; Tradução de Leopoldo Waizbort.

A Rua

A rua é o eixo aglutinador de todos os confrontos, de todos os fenómenos na cidade. Se o Bairro nos encaminha para as formas de vida social como condensador de rotinas, de um tempo que se repete e de hábitos que se replicam, a rua é, por excelência, o lugar do que acontece. Neste sentido abstractizante e substancial, entendemos a rua como o palco dos conflitos, das irrupções colectivas, ideológicas, políticas na cidade.

Enquanto o Bairro é, por definição, próprio à habitação, a Rua é, desde logo, o *habitat* dos sem-abrigo, dando-nos a dimensão de uma população crescente de cidadãos sem cidade ou cidadania, os excluídos ou descartáveis do próprio sistema de trabalho, que a cidade hiperindustrializada gera e tolera como sua excrescência. Gera, portanto, uma ambivalência urbana que acolhe e rejeita simultaneamente aqueles que nela vivem. Na óptica de Bernard Stiegler (2004: 98), em fenómeno de hiperindustrialização teria tido como efeito a descaracterização do indivíduo, a sua dessubjectivação, a sua não-pertença, eu diria, à cidade e à inclusão cidadã criando assim múltiplas clivagens na vivência urbana contemporânea.

É na rua que se exprime o conflito, o acto de pichagem, como acto performativo anti-estético, de contestação/apropriação. Embora possamos na actualidade entender e integrar o fenómeno dos *graffitis* como uma arte de rua, a verdade é que ela surgiu com um carácter transgressivo e de marcação que foi objecto de proibição e de sanção⁷⁰. De acordo com certas perspectivas, a marcação por *tag* ou *graffiti* seria exactamente dessa ordem: de uma ruptura de marcas territoriais, ou de fronteiras. Um ato “deslocado”, fora do lugar regulado da cidade⁷¹.

Por outro lado, a rua integra e é o lugar de irrupção de manifestações de grupo, mais ou menos espontâneas ou organizadas, como o é ainda, de actos terroristas, face visível das redes invisíveis e globais que imperam sobre as

⁷⁰ Babo, M. A., “Ars scribendi: do grafo ao graffiti”, in: *Revista de Comunicação e Linguagens*, Pop, n.º 30, Lisboa, CECL/Relógio d'Água, 2001, pp. 225-232.

⁷¹ In: *Porque pintamos as cidades? – Uma abordagem etnográfica do Graffiti Urbano*, de Ricardo Campor, Lisboa, Fim de Século, 2010, p.82.

idades contemporâneas, ou acto singular e tresloucado de um indivíduo, que rapidamente ganha contornos políticos e intenções dissimuladas.

Será a rua hoje, uma falência do social e do político ou, uma reactivação espontânea de ambos? Embora haja uma tendência generalizada que tende a operar o apagamento político dos fenómenos contemporâneos de rua, considero que a ocupação espontânea da rua, resultado da ligação dos indivíduos em rede e da sua mobilização instantânea e eficaz, é, na actualidade, um fenómeno político por excelência, fenómeno político que pode até negar a política, pois se apresenta, sem reivindicação, sem líder mesmo, sem vontade de poder, sem revolta inclusive. Tais fenómenos de massas, que podem ganhar grandes proporções, são, contudo, efémeros e evanescentes. A apropriação da rua na cidade contemporânea é de tal forma incontornável que constitui um questionamento urbano ao modelo das democracias representativas de modo a provocar, senão a sua falência, por certo a sua crise. A rua é hoje palco e território de manifestações colectivas que podem tomar rostos políticos, como os movimentos de que os *Occupy* foi precursor, ou artísticos, como as performances levadas a cabo por artistas contemporâneos, ou, simplesmente, responder a apelos publicitários constituindo então grandes concentrações de consumidores ávidos dos seus objectos faltantes. Tais fenómenos têm alguns pontos em comum: o facto de serem colectivos e anónimos criando uma subjectivação transversal e provisória, singular, na concentração de fluxos que opera⁷².

Constituída por uma aleatoriedade mais do que por um *telos*, a aglomeração de rua cria uma identidade evanescente, fugidia e, até, sem qualquer estratégia política. Alia o protesto à imaginação, fazendo das concentrações autênticos *happenings* originais; alia a contestação à festa, ligando propósitos reivindicativos à alegria do efémero, alia a vivência à fruição, nesses momentos passageiros, incorporando-os e constituindo-os como uma verdadeira experiência comum e de alto investimento criativo. Emanados das redes, estes

⁷² Cf. Babo, “Netactivismo: entre a rede e a rua”, in: *Constelações do Ativismo em Rede*, Isabel Babo, José Bragança de Miranda, Manuel José Damásio e Massimo Di Felice (orgs.), Porto, Universidade Lusófona, 2015.

movimentos de rua não têm, aparentemente, como suporte uma base sólida de sustentação mas são antes a condensação momentânea de uma mesma forma de estar **na** e de viver **a** cidade e, até, de viver as cidades em rede, de uma forma global. Na sua configuração de protesto, as constantes manifestações de rua convocadas pelas redes sociais, caracterizam-se por serem produto de activistas sem partido ou liderança determinada. Tomam a rua como lugar a habitar, aí se fixando até, por tempo indeterminado, podendo durar dias ou semanas. São modos de estar em comum, mais afeccionais do que racionais, que têm na rua o espaço único da sua existência enquanto corpo colectivo efectivo.

Nesta conflitualidade da cidade contra a rua se jogam os próprios limites do político, na sua acepção disciplinada, a veiculada pela própria classe política, e que preserva a entropia da cidade. Tais movimentos e mobilizações inconstantes, nas suas manifestações efémeras e híbridas, ao irromperem na rua fazem dela o palco de desobediência (civil), dando visibilidade à falência, a uma certa crise das democracias representativas. É que eles são iminente-mente políticos desalojando a política. E todo o jogo passa pela ocupação da rua, que o mesmo é dizer, da cidade.

A rua responde hoje às redes digitais e sustenta as suas dinâmicas próprias que, como afirma um especialista do netactivismo, Massimo Di Felice, são “formas conectivas e ecossistémicas do habitar que exprimem um tipo particular de interação, o qual associa pessoas, dispositivos, fluxos informativos, bancos de dados e territorialidades em um novo tipo de interação reticular”⁷³. Estaríamos então numa condição pós-política e pós-urbana voltada para a dimensão de conectividade ecossistémica à escala global que tem a rua como palco? É uma interrogação que ficará por responder.

⁷³ “O Net-ativismo e as dimensões ecológicas do agir nas redes digitais: 20 teses em busca de uma linguagem”, Massimo Di Felice, Universidade de São Paulo, *in*: Constelações do Ativismo em Rede, (org.) Isabel Babo, José Bragança de Miranda, Manuel José Damásio e Massimo Di Felice, Universidade Lusófona do Porto. Cf. também: Di Felice, M. (2012) “Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais”, Porto Alegre, Famecos, v. 19, n. 1.

A cultura urbana como experiência de subjectivação⁷⁴

Neste quadro, uma palavra final para as políticas culturais urbanas. Ser sujeito face aos outros no quadro da cidade é um projecto de transformação do *ethos* individual e social. O papel das micro-comunidades na dinâmica cultural urbana é hoje fundamental. O trabalho artístico colaborativo, desenvolvendo performances ou práticas artísticas de maior fôlego, envolvendo grupos determinados, é uma forma de trabalhar por dentro a democracia participativa. Conferir à intervenção artística, não uma dimensão de politização, mas uma dimensão praxeológica no quadro dos públicos, das populações, pode tornar-se o instrumento de subjectivação na cidade. As chamadas políticas culturais urbanas, as mais das vezes transformadas em políticas de entretenimento – as famosas indústrias culturais, que massificam os públicos – integram uma lógica de consumo em vez de terem, justamente, um papel de questionamento e de tomada de consciência. A cultura, numa política cultural a ser repensada, não se quer de massas e de consumo e para consumo mas um acto de individuação, de desocultação e de incomodidade. De experiência aistésica. Ora as políticas culturais de massas redundam em oferta de produtos descartáveis em que o próprio consumo esgota a finalidade da produção e o objectivo do produto, retirando-lhe esse papel de experiência e, portanto, de modo de subjectivação. A tecnologia do digital pode, a esse nível, fazer a diferença, ao transformar a famosa interactividade, circunscrita ao carácter lúdico, numa prática experiencial, e retirar dela a sua dimensão actuante e individuante. Desenhar novas formas de subjectivação é o desafio que hoje se coloca à cidade. Nem individualismo nem apatia consumista, a proposta de desenvolvimento de modelos alternativos de fazer, que transformem mentalidades, maneiras e *modus vivendi*, faz-se através de processos e políticas urbanas que aliem a formação do sujeito à sua transsubjectivação. Para uma cidade de cidadãos, entendidos como indivíduos resultado de uma transindividuação.

⁷⁴ Babo, M. A., “De certas práticas de subjectivação – genealogia do cuidado de si”, in: *Das Imagens Familiares*, ed. Filipe Martins e Né Barros, Family Film Fiction Project, Balletatro, Porto, 2013, ISBN: 978-989-96484-2-5; pp.

A cidade é tudo isto. É o palco da contradição. É o lugar da socialização e da individuação. Da mobilização e da apatia. É o espaço pleno ou vazio. É o Bairro e é a Rua. É comunidade e exclusão. É solidariedade e fechamento. É o lugar marcado. E é o lugar de fuga. É rotina e divagação. É desse mesmo lugar que nos poderemos perguntar quem somos e ao que vimos, quando sonhamos com um lugar habitável.

A autoria escreve de acordo com a antiga ortografia.

ANA CABRERA Investigadora no Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL. Investigadora FCT entre 2009 e 2014.

Coordenou projetos de investigação: *Política no feminino – políticas de género e estratégias de visibilidade das deputadas parlamentares* (PTDC/CCI-COM/102393/2008); *Censura e métodos de controlo das informações em teatro e cinema. Antes, durante e depois do Estado Novo* (PTDC/CCI-COM/117978/2010); *A cobertura das Eleições Legislativas de 2009 pelos media portugueses: Rigor informativo na cobertura das eleições legislativas*. Investigadora no projeto *A corrupção política nos media – uma perspetiva comparada* – PTDC/IVC-COM/5244/2012.

CLARA ALMEIDA SANTOS é Professora auxiliar no Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC). Jornalista de formação, é doutorada em Ciências da Comunicação pela UC. Participou em diversos projetos europeus relacionados com o diálogo intercultural e com os media. Foi consultora do Conselho da Europa no âmbito da campanha “Speak Out Against Discrimination”. Foi fundadora da UCV – televisão web da UC – em 2010, tendo sido sua diretora. Entre 2011 e 2018, foi vice-reitora da UC para a Cultura, Comunicação, Património e Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra.

RITA FIGUEIRAS Doutorada em Ciências da Comunicação, Professora Associada da Universidade Católica Portuguesa, onde leciona na licenciatura, mestrado e doutoramento em Comunicação. O seu trabalho centra-se na relação entre os media e o poder, desenvolvendo investigação na área da Comunicação Política, Economia Política dos Media e Jornalismo Político.

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2019

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA

2



C E I I 3 0
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U